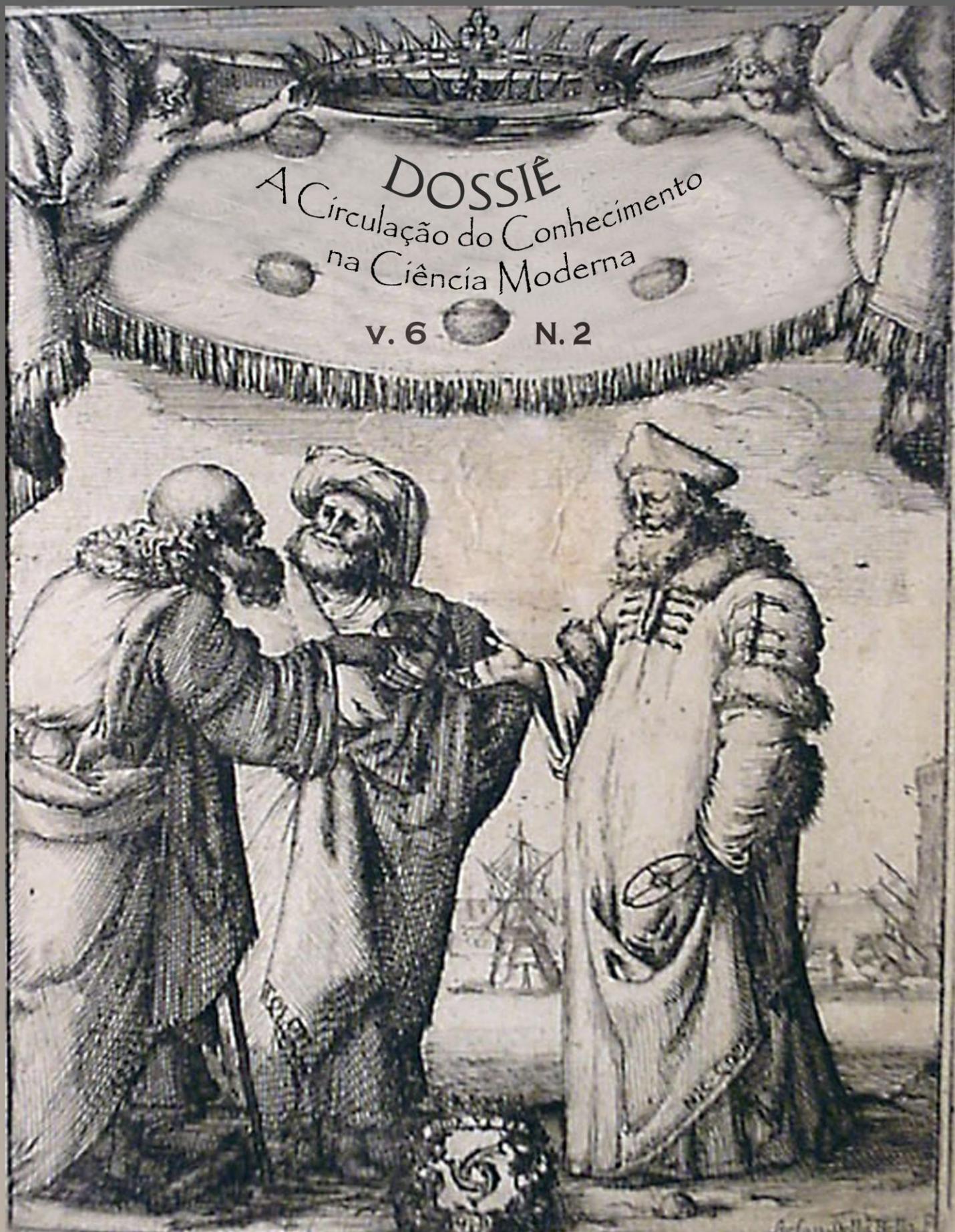




A **DOSSIÊ**
Circulação do Conhecimento
na Ciência Moderna

v. 6 N. 2



Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
v. 6, n. 2 (maio/ago. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2014.

Quadrimestral a partir de 2013

Títulos e resumos em português e inglês

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org

Periódicos Capes

Latindex

Diadorim

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG

Este número contou com o apoio financeiro do Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – set/2014

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Vice-reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

Vice-diretor: Carlo Gabriel Kszan Pancera

Departamento de História

Chefe *pro tempore*: Kátia Gerab Baggio

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

Secretaria: Edilene Oliveira

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Bruno Vinícius Leite de Moraes*

Kellen Cristina Silva

Lucas Madsen da Silveira (Suplente)

Mateus Rezende de Andrade

Polyana Valente Vareto

Regina Mendes de Araújo

Rute Guimarães Torres

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

Conselho Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismary Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóbrega (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lício Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFPB)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Conselho Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

* Conselheiro até julho de 2014, substituído por Lucas Madsen.

Revisão

Lucas Madsen da Silveira
Rute Guimarães Torres
Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

Diagramação

Mateus Rezende de Andrade
Rute Guimarães Torres

Capa

Rute Guimarães Torres
Montagem sobre a capa da obra *Diálogo*, de
Galileu Galilei. Disponível em:
<http://rarebooksnews.wordpress.com/>

Site/Banco de Dados

Lucas Madsen da Silveira
Rute Guimarães Torres

Contato:

Temporalidades Revista Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFMG. Av.
Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
(FAFICH), 4º andar. 31270-910. Belo
Horizonte/MG.

e-mail: temporalidades@gmail.com
temporalidades@fafich.ufmg.br
homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e do Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, os membros do Conselho Consultivo, que estão sempre a nossa disposição.

- | | |
|---|--|
| Adriana Romeiro (UFMG) | Leandro Gonçalves de Rezende (Mestrando UFMG) |
| Alex Gonçalves Varela (UERJ) | Lourival Andrade Júnior (UFRN) |
| Alex Silva Monteiro (Dr. UFF) | Luciane Silva de Almeida (Doutoranda UFMG) |
| Aline Pinto Pereira (Dra. UFF) | Luciene Pereira Carris Cardoso (Dra. PUC-RJ) |
| Alisson Eugenio (UNIFAL-MG) | Luiza Horn Iotti (UCS) |
| Ana Maria Colling (UFGD) | Marcia Regina Barros da Silva (USP) |
| Bárbara Figueiredo Souto (Doutoranda UFMG) | Marco Antônio Nunes da Silva (UFRB) |
| Caio Figueiredo Fernandes Adan (UEFS) | Marco Antonio Stancik (UEPG) |
| Camilima Similhana (Doutoranda UFMG) | Maria Regina Cotrim Guimarães (FIOCRUZ) |
| Célia Cristina da Silva Tavares (UERJ) | Mariáh dos Santos Martins (UFRJ) |
| Cristina Scheibe Wolff (UFSC) | Mariela Brazon (UFBA) |
| Débora Cazelato de Souza (Doutoranda UFMG) | Mateus Fávaro Reis (UFOP) |
| Débora Dutra Fantini (MUCAMBO) | Milena da Silveira Pereira (UNESP) |
| Débora Soares Karpowicz (Doutoranda PUC-RS) | Nelson Rodrigues Sanjad (Museu Paraense Emílio Goeldi) |
| Edneila Rodrigues Chaves (Doutora UFF) | Patrícia Marcondes de Barros (Universidade Positivo) |
| Edson Borges (UNILAB) | Paulo Roberto Masseran (UNESP) |
| Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS) | Peri Mesquida (PUC-PR) |
| Ely Bergo de Carvalho (UFMG) | Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB) |
| Fábio Baqueiro Figueiredo (UNILAB) | Silvano Fernandes Baia (UFU) |
| Fabio Lucas da Cruz (doutorando USP) | Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa (UNICAMP) |
| Fernando de Azevedo Lopes (Mestrando UFRJ) | Tereza Cristina Kirschner (UnB) |
| Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP) | Thiago Lenine Tito Tolentino (Doutorando UFMG) |
| Inez Beatriz de Castro Martins (UECE) | Vania Nara Pereira Vasconcelos (UNEB) |
| Ivan Ferrer Maia (UAM) | Vantuil Pereira (UFRJ) |
| Jorge Christian Fernandez (UFMS) | Veronica Pimenta Velloso (IFRJ) |
| Jorge Luis Rocha da Silveira (IBMEC-RJ) | Wellington Júnio Guimarães da Costa (Doutorando UFOP) |
| Juciene Ricarte Apolinário (UFCampina Grande) | |
| Júnia Ferreira Furtado (UFMG) | |
| Karoline Carula (UNIVERSO) | |
| Katia Maia Flores (UFT) | |
| Laércio Albuquerque Dantas (Mestre UFPE) | |

Sumário

Editorial	3
-----------------	---

Dossiê

Apresentação do Dossiê	8
Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia	

As ideias científicas e evolucionistas no debate intelectual no Ceará nos anos 1880 / The scientific and evolutionary ideas in the intellectual debate in Ceará in the 1880s.....	12
Jamily Marciano Fonseca	

O desenvolvimento da medicina moderna na cultura lusa do século XVIII / The development of modern medicine in the Lusitanian culture of the eighteenth century	29
João Pedro Dolinski	

Um império no prelo. História Natural e administração colonial na Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) / Printing an Empire. Natural History and colonial administration in the Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)	41
Gabriel da Costa Ávila	

O Estatuto da real sociedade baiense dos homens de letras em 1810: o controle sobre a circulação de ideias no Brasil colonial / The Statute of the Real Society baiense men of Letters in 1810: the circulation os ideas in colonial Brazil.....	61
Fabiana de Santana Andrade	

O delineamento da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus (1797-1808) / The delineation of forest conservation policy in the District of Ilhéus (1797-1808).....	75
Ana Paula dos Santos Lima	

Artigos

A ditadura das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no Brasil, e suas influências na educação brasileira / A dictatorship of digital technologies of information and communication (TDIC) in Brazil, and their influences on brazilian education.....	89
Josimar de Mendonça	

Imprensa e opinião pública em Minas Gerais no ocaso do Primeiro Reinado / Press and Public Opinion in Minas Gerais at the End of the Brazilian First Reing.....	106
Raphael Rocha de Almeida	

O exílio no imediato pós-golpe: mecanismo de exclusão política / Exile in the immediate post-coup: mechanism of political exclusion	131
Maria Cláudia Moraes Leite	

Ecos da Giovinezza: leituras integralistas da “primavera fascista” / Echoes of the	
---	--

Giovinezza: integralist readings of the “fascist spring” 140
Marcelo Alves de Paula Lima

Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sobre o olhar de Henry Koster / An anglo-lisbonian in Joanine Brazil: slavery, religion and politic under the gaze of Henry Koster 168
Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho

Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960) / Colonialism and Cape Verde: discussions of Portuguese colonization in Africa (1950-1960) 184
Taciana Almeida Garrido de Resende

Indesejáveis do Reino: procedimentos de exclusão e políticas discriminatórias aplicadas aos ciganos no Império Português / Undesirables of the Kingdom: procedures of exclusion and discriminatory politics applied to gypsies in the Portuguese Empire 200
Natally Chris da Rocha Menini

Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII / Jesuits aldeamentos in capitania do Espírito Santo: colonial occupation and resignification of the indigenous ethnicity between the sixteenth and eighteenth centuries 215
Ricardo Batista de Oliveira

O fandango como espaço de sociabilidade em Guarapuava – 1850 / The fandango's dance like space in sociability of Guarapuava -1850 234
Angelica Stachuk; Dr. Oseias de Oliveira

Considerações sobre a historiografia dos retábulos luso-brasileiros: autores clássicos e contemporâneos / Considerations on the historiography of luso-brazilian retablos: classic and contemporary authors 246
João Henrique Grossi Sad Jr.

Entrevistas

Entrevista com a Professora Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes 261
Polyana Valente Vareto; Rute Guimarães Torres

Resenhas

SOARES, Ana Caroline Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: Relações de Gênero e História em José de Alencar*. Bauru, SP: Edusc, 2012 266
Ana Caroline Campagnolo Bellei

Transcrição Comentada

Incredulidade e tolerância religiosa no processo inquisitorial contra o padre João Pedro de Lemos Montes (1779) 270
Igor Tadeu Camilo Rocha

Editorial

A revista *Temporalidades*, atenta aos debates acadêmicos e às novas pesquisas desenvolvidas nos departamentos de História e áreas afins, traz ao público um dossiê que busca refletir o objeto ciência em sua complexidade. As pesquisas no campo da História das Ciências vêm ganhando destaque crescente entre as demais temáticas, mesmo que, em alguns programas, ainda de forma muito tímida.

As investigações nesse campo procuram trazer diversas problemáticas, discussões pertinentes à historiografia e novas fontes ímpares que demonstra quão abrangente e multidisciplinar pode ser tal área de pesquisa. Sendo assim, pensando na importância em se destacar e divulgar novos estudos sobre a produção e circulação do conhecimento científico, a organização de um dossiê se apresentou como a melhor forma de respeitar e valorizar tais reflexões temáticas, abordando o recorte compreendido como ciência moderna.

Ao tema escolhido, “A circulação do conhecimento na ciência moderna”, vinculamos as contribuições de artigos de discentes e especialistas na área contemplada nesse dossiê. Ademais, o número também conta com entrevista, artigos de temas variados, resenha e transcrição comentada que completam ricamente essa edição.

Uma das novidades dessa edição é que os artigos publicados receberam títulos também em inglês, pois acreditamos que um número crescente de leitores vem utilizando ferramentas de buscas internacionais e indexadores renomados para conhecer novos estudos que estão sendo produzidos no campo da História. Dessa forma, procuramos contribuir para que esses textos tão ricos e inéditos que aqui apresentamos possam ter uma maior visibilidade e alcançar mais interessados pelos seus temas específicos.

Para organizar a seção do **Dossiê**, convidamos um de nossos ilustres membros do Conselho Consultivo, o Dr. Carlos Alvarez Maia, professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que gentilmente aceitou nosso convite e com tanta dedicação escreveu a apresentação. No seu texto, o professor Carlos Maia nos apresenta as novas abordagens historiográficas sobre a História das Ciências nos programas de pós-graduação e, com muita gentileza, insere a UFMG e a *Temporalidades* no campo de produção e difusão do conhecimento científico. Agradecemos imensamente ao professor pela atenção e consideração tida com a *Temporalidades*.

Visando melhorar a estrutura da Revista e a fluência da leitura, modificamos o local onde publicamos a entrevista ligada ao tema do Dossiê. Nas edições anteriores, a entrevista era inserida

após a apresentação do organizador, dentro da seção Dossiê. Contudo, existe uma seção específica de **Entrevistas** e, para mantê-la visivelmente mais acessível aos nossos leitores, respeitamos a ordem estabelecida na estruturação da Revista.

A entrevista desta edição foi concedida pela professora do Departamento de História da nossa instituição, Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes, que atualmente também orienta alunos da Pós-Graduação na linha de Ciência e Cultura na História. Temos um agradecimento especial a fazer para a professora Ana Carolina, que tão gentilmente aceitou participar da entrevista e responder perguntas específicas sobre seu mais recente livro, fruto de sua tese de doutorado que, no ano de 2012, ganhou o Prêmio da Sociedade Brasileira de História de Ciência (SBHC) de Melhor Tese. Este livro é uma história sobre a inserção da fisiologia experimental na agenda científica do Brasil de fins do século XIX, a partir de uma instituição científica considerada como pioneira nessa disciplina no país, o "Laboratório de Physiologia Experimental do Museu Nacional". Trata-se de uma análise sobre a iniciação de um campo de saber, a partir da idealização, instalação, funcionamento, consolidação e declínio desse Laboratório em específico. É uma história que explora os sentidos e significados das práticas lá ocorridas e o processo de produção e validação dos conhecimentos científicos, realizado pelos diversos atores envolvidos no referido Laboratório. É um livro que nos ajuda a compreender as tentativas para se consolidar um ideal de ciência para o Brasil no final do Império.¹

Na seção de **Artigos** livres, apresentamos dez textos com temáticas diversas, produzidos por graduados, pós-graduandos e professores de diversas universidades brasileiras. O primeiro deles é de Josimar Mendonça, especialista em docência superior. O texto, com o título de *A ditadura das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no Brasil, e suas influências na educação brasileira*, traz uma discussão bastante pertinente sobre a tecnologia e sua repercussão na educação. Seu artigo inicia-se discutindo o surgimento, em 1946, do primeiro computador digital no Brasil, o Eniac, e como posteriormente a tecnologia sofreu com as restrições impostas pelo governo militar brasileiro. Nesse caminho, o autor aponta que somente com a redemocratização do Brasil, foi possível o desenvolvimento do uso tecnológico, sobretudo no campo da educação.

Raphael Rocha de Almeida, mestre em História, contribui com o artigo *Imprensa e opinião pública em Minas Gerais no ocaso do Primeiro Reinado*. Por meio de análise e pesquisa cuidadosas, Raphael Almeida discute o papel da imprensa para o alargamento da esfera pública no final do Primeiro Reinado. O artigo é um desdobramento de sua dissertação de mestrado que, na esteira

¹ Informações sobre o livro retiradas da página da Fiocruz. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/>

dos bons trabalhos que têm surgido sobre o período, apresenta um olhar renovado sobre as relações entre a imprensa e a complexidade das formas de exercício e/ ou disputa pelo poder.

Em seu artigo, *O exílio no imediato pós-golpe: mecanismo de exclusão política*, a mestrandona Maria Cláudia M. Leite faz uma análise das consequências do exílio político imposto após o golpe de 1964 no qual vários indivíduos são excluídos do cenário político brasileiro e dessa forma sua ação de oposição é minada, pois o afastamento do indivíduo de seu país leva a ruptura com a realidade e o desenraizamento do seu universo de origem. Leite ainda mostra que muitos exiliados se dirigiram para o Uruguai, conhecido por sua democracia e localização estratégica, o que facilitou o contato entre os exilados e os que ficaram no Brasil.

Por sua vez, o graduado em História pela UFMG, Marcelo A. P. Lima, lança luz sobre as obras do intelectual cearense Gustavo Barroso, membro da Ação Integralista Brasileira, que busca entender a ascensão do fascismo no mundo. No artigo *Ecos da Giovinezza: leituras integralistas da “primavera fascista”* são apresentados análises de obras do escritor entre 1933 e 1937 que deixam claras que a crença que Barroso nutria em relação a união dos fascistas divergem entre a agressividade e a arrogância característica do fascismo europeu. Destaca-se ainda que o dilema “solidaderiedade” X “conflito” está presente de forma exemplar nos escritos de Gustavo Barroso.

Já Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho, doutorando na UNICAMP, no artigo *Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sobre o olhar de Henry Koster*, discute as percepções do viajante inglês sobre o Brasil do início do século XIX. Dos relatos de viagens produzidos pelo jovem Koster, o autor destaca os aspectos que problematizam a política, as relações sociais, a escravidão e a religião na América Portuguesa.

O artigo *Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960)*, da mestrandona Taciana Almeida Garrido de Resende, apresenta a análise sobre reflexões realizadas por intelectuais africanos na década de 1950 sobre o lugar de Cabo Verde e África. Ao se debruçar sobre tais intelectuais a autora percebe a incompatibilidade do “evasionismo” claridoso com a ideia de Mãe-África defendida por fervorosos pan-africanistas. São apresentadas as críticas sobre a “Claridade”, sobretudo, a partir de 1950, com a maior mobilização do movimento pan-africano, o movimento claridoso se desarticula.

O artigo seguinte é *Indesejáveis do Reino: procedimentos de exclusão e políticas discriminatórias aplicadas aos ciganos no Império Português*, de Natally Chris da Rocha Menini. Neste artigo, a mestrandona em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro analisa os ciganos enquanto um grupo étnico e como estes foram renegados a categoria de excluídos no Império

Português. Partindo da reflexão da construção social da identidade deste grupo, demonstra dentre outros aspectos, como a organização e o desempenho de ofícios os distinguiu frente a outras etnias. Por fim, através da leitura sistemática de tratados de direito e promulgação de leis, a autora mostra como desde o século XVI havia queixas contra os furtos e feitiçarias que os ciganos fingiam saber, solicitando soluções a este incomodo social, levando as autoridades régias a limpar a metrópole aplicando expulsões e punições a este grupo étnico, legando-os o taxativo de indesejáveis do reino.

Pensando na atuação de poderes eclesiásticos no Brasil Colônia, Ricardo Batista de Oliveira, doutorando em História Universidade Federal de Uberlândia traz para os leitores da Revista o artigo *Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII*. O artigo procura analisar a influência dos jesuítas no reconhecimento e ocupação do território espírito-santense, mostrando como os aldeamentos contribuíram ou serviram como obstáculo para as autoridades coloniais. Ademais, mostra como uma nova dinâmica vivenciada pelos indígenas nos aldeamentos desencadeou uma série de rearranjos e ressignificações da identidade étnica.

Já Angelica Stachuk e Oseias de Oliveira, graduada em História e Prof. Dr. da Unicentro-PR, respectivamente, discutem as sociabilidades estabelecidas entre indígenas e os demais integrantes da população de Guarapuava, região do Paraná, na década de 1850. Para o artigo, *O fandango como espaço de sociabilidade em Guarapuava - 1850*, os autores utilizaram uma rica documentação judiciária, com o objetivo central de analisar as redes de sociabilidade, especialmente dos fandangos, trazendo à tona os embates e conflitos envolvidos.

No artigo “*Considerações sobre a historiografia dos retábulos luso-brasileiros: autores clássicos e contemporâneos*”, João Henrique Grossi Sad Jr., bacharel e licenciado em Desenho pela Universidade Federal de Minas Gerais, aborda a historiografia dos retábulos luso-brasileiros, do ponto de vista da contribuição de alguns autores pioneiros e suas obras. O autor também comenta a produção historiográfica contemporânea, a qual, devedora dos clássicos, completa e renova as informações neles contidas, através de novas abordagens daquela matéria. Ao longo do texto apresenta os diferentes tipos de retábulos, entretanto, o principal objetivo de João Henrique é demonstrar que o campo das pesquisas continua aberto.

Na seção de **Resenhas** temos a análise da obra: SOARES, Ana Caroline Eiras Coelho. *Moçaeducada, mulher civilizada, esposa feliz: Relações de Gênero e História em José de Alencar*. Bauru, SP: Edusc, 2012. Ana Caroline Campagnolo Bellei, a resenhista da seção, é mestrandra na linha de pesquisa “Culturas Políticas e Sociabilidade” do Programa de Pós-Graduação em História da

UDESC. A resenha possui o emblema feminino, além das duas Anas – uma autora da resenha e outra autora da obra resenhada – distingue-se pela presença de outras mulheres: Lucia, Maria, Emilia, Carolina e Aurélia, personagens de José de Alencar que são analisadas à luz da sociedade imperial com intuito de trazer elementos dos papéis e desafios da mulher naquele período, enriquecendo a discussão de grande relevância ao entorno no conceito de gênero e do papel das mulheres nas sociedades do passado brasileiro, sem perder de vista a história da leitura e a literatura enquanto fonte histórica.

A nossa última seção, **Transcrição Documental Comentada**, publica o trabalho de Igor Tadeu Camilo Rocha, intitulado *Incredulidade e tolerância religiosa no processo inquisitorial contra o padre João Pedro de Lemos Montes (1779)*. Igor Rocha é mestrando em nosso programa de pós-graduação e um dos coordenadores da Oficina de Paleografia da UFMG, portanto, conhecedor da *arte de transcrever* manuscritos. Nesta edição, nos brindou com uma rica análise de um processo inquisitorial que levanta uma série de questões sobre o pensamento religioso das Luzes, destacando a tolerância religiosa e o ceticismo, sem perder o fio da meada da circulação do conhecimento e obras proibidas pela Igreja.

Por fim, convidamos para uma prazerosa leitura e aguardamos contribuições de trabalhos advindos de nossos colegas pesquisadores e leitores da *Temporalidades*.

O Conselho Editorial

Apresentação

Dr. Carlos Alvarez Maia

Historiador e Professor adjunto de Teoria da História

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

alvarez@iis.com.br

O Departamento de História da UFMG tem assumido um papel de destaque entre as pós-graduações de história no Brasil. A avaliação da Capes concede-lhe, desde 2010, o grau de excelência internacional distinguindo-a com a nota 6. Essa premiação, que recaiu especialmente sobre a qualidade do trabalho desenvolvido pelos seus professores, foi acompanhada pela competência de seus pós-graduandos. Em 2009, foi fundada por esses estudantes a revista *Temporalidades*, um periódico voltado para as pesquisas do corpo discente. Hoje, cinco anos passados, a continuidade e seriedade da revista já lhe garante a qualificação *Qualis* B3 e chega agora à sua 13^a edição. Diferentemente do quadro de professores que é razoavelmente fixo, os alunos encontram-se em um fluxo permanente, o que torna ainda mais notável a continuidade que diferentes grupos de pós-graduandos estabeleceram no gerenciamento da revista. A cada ano, os responsáveis pela edição da *Temporalidades* são renovados e o trabalho desenvolvido cresce sem perder qualidade. Essa constância de edições e coerência qualitativa tornam o processo de produção da revista um ingrediente fundamental na institucionalização do trabalho de seu corpo discente. Tal esforço, de professores e alunos, ratifica o mérito alcançado pela história da UFMG no cenário nacional.

Mais notável ainda, é a iniciativa da *Temporalidades*, agora repetida em seu dossiê, de focar as pesquisas sobre a área científica, desenvolvidas por historiadores. É uma agradável experiência acompanhar o investimento da história da UFMG nessa temática. Especialmente por ainda verificarmos, em inúmeros outros departamentos de história, uma rejeição a candidaturas de teses e dissertações que tratem desse objeto, a ciência, sob o olhar da história. Ainda mais inusitado na UFMG é o fato de ser o único departamento de história, no Brasil, que dá explícita e enfaticamente cobertura para a área de estudos históricos da ciência, ao constituir em sua pós-graduação a linha de pesquisa “Ciência e Cultura na História”. Até o momento, estimo que já foram defendidas cerca de 40 dissertações e 12 teses nessa linha de pesquisa. É um marco na formação de historiadores da ciência no Brasil. E com a *Temporalidades*, o corpo discente faz sua parte, e o faz bem, contribuindo para a consolidação desse pólo de investigação em história das ciências.

Com esse novo número e seu dossier, "Circulação do conhecimento na ciência moderna", a Temporalidades contribui bastante para quebrar a resistência, ainda forte em alguns historiadores, de acatarem que a ciência seja um objeto histórico. Afinal, por uma longa tradição, a história das ciências foi constituída à margem da história, desenvolvida em geral por cientistas e filósofos. Costumo dizer que a história das ciências tornou-se uma empresa de historiadores ausentes. Estamos agora em um momento de conquista de territórios abandonados pela história em outras eras historiográficas. A coragem intelectual e abertura conceitual de todos os alunos da pós-graduação da UFMG – recordemos que a Temporalidades representa todas as linhas de pesquisa da pós-graduação, não sendo uma iniciativa exclusiva da linha de história das ciências – revela uma alteração no perfil dos novos historiadores profissionais. Encontramos nessa nova geração uma sabedoria historiográfica e um rigor teórico dignos de aplauso. Parece-me, com iniciativas desse quilate, que o futuro seja mais promissor para as pesquisas, realizadas por historiadores *tout court*, sobre o objeto ciência.

Infelizmente, ainda hoje, sobrevivem na disciplina história antigos mitos científicos que impedem a incorporação de vastas áreas de pesquisa – são regiões tratadas como terras devolutas – ao território de pesquisa do historiador profissional. Talvez o mais abandonado e mistificado desses campos seja o das ciências naturais. Ainda há quem pense que o trabalho científico seja totalmente distinto dos demais trabalhos humanos. Associam ciência a valores absolutos como o de verdade e de objetividade, como se tais valores fossem decorrência de um método garantidor de suas certezas, o método científico a-histórico. Retiram a ciência de sua história. Nada mais falso e anacrônico do que a compreensão de que algum trabalho humano escape aos conflitos e jogos societários que caracterizam qualquer atividade, humana, desenvolvida em sociedade. Não há exceção.

A nobre e venerável verdade científica é produzida pelos mesmos artifícios mentais, psíquicos e sociológicos quanto os mais chãos saberes sociais. Há jogos de interesse em cada laboratório de teste científico, há luta por prestígio em cada grupo de pesquisa, há subjetividade em cada conclusão, dita, “objetiva”. Afinal, a consagrada ciência neutra e pura ainda permanece maculada pelas contaminações das disputas sociais. O que se pode garantir, sim, é que os valores mais característicos e exclusivos da tal ciência “pura, neutra e objetiva” são atribuições alcançadas graças exatamente ao trabalho coletivo realizado em sociedade, por ser validado socialmente. É justamente essa condição histórica da ciência que lhe fornece as qualidades mais admiradas em seus produtos, sejam teorias ou artefatos técnicos. Não há espaço para algum discurso metafísico que se desfaça da origem histórica de qualquer atividade humana e construa uma ontologia para alguma delas, como já se fez com a Ciência, grafada com maiúscula.

Na academia, hoje, não dá para desconhecer as contribuições de Febvre, Koyré, Kuhn, Fleck, Bloor e Latour. A nova geração de historiadores já se encontra bem habituada com tal renovação do olhar histórico. E essa pós-graduação da UFMG é um caso exemplar de uma postura insubmissa ante o conservadorismo historiográfico e que desenha painéis sérios e inovadores para publicação em *Temporalidades*.

Para este número, a *Temporalidades* nos oferece um dossiê com 5 artigos selecionados rigorosamente abarcando a temática dos estudos históricos do conhecimento científico. São bem variados e nos oferecem um cenário representativo dos trabalhos realizados nas diversas pós-graduações em história que vicejam no Brasil, focando esse objeto, os saberes científicos.

No primeiro artigo, Jamily Marciano Fonseca aborda a produção intelectual em Fortaleza, durante a década de 1880. Discute como as teorias científicas e evolucionistas europeias influenciaram as reflexões dos letrados da época: sobre a sociedade, sua população e sobre a natureza. Fica patente como o scientificismo e outras correntes teóricas evolucionistas contribuíram para construir a identidade do Ceará.

No segundo, João Pedro Dolinski persegue os caminhos da introdução da medicina moderna na sociedade portuguesa do século XVIII, esclarecendo as especificidades desse processo. Três fenômenos distintos pavimentaram os novos caminhos seguidos pela medicina nesse momento: o nascimento da clínica e do método anatomo-clínico, o desenvolvimento do ceticismo terapêutico e o advento da fisiologia como disciplina autônoma. O artigo focaliza como a recepção das novas ideias científicas deveu-se, em parte, à influência dos estrangeiros e estrangeirados, em Portugal, pois havia alguma relutância da comunidade científica lusitana em aderir à modernização dos saberes médicos.

No terceiro, Gabriel da Costa Ávila apresenta-nos a Oficina Literária do Arco do Cego, instituição que, entre 1799 e 1801, publicou quase uma centena de obras voltadas para a difusão de conhecimentos de História Natural capazes de serem aplicados ao desenvolvimento agrícola de Portugal e do Brasil. Sua hipótese é de que essa produção tornou-se bastante influente entre os agentes do alto escalão do Estado português, como também entre os naturalistas. Gabriel examina o papel ocupado pela referida Oficina Literária nas articulações entre História Natural e administração colonial. Para tanto, ele emprega instrumentos teóricos apoiados nas noções de rede, interesses e translações.

No quarto artigo, Fabiana de Santana Andrade examina as atividades do letrado baiano Luis Mendes empenhado na fundação de uma academia de letras na Bahia em 1810. As ideias de Luis Mendes foram consideradas “perigosas” o suficiente para que os censores portugueses

estivessem atentos às suas publicações. Suas intenções, de origem racionalista, abraçavam orientações para a sociedade e para a ciência que conflitavam com o pensamento predominante.

Finalmente, no último artigo, Ana Paula dos Santos Lima avança pelo terreno da história ambiental ao tratar da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus (1797 – 1808). Nessa região, havia um monopólio das madeiras de construção instituído pela Coroa Portuguesa que se chocava com o ideário liberal, bastante em voga na Europa, possuindo alguns reflexos no Brasil. Nesse artigo, Fabiana examina a atividade do Juiz Conservador das matas de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, que mediou as disputas entre os interesses do Estado, dos particulares e dos próprios moradores das redondezas, pelas madeiras de construção.

Esse conjunto de artigos serve de demonstração do esforço dos estudantes da pós-graduação em história da UFMG ao trilharem o caminho de suas profissionalizações e que contribuem, ao lado de seus professores, para manter o padrão de excelência já alcançado pela instituição. Convido a todos para uma boa leitura.

As ideias científicas e evolucionistas no debate intelectual no Ceará nos anos 1880

The scientific and evolutionary ideas in the intellectual debate in Ceará in the 1880s

Jamily Marciano Fonseca*

Mestranda em História Social

Universidade Federal do Ceará-UFC

jamilyfonseca@hotmail.com

RESUMO: O artigo aborda a produção intelectual em Fortaleza, capital da província do Ceará, durante a década de 1880. Discute-se o modo como as teorias científicas e evolucionistas europeias foram recebidas, bem como influenciaram as formas como os letrados passaram a pensar sobre a sociedade em que viviam nas últimas décadas do século XIX, sua população e natureza. Analisa-se como o cientificismo e outras correntes teóricas evolucionistas contribuíram para as reflexões que ajudaram a construir uma sociedade e identidade do Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Cientificismo, Evolucionismo, Letrados de Fortaleza

ABSTRACT: The article discusses the intellectual production in Fortaleza, capital of the province of Ceará during the 1880s. Discusses how the European scientism and evolutionary theories were received and influenced the ways in which intellectuals have come to think about the society they lived in the last decades of the nineteenth century, its population and nature. It is shown how scientism and other evolutionists theoretical currents contributed to the reflections that helped to build a society and identity of Ceará.

KEYWORDS: Scientism, Evolutionism, Intellectuals of Fortaleza

Introdução

A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento da cultura cafeeira no Brasil intensificou sua participação no mercado econômico mundial. Esse aumento do contato com as nações consideradas modelos de civilização, principalmente europeias, inspirou o país a remodelar-se materialmente. Na mesma proporção, a sua inteligência também acompanhou esse processo de mudanças, renovando seu modo de pensar.

A intensificação das atividades econômicas proporcionou o aumento do fluxo de mercadorias, bem como de livros, informações e novas correntes teóricas dentro do território brasileiro. O fluxo de ideias ocorreu tanto entre as províncias, como entre estas e os países estrangeiros, principalmente europeus.

* Estudante do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará-UFC e bolsista FUNCAP.

Essas mudanças ocasionaram a chamada “crise da renovação das ideias”, que de acordo com Cândido havia sido assinalada por Sílvio Romero e ocorreu devido ao choque entre a tradição escolástica e as ideias modernas, tendo se iniciado a partir de 1870, devido à entrada de novas correntes do pensamento europeu no ambiente intelectual brasileiro.¹

Positivismo, evolucionismo, crítica religiosa, naturalismo, realismo, racialismo e transformações do direito e da política foram algumas das linhas de pensamento que se popularizaram em fins do século XIX e contribuíram para a elaboração de ideais que visavam “uma ampla reforma social (...) [a fim de] melhorar o aspecto físico, moral e mental da ‘raça nacional’”².

Diante das novas correntes de pensamento, diversos intelectuais, políticos e literatos brasileiros, preocupados em atualizar o país, buscavam fazê-lo semelhante à Europa e aos Estados Unidos, no tocante ao progresso material e social. Segundo Schwarcz, o discurso evolucionista e determinista que adentra no Brasil da partir dos anos 1870, proporcionou o desenvolvimento de um novo raciocínio para explicar as diferenças internas, pois por meio das teorias racialistas, os políticos e os letrados disseminariam a ideia de que o lugar de cada indivíduo na sociedade seria estabelecido pelas diferenças físicas, bem como as diferenças sociais e econômicas seriam explicadas³.

De acordo com Alonso, em fins do século XIX não havia um campo intelectual autônomo no Brasil e, por isso, toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político. Logo, a denominada “renovação das ideias” esteve atrelada ao momento político pelo qual o Brasil passava nesse período. Concordamos com a autora quando ela afirma que “argumentos e conceitos de teorias estrangeiras não foram adotados aleatoriamente, sofriam um processo de triagem”, isto é, “havia um critério político de seleção”, pois os intelectuais escolheram determinadas teorias e práticas no intuito de subsidiar suas compreensões acerca da realidade que viviam, bem como para “desvendar linhas mais eficazes de ação política”⁴.

A crise do Segundo Reinado, iniciada a partir de meados dos anos 1860, proporcionou discussões sobre a reforma do regime de trabalho, a secularização das instituições e a reestruturação do sistema político. Como resultado dessa crise política e das reformas que

¹ Ver: CANDIDO, Antônio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

² SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugenético brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008. p. 146.

³ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 8. impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 39.

visavam à modernização do império na virada de 1860 para 1870, houve uma nova configuração da “estrutura de oportunidades políticas”, em que foi possível a participação de grupos sociais antes alijados. Isto foi resultado da alteração no padrão da imprensa e da reforma do sistema de ensino que aumentaram as oportunidades de meios de expressão política. A possibilidade de manifestação pública de grupos sociais antes marginalizados deu condições de manifestação para um novo movimento político-intelectual, que passou a contestar o poder imperial. Foi nessa conjuntura que teve lugar o movimento da geração de 1870 que privilegiou mais suas posturas intelectuais que as políticas.⁵

Nessa época, o Ceará intensificou suas relações econômicas com outras províncias brasileiras, bem como com países do exterior, em decorrência do seu desenvolvimento econômico, ocorrido a partir da ampliação da produção e exportação do algodão, o que ocasionou o crescimento urbano e demográfico de sua capital, Fortaleza. De acordo com Cardoso, a partir de 1860, o comércio do algodão e a migração da população sertaneja fugida da seca colaboraram para que a cidade se formasse como um espaço de atuação de vários grupos sociais.⁶

Nesse sentido, Oliveira assevera que esse também é um momento em que diversos estudantes transitavam na província do Ceará devido ao aumento dos cursos preparatórios e secundários, além da saída e da entrada daqueles que realizavam seus cursos superiores em outras províncias, principalmente em Recife e no Rio de Janeiro.⁷

As novas ideias permearam o pensamento dos letrados não somente em Fortaleza, mas em todo o Brasil, os quais compuseram a chamada “geração de 1870”⁸, ou “geração modernista de 1870”⁹. A maioria dos pensadores que fizeram parte dessa “geração”, marcada por correntes de pensamento europeias de cunho científico, evolucionista e racialista, pertencia principalmente às camadas mais abastadas da sociedade brasileira.

No caso de Fortaleza, alguns dos intelectuais que se reuniram na cidade nos anos 1870, se associaram novamente na década subsequente e influenciaram outros pensadores, os quais, por meio do contato com as novas ideias europeias, foram impulsionados a formular modos de

⁵ ALONSO. *Ideias em movimento*, p. 87-96.

⁶ CARDOSO, Gleudson Passos. “Cientificamente interpretadas e utilitariamente aproveitadas”: a Academia Cearense e a soberania do conhecimento e das leis científicas (1894-1904). *Intellectus*, UERJ, ano 6, v. 1, p. 41-60, 2007.

⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001, p. 29-127.

⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 10.

⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. Editora Brasiliense, 1983. p. 78.

pensar a realidade em que viviam e a criar soluções que a inserissem no mundo considerado civilizado ou desenvolvido.

O cientificismo e as novas leituras sociais dos anos 1870 aos 1880

As décadas de 1870 e 1880 foram marcadas por debates, seja na literatura ou na imprensa partidária, acerca de diversos projetos sociais, econômicos e políticos para o Brasil que passava por transformações. Interpretando esse processo de mudanças, várias foram as ideias e posturas adotadas pelos letrados, as quais podem ser notadas nos periódicos que circularam no período.

Para o caso do Ceará, privilegiaremos as reflexões da “Mocidade Cearense”: um grupo de letrados que “participou das campanhas em prol do racionalismo filosófico e do movimento abolicionista, entre as décadas de 1870 e 1880, com a Academia Francesa, Sociedade Libertadora Cearense, Centro Abolicionista e Clube Literário”. A maioria dos autodenominados “moços do Ceará” provinha das classes sociais mais bastadas da sociedade, as quais exerceram poder na política local ou pertenciam aos grupos médio-burgueses que emergiram com a economia algodoeira, cujo principal entreposto comercial do Ceará era sua capital.¹⁰

Em Fortaleza, podemos destacar no ano de 1872 a fundação da Academia Francesa, uma associação literária e filosófica onde estiveram reunidos Raimundo Antônio da Rocha Lima, Capistrano de Abreu, João Lopes Ferreira Filho, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho, Xildérico de Farias, entre outros. Homens de letras que atuaram na divulgação das novas ideias entre a elite letrada, principalmente do ideário positivista, por meio do jornal maçom *Fraternidade* e de conferências proferidas na Escola Popular, voltada para a formação intelectual dos pobres e operários.¹¹

Atentando para a supervalorização do discurso científico europeu em fins do século XIX, verificamos a influência de Capistrano de Abreu e de sua leitura científica da sociedade, elaborada durante os anos 1870, sobre os homens das letras do Ceará no que se refere às suas posturas intelectuais e políticas que reverberaram nos anos posteriores. No Ceará, Capistrano participou da Academia Francesa, tendo contribuído no jornal *Fraternidade*, no *Constituição* e proferiu palestras na Escola Popular. O autor partiu para o Rio de Janeiro em 1875, onde se estabeleceu e não mais retornou à terra natal.

¹⁰ CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: NEVES, Frederico de Castro (Org.) et al. *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha, 2002, p. 45.

¹¹ Ver: BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Edição fac-similar. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986. Vol. I, p. 85-86; e NEVES, Berenice Abreu de Castro. “Intrépidos romeiros do progresso”: maçons cearenses do Império. In: NEVES et al. *Intelectuais*, 2002.

De acordo com Wehling em seu estudo acerca da fase científica de Capistrano, o científico foi “a transformação da ciência de método de abordagem em visão de mundo”¹² que se limitou a “uma ‘versão popular’ da ciência, afirmando determinismos e certezas absolutas que a ciência verdadeira estava longe de possuir, ou sequer desejar”¹³. Segundo o autor, a influência científica foi determinante na obra de Capistrano entre 1874 e 1880 e o ajudou a pensar a evolução histórica da sociedade a partir da transposição de determinadas leis e conjuntos conceituais de uma ciência para outra, no caso das ciências físicas e biológicas para a história e a sociologia.¹⁴

Rocha Lima também serviu de inspiração para os letreados de Fortaleza nos anos 1880. Tendo falecido jovem, aos 23 anos, em 1878, esse autor foi bastante admirado tanto por suas reflexões como pelo conhecimento e interesse pelo pensamento europeu do período, além das atividades exercidas em tão pouco tempo de vida. Rocha Lima havia participado da Academia Francesa, proferiu conferências na Escola Popular e fez contribuições ao jornal *Fraternidade*. A trajetória de suas influências teóricas assemelha-se muito a de Capistrano de Abreu, pois ambos teriam lido primeiramente Taine e Buckle, passaram para Comte e daí para Spencer.¹⁵

Ambos os autores pensaram acerca da evolução social e relacionaram suas leituras à realidade da província do Ceará nos anos 1870. Notar o modo como Capistrano de Abreu e Rocha Lima realizaram suas leituras acerca do Ceará, de sua natureza e população, nos ajuda a refletir sobre as conexões intelectuais entre esses pensadores e os da década posterior. Pois foi por meio da interação entre os estudantes secundaristas e das atividades da Academia Francesa, encerradas em 1875, que os primeiros laços intelectuais teriam sido estabelecidos. Por isso, foram marcados por uma visão de mundo científico-naturalista a qual também pode ser encontrada nos movimentos políticos da abolição dos escravos, bem como nos movimentos literários da década de 1880 que agitaram a capital do Ceará¹⁶ como mostraremos a seguir.

Na capital da província, entre os anos 1877-1880 ocorreu uma seca que representou uma fratura demográfica, com a redução de mais de um terço da população. O Ceará atraiu a atenção e a compaixão de todo o império e, por meio desse fenômeno climático, foi gerado o sentimento de unidade nacional para combater a miséria dessa província. A seca de 1877 foi a primeira a ter

¹² WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu – a fase científica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, v. 311, abril/junho 1976, p. 45.

¹³ _____. *Capistrano de Abreu*, p. 46.

¹⁴ _____. *Capistrano de Abreu*, p. 51.

¹⁵ Ver introdução feita por Djacir Menezes para a obra: LIMA, Raimundo Antônio da Rocha. *Critica e literatura*. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. (Coleção Carnaúba, v. 5)

¹⁶ OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: NEVES et. al. *Intelectuais*, p. 28-29.

repercussão nacional e internacional e a “atingir setores médios dos proprietários de terra”, trazendo “um volume considerável de recursos para as vítimas do flagelo e fez com que as bancadas nortistas no Parlamento descobrissem a poderosa arma que tinham nas mãos, para reclamar tratamento igual ao dado ao Sul”.¹⁷

Com o fim da seca no início dos anos 1880 e com as novas ideias e consciência do poder de reivindicação ao governo central, os letados da província se reuniram e houve a revitalização das atividades intelectuais que haviam sido interrompidas. Nessa época, uma das bandeiras de luta que se fortaleceram e geraram discussões no Ceará e em grande parte do império foi o abolicionismo.

Os “moços do Ceará” que atuaram na década de 1880, como seus antecessores e em sintonia com outros pensadores do período, passaram a pregar a redenção social por meio da “abolição” da escravatura, onde o engajamento do homem das letras em nome desses ideais seria condição *sine qua non* para que ocorresse a atualização da sociedade brasileira de acordo com os moldes europeus.¹⁸

A questão abolicionista foi motivo de discussões e cisões políticas em todo o Brasil. Em 1871, com a decretação da Lei do Ventre Livre, ocorreu a divisão do Partido Conservador a nível nacional. No Ceará, tal divisão havia ocorrido em 1863 quando Domingos Jaguaribe e João da Cunha Freire saíram da colaboração com o jornal *Pedro II* e fundaram o *Constituição*. Na província, houve também a cisão da ala liberal em que os Paulas fundaram o jornal *Gazeta do Norte* e os Pompeus, o *Cearense*.¹⁹

Em Fortaleza, com o objetivo de promover a libertação dos trabalhadores escravos, o movimento abolicionista se fortaleceu nos anos iniciais do penúltimo decênio do século XIX e foi representado por letados (tais como João Lopes Ferreira Filho, Antônio Bezerra, Antônio Martins, Justiniano de Serpa, Manoel de Oliveira Paiva e alguns daqueles que haviam atuado na Academia Francesa) que colaboravam em diversos periódicos que circulavam na cidade, como o jornal *Gazeta do Norte*, *Libertador*, *O Domingo*, a revista *Avenida*, *A Quinzena*, entre outros.

No *Libertador*, jornal abolicionista, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, que circulou em Fortaleza durante os anos 1880, encontramos o artigo “Consequências da emancipação”,

¹⁷ ALBUQUERQUE RIOS, Kênia Sousa. Apresentação: A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de; GABLAGLIA, Giacomo Raja. *Estudos sobre seca: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006, p. 14. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 2).

¹⁸ BARREIRA, *História da literatura cearense*, p. 78-79.

¹⁹ Ver introdução de Djacir Menezes à obra: LIMA, Raimundo Antônio da Rocha. *Crítica e literatura*. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968. (Coleção Carnaúba, v. 5)

dividido em três partes em publicações diferentes, onde percebemos a crença em que, uma vez emancipados, os ex-escravos haviam de se entregar “á preguiça, á vadiação, á embriaguez e ao roubo”²⁰, por outro lado, havia também uma preocupação em mostrar as “vantagens” da libertação dos escravos:

Quando muitos filantropos da Europa não podiam acreditar na possibilidade de conseguir, que em poucos anos a raça africana fizesse a evolução da semi-barbaria da escravidão para o maximo estado de civilisação, no goso de todos os direitos de cidadão de uma República perfeitamente democrática, vemos que esse prodigo está realizado: ha negros nas Universidades, nas Academias, nos Collegios e nas Echolas; ha negros medicos, advogados e em todas as profissões; ha negros deputados e senadores; ha negros padres e em todos os ramos da religião christan²¹.

O título “Consequencias da emancipação” nos faz refletir sobre a possibilidade de um projeto que visava à libertação dos escravos. Esse texto poderia ter contribuído para a formação da opinião da elite letrada acerca da ocorrência desse evento, pois o autor cita alguns de seus efeitos. A palavra “emancipação” na nomeação do texto remete à ideia de que os escravos poderiam ter certa maturidade intelectual para defender e lutar por sua liberdade, no entanto, no decorrer da leitura, em especial no trecho destacado, notamos que a “raça africana” era considerada inferior, já que precisaria evoluir. Logo, compreendemos que os letrados, os quais teriam a consciência sobre os “benefícios” da libertação dos escravos, acreditavam serem os “libertadores” por estarem à frente desse processo.

De acordo com o texto, pelo fato de os trabalhadores escravos serem negros, de antemão eles eram considerados naturalmente degenerados, entregues aos vícios, e para mostrar que tal malefício não havia de se realizar na sociedade em que viviam, os libertadores expunham exemplos em que isso não ocorreu, como no caso das sociedades europeias, que eram tidas como modelos a serem seguidos.

O contato com as ideias científicas proporcionou aos letrados de Fortaleza um novo modo de ler a sociedade em que viviam, a qual passava por transformações decorridas das atividades comerciais e das migrações dos retirantes fugidos da seca que assolava o interior do Ceará.

Dentre os aspectos que eram mais presentes em suas reflexões, encontrava-se a formação do chamado “povo cearense” e de suas “aptidões” para a sobrevivência no território que habitava, fatores que, segundo os intelectuais, haviam contribuído para sua “evolução”. Vale

²⁰ Parte I do artigo intitulado “Consequencias da emancipação”. In: BPMP, Núcleo de Microfilmagem. Jornal *Libertador*. Fortaleza, 15 jan. 1881, p. 3, rolo nº. 127-A.

²¹ Parte II do artigo intitulado “Consequencias da emancipação”. In: BPMP. *Libertador*, 15 jan. 1881, p. 3.

salientar que as ideias foram selecionadas e adaptadas pelos letrados para pensarem sobre suas peculiaridades e experiências na cidade e como membros do império.

Raça e natureza

O uso do pensamento científico-naturalista que esses letrados realizavam se relacionava com o que era entendido por progresso, bem como os fatores identificados como subsídios por meio dos quais o Ceará seria reconhecido como desenvolvido e civilizado.

Embassados nas evidências da experiência, é perceptível também a constante naturalização da superação das adversidades naturais. A natureza local era apresentada como um ambiente desprovido de riquezas, diferentemente de outras localidades onde o meio físico teria sido generoso com seus habitantes. Na luta em prol da libertação dos escravos, encontramos as seguintes ideias no texto intitulado “Abaixo a escravidão”, que foi uma espécie de editorial publicado no primeiro número do jornal *Libertador* a circular na cidade:

Se uma parte do império só sabe elevar-se auxiliada pelo braço do escravo, que lhe proporciona as comodidades da riqueza, alem da uberdade do solo, da regularidade das estações, da docura do clima, que tudo lhe é favorável, nós os desamparados da fortuna, que luctamos com as calamidades inherentes a posição geographica de nosso trovão, para quem a vida é difícil e exige constante trabalho; nós os beduinos do deserto, acostumados a arrancar do solo o sustento quotidiano com muito suor da fronte, devemos orgulhar-nos de termos sido os primeiros que enunciamos o trabalho livre e que primeiro extinguiremos o elemento servil, que tanto destoa do nosso adiantamento²².

A parte do império assinalada no texto pelos letrados provavelmente se refere às províncias das regiões Sul e Sudeste, que à época se destacavam economicamente por serem grandes produtoras e exportadoras de café. Segundo esse discurso, essas províncias, além de possuírem solo fértil e clima agradável, viviam comodamente à custa do trabalho escravo.

De acordo com Araújo, até os anos iniciais do século XX a ideia de natureza que prevalecia entre a elite política e cultural brasileira era a de que o Brasil tinha uma “vocação agrária”. Havia a evocação da “fecundidade divina da terra”, representada, principalmente pela economia cafeeira; a questão apresentada era a da gestão da terra: era preciso uma boa gestão da natureza, pois era através dela que o país tomava seu lugar dentre as nações civilizadas²³.

Logo, ao analisarmos o discurso dos intelectuais em Fortaleza, percebemos que o Ceará destoaria desse Brasil fecundo, pois, por estar localizado numa terra árida, era preciso que seus

²² *Libertador*, 1 jan. 1881, p. 1.

²³ Ver: ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. *Projeto História*, São Paulo, n. 23, p. 151-167, nov. 2001.

habitantes, os “desamparados da fortuna”, despendiassem um esforço maior para conseguirem o básico para sobrevivência.

No trecho do texto assinalado acima, podemos notar que para os chamados “libertadores”, era motivo de orgulho o fato de o Ceará, apesar de todas as dificuldades impostas pela natureza, ter sido a primeira província a proclamar a luta contra o cativeiro em favor do trabalho livre, visando o progresso. Eles estavam exaltando os habitantes de sua terra, ao mostrar que mesmo acostumados ou adaptados ao trabalho árduo, pois não tinham regalias, manifestavam o interesse em estar atualizados ao perfil de civilização e lutar pela liberdade.

A partir do texto, percebemos que havia a crença de que a natureza não tinha sido generosa com o homem do Ceará, o qual, devido ao clima seco e árido e ao solo pouco fértil, se esforçou mais para obter o alimento e sobreviver em meio às adversidades naturais, comparado aos habitantes das áreas consideradas mais férteis do território brasileiro.

Na mesma acepção, para Rocha Lima o “homem deixa de ser uma passividade diante de Deus e da natureza como no fatalismo teológico ou metafísico, para tornar-se um reagente contínuo, um Prometeu sem Cáucaso, que vai cada dia, pelo progresso de sua inteligência, roubando à natureza o segredo de sua onipotência”²⁴. Ou seja, o homem não esperava mais pela providência divina, mas buscava mudar sua realidade em favor do próprio progresso intelectual, enfrentando as dificuldades impostas principalmente pelas forças naturais.

Notamos que a forma de pensar dos colaboradores do *Libertador*, estava em consonância com as reflexões de Rocha Lima, já que a vontade do homem em lutar contra a natureza e superá-la era assunto comum, recorrente e abordado a partir de uma linha de raciocínio semelhante em que o homem galgaria os aspectos e as forças do meio físico e progrediria mental e socialmente.

Segundo esses intelectuais, a luta pela sobrevivência do homem do Ceará em uma terra de difícil habitação e cultivo mostrava o quanto ele estava adaptado a esse ambiente. Tal adaptação era apresentada pelos letrados de Fortaleza estando relacionada à miscigenação das “raças”, branca e indígena principalmente, que teria contribuído para a formação física e moral de um tipo humano diferenciado.

O debate sobre as raças atingiu seu auge nos anos finais do século XIX. Legitimado pela ciência, o racismo despertou novas perspectivas intelectuais acerca das transformações da espécie humana e engendrou pensamentos racialistas.

²⁴ LIMA. *Critica e literatura*, p. 147.

Para Murari, o racialismo difere do racismo, pois aquele não precisa de uma justificação baseada em estudos científicos. Essa autora resume a teoria racialista como o estudo da questão da afirmação da superioridade da raça branca sobre a negra e a amarela, condenando a miscigenação, pois esta originaria seres fracos, inferiores, degenerados e incivilizáveis, bem como o estudo das diferenciações morais, espirituais e nacionais existentes dentro da raça branca²⁵. O tema da raça é bastante presente nas narrativas da “geração” de intelectuais da década de 1880 no Ceará.

Para entendermos como o racialismo se afigura no pensamento dos letRADOS em Fortaleza, apresentamos o discurso de Antônio Bezerra no seu livro intitulado *O Ceará e os cearenses*, que reúne artigos publicados em Manaus no jornal *A Pátria*.

Nessa obra encontra-se o artigo homônimo do livro em que Bezerra expõe sua crença “de que o pôvo cearense tem no sangue uma parte do sangue do cigano”²⁶. Bezerra afirma que “da fusão desses dois elementos [português e índio] e do elemento europeu [cigano] se formou a população do Ceará”.²⁷

Ora, de acordo com Louis Agassiz (1807-1873) e Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), estudiosos franceses, cujos pensamentos eram conhecidos pelos intelectuais da região Sul e Sudeste do Brasil, o homem do Ceará, constituído da forma como Bezerra afirmava, era sem dúvidas degenerado, uma vez que esses estudiosos europeus consideravam a miscigenação das raças um fator negativo.

Segundo Ventura, um dos principais problemas antropológicos do século XIX foi o debate travado entre monogenistas e poligenistas surgido a partir do conceito de degeneração elaborado por Georges-Louis Leclerc ou Conde de Buffon (1707-1788). Esse naturalista francês do século XVIII, identificado com a corrente monogenista, estudou os efeitos do cruzamento entre cavalos e asnos e detectou uma degeneração no produto (o mulo, que é estéril), no entanto, defendia que essa degeneração se restringia ao mundo animal e que havia uma “grande e única família de nosso gênero humano”, que se multiplicou e se dispersou pelo mundo, tendo se modificado em decorrência das ações do meio físico e ao modo de vida que levava e, assim, as diversas raças foram produzidas²⁸.

²⁵ Ver: MURARI, Luciana. A mestiçagem da alma: literatura crítica e ciência na construção do discurso racial no Brasil pós 1870. *Intinerários*, Araraquara, n. 23, p. 175-190, 2005.

²⁶ BEZERRA, Antônio. *O Ceará e os cearenses*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 2001, p. 19. (Coleção Biblioteca Básica Cearense).

²⁷ _____. *O Ceará e os cearenses*, p. 15.

²⁸ Ver: VENTURA. *Estilo tropical*.

As ideias de Buffon foram retomadas no século seguinte sob uma óptica diferenciada por Agassiz e Gobineau, que negaram a existência de uma origem comum dos homens, defendendo o poligenismo, ou a separação das raças, e que a miscigenação resultaria em homens degenerados. Logo, de acordo com esses autores, o Brasil enquanto país formado por um povo miscigenado estava condenado à degeneração. Essas teorias das desigualdades entre as raças adentram o Brasil nas três últimas décadas do século XIX, juntamente com as ideias naturalistas, científicas, positivistas e evolucionistas.

Kury, em seu estudo sobre a expedição científica comandada por Agassiz no Brasil na região Amazônica entre os anos de 1865 e 1866, afirma que o naturalista avaliava negativamente o que chamava de hibridizações, pois “o indivíduo resultante do cruzamento de diferentes raças perde as melhores características das raças puras”²⁹. Ainda acerca do pensamento de Agassiz, Roberts acredita que o naturalista francês admitia a existência de uma ligação entre as espécies que surgiram no transcorrer da história terrestre, porém destacava que a relação não era do tipo “descendência familiar”, mas sim uma conexão de “natureza imaterial e superior”, ou seja, uma ligação entre as ideias na mente do Criador³⁰.

Para Gobineau, de acordo com Sousa, a questão étnica teria sido a responsável pelo declínio das civilizações antigas. E isso ocorreria pelo fato de uma raça originalmente pura, ao misturar-se com outras, se tornava degenerada e, assim, perdia as suas qualidades essenciais, levando ao fim essas civilizações³¹.

Contrariamente a essa forma de pensar, Antônio Bezerra, no artigo mencionado anteriormente, considerava a mistura do branco português com o cigano um fator positivo ao afirmar que

Pára maior semelhança com os tipos ancestrais, as mulhérias cearenses são de uma fecundidade sem igual no país.

Conhecem-se casais que chegaram a produzir até vinte e oito filhos. É a lei de origem, essa fórmula mediata da hereditariedade que chamam atavismo pelo qual os seres voltam às formas primitivas.

Nesse ponto deve ter influído o elemento tzigano que realmente continua ainda a se desenvolver do mesmo modo. Do indígena nada se recebeu, porque a poligamia só pode trazer, como trouxe, a degeneração e a inferioridade daquela raça.³²

²⁹ KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na “Viagem ao Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157-172, 2001. p. 169.

³⁰ Ver: ROBERTS, Jon. Louis Agassiz: poligenismo, transmutação e metodologia científica – uma reavaliação. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol... [et. al.] (Orgs.). *Darwinismo, meio ambiente, sociedade*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2009.

³¹ Ver: SOUSA, Ricardo Alexandre Santos. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013.

³² BEZERRA. O Ceará e os cearenses, p. 17-8.

Notamos que Bezerra afirmava o caráter fértil da dita “mulher cearense” e o avalia positivamente como uma herança hereditária atávica, isto é, uma característica advinda de ascendentes distantes, no caso dos ciganos, que reapareceu nos descendentes imediatos.

Entretanto, concordando com Agassiz e Gobineau e com a maioria dos racistas científicos e racialistas europeus, segundo Bezerra, o indígena era inferior e negava a contribuição deste na composição do que o autor considerava ser o “cearense”, valorizando a presença do elemento cigano. Compreendemos, então, que para Bezerra não seria toda e qualquer miscigenação que era vista como algo bom.

Diante disso, podemos pensar que o referido autor e talvez outros letrados de Fortaleza, estariam a par do debate entre monogenistas e poligenistas que ocorria principalmente na região Sul do Brasil e no estrangeiro. Ao analisarem a sociedade onde estavam inseridos, se reconheceriam como inferiores, por serem mestiços, e enquanto raça não branca tinha que mostrar reiteradamente a superação desse caráter através de sua história, cultura, atitudes políticas e grau de instrução.

Esse reconhecimento da inferioridade do “povo cearense” e sua tentativa de superação e evolução são encontrados no poema “A Villa da Redenção”, também de autoria de Bezerra, publicado no livro *Três Liras: poesias*. Essa obra compila poesias de Antônio Martins, Antônio Bezerra e Justiniano de Serpa, publicada em 1883 em Fortaleza. Com ela seus autores se popularizaram como poetas do “abolicionismo”, ou melhor, poetas “libertadores” do Ceará. Desse poema, extraímos os seguintes versos de Bezerra:

(...) Baqueia a escravidão ao choque do heroísmo
D’um povo pobre sim, mas cheio de civismo
E rico de ambição!
Honra a ti nobre terra, estádio da igualdade
Que antepões á vida o amor á liberdade
A glória da tua nação!³³

Baseados nesses versos, consideramos que para o autor a população da Vila de Redenção era pobre, todavia, apesar das dificuldades, tinha o interesse em contribuir para o progresso da pátria, por meio da luta contra a escravidão. Bezerra afirmava que a Vila, a qual inspira o título do poema e foi a primeira a libertar os escravos na província, era local de igualdade, onde o amor, a vida, a liberdade e a glória da nação estavam em primeiro lugar.

³³ BEZERRA, Antônio; SERPA, Justiniano de; MARTINS, Antônio. *Três Liras: poesias*. Fortaleza: Typographia Economica, 1883, p. 15.

A partir dos versos de Bezerra destacados acima, podemos inferir que a sua intenção era dar força ao movimento de libertação dos escravos por meio da exaltação da Vila de Redenção, enfatizando a superação da pobreza local por seus habitantes para que seu objetivo fosse atingido.

No Ceará, curiosa foi a atuação de João Lopes: deputado da província em 1854, professor e jornalista, iniciou os estudos em Direito na Faculdade de Recife, mas logo teve de retornar à terra natal devido às dificuldades financeiras, contribuiu com a fundação da sociedade Phoenix Estudantil, participou da Academia Francesa, foi redator dos jornais *Fraternidade*, *Gazeta do Norte*, *Cearense*, colaborou no *Libertador*, foi um dos fundadores do Clube Literário, tendo colaborado em seu órgão, a revista *A Quinzena*, bem como no jornal *O Domingo*, no *Estado do Ceará*, na *A República* e em outros periódicos de várias cidades do Brasil. Lopes escreve o seguinte sobre o branqueamento da sociedade brasileira:

Quando, amanhã, o sangue caucasico, atrahido pela abolição, tiver trazido seiva sadia ao nosso solo e os milagres do trabalho livre tiverem dignificado o lugar do Brazil nas grandes officinas da industria moderna, o nome cearense fulgirá deslumbrante na memoria das gerações para as quaes estamos preparando uma patria livre³⁴.

O autor indica a entrada de trabalhadores europeus no país e no Ceará após a libertação dos escravos, cuja mão de obra, branca e livre, traria a nutrição que “ajudaria” o país e a província a se modernizarem, inserindo-os no mundo “civilizado”. João Lopes abordou a questão do trabalho livre associado ao imigrantismo e desvalorizou o trabalhador nacional, que por ser mestiço seria indolente, inepto. Assim, o autor dispensou a mão de obra liberta e compartilhou a ideia que foiposta em prática após a abolição: os imigrantes europeus além de contribuírem para o progresso da nação, se misturaria ao povo, embranquecendo-o; e o lugar do Ceará nesse processo seria o de ter preparado um Brasil livre, ao ser a primeira província a se libertar da escravatura. Pois para Lopes a libertação dos escravos nesta província significa a extinção do escravo no paiz. O Ceará arrasta facilmente o norte por homogeneidade psychica: o sul pela fatalidade mathematica das leis da força³⁵.

O autor elaborou uma justificativa científicista-naturalista do significado da libertação dos escravos no Ceará, pois considerou a difusão do ideal por leis físicas e exatas. Ou seja, a libertação dos escravos, era vista por Lopes como um fator importante e forte, uma vez que atrairia as províncias do norte do Brasil pela “homogeneidade psychica”, a qual poderia ocorrer em relação a unidade de pensamento ocasionada pela proximidade territorial. E

³⁴ *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 25 mar. 1884, n. 64, p. 2.

³⁵ *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 25 mar. 1884, n. 64, p. 2.

consequentemente conduziria as províncias do sul “pela fatalidade”, isto é, pela pressão, ou melhor, “naturalidade”, uma vez que a “abolição” iria ocorrer em todas as regiões do país. E nesse momento, como em outros períodos da história do Ceará, este seria pioneiro.

Nesse sentido, podemos perceber que na visualização e análise de sua sociedade, esse grupo de letrados geralmente defenderia em seus discursos a mestiçagem como benéfica, a qual seria uma peculiaridade do “povo do Ceará”. Consideramos também a existência da influência de alguns participantes da Academia Francesa no pensamento dos intelectuais na década de 1880, visto que alguns de seus remanescentes atuaram nos anos posteriores, dentre os quais destacamos João Lopes, que teve participação em várias agremiações e periódicos em fins do século XIX e início do XX, tendo contato com Capistrano de Abreu e Rocha Lima, mentores do movimento na década de 1870.

Uma ramificação do movimento abolicionista surgida na segunda metade dos anos 1880 foi o Clube Literário[1], responsável pela publicação da revista *A Quinzena*[2]. Dentre os colaboradores desse periódico estava Antônio Martins, o qual, no ano de 1887, contribuiu com o artigo intitulado “Os quinze dias”, onde o autor faz menção ao caráter “livre” da “terra cearense”, ao mesmo tempo em que considerava a existência de dificuldades impostas pelo ambiente e pela política do governo em relação à província:

Em que pese aos nossos antagonistas, que são os antípodas da civilização, a terra livre do Ceará após todos os desastres da última secca de cinco anos, e, mesmo, dos constantes obstáculos que se lhe antepõem a política e o governo floresce a olhos vistos diante do estrangeiro e diante do paiz³⁶.

É importante observar nesse trecho do texto que na compreensão de Antônio Martins, o fator ambiental (a seca de 1877-1880) havia sido superado, bem como o Ceará contrastava com o restante do país por ser uma terra de homens livres, uma vez que a libertação dos trabalhadores escravos não havia ocorrido em outros locais do império. E, por isso, as demais províncias iam de encontro à civilização e o Ceará seguia o exemplo das sociedades avançadas, pois marchava louvavelmente em direção contrária àquelas.

Diante das palavras de Martins, podemos notar que em seu pensamento a seca poderia ser considerada como um mecanismo de seleção natural, uma vez que enquanto fator ambiental que causou estragos na sociedade, parte da população conseguiu superá-la e sobreviver. Esta, por sua vez, além de lutar contra a seca e tentar se reconstruir material e socialmente, tinha também de lutar contra as dificuldades políticas impostas pelo regime central; e, ainda assim, teria logrado êxito, florescendo, ou seja, tendo forças e condições para prosperar.

³⁶ *A Quinzena*, Fortaleza, 1 jan. 1887, p. 7.

Ao encontro desse pensamento de Martins, visualizamos no *Gazeta do Norte* as seguintes palavras de João Brígido:

No Ceará, por um destino, que não se desmentiu jámais, toda calamidade foi sempre um passo á frente. A seca de 1792 foi seguida do plantio do algodão e da fundação do commercio directo; a de 1825 deu incremento á cultura da cana; a de 1815 fez desenvolver-se a açudagem da província; a de 1877-1879 finalmente acabou com os captivos; a prova de que não ha mal, que a vontade humana não supere, e os infortunios de um povo quasi sempre lhe despertam uma faculdade, que dormitava.³⁷

Esse artigo foi veiculado na seção editorial no dia 25 de março de 1884. Percebemos, então, que a seca era compreendida pelo autor como uma catástrofe e após a devastação causada, havia impulsionado a população a encontrar forças para superá-la e encaminhar a sociedade em que vivia ao progresso. Brígido utilizou metáforas botânicas ao ter comparado o povo do Ceará a uma semente adormecida que estava à espera de algo que a despertasse, a fizesse germinar. A seca seria, portanto, o fator que desabrocharia a espécie humana da latência na qual se encontrava, fazendo emergir nos mais capacitados, os sobreviventes, virtudes que porventura estivessem escondidas, as quais os faria lutar por melhoramentos.

Para Capistrano, a “literatura [era] a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de acções e reações: de acções da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza”³⁸; e a “civilização [era] a victoria do Homem contra a Natureza”³⁹. O autor relacionava homem-natureza-sociedade-literatura, mostrando que a superação da natureza pelo homem daria origem à civilização, cuja realidade seria pensada pelos escritores.

No mesmo sentido, Rocha Lima escreveu que

desde o berço viu-se o homem acabrunhado ao peso da fatalidade: de um lado as energias da natureza oprimindo-o com o rigor inexorável de uma divindade, surda aos nossos lamentos, inconsciente de nosso sofrer; de outro um tumultuar infernal de instintos grosseiros, de necessidades opressoras, de desejos irracionais⁴⁰.

De acordo com a citação, o homem sempre lutava em oposição à natureza e a si mesmo: se o homem não reagisse contra a fome, o frio, aos outros animais predadores, à sua ignorância, ele não buscaria soluções que garantissem seu bem-estar.⁴¹

³⁷ *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 25 mar. 1884, n. 64, p. 2.

³⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos* (crítica e história). 1. Série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. São Paulo: Livraria Bruguet, 1931. p. 62.

³⁹ _____. *Ensaio e estudos*, p. 65.

⁴⁰ LIMA. *Crítica e literatura*, p. 85.

⁴¹ _____. *Crítica e literatura*, p. 88.

Percebemos, assim, a sintonia entre as reflexões de Capistrano e Rocha Lima e as de Martins e Brígido, visto que no raciocínio desses autores havia o conflito no qual o homem lutava contra as “forças e aspectos da natureza”, as quais exerceriam reações sobre a estrutura social e mental. Diante disso consideramos a continuidade no modo como a realidade era interpretada: a sociedade civilizada resultaria da luta entre homem e natureza. Canguilhem afirma que

(...) a seleção natural não é uma força que se acrescenta à luta pela existência, ela não é uma causa suplementar, ela é um conceito recapitulativo que retém, sem o realizar, com maior razão sem o personificar, o sentido de um procedimento humano utilizado, como mecanismo analógico, na explicação do fenômeno natural⁴².

Esse autor comprehende a seleção natural como um conceito recapitulativo, como uma definição ou explicação que se repete, tal como foi apontado por Brígido e Martins, os quais apontaram a seca como um fenômeno destruidor que é sempre superado: aquele se referiu à seca de 1877-1880 e a despeito dela mencionou um crescimento no Ceará e este citou várias datas em que ocorreram secas na província e os melhoramentos ou atividades que teriam resultado de cada uma. Nessa perspectiva, cogitamos a possibilidade da existência de um conflito entre a população e a seca, a qual desenvolveria faculdades essenciais nos sobreviventes, que ajudariam o Ceará a se civilizar.

La Vergata afirma que um dos grandes autores que influenciaram Darwin foi o economista liberal, ensaísta e crítico Walter Bagehot (1826-1877), o qual considerava que os estudos históricos demonstravam a existência de uma relação indissociável entre civilização, inteligência e guerra e que as nações mais civilizadas também foram as mais bélicas. Baseado nisso, La Vergata afirma que

as virtudes militares são aquelas sobre as quais se fundam, histórica e logicamente, todas as outras, e, vice-versa, as verdadeiras virtudes são, no fundo, essencialmente militares, podendo-se reconduzi-las todas ao sentido da disciplina. Em resumo, a guerra favoreceu aquele progresso social moderado que é o ideal político de Bagehot e que consiste no equilíbrio de duas forças contrastantes: a da conservação da disciplina e a da coesão e inovação⁴³.

Relacionando o pensamento de Canguilhem e La Vergata às citações de Capistrano, Rocha Lima, Martins e Brígido, podemos deduzir que nas reflexões desses letardos de Fortaleza, a seca provocaria uma guerra, enquanto conflito ou mecanismo de oposição, contra a população, a qual lutaria pela sobrevivência e encontraria condições de inovar a sociedade e produzir melhoramentos que a tornasse civilizada.

⁴² CANGUILHEM, Georges. *Estudos de história e filosofia das ciências*: concernentes aos vivos e à vida. Trad. Abner Chiquieri. Revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 111.

⁴³ LA VERGATA, Antonello. Darwinismo, evolução e guerra. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol... [et. al.] (Orgs.). *Darwinismo, meio ambiente, sociedade*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 244-5.

Nesse sentido, devido aos progressos apontados após as secas, essas catástrofes naturais seriam uteis, pois proporcionariam um caminho para a evolução. No entanto, essa evolução só aconteceria, segundo os autores, se o homem tivesse condições de “vencer” a natureza e promover seu progresso. Assim, ele mostraria estar mais adaptado ao ambiente que habitava.

Considerações Finais

A partir de meados do século XIX diversas ideias europeias puderam ser verificadas no ambiente intelectual brasileiro, as quais exerceram sua influência na maneira de pensar daqueles que tinham acesso a elas. Em relação aos intelectuais do Ceará, notamos que não houve uma única linha de pensamento que os influenciaram, mas sim uma amalgama de teorias das quais era aproveitado aquilo que convinha à situação ou à realidade vivenciada.

Dessa mescla das correntes de pensamento, os letrados se apropriavam daquilo que os ajudassem a formular ideais e a inserir-se no mundo considerado civilizado. Cada ideia contribuía de uma forma e eram ponderadas na medida em que “favoreciam” a composição e o desenvolvimento sociais.

As reflexões que abordavam a relação entre o homem, a natureza, a sociedade e o progresso e que perpassaram a mente dos letrados durante os anos 1870, mesmo com a interrupção das atividades intelectuais devido à seca de 1877-1880, continuaram a seguir uma linha de pensamento semelhante na década posterior, uma vez que o ambiente político, social e econômico fortaleceram suas reivindicações e suas interpretações sobre o Ceará.

A “Mocidade Cearense”, que lutava contra o escravismo, acreditava que a evolução biológica, social e moral da população estava associada a sua adaptação às intempéries causadas pelas constantes secas que ocorriam no território, além de se promover como agente no processo de libertação dos trabalhadores escravos. Percebemos que para os considerados “libertadores”, os escravizados, sozinhos, não conseguiram a liberdade; dessa forma, eles não levaram em conta as resistências dos escravizados contra o regime ao qual estavam submetidos.

Em geral, as narrativas dessa intelectualidade visavam à integração de sua sociedade ao que era compreendido como civilização e desenvolvimento, uma vez que estavam, de certa forma, atualizadas e afinadas ao pensamento científico e científicista europeu contemporâneo à época.

Recebido em: 06/06/2014

Aceito em: 09/09/2014

O desenvolvimento da medicina moderna na cultura lusa do século XVIII

The development of modern medicine in the Lusitanian culture of the eighteenth century

João Pedro Dolinski
Doutorando em História Social
Programa de Pós-graduação em História- UFPR
joadolinski@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é seguir os caminhos que levaram à introdução e ao desenvolvimento da medicina moderna na sociedade portuguesa do século XVIII, buscando esclarecer as especificidades desse processo. Este trabalho não possui o caráter de pesquisa original, mas sim de uma narrativa bibliográfica construída, do ponto de vista teórico, a partir das concepções de Thomas Kuhn e da epistemologia francesa, mais especificamente, Foucault. No encontro entre os séculos XVIII e XIX, três fenômenos distintos pavimentaram os novos caminhos seguidos pela medicina: o nascimento da clínica e do método anatomo-clínico, o desenvolvimento do ceticismo terapêutico e o advento da fisiologia como disciplina autônoma. Em Portugal, a recepção das novas ideias científicas deveu-se, em parte, à influência dos *estrangeiros* e *estrangeirados*. Contudo, havia relutância por parte de membros da comunidade científica lusitana em aderir à modernização dos saberes médicos, o que revela importantes indícios para o entendimento da circulação e apropriação do conhecimento naquela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina experimental, Circulação de conhecimento, Portugal.

ABSTRACT: The purpose of this article is to follow the paths that led to the introduction and development of modern medicine in Portuguese society of the eighteenth century, seeking to clarify the specificity of this process. This work does not have the character of original research, but rather a constructed narrative literature, the theoretical point of view, from the conceptions of Thomas Kuhn and French epistemology, more specifically, and Foucault. The meeting between the eighteenth and nineteenth centuries, three distinct phenomena paved new paths followed by medicine: the birth of clinical and anatomical-clinical method; the development of therapeutic skepticism and the advent of physiology as an autonomous discipline. In Portugal, the acceptance of new scientific ideas, was due in part to the influence of foreigners and *estrangeirados*. However, there was reluctance on the part of members of the Lusitanian scientific community to join the modernization of medical knowledge, which reveals important clues for understanding the circulation and appropriation of knowledge in that society.

KEY-WORDS: Experimental medicine, Circulation of knowledge, Portugal.

Introdução

O objetivo deste artigo é seguir os caminhos que levaram à introdução e ao desenvolvimento da medicina moderna na sociedade portuguesa do século XVIII, buscando esclarecer as especificidades desse processo. Este trabalho não possui o caráter de pesquisa

original, mas sim de uma narrativa bibliográfica construída, do ponto de vista teórico, a partir das concepções de Thomas Kuhn¹ e da epistemologia francesa, mais especificamente, Foucault.²

Até o século XVIII as ciências tinham como principal fundamento a filosofia peripatética. No entanto, ao longo dos oitocentos, essa concepção científica foi gradualmente cedendo espaço a uma nova configuração epistemológica no interior da qual passaram a ser valorizadas novas abordagens e metodologias que mudariam profundamente o modo de fazer ciência. Podemos atribuir como principais causas dessa transformação o advento da filosofia mecanicista, do experimentalismo e da ilustração. A ascensão do novo paradigma³ exerceu notável influência sobre a medicina, contribuindo para sua aproximação com a cirurgia e, sobretudo, para o desenvolvimento dos estudos anatomopatológicos. Em Portugal, o processo de recepção desses novos saberes foi controverso e marcado por disputas e tensões entre grupos intelectuais distintos.

O artigo está dividido em três seções, além da introdução e conclusão. Na primeira seção optamos por traçar um panorama sucinto da medicina no século XVIII, apontando as especificidades dos principais sistemas médicos que pretendiam fornecer à medicina bases teóricas definitivas. Em seguida, discutimos o desenvolvimento dos estudos anatômicos na cultura lusa oitocentista. A reforma no Liceu, proposta pelos estatutos da *Universidade de Coimbra*, publicados em 1772, teve como principal característica a articulação da observação e da prática, visando a constituição de uma medicina empírico-racional. Por fim, na terceira seção, examinamos o processo de recepção e circulação de conhecimentos em Portugal. Tal processo foi marcado por fatores que vão além das controvérsias entre *estrangeiros/estrangeirados* e jesuítas. Veremos que as relações de interdependência entre esses grupos também foi importante fator para a compreensão dessa problemática.

A medicina no século XVII

A medicina no século XVIII não tinha um corpo teórico sólido e unificado como nos dias de hoje. De acordo com Foucault⁴, não havia sintonia entre teoria e prática no campo da medicina. A terapêutica organizava-se segundo princípios que não eram controlados com exatidão pela teoria médica, pela análise fisiológica ou pela observação dos sintomas. Para

¹ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

² FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008; *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: E. Grall, 2007; FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

³ Paradigma, segundo Thomas Kuhn, é um conjunto de leis, teorias, aplicações e instrumentações a partir do qual se desenvolvem tradições coerentes e específicas de pesquisa científica. KUHN. *A estrutura das revoluções científicas*.

⁴ FOUCAULT. *História da loucura na idade clássica*.

Foucault, tanto a panaceia (medicamento universal) como o caráter simbólico do mundo da cura foram os responsáveis por essa distinção entre teoria e prática. Inexistia um controle exclusivo por parte dos médicos sobre as práticas terapêuticas, que sofriam a influência de curandeiros e demais terapeutas populares. Os valores simbólicos expressos em tais práticas dificultavam a adequação das farmacopeias às novas formas de medicina.⁵

Havia também inúmeros sistemas e doutrinas médicas apontadas por Luiz Otávio Ferreira⁶ como a principal causa da ineeficácia e da incapacidade dos médicos de constituírem um *corpus epistemológico* coerente e unificado. A teoria da excitabilidade foi o último desses grandes sistemas médicos. Elaborada pelo médico inglês J. Brown (1735-1788) teve ampla repercussão na Europa. Otávio Ferreira observa que, para Brown, a vida não seria um estado normal espontâneo, mas um estado forçado mantido à custa de estímulos contínuos. O estado de saúde era medido segundo a intensidade de estímulos e do grau de excitabilidade dos órgãos. O descompasso entre estímulo e excitabilidade gerava a doença. Se a excitação fosse demasiada forte, a morbidez seria considerada estênica (violenta, agressiva), caso contrário, ela seria astênica. No primeiro caso eram prescritos sedativos e no segundo caso, estimulantes. O diagnóstico dependia do pulso e da temperatura.

Os liceus de Paris e de Montpellier, onde prevalecia o vitalismo, rechaçaram veementemente o sistema de Brown. A noção de que a vida seria um estado forçado, mantida por forças exteriores e suscetíveis à destruição, era incompatível com as concepções do vitalismo. Tais concepções tiveram origem na doutrina desenvolvida por Georg E. Stahl (1660-1734), como oposição à tentativa dos iatroquímicos⁷ de constituírem uma medicina baseada totalmente nos conhecimentos físicos e químicos da época. Para Stahl, todo organismo possuía uma *anima*, princípio vital responsável pela manutenção da vida. A doença, de acordo com essa doutrina, seria resultado do desequilíbrio entre os movimentos que proporcionam a vida no corpo. Os fenômenos mórbidos seriam, portanto, um processo natural. Dessa forma, o vitalismo de Stahl propunha uma distinção entre organismo e o conceito de mecanismo. Um dos mais importantes vitalistas foi P. Pinel (1745-1826) que estabeleceu uma taxonomia das doenças na tentativa de igualar a medicina às ciências naturais. A partir dessa classificação, Pinel conseguiu demonstrar que certos tecidos eram sujeitos a patologias específicas, abrindo caminho para os estudos de F.

⁵ FERREIRA, Luiz Otávio. Das doutrinas à experimentação: rumos e metamorfoses da medicina no século XIX. *Revista da SBHC*, n.10, p.43-52, 1993.

⁶ _____. *Das doutrinas à experimentação*, p. 43-52.

⁷ Escola médica originada a partir das concepções alquímicas de Paracelso (1493-1541). Segundo Paracelso, a vida seria um processo químico e, portanto, a doença o resultado do desequilíbrio da química corporal. SEVALHO, Gil. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.349-363, 1993.

Bichat (1711-1802). Bichat definiu um conjunto amplo de forças vitais divididas entre vida animal e vida orgânica em contraposição à noção vital singular e específica de Stahl. No limite, Bichat procurou explicar fisiologicamente o vitalismo de Stahl.⁸

Humores e líquidos deixaram de ser o foco central dos estudos das manifestações mórbidas. Elementos e fibras sólidas passaram a ter importante papel nas representações das doenças. Tal concepção foi o ponto de partida para a teoria da irritabilidade de Francis Glisson (1599-1677) e Albrecht von Haller (1708-1777), assim como do sistema de Brown, descrito anteriormente. Foucault⁹ afirma que os estímulos externos apontados pelas teorias da irritabilidade e da excitabilidade propiciaram os fundamentos conceituais sobre os quais emergiu a medicina fisiológica de François Joseph Victor Broussais (1772-1838). Ao refutar o vitalismo de Pinel e Bichat, Broussais propugnava que a doença era produto do movimento de tecidos causado pelos estímulos irritantes.

De forma bastante sucinta demonstramos algumas das diversas concepções sobre os fundamentos teóricos da medicina no século XVIII. Kuhn emprega o conceito de *incomensurabilidade* para explicar essa justaposição.¹⁰ Assim, esse rápido quadro que traçamos com grandes pinceladas revela que tais concepções formavam uma contiguidade de sistemas médicos que expressavam diferentes formas de intervir e conceber a natureza. No encontro entre os séculos XVIII e XIX, três fenômenos distintos pavimentaram os novos caminhos seguidos pela medicina: o nascimento da clínica e do método anatomo-clínico, o desenvolvimento do scepticismo terapêutico e o advento da fisiologia como disciplina autônoma.¹¹

Segundo Foucault¹², a medicina clínica surgiu a partir da articulação de uma série de fenômenos, dos quais podemos destacar a reorganização da percepção médica do indivíduo doente; uma conexão teórica mais afinada com a anatomia patológica (a clínica lia os sintomas patológicos e a anatomia patológica estudava as alterações dos tecidos); nova compreensão e distribuição do espaço corporal (distinção entre, por exemplo, tecidos e órgãos internos) e nova interpretação nosológica, etiológica e sintomatológica dos fenômenos patológicos. Para Foucault¹³, a ascensão da medicina clínica não ocorreu simplesmente em função do triunfo da

⁸ FERREIRA. *Das doutrinas à experimentação*, p. 43-52.

⁹ FOUCAULT. *O nascimento da clínica*.

¹⁰ Kuhn argumenta que os estágios iniciais das ciências são marcados pela competição entre diversas concepções de natureza distintas. Cada uma dessas concepções é parcialmente derivada e compatível com o método científico. O que as diferenciaría, não seria o fracasso de cada uma delas, uma vez que todas podem ser consideradas científicas, mas sim o que Kuhn denomina como “incomensurabilidade”, ou seja, a maneira como cada uma delas enxerga o mundo e exerce nele a atividade científica. KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*.

¹¹ FERREIRA. *Das doutrinas à experimentação*, p. 43-52.

¹² FOUCAULT. *O nascimento da clínica*.

¹³ _____. *O nascimento da clínica*.

razão sobre a imaginação. Trata-se, na concepção do autor, de uma mudança que fez emergir aquilo que até então não podia ser visto nem enunciado, uma vez que estava além do domínio da linguagem. Lemos ainda em Foucault que esse novo olhar possibilitou a pronunciação de um discurso de estrutura científica sobre o indivíduo.¹⁴ De acordo com Otávio Ferreira:

O método anatomo-clínico veio a ser uma resposta a três problemas fundamentais da medicina da época: 1) o de reconhecer no indivíduo determinada doença mediante a observação criteriosa de seus sinais (o sintoma); 2) o de distinguir no cadáver uma patologia específica através das alterações internas (a lesão); 3) o de combater a doença pelos meios que a experiência tenha demonstrado serem os mais eficientes. Trata-se de estabelecer, com rigor, a relação entre diagnóstico, lesão interna e terapêutica.¹⁵

Otávio Ferreira¹⁶ também nos diz, que o cepticismo terapêutico foi uma reação dos representantes da medicina parisiense, entre eles Pinel e Bichat, contra as terapêuticas tradicionais. Pinel, por exemplo, acreditava na força curativa da natureza, rechaçando todas as formas de tratamento (sangria, purgação e remédios específicos). Por outro lado, recomendava o tratamento moral, a higiene e a prevenção por meio de vacinações e inoculações. Por sua vez, Bichat criticava o uso indiscriminado de medicamentos e defendia uma maior compreensão das patologias no intuito de realizar uma classificação mais rigorosa dos remédios, segundo seus efeitos sobre as doenças. Portanto, o cepticismo terapêutico não significou a eliminação total dos medicamentos, mas sim daqueles considerados inócuos e nocivos.

O médico francês Jean Fernel (1494-1558) foi o primeiro a utilizar o termo *fisiologia* na obra *Universa Medicine* publicada em 1554. No entanto, foi o médico suíço Albrecht Von Haller (1708-1777) o responsável pela institucionalização da fisiologia como campo de pesquisa independente e especializado. Para Haller a fisiologia seria a anatomia em movimento. Ele procurava deduzir das técnicas da anatomia (descrições dos órgãos) as regras da fisiologia (explicação das funções dos órgãos). Essa associação, conforme assinala Otávio Ferreira¹⁷, denotava um entendimento, segundo o qual, as partes do organismo humano teriam funções análogas às das máquinas.

Somente no final do século XVIII é o que o químico francês A. Lavoisier (1743-1794) conseguiu demonstrar empiricamente, mediante investigações sobre a respiração e as causas do calor animal, que as propriedades fisiológicas não podiam ser deduzidas das estruturas anatômicas. Esse princípio já estava implicitamente enunciado nos estudos do médico britânico William Harvey (1578-1657) sobre a circulação sanguínea. Assim, a respiração passou a ser

¹⁴ FOUCAULT. *O nascimento da clínica*.

¹⁵ FERREIRA. *Das doutrinas à experimentação*, p. 46.

¹⁶ _____. *Das doutrinas à experimentação*, p. 43-52.

¹⁷ _____. *Das doutrinas à experimentação*, p. 43-52.

explicada sem referências à estrutura anatômica do coração e do pulmão. Estava, portanto, estabelecida a distinção entre abordagem funcional e estrutural.¹⁸

Segundo Otávio Ferreira¹⁹, o médico e fisiologista francês Claude Bernard (1813-1878), atribuía a renovação metodológica da fisiologia ao desenvolvimento das ciências físico-químicas, da anatomia geral e da experimentação em seres vivos. A fisiologia ganhou grande prestígio no século XIX em virtude da reformulação teórica do conceito de *função* (compreendido na época como todas as “ações da matéria viva”, ou seja, respiração, transmissão nervosa, química digestiva, fluxo sanguíneo, etc.), onde a ideia de irredutibilidade dos fenômenos funcionais às estruturas anatômicas lançou as bases para novos programas de pesquisa. Como veremos a seguir, em Portugal, a recepção e interpretação da anatomoclínica e da fisiologia foi complexa, marcada pela influência da escolástica, da Igreja Católica e, sobretudo, pelas relações que configuravam a interdependência entre grupos intelectuais distintos.

Medicina e cirurgia: os estudos anatômicos na cultura lusa oitocentista

Silva Dias²⁰ assinala que a renovação cultural portuguesa deveu-se à influência dos *estrangeiros e estrangeirados*, portugueses que tomavam residência no exterior e depois retornavam a Portugal²¹. Para Neves Abreu²², os *estrangeirados* tinham o objetivo de difundir no Reino os princípios da ciência moderna. A primeira metade do século XVIII português esteve marcada pela luta entre o que Silva Dias denomina “elementos sedentários da nação” e “elementos cosmopolitas”, opositores às concepções aristotélicas e ao ensino especulativo. A relação entre os dois grupos denota um equilíbrio instável de poder, porém, pendendo mais acentuadamente para os elementos sedentários.

Até o ano de 1788, o estudo da anatomia em cadáveres humanos estava proscrito em Portugal. Na Itália a atmosfera para o desenvolvimento científico parecia ser outro. Foucault nos diz que o anatomicista italiano, Giovanni Battista Morgagni (1682-1771), em pleno século XVIII, não teve dificuldades em fazer autópsias. Segundo o filósofo francês, a generalização em relação às proibições de dissecações de cadáveres seria uma ilusão:

Se as velhas crenças tiveram durante tanto tempo tal poder de proibição, foi porque os médicos deviam sentir, no fundo de seu apetite científico, a necessidade recalculada de abrir cadáveres. Aí está o erro e a razão silenciosa que

¹⁸ FERREIRA. *Das doutrinas à experimentação*, p. 43-52.

¹⁹ _____. *Das doutrinas à experimentação*, p. 43-52.

²⁰ SILVA DIAS, José Sebastião da. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006.

²¹ Para um estudo mais detido sobre os estrangeirados ver: MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “Estrangeirados”. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *R. História*, São Paulo, n. 123-124, ago.-jul. 1990/1991, p.35-70.

²² NEVES ABREU, Jean Luiz. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.149-172, jul.-dez. 2007.

o fez ser cometido tão frequentemente: a partir do dia em que se admitiu que as lesões explicavam os sintomas e que a anatomia patológica fundava a clínica, foi preciso convocar uma história transfigurada, em que a abertura dos cadáveres, ao menos a título de exigência científica, precedia a observação, finalmente positiva, dos doentes; a necessidade de conhecer o morto já devia existir quando aparecia a preocupação de compreender o vivo.²³

Contudo, os *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) já apontavam para a importância da articulação entre a anatomia e a cirurgia. Os estatutos foram consequência de estudos realizados pela Junta de Providência Literária a cerca da situação do ensino no Reino de Portugal. O resultado foi a confecção do *Compêndio Histórico do Estudo da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas* (1771). O compêndio acusava os jesuítas pelo atraso nos estudos anatômicos e ressaltava o mérito da anatomia para o conhecimento do corpo humano.²⁴

Portanto, de acordo com os estatutos, observação e prática seriam a base para os estudos médicos. O acesso dos estudantes aos cadáveres deveria ser prioridade. A proposta de reforma visava o ensino de uma “medicina empírico-racional”. Conforme vimos anteriormente, os tratados médicos do final do século XVIII procuravam mostrar a relevância da associação entre ensino prático e a observação dos doentes, dos cadáveres e das suas patologias. A cirurgia, então apartada da medicina, passou a desempenhar função de grande relevo. Vejamos sucintamente como estava estabelecido em Portugal o exercício da medicina e da cirurgia antes da defesa da união das duas práticas pelo novo discurso científico e pelo próprio estatuto da universidade.

O cargo de *cirurgião-mor* foi criado no reinado de Afonso III (1245-1279), mas seu regulamento só foi efetivado em 25 de outubro de 1448. O cargo de *físico-mor* foi criado em Portugal no ano de 1430, durante o reinado de D. João I (1357-1433) e tinha sob sua responsabilidade os serviços de saúde e higiene em todo o Reino e domínios ultramarinos. A carta régia de 25 de fevereiro de 1521 regulamentou e distinguiu as atribuições do *físico-mor* e do *cirurgião-mor* dos Exércitos do Reino, responsáveis, respectivamente, pelas artes físicas e cirúrgicas.

O *físico-mor* fiscalizava as prescrições e as fabricações de remédios. O *cirurgião-mor* tinha responsabilidade sobre as intervenções cirúrgicas. O *físico-mor* e o *cirurgião-mor* recebiam o auxílio de delegados, subdelegados, examinadores, visitadores, meirinhos e escrivães que ficavam encarregados de verificar o cumprimento do regimento da instituição, principalmente no que dizia respeito às licenças e cartas que autorizavam o exercício do ofício terapêutico. Ambos os cargos foram extintos em 1782 em decorrência da criação da *Junta do Protomedicato*. Contudo,

²³ FOUCAULT. *O nascimento da clínica*, p. 138.

²⁴ NEVES ABREU. *Ilustração, experimentalismo e mecanicismo*, p.80-104.

foram restabelecidos em virtude da vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e passaram a integrar a *Fisiatura*.²⁵

Descrevemos anteriormente as articulações teóricas estabelecidas a partir das ciências naturais e físico-químicas que propiciaram o desenvolvimento da fisiologia, da anatomo-patologia e da medicina clínica. Apesar da importância dos estatutos, esses avanços científicos tiveram ampla ressonância em Portugal somente no final do século XVIII. Neves Abreu²⁶ observa que o mecanicismo e sua influência nas práticas de cura colocavam em foco as repercussões da ilustração no saber médico lusitano, possibilitando um diálogo com outros aspectos da transformação da cultura portuguesa. Contudo, a relutância de membros da comunidade científica lusitana em aderir à modernização dos saberes médicos e científicos revela importantes conflitos entre grupos rivais, cruciais para o entendimento da recepção, circulação e desenvolvimento do conhecimento.

A prática científica lusitana do século XVIII estava entrelaçada com aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e religiosos. Os elementos cosmopolitas, ou os *estrangeirados*, eram indivíduos que viviam e atuavam em circunstâncias concretas e reais. A luta pela aquisição e introdução de um novo paradigma por um lado, e a resistência a esse novo paradigma por outro, precisa ser examinada à luz dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais. A experiência intelectual de grupos de cientistas deve ser compreendida a partir das relações que estes estabelecem com a dimensão nacional e mundial da vida social. Portanto, não podemos pensar a sociedade lusitana oitocentista como uma unidade social desconectada de outras unidades mais gerais e diferenciadas. Essas questões nos guiam para o próximo tópico onde o eixo de análise é a circulação e recepção de saberes.

Recepção e circulação de conhecimentos

Vimos acima que a renovação da cultura lusa deveu-se, em parte, à influência dos *estrangeiros* e *estrangeirados*. Estes tiveram grande importância para a disseminação de novas concepções científicas em Portugal. Mas esses cosmopolitas encontraram resistência em sua

²⁵ No Brasil, a *Fisiatura* expedia cartas para médicos, cirurgiões, boticários, sangradores, parteiras e curandeiros. Havia também licenças específicas concedidas a dentistas, aos que optassem pela cura de enfermidades como embriaguez e morfeia e aos cirurgiões com carta que desejasse receber remédios para moléstias internas. Existia ainda uma hierarquia entre as categorias médicas. Sangradores, curandeiros, dentistas e parteiras eram considerados inferiores aos médicos, cirurgiões e boticários. A concessão de cartas também ocorria de acordo com as diferenças sociais e econômicas existentes nos diversos segmentos que compunham a sociedade, muito embora, qualquer pessoa pudesse se dirigir à *Fisiatura* para solicitar o exame a fim de conseguir a carta ou, em outros casos, pedir uma licença provisória. A única exigência era que o indivíduo apresentasse atestado assinado pelo mestre com quem tinha aprendido determinada especialidade de cura. Esse atestado podia ser substituído por abaixo-assinados e declarações de pessoas iminentes da comunidade onde o terapeuta atuava. PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 307-331.

²⁶ NEVES ABREU. *Ilustração, experimentalismo e mecanicismo*, p. 80-104.

tarefa de formar uma nova estrutura social e mental lusitana. Silva Dias²⁷ atribui essa resistência às seguintes instituições que combatiam as novas ideias: Universidades, Colégios, Academias de velho estilo, magistratura, inquisição e corporações religiosas. Em sua perspectiva, o ambiente das escolas refletia o ambiente da corte. Tentativas de enviar estudantes para outras universidades da Europa a fim de aprenderem as técnicas da medicina moderna não obtiveram sucesso.

Os jesuítas iniciaram ampla campanha anti-modernista, da qual, os padres Silvestre Aranha e António Vieira foram representantes. Suas críticas estavam voltadas para o experimentalismo e para a concepção mecanicista do mundo. Criticavam a separação entre filosofia e teologia e argumentavam que o aristotelismo era a única filosofia apta para a teologia: “A vida mental dos escolásticos, sobretudo dos escolásticos jesuítas, estava condicionada por normas doutrinárias e disciplinares que lhes impunham diretrizes inconciliáveis com a filosofia oriunda de Descartes, Gassendo e Locke”.²⁸ Segundo Kuhn²⁹, durante os primeiros estágios do desenvolvimento de qualquer ciência é comum existirem descrições e interpretações diversas sobre o mesmo conjunto de fenômenos. A partir do momento que novas sínteses são produzidas e começam a atrair grande parte da comunidade científica, as escolas mais antigas tendem a desaparecer em função da conversão dos seus adeptos ao novo paradigma. No entanto, é normal que alguns continuem a insistir na validade das velhas concepções.

A ordem jesuíta fora criada para combater a reforma protestante. Na tentativa de ampliar o exercício da conversão católica, os jesuítas se apropriaram da educação. Aos poucos foram galgando postos cada vez mais altos no interior da hierarquia política do governo português. A partir do século XVIII a ordem começou a perder destaque na cúria romana. Em Portugal, foram acusados de conspiração pelo atentado a D. José. A relutância da cultura lusa em relação às inovações médicas foi atribuída em grande parte à influência dos jesuítas. Em contrapartida, a renovação se faria a partir da expulsão da ordem.

A barreira não era a religião em si, mas determinados dogmas do catolicismo. Apesar das acusações de obtusos e atrasados, existiam entre os jesuítas e demais membros da Igreja Católica, aqueles que tinham simpatia pelos princípios experimentais das ciências modernas. A construção do *Observatório Astronômico de Santo Antônio* foi devido à influência dos padres João Baptista Carbone e Domingos Capasso, quando estes desembarcaram em Lisboa no ano de 1722. Conforme observa Silva Dias³⁰, o observatório simbolizou o renascimento da matemática entre os jesuítas e em Portugal, ajudando a desenvolver a cultura científica. O cardeal D. João da Mota e Silva, por

²⁷ SILVA DIAS. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*.

²⁸ _____. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*.

²⁹ KUHN. *A estrutura das revoluções científicas*.

³⁰ SILVA DIAS. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*.

exemplo, defendia a compra de livros de filosofia e medicina moderna para a Biblioteca da *Universidade de Coimbra*. Somente assim, de acordo com o cardeal, os estudantes sairiam da ignorância na qual estavam imersos em razão das concepções galênicas e peripatéticas que predominavam no ambiente universitário. “Os jesuítas percorreram rapidamente o caminho da cultura moderna. Ao serem expulsos em 1759, estavam em dia com os conhecimentos científicos e achavam-se integrados no ambiente filosófico de setecentos, como os próprios adversários reconhecem”.³¹

A publicação de *O Discurso* de Simão Félix Machado em 1726 marcou, na concepção de Silva Dias, o início da renovação científica portuguesa. Mais tarde, em 1735, Marquês Correia publicaria o *Tratado da Circulação do Sangue*. Concomitantemente, o médico José Rodrigues de Abreu publicou *Historiologia Médica*, pautada pelos princípios de George Ernst Stahl. Em 1746 veio a lume o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antônio Verney, onde o autor criticava o conhecimento fundado sob uma autoridade única. Verney defendia o emprego da observação e da experimentação, orientadas pela indução. Sua obra propunha uma reforma do saber com base no racionalismo e no experimentalismo. Outro médico que combatia a concepção escolástica era Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Em sua opinião, para o desenvolvimento da medicina e da ciência, era necessária a criação de estabelecimentos científicos como laboratórios químicos, boticas e teatros anatômicos. Ribeiro Sanches, que fora aluno de Boerhaave, preconizava os estudos de física geral e experimental, da química, anatomia e história da medicina, dando ênfase especial à clínica e à cirurgia. Boerhaave aprimorou a ideia de corpo-máquina pelos estudos da relação entre mecanicismo e doença. Segundo sua teoria, o corpo humano era formado por um conjunto de tubulações que continham e canalizavam os líquidos corporais. A saúde resultava da circulação livre dos fluidos no sistema vascular, enquanto a doença era explicada pelos bloqueios desses fluidos. A noção de equilíbrio humorai foi mantida na teoria de Boerhaave. Para Kuhn³², no interior de um novo paradigma, termos, conceitos e antigas experiências estabelecem novas relações entre si. Os grupos de cientistas rivais podem olhar para a mesma direção, no entanto, em algumas áreas enxergam coisas diferentes entre si. A transição de paradigmas não segue uma sequência linear e não pode ser forçada.

Somente em meados do século XVIII, o conflito entre a cultura escolástica e a ciência moderna tornou-se explícito. Os políticos buscavam fazer com que as universidades aderissem aos novos métodos pedagógicos e científicos. Por sua vez, os homens de letras direcionavam seus esforços para ampliar a pressão exercida pelos novos conhecimentos. As lições de João Baptista e

³¹ SILVA DIAS. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*.

³² KUHN. *A estrutura das revoluções científicas*.

a entrada do diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753) para a Secretaria Real, tornaram público o conflito. A publicação de *O Verdadeiro Método* conferiu tonalidades militantes ao confronto.

Silva Dias³³ reduz um processo complexo às controvérsias entre jesuítas e oratorianos e ao choque dos modernos com os antigos, em outras palavras, à disputa entre as novas gerações e o seiscentismo. A recepção da nova ciência pelos portugueses do século XVIII tinha também outros contornos e significados. A adoção de um novo paradigma podia significar o abandono de antigas tradições culturais arraigadas na sociedade lusitana. A adaptação requeria mudanças nas estruturas de personalidade daqueles que aderissem às novas regras científicas. Para um *homem de ciência* daquele período, o abandono de antigas concepções era um jogo arriscado.

Apesar de o pêndulo dessa relação entre escolásticos e modernos oscilar cada vez mais para o segundo grupo, a ciência moderna ainda não fornecia provas indubitáveis dos problemas formulados em níveis abstratos ou teóricos. Por outro lado, havia ainda as barreiras religiosas. Portanto, a aquisição de um novo *ethos* científico podia significar a perda de uma série de atributos como prestígio, poder e influência. Os laços de interdependência que uniam, separavam e hierarquizavam grupos intelectuais foram determinantes tanto para a resistência como para o convencimento da relevância de novos saberes. Esses laços, assim como as interações entre os indivíduos de diferentes grupos, eram perpassados por relações de poder. Os estudos sobre a recepção e apropriação de conhecimentos em Portugal não podem prescindir da articulação entre indivíduos e grupos que interagem a partir de diferentes planos e perspectivas no interior de uma estrutura social em transformação.

Conclusão

Vimos inicialmente que no interior do século XVIII, diferentes sistemas médicos expressavam distintas concepções de intervenção e controle da natureza. Essa característica foi denominada por Kuhn como *incomensurabilidade*, uma fase importante no desenvolvimento da “ciência normal”.

A medicina moderna foi assimilada e desenvolvida conforme as relações de interdependência dos grupos sociais e intelectuais envolvidos e do contexto sociocultural de cada país e região. Isso ficou evidente no processo de recepção das novas ideias científicas em Portugal, onde receberam influência marcante do catolicismo e da tradição escolástica.

³³ SILVA DIAS. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*.

Era praticamente consenso entre alguns médicos ilustrados que o avanço da medicina só seria possível com o desenvolvimento dos estudos anatômicos e fisiológicos. A cirurgia, até então apartada da medicina, passou ao centro do debate em razão da nova reorganização teórica assumida por essas disciplinas. Os *Estatutos da Universidade de Coimbra* reconheceram a relevância desses estudos na formação dos novos médicos do Reino.

Segundo os estatutos, a principal resistência aos avanços científicos em terras portuguesas foram os jesuítas. Apesar da iniciativa de alguns membros em organizar uma campanha anti-modernista, havia, no seio da própria ordem, aqueles que simpatizavam com os princípios experimentais das ciências modernas. Esse fato revelou a complexidade da questão, demonstrando que a religião em si não foi obstáculo às novas concepções científicas. Tampouco, podemos acusar os jesuítas de obtusidade e obscurantismo, generalizações, sem dúvida, arbitrárias.

Os *estrangeirados* tiveram um papel relevante na introdução dos novos saberes na cultura lusa. Diversos tratados foram publicados em Portugal no decorrer dos oitocentos, criticando a influência escolástica nos diferentes níveis de ensino. Entre eles destaca-se *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney. Esses estrangeiros combatiam a antiga tradição, auxiliados direta ou indiretamente por políticos e religiosos favoráveis às novas ideias. A análise das relações de interdependência entre indivíduos e grupos representantes de comunidades científicas antagônicas e semelhantes possibilitou a compreensão do processo de recepção e desenvolvimento da ciência moderna em Portugal no século XVIII. Esse processo acabou culminando com as reformas educacionais, cujo intuito foi a criação de uma nova estrutura mental e social adaptada aos interesses e necessidades do Estado lusitano.

Recebido em: 17/06/2014

Aprovado em: 22/07/2014

Um Império no prelo. História Natural e administração colonial na Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)

Printing an Empire.
Natural History and colonial administration in the *Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*

Gabriel da Costa Ávila*
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
gabriel.avila.00@gmail.com

RESUMO: Neste texto, defendemos a hipótese de que a Oficina Literária do Arco do Cego – instituição que, entre 1799 e 1801, publicou quase uma centena de obras voltadas para a difusão de conhecimentos de História Natural capazes de serem aplicados ao desenvolvimento agrícola de Portugal e do Brasil – se tornou um *ponto de passagem obrigatório* para agentes do alto escalão do Estado português e também para os naturalistas. O que se pretende é examinar o papel ocupado pela referida Oficina Literária no espectro mais amplo das articulações entre História Natural e administração colonial utilizando os aportes teóricos da História das Ciências, sobretudo a partir das noções de rede, interesses, translações.

PALAVRAS-CHAVE: História Natural, Administração colonial, História das Ciências.

ABSTRACT: In this article, we sustain the hypothesis that the Oficina Literária do Arco do Cego – a publishing institution that, between 1799 and 1801, published almost one hundred books focused on the dissemination of knowledge on Natural History capable of being applied on the development of agriculture in Portugal and in Brazil – has became a *necessary waypoint* for important agents of Portuguese State and for Natural Historians. The aim of this study is the examination of this Oficina Literária do Arco do Cego's role in the broader aspect of the relations between Natural History and colonial administration utilizing the theoretical contributions of the History of Sciences, specially the notions of network, interests, and translations.

KEYWORDS: Natural History, Colonial administration, History of Sciences.

*Além disto, espalhar estes conhecimentos, Senhor, be
formar proselytos de História Natural, sciencia māi de
todas, as que podem formar a felicidade do homem, em
quanto vive, e, por consequencia fazer que elle seja
hum Cidadão útil, um Vassallo necessário*

Frei José Mariano da Conceição Velloso

* Membro do *Scientia* – Grupo de Teoria e História da Ciência e da Técnica

Introdução

A Casa Literária do Arco do Cego foi certamente um acontecimento singular, embora de maneira nenhuma isolado, na paisagem cultural portuguesa de fins do século XVIII e início do XIX¹. Ela nasce no bojo de um projeto político de valorização dos conhecimentos advindos da História Natural, cuja produção era entendida como necessária para o avanço econômico de Portugal, sobretudo através do fomento ao desenvolvimento das suas possessões coloniais. Com efeito, o surgimento de uma série de políticas estatais que visavam à modernização da sociedade portuguesa é ponto pacífico na literatura histórica que versa sobre o período². Para muitos historiadores, Portugal está finalmente entrando em sintonia com as tendências culturais que ganhavam força na Europa central e se deixando influenciar pelas Luzes. Nesse sentido, a Oficina do Arco do Cego – que tinha como principal função a publicação de livros de caráter técnico-científico baseados nos pressupostos naturalistas vigentes e voltados para o melhoramento da agricultura – situa-se numa posição estratégica para a consecução de certos objetivos almejados por atores importantes nos quadros da administração portuguesa.

O que se pretende neste artigo é examinar justamente o papel ocupado pela referida Oficina Literária no espectro mais amplo das articulações entre História Natural e administração colonial utilizando os aportes teóricos da História das Ciências para atacar o problema, sobretudo a partir das noções de *rede*, *interesses*, *translações*³. Não se trata, obviamente, de propor um caminho absolutamente novo, nem de descartar as

¹ A Casa Literária do Arco do cego teve seu nome alterado diversas vezes ao longo de sua curta existência e foi mencionada de diversas maneiras nos mais de dois séculos que nos separam da sua extinção. A história das mudanças no seu nome será explorada mais adiante; neste texto ela será citada preferencialmente como Casa Literária do Arco do Cego ou Oficina do Arco do Cego.

² É certo também que esse processo de modernização não ocorre de forma contínua e irrefreável, ele é sempre marcado por tensões, contradições, refluxos tradicionalistas. Entre os importantes exemplos dessa visão estão: CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 15-49; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: _____. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; NOVAIS, Fernando. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 167-181; PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica Colonial (1768-1808)* - Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

³ Esse tipo de análise é tributário de contribuições teóricas dos *Science Studies* e de algum vocabulário conceitual desenvolvido pela teoria *ator-rede* e, principalmente, pelo campo da *sociologia das translações*. Cf. CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen in St. Brieuc Bay. In: LAW, John. *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* Londres: Routledge and Keagan Paul, 1986; LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000; _____. *A esperança de Pandora. Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Ver especialmente o capítulo 3.

contribuições fundamentais já produzidas até agora. Não será esse o tom do texto. Ao contrário, se trata de uma pretensão modesta, que mais se assemelha a uma conjectura. É a tentativa de entender as injunções que deram vazão à cultura ilustrada que, antecipando a crença científica no “Progresso pela via da Razão”, acreditava no avanço econômico e moral dos povos como *conseqüência necessária* da divulgação dos conhecimentos da História Natural. Mostrar como as práticas da História Natural criaram a noção da inexorabilidade do seu conhecimento para a consecução de objetivos políticos e econômicos, o paulatino surgimento de um *discurso da necessidade* que marca a ciência moderna.

O século XVIII europeu é identificado com a brutal difusão das idéias do Iluminismo: é o Século das Luzes. O projeto moderno, que teve suas bases lançadas três séculos antes, está agora nitidamente desenhado. Nesse período, o humanismo atinge suas formulações mais rebuscadas, a burguesia assevera sua condição de protagonista do devir histórico (ou, ao menos, se pensa desse modo) e a ciência se firma como modelo privilegiado de acesso e controle da natureza, tendo como carro-chefe a História Natural (o século XVIII é também o século da História Natural).

Ao contrário de outras regiões européias, onde os ideais iluministas inspiravam movimentos sediciosos e subversivos contra as monarquias nacionais, associados às lutas pela emancipação da burguesia, a Ilustração lusitana é amplamente patrocinada pelo Estado. Na História Política clássica, a conexão entre o poder do Estado “absolutista” e o Iluminismo foi chamada de “despotismo esclarecido”. O fenômeno esteve sempre associado às regiões periféricas da Europa na época, recantos onde a burguesia politicamente inexpressiva não oferecia perigo ao poder nobiliárquico tradicional. Júnia Furtado propõe uma interpretação diversa, mostrando que essa imagem subversiva e revolucionária do Iluminismo foi construída após os eventos de 1789 na França e argumenta que, mesmo nesse país, a ilustração foi financiada pela nobreza e pela monarquia e nasceu como “instrumento do Estado absolutista”⁴.

No Império português, esse movimento ocorre estreitamente vinculado ao reformismo ilustrado encampado pelo Secretário Geral de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Para grande parte da produção historiográfica relativa à *Era Pombalina*, o Iluminismo aporta em solo português através da influência do Marquês de Pombal⁵. Contudo, em um interessante estudo sobre as realizações

⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 36.

⁵ São representantes importantes dessa visão: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*

museológicas no século XVIII português, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, João Carlos Pires Brigola propõe um recorte diverso para renovação da cultura portuguesa, refutando a aplicação de marcos políticos a eventos culturais⁶. As mudanças culturais portuguesas antecedem as reformas do Marquês de Pombal, tendo ocorrido desde as primeiras décadas do século XVIII. Essa posição é reforçada por estudos recentes que mostram, por exemplo, os esforços despendidos durante o reinado de D. João V (1707-1750) na criação de uma cultura ilustrada⁷. Obviamente, admite Brigola, a política pombalina impulsionou e favoreceu essa renovação cultural, que, “a altura das primeiras reformas, se tornara já incoercível”⁸. Segundo Ângela Domingues, a participação da Coroa participou “de forma quase onipresente” nesse processo de renovação cultural e científica, visto que ela era a principal interessada nessa produção que permitia um melhor conhecimento e exploração dos seus territórios⁹. Durante sua administração, Pombal esforçou-se por reorganizar a estrutura do Estado português. Fez reformas econômicas, educacionais e religiosas, quase sempre informado pelos preceitos iluministas.

Entre todas as reformas, a da Universidade de Coimbra – que tem início em 1772 – figura como uma das mais importantes. A partir da década de 1770, a Universidade se transforma em um dos principais centros de poder e tomada de decisão do Império português. Como ressalta Alex Gonçalves Varela, ela é:

formadora de recursos humanos qualificados para o aparelho estatal, ou seja, a preparação e treinamento de uma elite luso-americana, modernizadora e ilustrada, que se colocaria a favor de uma política de Estado, cujo objetivo era regenerar o Império Português.¹⁰

E é justamente através da História Natural – essa ciência que se tornou poderosíssima no século XVIII, pois conseguiu arregimentar muitos aliados, entre eles o Estado – que a Universidade de Coimbra conseguiu ocupar uma posição de tanto destaque. A reforma da Universidade marca uma inflexão que situa a História Natural

(1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 1979; FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.

⁶ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 91.

⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*.

⁸ BRIGOLA. *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, p. 91.

⁹ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, suplemento, p. 823-38, 2001. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a02v08s0.pdf>. Acesso em 18 jul. 2014.

¹⁰ VARELA, Alex Gonçalves. A Trajetória do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “Fase Européia” (1783-1800). *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 12, p. 165-190, 2007. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a09.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014.

numa posição estratégica no jogo político.

Neste ponto, a análise aqui proposta diverge dos autores que afirmam que o Estado português *utilizou-se* da História Natural e que a produção e divulgação de conhecimento nesse campo faziam parte, simplesmente, de uma política de governo. Uma das grandes referências para essa matriz interpretativa encontra-se no clássico artigo de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Aspectos da Ilustração no Brasil*, escrito em 1968. Nesse estudo, fundamental para pensar a cultura ilustrada luso-brasileira – notadamente na relação entre Ilustração e Independência –, a autora carrega nas tintas ao enfatizar demasiadamente o papel do Estado nos estudos de História Natural do período pombalino. Aderindo a uma tradição intelectual cuja genealogia remete a Sérgio Buarque de Hollanda, Maria Odila Dias ressalta o utilitarismo como um traço cultural português. Para essa historiadora, durante os períodos pombalino e joanino, o pragmatismo português somou-se a “uma inclinação geral própria do tempo, uma política de Estado bem determinada”¹¹. Expondo seu ponto de vista, a autora assevera:

O papel da política de Estado nesse movimento de estudiosos, dedicados em sua maioria às ciências naturais, merece realce particular por suas múltiplas implicações, tanto na orientação dos estudos como na mentalidade dos principais políticos da Independência. *A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada* em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações do rendimento do “quinto”, os inconvenientes de um sistema fiscal sobre carregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil em razão dos desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas.¹² [Grifo nosso]

Ou seja, há uma redução da ciência a uma “dimensão político-econômica”. Essa visão influenciou bastante a historiografia brasileira posterior e decorre de uma preocupação exclusiva em isolar o “contexto político” do “conteúdo científico” (mais do que de uma filiação às correntes “externalistas” da História das Ciências).

Nas últimas décadas essa imagem tem passado por transformações profundas, beneficiando-se tanto da contínua renovação dos estudos sobre o Brasil Colônia quanto da nova historiografia das ciências – que privilegia bastante esse período da nossa história. Essa nova historiografia se insurge contra a tradição cristalizada na obra de Fernando

¹¹ DIAS. *Aspectos da Ilustração no Brasil*, p. 48.

¹² _____. *Aspectos da Ilustração no Brasil*, p. 48-49.

Azevedo¹³, publicada originalmente nos anos 1950, que negava a existência de atividade científica no Brasil antes dos grandes institutos de pesquisa microbiológica do final do século XIX e início do XX e que tem como marco inaugural a fundação das universidades na década de 1930 (abindo concessões a um ou outro precursor isolado em determinados campos do conhecimento). Essa nova leva de estudos tratou de ressaltar a proliferação de práticas científicas no território colonial a partir de múltiplas iniciativas: viagens filosóficas, formação de academias científicas, coleções naturalistas, museus, estabelecimentos de ensino (ressaltam-se instituições como o Museu Nacional, a Academia Real Militar e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro) e mesmo da rede formada pela “elite letrada” que ocupava os cargos administrativos do Império Português¹⁴.

O período da passagem do século XVIII para o XIX tem sido bastante visitado pela historiografia. É um momento crucial, marcado pelo ideário reformista, pelo apogeu da cultura da Ilustração e difusão das novas ciências e também pela crise de um modelo de administração colonial que levaria à transferência da corte portuguesa para o Brasil. A partir da análise das trajetórias de homens (e aqui a flexão de gênero é importante) que circularam entre a Metrópole e a Colônia ocupando espaços de poder e de saber, de ciência e de política, essa historiografia tem ressaltado a indistinção entre as funções exercidas. O naturalista e o estadista não são mais vistos como pólos cindidos, mas como aspectos conjuntos, característica mesma de um grupo da “elite colonial” nos séculos XVIII e XIX.

O pragmatismo e os “saberes de utilidade” não foram característicos somente da História Natural portuguesa e, muito menos, se apresentam como meros instrumentos dos interesses político-econômicos da Coroa portuguesa¹⁵. O fomento estatal à pesquisa e produção técnica e científica aparece com bastante força a partir do século XVIII nos principais Estados europeus, seguindo um modelo de patronagem similar ao que financiava as artes. Esse processo, contudo, não pode ser visto apenas pelo prisma do Estado. A mudança no modelo imperial português, para a qual chama atenção Lorelai

¹³ AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

¹⁴ FIGUEIRÔA, Silvia. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio*, Madrid, v. L-2, p. 107-123, 1998; LOPES, Maria Margaret. As ciências dos museus: a História natural, os viajantes europeus e as diferentes concepções de museus no Brasil no século XIX. In: GOLDFARB, Ana Maria Alfonso e MAIA, Carlos Alvarez (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 721-732.

¹⁵ KURY, Lorelai. Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio. In: SOARES, Luís Carlos (org.). *Da revolução científica à big (business) science*: cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia. São Paulo/Niterói: Hucitec/Eduff, 2001, p. 105-153; _____. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 109-29, 2004. Captado em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11s1/05>. Acesso em 13 jun. 2009.

Kury, não decorre de uma nova necessidade colonial¹⁶. As novas estratégias portuguesas se aproximam dos modelos de colonização francesa e inglesa, que aliavam o conhecimento da natureza dos territórios colonizados às políticas de colonização, assim a “ciência luso-brasileira da época enfrentou o desafio de *implementar uma política* de estabelecimento e divulgação de informações confiáveis sobre a natureza e as populações brasileiras e das demais colônias, que servisse para incrementar o controle do Estado”¹⁷.

No que pesem os grandes avanços proporcionados por essa literatura, as análises ainda garantem um lugar ativo de construção desse processo ao Estado. O apoio político, a apropriação dos conhecimentos e o estímulo estatal aparecem como os motores da transformação da História Natural em uma protagonista passiva do progresso. O Império português é o sujeito dos verbos de comando: ele coordena ações, mobiliza naturalistas, promove “viagens filosóficas”, faz publicar memórias, lança as bases para a institucionalização da ciência, se esforça para inventariar riquezas *por meio da ciência*, incumbe os estudiosos de tal ou qual atividade. E esta não é uma lista exaustiva. O papel de agência é assimétrico, a transformação da ciência em política de Estado é vista, por vezes irrefletidamente, como um caminho “natural” em direção à modernização da administração. Em parte, acredito que isso decorre da necessidade de retificação da visão (equivocada, sem dúvida) de Portugal como um território atrasado, à margem do processo de transformação social, política e intelectual que atravessava a Europa.

Neste artigo, propõe-se uma interpretação diversa desse processo, reconfigurando a questão nos termos da *translação*. Pode-se chamar de translação, o processo de *deslocamento de interesses* entre grupos distintos. Esses deslocamentos ocorrem toda vez que a consecução de um objetivo necessita da mediação e da arregimentação de aliados. O movimento de translação refere-se ao “trabalho através do qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses”¹⁸.

A proposta de se estudar as translações nos permite perceber um movimento mais amplo: um movimento de reordenamento de toda uma rede. Nessa nova configuração, os centros de produção científica se tornam pólos dinâmicos do poder,

¹⁶ KURY. *Homens de ciência no Brasil*.

¹⁷ _____. *Homens de ciência no Brasil*, p. 111-112. Grifo nosso.

¹⁸ LATOUR. *A esperança de Pandora*, p. 356.

exatamente através da cadeia de translações que ele opera. Com isso, pensamos ser possível repensar o lugar da agência dos próprios naturalistas no interior do processo que alavanca a sua ciência a uma posição de extrema relevância. Os caminhos dos Impérios ultramarinos europeus não precisavam passar, obrigatoriamente, pela História Natural e pelos naturalistas, viagens filosóficas, memórias, jardins botânicos, museus e coleções. A convicção de que esse caminho resultaria na satisfação dos interesses colonialistas e imperiais resulta, certamente, de um deslocamento. Deslocamento que ocorre também com a produção científica. Esses grupos transladaram interesses em direção a um interesse comum, qual seja, a produção de uma História Natural útil à administração.

Nesse caso, foi preciso que os naturalistas fossem capazes de convencer as instâncias superiores do Estado português a apoiá-los e financiá-los. A melhor forma de provar o valor de sua ciência e manter ou ampliar o apoio e o interesse do Estado na pesquisa era pesquisando e introduzindo seus produtos técnico-científicos na agenda política e, ao mesmo tempo, a melhor forma de realizar suas pesquisas – com viagens cada vez mais longas e com maiores equipes, coleções maiores e mais completas, melhores laboratórios e Academias, mais memórias publicadas – era tendo incentivo da Coroa. A criação do discurso da necessidade da ciência era parte integrante, constitutiva da prática dessa ciência; não era um ardil dos naturalistas que “ fingiam estar pesquisando” para garantir posições de poder. Podemos dizer que essa concepção da História Natural como necessária e inexorável, aspecto fundamental da noção de progresso, era um efeito desse modo de produzir conhecimento. Ele se tornará também necessário a esse modo de gerir os negócios do Estado.

Não quero com isso fazer equivaler o lugar ocupado pela História Natural e pelo Estado nesse processo. É óbvio que o Império português possuía mais condições de realizar certas ações impossíveis aos naturalistas: disponibilizar recursos financeiros, por exemplo. No entanto, como é nítido no processo de translação, a História Natural é capaz de mobilizar redes inacessíveis de outro modo. Por isso, o emaranhamento dos interesses.

Como veremos, a Oficina do Arco do Cego foi bastante representativa desse tipo de movimento. Para isso, tinham que agir como naturalistas e também como estadistas, arregimentando aliados de ambos os lados. A divisão entre atividades políticas e atividades científicas deixa de fazer sentido quando acompanhamos o percurso desses homens. Quando, por exemplo, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira realiza sua

“Viagem Filosófica” ele depende tanto dos mapas, dos livros de História Natural e das substâncias químicas quanto da aprovação da Academia de Ciências de Lisboa e do financiamento do Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos¹⁹. Ao encargo do naturalista e sua equipe estavam as tarefas de coletar, classificar e preparar os espécimes que seriam enviados para Lisboa, verificar as condições das vilas e fortalezas sujeitas a eventuais invasões estrangeiras, estudar a agricultura, confeccionar mapas populacionais e de produção agrícola, entre outros. Podemos perceber comportamento semelhante, por exemplo, nas atividades do Frei José Mariano da Conceição Velloso, personagem que será explorado mais detidamente adiante.

Ao tratar indistintamente ações políticas e ações científicas não igualamos ciência e política, nem encampamos um relativismo onde “tudo vale”. Essa abordagem é uma tentativa de rastrear as diversas estratégias utilizadas por cientistas na sua prática cotidiana. Isso não implica, por parte dos naturalistas, numa adaptação consciente de seus conhecimentos de modo a “encaixá-los” no projeto estatal. Pelo contrário, o processo que colige os interesses de cada grupo por meio de translações é geralmente sutil e pouco perceptível para os envolvidos. A partir da perspectiva delineada acima, sugere-se uma nova chave de leitura para a Casa Literária do Arco do Cego, tentando percebê-la como mediadora de interesses, como o produto final de uma cadeia de translações.

História Natural e economia política

Nesta seção, antes de desenvolver as sugestões apontadas na introdução e avançar na proposta esboçada, é preciso que nos detenhamos na história da Oficina do Arco do Cego, atentando para uma descrição mais detalhada de alguns dos seus mecanismos. Será destacada a participação de dois agentes protagonistas dessa empreitada: o já referido naturalista Frei José Mariano da Conceição Velloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Nascido José Velloso Xavier, na vila de São José Del Rey (atual Tiradentes), na capitania de Minas Gerais, em 1742²⁰, Frei José Mariano da Conceição Velloso só assumirá o seu nome religioso quando recebe ordens sacras, em 1766, no convento de S. Antônio do Rio de Janeiro, depois de cinco anos dedicados à carreira eclesiástica,

¹⁹ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 7, p. 5-28, 1998. Captado em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf. Acesso em 15 maio 2011.

²⁰ Essa é a data sugerida pela maior parte da bibliografia, embora ocasionalmente ocorra a indicação do ano de 1741 como ano de nascimento do Frei Velloso.

durante os quais professara no convento de S. Boaventura do Macacu. Já ordenado, segue os estudos de filosofia e teologia no Rio de Janeiro. No final da década de 1760, está envolvido com a docência; primeiro de geometria no convento de São Paulo e depois de História Natural no convento fluminense no qual professara²¹. Apesar de ter sido incumbido da docência de disciplinas que chamaríamos de científicas, Frei Velloso não possuía nenhum treino formal nessas áreas, embora provavelmente estivesse em contato com algumas inovações no ensino religioso ocorridas em Portugal na segunda metade do século XVIII. Segundo informam Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, essa reforma “introduzia timidamente os estudos físico-matemáticos e filosófico-naturais, insinuando alguns princípios de geometria, e de ontologia e pneumatologia”²². É nesse ambiente que o nosso personagem desenvolverá suas notáveis habilidades como naturalista.

Sua destreza alcançou fama e, em 1783, Velloso foi encarregado pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa – um homem sintonizado com a voga naturalista que encantava as nobrezas européias tanto no âmbito privado do “colecionismo”, quanto do ponto de vista da implementação de políticas públicas informadas por esses princípios – a realizar um levantamento fitológico da capitania do Rio de Janeiro. As plantas recolhidas no desempenho dessa função seriam remetidas ao Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa. Durante oito anos, Frei Velloso esteve à frente desse projeto, que envolvia a participação de diversos outros religiosos naturalistas, ampliando o alcance de suas pesquisas para englobar não apenas espécimes da flora, mas também da fauna, além de diversas amostras minerais, que seriam regularmente catalogadas e enviadas para Lisboa. É certamente nesse período que Frei Velloso coleta o material botânico para a elaboração da sua obra mais conhecida, a *Florae Fluminensis*, um trabalho ao qual ele dedicaria grandes esforços ao longo de toda a sua vida, embora sua publicação só tenha acontecido postumamente, mais de uma década após a morte do Frei. Em 1790, o vice-rei, que estava voltando para Lisboa, convidou Frei Velloso para acompanhá-lo na sua ida ao Reino.

Em Portugal, as redes de sociabilidade intelectual estavam muito mais

²¹ BRIGOLA, João Carlos e NUNES, Maria de Fátima. José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) – Um frade no Universo da Natureza. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 51-76. GAMA, José Saldanha da. *Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso*. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro e Companhia, 1869; WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 2004.

²² BRIGOLA e NUNES. *José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811)*, p. 52.

articuladas, estabilizadas e densamente povoadas do que na colônia. Diversas instituições que atuavam de maneira mais ou menos articulada davam suporte ao processo simbiótico de fusão entre História Natural e Estado imperial²³. Ao mesmo tempo, Lisboa funcionava como o centro (ou um dos mais importantes centros) do Império português: para lá chegavam informações, produtos e pessoas de todo o Reino, de lá partiam expedições, funcionários e ordens.

Lá, Frei José Mariano da Conceição Velloso poderia se beneficiar mais incisivamente do seu vínculo com o *Real Museu da Ajuda* e expandir seus espaços de interação científica. Essa colaboração tornou-se efetivamente mais estreita, pois Velloso passou a trabalhar diretamente com o grande naturalista e professor Domingos Vandelli, na produção da *História Natural das Colônias*²⁴. Além disso, o frade naturalista autodidata ingressou no que era considerado o reduto do mais alto escalão da cultura ilustrada lusitana, a *Academia Real das Ciências*. Essa rápida ascensão nos meios cultos poderia significar maiores chances para a publicação da sua obra botânica. Esse era certamente um dos objetivos de Frei Velloso, que levara consigo do Brasil todo o material necessário para a publicação da obra, incluindo manuscritos e ilustrações, além de uma formidável coleção de espécies animais e vegetais. Segundo o estudo já citado de Brigola e Nunes, “o aperfeiçoamento e a publicação da *Florae Fluminensis*” eram “a missão primordial da sua presença na Corte”²⁵.

É a partir de meados da década de 1790 que as atividades do Frei Velloso concentram-se no que aqui mais nos interessa: o trabalho de edição. É daí que podemos perceber sua inserção no movimento que acarretaria, alguns poucos anos depois, no estabelecimento da Oficina Literária do Arco do Cego. Com efeito, apesar da maior preocupação com as atividades do Frei Velloso a partir do momento que ele assume mais funções editoriais, a distinção entre o que chamamos contemporaneamente de “produção de ciência” e “divulgação de ciência” não era tão nítida. Muitas vezes, a tradução de uma obra em língua estrangeira era acrescida de comentários sem distinção explícita no texto, outras vezes a compilação de vários textos sobre um mesmo tema (ou

²³ Uma revisão do papel de vários desses espaços, como o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, a Universidade de Coimbra, o Gabinete de História Natural e Jardim Botânico de Coimbra e a Academia Real das Ciências de Lisboa são analisados em: PEREIRA. *O Império Botânico*, p. 66-85.

²⁴ A elaboração da *História Natural das Colônias* e tudo o que ela envolvia de circulação de práticas, pessoas, técnicas, espécimes, ordens e instruções entre a Metrópole e as Colônias (a longa rede que esse projeto tece) é brilhantemente analisado em: PATACA, Ermelinda Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125-138, jul-dez 2011.

²⁵ BRIGOLA e NUNES. *José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811)*, p. 61.

mesmo sobre um conjunto de temas) saía sob o nome do compilador, sem muitas referências aos originais. Essas formas de proceder – que de alguma forma causam estranhamento ao nosso sentimento contemporâneo de atribuição de crédito e responsabilidade por aquilo que é dito ou escrito, ferem as noções modernas de “propriedade intelectual” e parecem transgredir fronteiras estabilizadas – podem revelar uma noção diversa do que consideramos hoje “autoria intelectual”. Obviamente, essa não era a atitude exclusiva diante das obras e não implicava em um desconhecimento do autor. A relação com a autoria era bastante mais complicada. As *Cartas sobre os elementos da Botânica*, por exemplo, indicam em seu frontispício terem sido escritas por “J. J. Rousseau, com as notas, e adições de Thomaz Martyn; (quarta edição em Londres) traduzidas da língua inglesa por uma senhora desta Corte”²⁶. No *Breve Compêndio ou Tratado sobre a Eletricidade*, composto pelo reverendo Francisco de Faria Aragão, encontramos uma passagem assaz curiosa sobre essa relação com a atribuição de responsabilidade e crédito advinda da autoria. Ao expor os objetivos da obra, Faria Aragão afirma que

“o saber que houve um chamado Otto Guerick e outro Hauskebee, os quais fizeram a primeira tentativa sobre o vidro, sobre um globo etc. não faria mais claras as do meu leitor sobre a eletricidade; nem ele saberia mais nesta matéria quando soubesse que o Duque de Chaulne fez um condutor da grossura de um pé e comprimento de 15”²⁷.

Enfim, o motivo dessa digressão é o de mostrar que a ênfase dada por Frei Velloso aos trabalhos de edição não significava, naquele momento, um abandono da vida de naturalista. Não havia tão claramente, em muitos meios, a cisão entre “cientista” e “editor”. A publicação de obras de História Natural que interessassem à administração portuguesa, especialmente no que se refere ao aprimoramento das colônias no Além-Mar, fossem elas originais de pesquisa, tradução ou compilação de obras em língua estrangeira, era parte integral das atividades naturalistas.

Dessa forma, a partir de 1796, Velloso faz publicar, na Officina Patriarchal, um periódico dedicado – como informa o seu longo título – aos “novos descobrimentos e

²⁶ A própria forma de citação contemporânea privilegia uma noção de autoria. O caso dessa obra é ainda mais intrigante, posto que a tradutora, apesar de incluir uma dedicatória às senhoras portuguesas, não se identifica, provavelmente por questões ligadas a restrições de gênero. ROUSSEAU, Jean Jacques. *Cartas sobre os elementos da Botânica*. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801. [A grafia da citação foi atualizada].

²⁷ ARAGÃO, Francisco de Faria. *Breve Compêndio ou Tratado sobre a Electricidade*. Lisboa: Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800. [A grafia da citação foi atualizada].

melhoramentos n’agricultura, artes, manufaturas, comércio”²⁸. Através desse periódico circularam várias notícias e inovações voltadas para a agricultura e temas afins. Esse foi o início de um processo de colaboração com toda uma rede de tipografias lisboetas que incluíam, além da já mencionada Officina Patriarchal, a oficina de Simão Thaddeo Ferreira, a Casa do Infantado e a tipografia da Santa Igreja Patriarcal, com o propósito de fazer publicar toda uma infinidade de textos voltados para a utilização dos novos conhecimentos ilustrados nas indústrias agrícolas. As aventuras tipográficas do Frei Velloso em Lisboa chamam ainda mais atenção dos meios naturalistas da Corte portuguesa. Por essa época, um valioso aliado será atraído para esse ambicioso projeto – o poderoso Ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Durante o Setecentos, o Império português se tornou extremamente dependente da economia da sua colônia na América. Ao final desse século, com os primeiros sinais de exaustão da sua principal fonte de recursos, o ouro, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – órgão diretamente responsável pela administração das colônias – procurava saídas para a manutenção do fluxo de excedentes em direção à metrópole²⁹. Uma das soluções encontradas foi o investimento nos melhoramentos agrícolas por meio da divulgação dos avanços da História Natural. Os incentivos à divulgação dos novos conhecimentos desenvolvidos por essa ciência fizeram parte dos esforços portugueses de revitalização da economia colonial. No caso do projeto editorial de Frei Velloso, do qual faz parte a Casa Literária do Arco do Cego, focava-se claramente no Brasil. A consecução desse projeto, contudo, dependia da adoção – por parte de setores do Estado português – de uma mentalidade mais ligada à Ilustração. Mais precisamente, era necessário que a classe dirigente lusa partilhasse da noção de progresso que se adensava em conjunto com a penetração da ciência moderna de forma cada vez mais profunda nas sociedades ocidentais. A vinculação entre a difusão de conhecimentos naturalistas e o aumento da produtividade de certa cultura agrícola não se dá de forma necessária, automática, espontânea³⁰. Ela demanda um longo trabalho cultural, que teve como uma das grandes expressões o Iluminismo.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi figura essencial para a adesão do Estado

²⁸ O nome completo do periódico era: *Paladio Portuguez e Clarim de Palas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n’agricultura, artes, manifasturas,commercio, &c offerecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio*. [A grafia da citação foi atualizada].

²⁹ COTTA, Francis Albert. *Subsídios para o entendimento do arcabouço formal da legislação portuguesa no século XVIII*. Captado em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/subsidiosparaorientamentoarcaboucoformaldalegislaçaoportuguesa.pdf>. Acesso em 11 jun. 2011.

³⁰ Por isso os livros de ciência editados nessa época insistiam em estabelecer esse vínculo.

português a essa perspectiva³¹. Obviamente, como já apontado acima, a influência das Luzes em Portugal já vinham de algumas décadas, mas o desempenho governativo de Sousa Coutinho contribuiu certamente para o aprofundamento e a consolidação desses ideais. Ele é um dos grandes agentes do movimento que translada os interesses da economia política colonial e da administração ultramarina em direção à História Natural. Não apenas pela via da difusão dos conhecimentos naturalistas (que é o caso dos trabalhos editoriais dos quais Sousa Coutinho incumbiu Frei Velloso), mas também pelo estímulo à produção de conhecimento sobre os territórios coloniais. Não é de menor importância notar que, nessa mesma época, as bases da moderna ciência econômica estavam sendo lançadas em Portugal e ela se dá justamente através da economia política, que aos poucos substitui o que era amplamente chamado de comércio³². O pensamento econômico que se formara sob a influência decisiva da Fisiocracia, enfatizava sobremaneira o papel da terra e da agricultura no desenvolvimento econômico. Essa ênfase concorre para a prioridade dada ao projeto de melhoramento agrícola encampado por Frei José Mariano da Conceição Velloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O primeiro fruto dessa colaboração é a publicação do *Fazendeiro do Brazil melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto*, cujo primeiro volume sai em 1798. Obra extensa – são 11 volumes, sendo um dedicado ao *criador* e os dez restantes dedicados ao *cultivador* –, se insere em gênero comum na literatura naturalista, as compilações comentadas. Seus assuntos cobrem um enorme espectro como as tinturarias, as “bebidas alimentosas” (cacau, café), as especiarias, as filaturas, a manteiga, o queijo, o leite e, com especial destaque, a cana-de-açúcar. Curiosamente, apenas um volume, o dedicado ao “fazendeiro criador”, foi impresso na Oficina do Arco do Cego, em 1801. Os demais foram impressos na Regia Officina Typographica, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira (quatro volumes), na Officina de João Procopio Correa da Silva e na Impressão Régia, onde o último volume foi publicado em 1806.

No prefácio do primeiro tomo Frei Velloso nos deixa saber que foi incumbido de “ajuntar e trasladar em português todas as Memórias Estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da economia rural e

³¹ CURTO. *D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego*.

³² Não é por acaso que os famosos *Princípios de economia política*, do Visconde de Cairu, tido como o primeiro economista brasileiro, tenham sido publicados em 1804. ARRUDA, José Jobson de Andrade e NOVAIS, Fernando. Prometeus e Atlantes na forja da nação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2 (21), jul./dez. 2003, p. 225-243.

das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão”³³. É com essa missão que o naturalista vai se debater por quase duas décadas, até o seu retorno ao Brasil.

A sua grande originalidade, contudo, está na forma como aborda os problemas econômicos do desenvolvimento brasileiro a partir da ótica ilustrada, do “enciclopedismo agrarista”. As críticas à agricultura praticada no Brasil são bastante severas e Frei Velloso sugere que “abandonem a tosca e grosseira economia rural dos primitivos inquilinos do Brasil”³⁴. A implantação de um novo modelo de produção agrícola passava necessariamente, de acordo com a visão corrente entre esses homens, pela difusão dos novos conhecimentos naturalistas. É esse o pressuposto que permite a translação que tentamos rastrear aqui. Isto é, um objetivo muito caro à Coroa portuguesa, *o aumento do fluxo de excedentes provenientes do Brasil* vai se transformando, ao longo de uma extensa cadeia de translações, no mesmo objetivo fundamental para os naturalistas, *a produção e divulgação de conhecimentos baseados na História Natural ilustrada*. Nesse momento, setores decisivos do Estado português estão convencidos que o incentivo a esse projeto é uma das grandes soluções para a economia política portuguesa.

Esse plano atinge uma dimensão tão formidável que se torna incômodo depender de tipografias particulares, que estavam mais distantes do controle estatal, ou mesmo da Régia Officina Typographica, que possuía muitas outras obrigações, para publicar o material necessário à reforma do pensamento agrícola. A Oficina do Arco do Cego viria a cumprir a função de conceder relativa autonomia ao projeto. Essa tipografia se torna um ícone de uma forma peculiar de promoção de certas práticas culturais. Ao mesmo tempo, a institucionalização do apoio à História Natural concorre também para o estabelecimento de um maior poder de controle dessas práticas. Isto é, ao assumir oficialmente a direção das publicações naturalistas em território português, o governo dá sinais de que confia no potencial reformista desses conhecimentos, mas, simultaneamente, sugere uma preocupação em relação aos perigos revolucionários contidos na nova ciência. Os ecos do papel incendiário dos *philosophes*, mentores intelectuais da Revolução Francesa, eram causa constante de inquietação por parte de membros de um governo. Em uma cultura de Antigo Regime, nobiliárquica, a aceitação

³³ VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*. Tomo I, parte I. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1798. p. i.

³⁴ _____. *O Fazendeiro do Brasil*, p. xxiv.

dos valores do progresso e da razão se dava de forma instável, conflituosa, ambígua. Por isso, o processo de modernização deveria ser conduzido pelo Estado, de modo a tentar controlar sua difusão e seus impactos.

Com efeito, esses conflitos podem ser lidos como sintomas da profunda crise que o Antigo Regime português estava a atravessar e que o levaria ao declínio e que atingia também a relação colonial³⁵. Curiosamente, a crise das colônias ultramarinas modernas atingira intensamente outras regiões das Américas antes do Brasil. Assim, aponta Celso Furtado, “praticamente todos os produtos da colônia se beneficiam de elevações temporárias de preço. O valor total da exportação de produtos agrícolas praticamente duplica entre os anos oitenta do século XVIII e o fim da era colonial”³⁶. Isso parece ter gerado um sentimento paradoxal nos homens que, como Frei Velloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, insistiam nos melhoramentos da agricultura. Por um lado, esse espantoso aumento das exportações reflete a importância da agricultura para a economia colonial. Ao mesmo tempo, percebe-se a “defasagem” dessa “economia rural” em relação aos preceitos correntes nos círculos ilustrados.

Essas ressalvas implicam em um processo de translação muito delicado, um complicado trabalho de transformação de objetivos, um entrelaçamento de interesses que surgem conflitantes e se coligem com base em um equilíbrio frágil. É no seio de processo que se estabelece, em 1799, a *Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego*, primeiro nome oficial da instituição. Infelizmente, os pesquisadores (pelo menos os aqui consultados) não conseguiram ainda localizar o documento oficial que formaliza a sua criação. No entanto, sabe-se que já era uma vontade de Sousa Coutinho a criação de um “Estabelecimento Scientifico”. Deixada a direção a cargo de Frei Velloso, a tipografia agrega um grande número de jovens brasileiros envolvidos em atividades intelectuais em Lisboa, constituindo-se num importante espaço de sociabilidade para esse grupo e numa referência para essa geração.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a existência meteórica da Oficina, que durou apenas de 1799 a 1801, o que aguça ainda mais curiosidade dos pesquisadores em torno dessa instituição, esconde a permanência de alguns vínculos da rede que tentamos delinear neste texto. Já foi apontado acima como a colaboração entre Frei Velloso e D. Rodrigo já se articulava antes da fundação da Oficina e como o naturalista brasileiro mobilizara uma série de tipografias em Lisboa para cumprir a sua função. Da

³⁵ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

³⁶ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, p. 92.

mesma forma, o baixíssimo número de obras que saem com o pé-de-imprensa com o nome da Casa em 1799 (apenas duas segundo o catálogo bibliográfico) não nos deixa perceber a complexidade do processo de produção de um livro nesse contexto³⁷. A *Descrição sobre a cultura do cânhamo*, por exemplo, foi executada na Officina de Simão Thaddeo Ferreira e é o nome dessa tipografia que consta no frontispício da obra. No entanto, o pagamento desse serviço consta da folha de balanço da Oficina do Arco do Cego e foi ela que realizou as encadernações³⁸. Essa divisão de trabalhos editoriais de uma mesma obra pode indicar o caráter ainda precário das instalações do Arco do Cego no seu primeiro ano de funcionamento. Isso é reforçado pelo expressivo aumento do número de títulos publicados sob o nome da Casa nos anos seguintes, sendo 38, em 1800, e 43, em 1801. Ao todo, 83 títulos foram publicados pela casa nos seus 28 meses. E sua independência vai se reforçando ao passar do tempo, com o amadurecimento da experiência.

Em 1800, a oficina passa a se chamar *Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego*. Essa mudança não é apenas uma questão de nomenclatura, ela indica uma maior estruturação da instituição e uma maior capacitação para publicar obras naturalistas. A calcografia era a arte de gravar em metal, utilizada para a impressão de figuras e ilustrações, absolutamente imprescindíveis em um livro de História Natural. No caso do Arco do Cego, do total das 83 obras publicadas, 45 possuíam gravuras. Com a transformação em “tipografia calcográfica”, o Arco do Cego passa a ser capaz de produzir suas próprias gravuras, o nível de complexidade das suas edições aumenta consideravelmente, o número de pessoas trabalhando diretamente para a Oficina aumenta. Em 1801, nova mudança. Capaz agora de produzir os tipos móveis com os quais são impressas as obras, a Casa passa a se chamar *Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego*. Torna-se um estabelecimento que realmente domina praticamente todas as etapas da cadeia de produção livresca. Até o papel utilizado era, por vezes, produzido nas instalações do Arco do Cego. A Oficina contava com uma equipe extensa de colaboradores e até com uma Aula de Gravura, na qual eram treinados jovens para trabalhar na ilustração dos livros³⁹.

Depois de prontos os livros, a tipografia se encarregava de vendê-los ou

³⁷ Cf. O Catálogo Bibliográfico constante em: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 141.

³⁸ LEME, Margarida Ortigão Lemos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 98.

³⁹ FARIA, Miguel. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 107-137.

distribuí-los. Em vários dos volumes lá editados é possível encontrar um catálogo das obras disponíveis e uma indicação dos locais onde poderiam ser adquiridos. Além de possuir uma loja própria em Lisboa, recomendava lojas na mesma cidade e também em Coimbra e no Porto. Constantemente, lotes de livros editados pela Casa Literária do Arco do Cego eram remetidos ao Brasil, onde eram vendidos ou distribuídos basicamente para grandes proprietários rurais ou clérigos. No entanto, apesar dos esforços dispensados, a literatura histórica sobre o tema aponta conclusões bastante céticas acerca do alcance dos livros saídos do prelo do Arco do Cego. Para Robert Wegner, a história do Arco do cego, antes de se constituir numa história da leitura, é uma “história da ausência de leitura”⁴⁰. Já Manuela Domingos considera “parcas as receitas de livros registradas na curta vida da Oficina”⁴¹. Esse pessimismo em relação à efetiva circulação dos conhecimentos divulgados pelo Arco do Cego serve como aviso para que não superestimemos o papel dessa instituição no universo imperial português. O relativo fracasso do projeto de divulgação da História Natural, que é percebido pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela tipografia ao longo de todo último ano de funcionamento, tem sido aventado como principal causa para a extinção da instituição. Em 1801, a Oficina é abolida e integrada à Impressão Régia, da qual Frei Velloso fará parte da Junta Administrativa, Econômica e Literária. Apesar das aspirações de manutenção dos trabalhos do Arco do Cego no interior da nova instituição, o projeto se dilui em meio a diversas demandas. Assim, essa articulação entre História Natural e administração colonial que havia tido como uma das grandes expressões a Oficina do Arco do Cego, se dispersará novamente, embora outras instituições mantenham um sentido semelhante. No entanto, mais que nenhuma outra instituição, o Arco do Cego se tornou um importante espaço institucional para a consecução de objetivos de dois grupos distintos. Naturalistas e aristocratas a cargo da gestão dos negócios coloniais vincularam seus interesses, que tomou corpo na tipografia do Arco do Cego.

Considerações Finais

Neste texto, defendemos a hipótese de que a Oficina Literária do Arco do Cego – instituição que, entre 1799 e 1801, publicou quase uma centena de obras voltadas para a difusão de conhecimentos provenientes da História Natural capazes de serem aplicados ao desenvolvimento agrícola de Portugal e do Brasil – se tornou um *ponto de*

⁴⁰ WEGNER. *Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial*.

⁴¹ DOMINGOS, Manuela. Mecenato político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, p. 91-105.

passagem obrigatório para agentes do alto escalão do Estado português e também para os naturalistas interessados em atuar com desenvoltura em um ambiente que vagarosamente deixava penetrar ideais e perspectivas ilustradas.

Esse processo dependeu em larga escala de movimentos chamados aqui de translação. As translações são nada mais que deslocamentos de interesse. No caso em questão, os dois principais grupos envolvidos possuíam interesses à primeira vista distintos. Enquanto os naturalistas estavam preocupados em produzir e divulgar seus conhecimentos, os estadistas buscavam uma maneira de fortalecer a economia portuguesa, profundamente dependente das colônias, especialmente do Brasil, uma vez que o ouro brasileiro iniciava seu período de decadência. Através de um longo processo, no entanto, os agentes da administração colonial, tendo como especial destaque o Ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foram convencidos que a realização do seu objetivo coincidia com a realização do objetivo naturalista. Isto é, houve um deslocamento no interesse que fez com que a meta inicial, que era *aumentar o fluxo de excedentes da colônia para a metrópole*, se transformasse em *aprimorar a economia colonial* e daí em *financiar a História Natural* e, finalmente, em *divulgar a produção naturalista*.

Essa cadeia de translações dependia claramente da adoção de uma perspectiva mais identificada com o progresso científico e com a capacidade da utilização de estudos naturalistas na economia rural das colônias. A estrutura nobiliárquica portuguesa não se deu conta, de repente, da importância da ciência. Ela foi se vinculando a diferentes atores, estabelecendo conexões numa rede que possibilitava a consecução dos seus objetivos através da História Natural.

O que queremos indicar a partir deste levantamento é como, ao longo das práticas científicas desses homens, a imersão na burocracia estatal não surge como um obstáculo ou uma cooptação. O que pretendemos sugerir é que a indiscutível importância da História Natural para as estratégias coloniais portuguesas do final do século XVIII não é um dado automático, intrínseco à política imperial e colonial. Essa importância é adquirida através de uma série de deslocamento de interesses, de uma *longa cadeia de translações* que tecem as enormes redes sócio-técnicas por sobre todo o Atlântico e além dele.

Esse exemplo não é uma demonstração, ele é um gancho para mais questões. Questões que as análises tradicionais ocultam quando separam a atividade científica da atividade política. O que pretendemos fazer é justamente o oposto, mostrar como essas

atividades fazem parte do mesmo movimento. Quando Frei José Mariano da Conceição Veloso ou Vicente Coelho de Seabra Teles pesquisam, redigem e publicam as suas memórias, eles estão fazendo ciência ou política? Quando a Coroa portuguesa financia uma viagem ao Rio Negro, quando publica um manual de botânica ou quando encampa um projeto de vulto como a Oficina Literária do Arco do Cego ela está fomentando a pesquisa ou colonizando?

Tentamos perceber como os naturalistas da virada do século XVIII para o XIX *mobilizaram o mundo natural e o Império português numa única operação*. Essa visão poderia estender-se se observássemos mais de perto as coleções que montaram em seus museus e gabinetes, se os acompanhássemos em suas expedições filosóficas, se participássemos das acaloradas discussões que ocorreram nos salões das Academias.

Recebido em: 24/03/2014

Aceito em: 05/08/2014

O Estatuto da real sociedade baiense dos homens de letras em 1810: o controle sobre a circulação de ideias no Brasil colonial

The Statute of the Real Society baiense men of Letters in 1810: the circulation os ideas in colonial Brazil

Fabiana de Santana Andrade

Profª. Mestre em História (UEFS)

Profª da Rede Estadual de Ensino na Bahia

Fabyandrade27@gmail.com

RESUMO: Esse texto discute à práxis pensada pelo letrado baiano Luis Mendes e quais eram os seus objetivos com a fundação de uma academia de letras na Bahia em 1810. A leitura e reflexão sobre o texto do Estatuto de fundação da Academia foi dando pistas sobre a intencionalidade do plano, onde percebemos uma singularidade de concepções e provocações que indicaram uma forma de fazer ciência, de pensar a sociedade, que era próprio do indivíduo que tinha a razão como mestra inspiradora. Algumas de suas ideias podem ter sido consideradas "perigosas" o suficiente para que os censores portugueses estivessem atentos as suas publicações e intenções.

PALAVRAS CHAVE: Academia, Ciências, Letrados.

ABSTRACT: This paper discusses the praxis designed by Luis Antônio Mendes literate and what were your goals with the founding of an academy of letters in Bahia in 1810. To Reading and reflection on the text of the Statute of the founding of the Academy was giving clues about the intentionality of plan, where we perceive a uniqueness of design and provocations that indicated a way of doing science, thinking society, which itself was the individual who had reason as inspiring teacher. Some of his ideas may have been considered "dangerous" enough that the Portuguese censors were aware their publications and intentions

KEYWORDS: Academy, Science, Letters men.

O Estatuto: a prática científica

Os espaços de sociabilidade constituídos pelas academias, museus de história natural, sociedades científicas e literárias formavam em si mesmo um campo de dinamismo e transformação científica e cultural na Europa no final do século XVII e no XVIII. As academias eram espaços privilegiados onde os eruditos apresentavam seus trabalhos, divulgavam invenções, resultados de experiências e discutiam as teorias¹. Íris Kantor apresentou o ambiente ilustrado setecentista centrada nas academias brasílicas e notou no espaço colonial, um Brasil dotado de significado e história próprios no âmbito da monarquia portuguesa. Refere-se assim, as academias

¹ DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. 307f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2004, p.60.

dos Esquecidos e dos Renascidos, fundadas, respectivamente, em 1724 e 1759, ambas na cidade de Salvador².

Entretanto, essas Academias não tiveram uma longa duração, algumas duraram pouco menos de um ano, enquanto outras não tiveram a implantação aprovada pela Coroa portuguesa. Segundo Iris Kantor³, desde a criação da Academia dos Esquecidos até a criação da academia Brasílica dos Renascidos, muitas academias temporárias e sem Estatutos foram organizadas na América Portuguesa. Dentre as quais, a Academia dos Felizes no Rio de Janeiro, em 1752. Essas instituições eram espaços de sociabilidade para os letrados, incumbidos em promover a literatura, a cultura, e a economia da nação.

A Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras, que o letrado Luis Antônio de Oliveira Mendes tentou fundar em 1810, nos termos por ele colocados, se propunha a desenvolver ciência na colônia e auxiliar a promoção da Indústria Nacional. A sua proposta apresentada no texto do Estatuto da Sociedade Bahiense difere das outras Academias Científicas que foram constituídas na Bahia no século XVII. As primeiras Academias criadas tinham a mesma proposta de trabalho que era escrever uma História da América Portuguesa⁴. Luis Antônio de Oliveira Mendes, apresenta ao traçar os parâmetros de organização da Sociedade Bahiense o quanto a instituição podia ser útil para Portugal, mas em alguns momentos do seu texto parece demonstrar ser necessário que os interesses de ambos os lugares fossem contemplados.

Os letrados estabelecidos no Brasil colonial, tanto portugueses quanto brasileiros, procuraram constituir esses espaços de discussão e difusão do conhecimento. Incentivados pela Academia Real de História Portuguesa, criada em Portugal no ano de 1720. As propostas da referida Academia estavam relacionadas ao estudo da História da América Portuguesa. A crença na capacidade de transformação do homem, e o empirismo praticado como método, fomenta a ideia nos letrados de que as Academias eram “instrumentos” que poderiam contribuir com o Estado e o “bem estar da sociedade” porque o conhecimento tinha um novo direcionamento. Entretanto, para a coroa portuguesa, esses espaços criados no Brasil colônia podiam significar o delineamento de novos olhares sobre a sua política colonial.

Portanto, para evitar que as suas opiniões fossem confrontadas a Coroa delegou a portugueses a tarefa de censurar livros e impedir que as Academias Brasílicas tivessem um perfil

² KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724 – 1759)*. Salvador: Editora Hucitec, 2004.

³ _____. *Esquecidos e Renascidos*, p. 102.

⁴ SILVA, Marcela Verônica; MORAES, Carlos Eduardo Mendes de; NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Representação e linguagem nas Academias Brasílicas. *Revista Philogus*, Rio de Janeiro: CIFÉFIL, ano 16, n. 48, set/dez, 2010.

contestatório. O discurso de muitos letados brasileiros nesse período omite opiniões contrárias à prática política da Coroa portuguesa, e isso resultou em processos, fechamento de Academias, e provavelmente impedimento que outras academias tivessem a autorização para funcionar.

Para atender a censura, as Memórias seriam revisadas pelas diversas ordens dos sócios ocupantes das academias. Portanto, só seriam lidas nas Assembleias públicas, depois que fossem aprovadas nas reuniões particulares, onde fariam a averiguação do texto e retirado o que fosse considerado impróprio. Segundo Iris Kantor⁵ o Estatuto da Academia dos Renascidos não faz menção a censura Inquisitorial. Para ela, é possível que os Renascidos reivindicassem as mesmas prerrogativas da Academia Real de História Portuguesa, que estavam isentos da Censura do Paço e do Santo Ofício. Entretanto, não estavam livres da censura exigida, porque esta era realizada internamente por dois censores designados, que podiam proibir obras de serem impressas mesmo antes de serem aprovadas pela academia⁶.

Um cronista seria eleito com a função de memorialista para escrever sobre as pesquisas produzidas pelos acadêmicos e também com a função de escrever as histórias de vida dos seus sócios. O cronista era responsável pelas composições literárias, idade e naturalidade de todos os sócios, e os trabalhos dos sócios deveriam ser recitados no interior da Academia. Escolher um cronista para escrever a história, significava manter uma tradição portuguesa, porque ao longo dos setecentos os acadêmicos régios passaram a adotar o método crítico em seus estudos, mas sem abandonar a tradição da prática cronista do século XVI⁷. Por isso, a Sociedade Bahiense exigiu que se deixasse por escrito tudo o que fosse produzido, inclusive a genealogia dos seus sócios.

Os letados deveriam estar atualizados sobre as notícias referentes aos progressos literários publicados nas chamadas “Academias Estrangeiras”, sobre a responsabilidade, inclusive, com as despesas de correspondência do tesoureiro. Dentre as exigências para a escolha do cargo deveria ser indicado um indivíduo que possuísse uma relação mais próxima com o Continente da América. Ao secretário e vice-secretário competia apresentar as memórias, responder as correspondências e notificar aos sócios as publicações em “Academias Estrangeiras”. Os sócios deveriam contribuir para a manutenção de algumas atividades que seriam desenvolvidas.

Aos Secretários, assim como os sócios efetivos ou livres competirá apresentar as Memórias, ler, e responder, as Cartas de Correspondência a este respeito, sendo a despesa será paga pelo tesoureiro da cidade. Na falta desses papéis interessantes serão os livros, que pela sociedade forem designados, tudo que ela

⁵ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos*, p. 197.

⁶SILVA, Marcela Verônica da. Os Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos: Formalidade e Ilustração. *Revista ACTA*, Assis, v. 1, 2011.

⁷ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos*, p. 77.

melhor se instrua, preferindo sempre aqueles, que tiver relações com o continente da América: A ele competirá lançar os termos do que se tratar em seções Acadêmicas, e juntas da administração Econômica.⁸

Diferente dos sócios efetivos os que já têm trabalhos publicados de grande notoriedade e são membros da Academia Real de Ciências de Lisboa, os sócios de terceira ordem seriam os sócios livres. Aqueles intelectuais que ganhariam notoriedade dentro do corpo social pelos suas composições e trabalhos literários, seriam promovidos a sócios efetivos, sendo escolhidos dentro do corpo social sendo preferidos os moradores da cidade da Bahia e dos seus contornos, mas na falta deles podiam ser nomeados os da Comarca e da Capitania. Podemos perceber que nas suas resoluções havia certo protecionismo para os moradores da cidade onde a Academia seria estabelecida.

O Estatuto da Sociedade Bahiense dos Homens de Letras pode ser dividido em três momentos: o primeiro é introdutório, o segundo trata da hierarquia da instituição onde distribui os sócios em cinco ordens e as suas funções, e na segunda parte trata da divisão das áreas de conhecimento em classes, das instituições que viriam a ser criadas e do objetivo da sociedade. O ano letivo da sociedade começaria em 01 de Março e terminaria em 08 de dezembro. Tendo anualmente quatro sessões públicas, uma em 25 de Abril, em comemoração ao descobrimento do Brasil, outra no Aniversário do Protetor, no dia de Maria e no dia 08 de dezembro, onde fariam a leitura dos trabalhos de destaque produzidos durante o ano.

Os reis que governaram Portugal, conforme o referido Estatuto eram os protetores terrenos da Sociedade Bahiense, e ainda haviam os protetores divinos. Lembrando a ideia do direito divino na forma como faz as apresentações, coloca que os protetores seriam “os senhores Reis de Portugal, e de presente o príncipe Nossa Senhor, o qual seria o fundador”. Ele cita o rei D. Diniz, rei D. José, rainha D. Maria I e Nossa Senhora. Refere-se também, ao rei D. Henrique, que segundo ele se deve ao “feliz descobrimento do Brasil”. Interessante que nomeia como presidente da Real Sociedade Bahiense, justamente o segundo filho da família de D. Henrique, e justifica a sua escolha afirmando que o rei foi um grande promotor das Artes e das Ciências.

Os trabalhos de pesquisa seriam contemplados com uma premiação as obras consideradas inéditas. A sociedade teria o cargo de Presidente, ocupado por um membro da família Real portuguesa, o cargo de vice-presidente, que ficaria sobre a responsabilidade do governador da Capitania, e o secretário que seria eleito pelos sócios. A partir de uma disposição hierárquica, os sócios estariam distribuídos pelas cinco ordens: nobreza, efetivos, livres, graduados ou

⁸ ESTATUTO da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos, 19 págs, 1810.

supranumerários, aspirantes ou correspondentes. Atendendo aos requintes das linhagens familiares e dos títulos de nobreza a primeira ordem dos sócios deveriam ser tirados do “Corpo da Nobreza”.

Para Luis Mendes a sociedade tinha como objetivo levar instrução a um grupo de doze indivíduos que seriam chamados de alunos e seriam instruídos praticando e aprendendo com os demais sócios. Para isso, a sociedade teria uma estrutura de Museu, Horto Botânico, Biblioteca, Instrumentos Físicos, Observatório Astronômico, Máquinas, e obras doadas pelos sócios interinos e até mesmo por sócios ausentes, seriam da quarta ordem, chamados de sócios graduados ou supranumerários, que tivessem o interesse em contribuir com as necessidades da Sociedade. Já a quinta ordem seria dos Aspirantes ou Correspondentes, e o seu ingresso seria ilimitado, reunindo todos aqueles que fossem empregados no Ministério civil ou Eclesiásticos, e que oferecessem as suas composições. Dois sócios teriam a responsabilidade sobre a Diretoria das Artes com a incumbência de distribuição das obras. A ideia de ciência e o seu método é descrito pelos intelectuais com base na experimentação e observação da natureza:

Como o princípio base, a origem das ciências consiste na observação indagação, e combinação de tudo quanto nos apresenta a Natureza, segundo suas qualidades, leis, propriedades, efeitos, o que compreende a Metereologia, Química, Anatomia, Botânica, Matéria Médica, e a História Natural, e a segunda classe será a filosofia simples que não passa de mera observação, indagação e combinação.⁹

As pesquisas sobre a Natureza eram colocadas como primordiais, tendo a convicção da sua aceitação foi enfatizado a divisão entre os Estudos da Natureza e a Philosophia simples. Pela rentabilidade não considerava como primordial os estudos que deveriam ser desenvolvidos pelos membros da segunda classe. As classes referiam-se ao campo de pesquisa em que os sócios estavam inseridos. A primeira classe comporia os indivíduos que fizessem parte das pesquisas (Química, Metereologia, Anatomia, Botânica, Matéria Médica, História Natural, Zoologia, Mineralogia); a segunda classe (Philosophia Simples); a terceira classe seria a ciência do Cálculo (Aritmética, Álgebra, Mecânica, Física Experimental, Astronomia, Medicina Empírica), quarta classe seria da Indústria Nacional e Economia (Finanças, Política, Ciência Veterinária, Cirurgia, Medicina Prática, Direito, Diplomacia, Estatística, Agricultura, Comércio, Navegação); quinta classe da Literatura em geral (Antiguidades, História Sagrada, Profana, Antiga e Moderna, Lusitânia, e Brasílica, Geografia e as Belas Letras).

⁹ ESTATUTO da Real Sociedade Babiense..., 1810.

Luis Antônio de Oliveira Mendes, idealizador da proposta, considerou que todos os princípios trazidos à prática deveriam ser “útil, proveitosos e interessantes para a Humanidade”. Para isso, além da cadeira de Línguas, deveriam estabelecer uma cadeira de História Natural, Química, e História para atender as aulas públicas. Para ter a sua solicitação alcançada prometeu que a sociedade seria útil a Coroa portuguesa e suplicou ao rei que concedesse também o privilégio da composição de um Almanaque para impressão das principais pesquisas dos sócios e de obras raras. Solicitou ainda uma quantia de colaboração da Coroa, mas propôs manter a ordem com os seus próprios recursos caso não houvesse a disponibilidade de dinheiro público.

Essa solicitação foi feita dois anos após a autorização da Tipografia no Brasil, que foi estabelecida para atender aos interesses da Coroa, que residente no país precisava imprimir os papéis diplomáticos. Com o surgimento da Imprensa Régia, surgem depois outras tipografias particulares, que são instaladas com a aprovação da coroa. É nesse momento propício, que o letrado solicita à coroa a permissão para impressão das obras da Academia no próprio Brasil.

No seu discurso demonstra ser um intelectual que estava a serviço da sociedade da Bahia, e que desejava promover o desenvolvimento da América Portuguesa. No plano da organização sugeriu ainda nomear em cada vila e cidade, no continente Americano, e fora do Continente, um sócio de confiança como procurador da cidade, que tinha a função de repassar as informações, descrições, produtos naturais, notícias, de todo o conhecimento vigente. Essa concepção iluminista em voga tem a intenção de manter o controle sobre todas as formas de conhecimento que possa adquirir. A sua proposta assemelha-se ao que consta no documento da Academia Real de Ciências de Lisboa.

Necessita a Academia de Sócios Correspondentes, tanto do Reino como fora dele, aos quais há de ser devedora de grande parte de seus progressos. Estes terão número certo, que a Academia determinará e reformará conforme a experiência lhe mostrar que é conveniente, e as correspondências para maior facilidade se distribuirão pelos sócios Efetivos e Supranumerários.¹⁰

Com o cuidado de estabelecer o contato com algumas novas informações ele sugeriu mandar viajantes sondar o local para “consultar a felicidade dos povos e promover de forma positiva os ramos da economia e da Indústria Nacional”¹¹. Nas academias são estabelecidas normas de comportamento, símbolos capazes de representar o imaginário coletivo da comunidade criada. Além de fortalecerem a sua memória com uma série de elogios publicados periodicamente que se tornaram um inédito gênero literário. No texto da Real Sociedade Bahiense dos homens de Letras está inserida toda a tradição voltada para a preocupação com os

¹⁰ JUÍZO sobre o Plano da Sociedade Bahiense. Academia Real das Ciências de Lisboa, 1810. Seção de manuscritos, pág 158.

¹¹ ESTATUTO da Real Sociedade Bahiense..., 1810.

símbolos e os códigos de postura. Na simbologia o índio tem um destaque imponente sendo coroado pela figura de Minerva¹². Essa simbologia faria parte dos emblemas de Medalhas de ouro concedidas aos ganhadores de concursos promovidos pela Academia.

Em uma parte das medalhas haverá certo Monte, indicativo da cidade da Bahia, e dele se remontarão uma Águia ao Sol com desempenho do Emblema- sic itur as Astra-, e da outra parte haverá a figura de Minerva Coroando um índio, e na pessoa dele a Indústria Brasílica, debaixo da Inscrição- In Novo Orbe a Minerva Coronatur Indústria.

Para o historiador Falcon¹³ a ideia de progresso permite pensar simultaneamente sobre a diversidade do gênero humano, e isso está diretamente relacionado à noção de civilização, que a princípio eram traduzidas pelas palavras “polícia” e “policiado”. Através da continuidade das observações e da reflexão chegaram à conclusão da diversidade e relatividade das conclusões humanas. As divergências quanto as suas formulações são relatadas nos trabalhos dos letrados. Mas ao colocar isso em uma dimensão temporal a “ideia de civilização” coloca o “selvagem” como “primitivo” e as suas concepções transformam-se em um princípio epistemológico de classificação.

A Sociedade Bahiense coloca o indígena em uma representação de destaque ao enaltecer o que é típico do país na figura do indígena e da sua coroação. O que importa compreender ainda se essa simbologia representa uma crítica à política iniciada por Pombal ou remete à política de integração do índio à sociedade colonial. A ruptura pombalina com a educação jesuítica tinha como objetivo transformar o índio em “vassalo útil”, em pelo menos três aspectos: como aliado contra as nações indígenas inimigas, como povoadores das fronteiras litigiosas com as outras nações, e como pagadores úteis do dízimo.¹⁴ Essa simbologia nos leva a refletir sobre as distintas representações e discussões que giravam em torno da concepção de civilização para os letrados iluministas. O termo utilizado no século XVII até meados do século XVIII era o de civilidade¹⁵ até que se disseminou na França o uso da expressão de civilização, que terá significados diferentes para as sociedades europeias. Enquanto para os ingleses e franceses o conceito de civilização associava-se ao nível de progresso e desenvolvimento material da sociedade e devia minimizar as diferenças entre os povos, na Alemanha o termo se restringiu a uma classe social específica que tinha as suas particularidades e traços de superioridade.¹⁶

¹² Deusa da sabedoria na Mítologia Romana.

¹³ FALCON, A Francisco José Calazans. *Época Pombalina*. Ática: São Paulo, 1993, p.111.

¹⁴ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos*, p. 24.

¹⁵ Esse conceito de civilidade deve-se a obra: Tratado de Civilidade Pueril de Erasmo de Roterdã de 1530 que ensinava a sociedade francesa a policiar os seus hábitos, educar o seu corpo para conter as paixões e os instintos.

¹⁶ ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Uma história dos Costumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

A estratégia de convencimento de Luis Antônio de Oliveira Mendes para a criação da Academia Bahiense não é bem aceita pela censura controlada por Cristiano Muller, responsável pela fiscalização das obras em Portugal. Além disso, solicita a Academia Real de Ciências de Lisboa mudanças e indicações, como também ofícios com informações úteis a administração. Ao direcionar o trabalho para a corte portuguesa que estava no Rio de Janeiro enfatiza ainda que se faça favorável à implantação desse estabelecimento porque “não tinham nada a perder e sim a lucrar”. O documento foi enviado em sessão ordinária de 30 de junho de 1810 para os sócios revisores procederem à análise da proposta, e em 28 de julho de 1810 foi aprovado os preliminares para o Estatuto da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras, que no seu discurso de efetivação consta apenas de um baiano que assina o documento, o seu idealizador, e apresenta um discurso que está na origem de certas atitudes que virão a acontecer no Brasil colonial.

O Parecer: Juízo sobre a criação da Real Bahiense dos Homens de Letras.

As instituições científicas aprovadas passavam pelo rigor, aprovação Régia e pelo crivo do averiguador incumbido pela coroa. No documento denominado Juízo Sobre o Plano da Sociedade chamada “Bahiense”, podemos perceber o teor contestatório e crítico do discurso referente aos preliminares de criação da Academia. O português Muller, responsável pela análise do documento, ocupou esse cargo por 22 anos (1797-1818), foi também membro do Tribunal do Santo Ofício, da Real Mesa Censória e da Real Mesa para a Comissão Geral para o Exame e a Censura dos livros. Na verificação do documento apresenta uma série de entraves para a implantação da instituição. Segundo Muller “o plano” tinha “implicações, complicações”, e muita “confusão nas palavras”, além de apresentar erros graves de ortografia. Segundo ele:

Os ditos Preliminares da Real Sociedade Bahiense estão escritos com tão pouco cuidado que seria excelente para ser lido nas Escolas de Rapazes, como modelo, onde se acham todos os erros gramaticais, enquanto se pode cometer na Língua Portuguesa.¹⁷

A sua reflexão remete para a importância dos conceitos e dos significados atribuídos às palavras nesse período. Ele inicia as suas contestações apresentando que foi muito auspicioso a utilização do termo “Real” no nome da sociedade. Visto que a sociedade só existia no plano das ideias e que para utilizar o termo precisaria de autorização Régia, assim como a Academia Real de Ciências de Lisboa que foi fundada por “beneplácito régio por aviso em 24 de dezembro de 1779”, mas só utilizou-se da denominação depois que fora aprovada pela coroa.

¹⁷ JUÍZO sobre o Plano da Sociedade Bahiense, p.158.

Nenhuma irmandade, sociedade, ou academia, se pode formar, e fundar, sem prévia Licença Régia, e que nenhuma corporação pode tomar o título de Real sem beneplácito régio, e se confirma que tem um Estatuto e se intitula de Real é porque tem Mercê Régia para isso, e se assim não é, não deve a Academia figurar em favor de um corpo imaginário ou Real.¹⁸

Além disso, critica fervorosamente a solicitação de Luis Mendes direcionada aos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa, para rever os Preliminares do Estatuto. O letrado solicita que os sócios fizessem ofícios para a Corte do Rio de Janeiro a fim de obter aprovação da implantação da Academia. Nas palavras de Muller seria “indecoroso” solicitar a outra Sociedade de Letras que revisasse e corrigisse os seus Estatutos, porque essa atitude seria semelhante à de um “estudante de gramática que precisa rever o texto”¹⁹. A sua reflexão sobre os Preliminares do Estatuto denota bastante cuidado e preocupação com o discurso e o papel que deveria ser executado pela Academia nas possessões de Portugal. Exige, portanto, que o texto fosse bem escrito e delimitasse as suas propostas.

Um dos motivos do entrave é sobre o momento de apresentação dos Preliminares do Estatuto a Real Academia de Ciências de Lisboa em 30 de Junho de 1810, porque segundo o português “pouca coisa foi lida”. O que é de estranhar visto que o documento original dos Preliminares do Estatuto consta a assinatura dos sócios. Será que os sócios assinaram sem realizar a leitura na íntegra do documento? Ou assinaram empolgados com o Discurso de Luis Mendes de Oliveira? Muller cita alguns “erros” que na sua concepção seriam gravíssimos como o de considerar que a Academia Bahiense seria filha da Academia Real de Ciências de Lisboa, visto que o rei não tem maiores informações sobre a instituição e não é o responsável pela sua fundação.

Corrigiu também o texto e expõe que o fundador da Real Sociedade de Ciências de Lisboa foi o Duque de Lafões e não a rainha Maria I como está presente no texto do Estatuto. As suas críticas colocam a Sociedade Bahiense em uma condição de extrema inferioridade em relação à Academia Real de Ciências de Lisboa e expõe que as suas propostas, muitas vezes, extrapolam a sua condição. Vejamos a crítica a um dos artigos do Estatuto:

No artigo vinte e oito acrescenta que sejam admitidos doze indivíduos ao congresso social, sujeitos de reconhecida habilidade. Para quê? Para fazer monte, ou como dizem, para encher palheiro? Esta admissão de testemunhos, que nem são bem de dentro, nem bem de fora tem seus inconvenientes, e o título de alunos não seria ora decoroso a sua sociedade, que não é de aprendizes. Porque se são de notória habilidade porque não serão correspondentes ou sócios?²⁰

¹⁸ JUÍZO sobre o Plano da Sociedade Bahiense, p.158.

¹⁹ JUÍZO sobre o Plano da Sociedade Bahiense, p.158.

²⁰ JUÍZO sobre o Plano da Sociedade Bahiense, p.161.

Para Muller a instituição estabelecida no Brasil seria um lugar para a discussão do conhecimento que incluía sócios prontos para o retorno das pesquisas para a Coroa. Ele apresenta uma crítica severa à prática de instrução trazida por Luis Mendes, que seriam direcionadas para alunos aprendizes que quisessem fazer parte da academia. No plano da Academia Bahiense é utilizada a denominação alunos na referência a admissão de pessoas da sociedade com alguma habilidade.

Além destes indicados sócios poderão ser nomeados, e admitidos ao congresso social, sem ser sócios, e não ter voto algum, doze indivíduos de reconhecida habilidade, aptidão, e probidade, os quais se chamarão Alunos, para ali se instruírem, praticando e objetivando como se tratam, e são resolvidas as matérias científicas.²¹

As propostas de Luís Mendes acompanhava a mesma proposição presente na Academia Real de Ciências de Lisboa, mas não cabia à colônia estabelecer medidas que concedesse uma instrução pública e porventura popular. Essas regras são parte do controle de Portugal sobre a difusão da informação na colônia. Essa ideia consta nos primeiros preliminares do Estatuto da Real Sociedade de Ciências de Lisboa de 1780. Um dos objetivos da Academia seria garantir a Instrução Nacional, para isso, receberia vinte e quatro alunos, “moços nobres”, de preferência filhos e parentes próximos dos sócios. Vejamos o trecho na íntegra.

Para desempenhar completamente o objetivo da Academia no adiantamento da Instrução Nacional, poderá a Academia receber vinte e quatro alunos, moços nobres de doze anos para cima, cuja direção nos estudos haja de tomar com grande empenho a sua conta, fazendo- os afligir para este fim às sessões que lhe parecer e excitando entre eles a emulação e o gosto para as ciências e pra o Estudo, tendo sempre preferido para este número os filhos e parente próximos dos Sócios.²²

No Plano do Estatuto da Real Academia de Ciências de Lisboa constam várias das propostas encaminhadas pelo letrado, e que difere em algumas de suas resoluções. A Academia de Ciências de Lisboa foi apoiada pela coroa portuguesa e tinha como objetivo a promoção e divulgação do saber prático com vistas ao proveito público. Luís Antônio de Oliveira Mendes também seguia os mesmos objetivos.

A Real sociedade Literária promete ser útil, quanto mais possa ser, a Pátria, ao Estado e a Nação, promovendo as Artes, as Sciências e Agricultura em particular, portando sempre desvelada para o bem da humanidade por meio da Indústria, da Economia, dos Invenções e dos Descobrimentos úteis, tendo em tudo isso o primeiro lugar da Philosophia.²³

²¹ ESTATUTO da Real Sociedade Babiense..., 1810.

²² PLANO de Estatutos da Academia Real de Ciências com Beneplácito de Sua Magestade. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica com Licença da Real Mesa Censória, 1780 – Academia Real das Ciências de Lisboa – Biblioteca.

²³ ESTATUTO da Real Sociedade Babiense..., 1810.

Segundo Heloisa Domingues²⁴ as autoridades metropolitanas procuravam reprimir qualquer movimento na Colônia que lembrasse o pensamento revolucionário francês, portanto os trabalhos produzidos pelas Academias Literárias podiam ser vistos como parte de um projeto de infraestrutura social que viria dar base à temida autonomia da Colônia. A partir de 1808 há uma intensificação no processo de institucionalização das ciências no Brasil, pois são criadas instituições no Brasil com esse objetivo. Temos a implantação do Horto Botânico, do Jardim Botânico, da imprensa régia e do Banco do Brasil. Dois anos depois foi fundado no Rio de Janeiro a Escola de Agricultura, instituição que se baseou no projeto de criação de um jardim botânico na Bahia de Domingos Jorge Velho. Algumas intenções são reproduzidas de projetos já pensados, mas nessa disputa de ideias e por alicerçar espaços de socialização do conhecimento, a coroa e seus representantes escolhem o que melhor lhe convêm.

Outra proposta que não vigorou na Bahia foi o projeto de criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pensada por Ignácio Pinto de Almeida que era comerciante²⁵. Tendo em vista a sua ocupação fica o questionamento sobre qual o seu interesse, ou do grupo que representa, em pensar na criação dessa indústria. O que demonstra é que os letrados baianos, ou alguns intelectuais baianos, pensaram num projeto de desenvolvimento econômico, cultural e talvez político para a cidade da Bahia que talvez fugisse das intenções da coroa portuguesa para o lugar. Mas até que ponto esse “jogo de ideias” estavam em consonância ou quais eram as suas intenções políticas nesse momento, precisa de uma investigação mais ampla e aprofundada.

Através da capacidade de convencimento com as palavras o letrado procurava vender uma opinião que contemplasse o estudo da Philosophia em primeira ordem, mas o seu objetivo principal era o fomento do progresso material e das condições de vida do homem. A proposta de estabelecer uma Junta ou Comissão para a Indústria também estava presente no Estatuto da Academia Real de Ciências de Lisboa.

Se formará uma junta ou Comissão para a indústria, composta de oito sócios, eleitos de três em três anos, por meio da qual cheguem as luzes e cuidado da Academia até os últimos ramos da Indústria popular. Os Membros desta Junta promoverá a competência o aumento da agricultura, das Artes e da Indústria Popular, empregando para este fim todos os meios que lhes são possíveis.²⁶

No Estatuto da Sociedade de Lisboa de 1788, os cargos da Academia seriam: Presidente, Tesoureiro, Orador, Secretário, Diretor, Junta ou Comissão da Indústria. Aconteceriam reuniões

²⁴ DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência: um caso de Política. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil - Império*. Tese (Doutorado) - USP, 1995, p. 31.

²⁵ DOMINGUES. *Ciência: um caso de Política*.

²⁶ PLANO de Estatutos da Academia Real de Ciências..., 1780.

particulares entre a “comissão extraordinária” responsável em tratar da economia de Portugal. A Sociedade Bahiense exibe cargos que vão além dos apresentados. Podemos acrescentar os cargos de Vice Secretário, de dois Diretores de Artes, e Ciências, de quatro chefes de diferentes classes. Ao atentar para a censura e controle do conhecimento as Assembleias públicas só poderiam ler as Memórias que fossem aprovadas nas Assembleias particulares, reiterando que seria acordado a “docilidade de retirar o que for impróprio e menos acertado”.

Os sócios honorários deveriam ser os membros mais influentes da Academia e integrantes diretos do aparelho do Estado. Para o revisor português muitas das resoluções presentes no Plano da Academia seria desnecessário como a de eleger um cronista para a Sociedade, já que o Secretário também podia exercer a mesma função. Outra proposta incoerente seria a da Sociedade Bahiense nomear certo número de oradores profanos, tirados das várias classes, para que construíssem discursos de elogios aos sócios falecidos. Muller contesta o termo “profano”, porque considerou que podia soar como ofensa para quem assumisse a função. Disse ainda que seria conveniente mais simplicidade, porque o “plano das sociedades literárias da Europa era simples e tinham como objetivo a promoção da cultura”. As propostas descritas por Luís Mendes não agradaram o censor pela tentativa de implantação de uma sociedade com cargos e funções bem definidos e com uma intencionalidade que atingiria a sociedade baiana.

O revisor português escreve comentários em latim em muitas partes do documento, ao passo que faz críticas minuciosas aos diversos artigos do plano do Estatuto da Sociedade Bahiense. Para o letrado, essa Sociedade era algo imaginado, pois considerava as suas intenções práticas difíceis de realização. Enumera vários problemas na redação do documento que seriam “indecorosos”, como requerer que os sócios da Real Academia de Lisboa solicitassem a sua implantação pressionando a coroa com o encaminhamento de vários ofícios com essa intenção. As apreciações de Muller apresentam um teor irônico aoressaltar que o plano de formação da Academia era “impraticável e ilusório”, e o compara a “República de Platão” e ao livro “Utopia de Thomas Morus” pela impossibilidade na aplicação das suas opiniões. Para ele, seria conveniente mais simplicidade já que os planos das Sociedades Literárias europeias eram simples e tinham o objetivo de promoção da cultura.

A ideia de Luís Antônio de Oliveira Mendes pareceu um tanto audaciosa para Muller, visto que a colônia não podia ter escolas e “aprendizes” da prática científica. No documento sugere que os sócios da Real Academia de Lisboa que “quisessem honrar a Academia Bahiense com as suas incorporações” deviam esboçar sua genealogia para que fizesse parte da crônica da nova sociedade. Ao passo que nas últimas linhas sugerem que todas as correções fossem feitas para a aprovação da academia, mas conclui com a seguinte afirmação:

Os Preliminares dos Estatutos duma Sociedade advirto, como ao colega, que os ditos não padecem esse juízo como método, clareza, dignidade, e pureza de língua. Isto é o que posso informar a este respeito, a Academia resolverá o que lhes parecer mais acertado.²⁷

O documento é datado de 26 de setembro de 1810, ou seja, o Estatuto da Academia Bahiense teve a averiguação de Mulher no mesmo ano. Entretanto, as críticas a Academia, e as concepções do seu maior idealizador provavelmente foram o grande empecilho para que essa Sociedade não fosse aprovada pela coroa portuguesa que já tinha se estabelecido no Brasil nesse período. Segundo Muller, a sociedade literária era uma “República dos Homens de Letras”, um “ramo nobilíssimo da República Civil”, portanto, o Plano deveria ser algo praticável e que pudesse ser colocado em execução. Quanto ele utiliza o termo “República” parece referendar a concepção de que essas comunidades transcendiam as fronteiras nacionais. O que Luís Mendes propunha contrariava de certa forma as suas perspectivas já que falava em nome de uma Sociedade Bahiense que também tivesse utilidade para o povo. Para isso, objetivava conhecer os problemas vivenciados pela sociedade colocando um correspondente em todos os lugares para que fossem responsáveis pelo trânsito de informações.

Depois de visto e averiguado os Preliminares da Sociedade Bahiense pelo português Muller, o documento é aprovado na Academia Real de Ciências de Lisboa e recebe a assinatura de alguns sócios da Academia. O português averiguador escreve a coroa portuguesa e solicita a aprovação da instituição em nome dos “Homens de Letras da Cidade da Bahia”. Depois de todas as críticas as proposições de Luis Mendes de Oliveira o censor português reafirma a proximidade dos objetivos dessa Academia com a Real Academia de Ciências de Lisboa. Mesmo com a presença da família Real no Brasil, em 1810, a ideia de fundação da Academia não passou de algo “imaginado” como postulou o próprio inquisidor. Provavelmente, o controle sobre a circulação das ideias no Brasil foi a grande força motriz que impediu que a Sociedade Bahiense fosse implantada. Vejamos um fragmento do texto de Muller direcionado à coroa portuguesa:

Dizem os Homens da Letras da Cidade da Bahia, que elles se propõem a ser úteis a Nação, a Pátria, e ao Estado, tem concebido criar naquela cidade, (que se tem por feliz, porq' V.R.A fora o primeiro Monarca, a honrara, e a primeira Terra do Brazil, em que V.R.A desembarcara, hum corpo social intitulado: Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras, a imitação em tudo da Real Academia de Ciências de Lisboa, para cujo fim tem ordenado os seus preliminares para Estatutos, que inclusos, apresentam, os que foram vistos encaminhados e aprovados pela mesma Academia Real de Ciências de Lisboa, que naquela cidade tem seus sócios, que solicitando hão de bem ordenar, estabelecer e firmar este interessante projeto, porem de nenhuma modo podem promover este novo estabelecimento, que tem elegido a V.S.A por seu

²⁷ JUÍZO sobre o Plano da Sociedade Bahiense..., 1810.

Augusto, e Digníssimo protetor, e Fundados, sem que V.R.A conceda o necessário plácido Régio...²⁸

Se a coroa portuguesa já tinha uma Academia Real de Ciências de Lisboa, então porque fundar uma instituição com as mesmas características no Brasil? Já que essa instituição demandava despesas para a coroa e poderia vir a representar uma “ameaça” no plano das ideias. O que temos ao certo sobre a não criação da Academia são posicionamentos críticos do censor português e os seus questionamentos, mas essas reflexões nos mostram pistas sobre a atuação da coroa sobre as opiniões consideradas “sediosas” e a iniciativa impar do letrado Luís Mendes de Oliveira Mendes no plano de criação da Academia.

Recebido em: 15/06/2014

Aceito em: 24/07/2014

²⁸ JUÍZO sobre o Plano da Sociedade Bahiense, 1810.

O delineamento da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus (1797 – 1808)

The delineation of forest conservation policy in the District of Ilhéus (1797 – 1808)

Ana Paula dos Santos Lima

Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA-UEFS)

Professora da Faculdade Independente do Nordeste

Pesquisadora Colaboradora do CEHFCi – Universidade de Évora

Anaplyma@gmail.com

RESUMO: O monopólio das madeiras de construção na Comarca de Ilhéus foi instituído pela Coroa Portuguesa na sua colônia americana quando na Europa os ideais do liberalismo estavam em voga. No Brasil o que se chamou de liberalismo não foi exatamente o arquétipo europeu, uma vez que estas ideias assumiram neste além-mar uma forma peculiar. O Juiz Conservador das matas de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, atuou no meio das disputas entre os interesses do Estado, dos particulares e dos próprios moradores das redondezas, pelas madeiras de construção.

PALAVRAS- CHAVE: Comarca de Ilhéus, Madeiras, Conservação.

ABSTRACT: The monopoly of wood construction in the District of Ilhéus was established when in Europe the ideals of liberalism were in vogue. Brazil, in what is called liberalism, was not exactly the European archetype since these ideas have taken in this overseas lands a peculiar way. The Conservator of forests from Ilheus, Judge Baltasar da Silva Lisboa, served in the middle of disputes between the interests of the state, private individuals, and of the inhabitants of the neighborhood by building woods.

KEYWORDS: District of Ilhéus, Woods, Conservation.

Terras de Vera Cruz, um porto-seguro. Assim foram caracterizadas as terras localizadas no além-mar pelos colonizadores portugueses. A imensidão e a exuberância da natureza americana atraiu a Europa. A historiografia sobre o período colonial nos legou notórias informações sobre a dinâmica econômica entre a metrópole e a colônia.

O modelo econômico vigente ao longo do período colonial recebeu muitos estudos para explicar os aspectos escravistas e capitalistas do sistema. O molde escravista discutido por N. W. Sodré, ou o capitalista debatido por C. Prado Jr, R. Simonsen e C. Furtado, demonstram peculiaridades da situação brasileira, não podendo a mesma ser reduzida a nenhum padrão europeu devido às suas contradições específicas e internas¹.

¹ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. 6ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 60.

É possível se apreender mais especificidades da economia da América portuguesa observando a dinâmica da Comarca de Ilhéus, interior do império português. A documentação de finais do século XVIII e início do XIX guardadas, sobretudo, por instituições como o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Público da Bahia, permitem a percepção de que, ao contrário do que se apontou até o momento, a Capitania e posteriormente Comarca de Ilhéus não esteve mergulhada num marasmo econômico devido ao seu isolamento em relação aos circuitos comerciais. Pelo contrário, a densa floresta foi uma das diversas riquezas americanas melhor exploradas por Portugal².

O período cronológico delimitado para se analisar o percurso da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus tem início no ano de 1797, quando Baltasar da Silva Lisboa foi nomeado Ouvidor e posteriormente Juiz Conservador das matas de Ilhéus e apresentamos o limite de 1808 por desde então se iniciar um processo de enfraquecimento das ações empreendidas pelo atrás referido Juiz Conservador. As fontes trabalhadas foram os textos científicos produzidos por Baltasar da Silva Lisboa e por alguns de seus contemporâneos e correspondências administrativas do período analisado.

A madeira era um instrumento de guerra, matéria-prima para a construção de navios, meio de transporte crucial na Idade Moderna. O poder bélico de uma nação, nesta época, tinha como medida a sua frota naval. Portanto, no contexto dos conflitos militares que se seguiram à Revolução Francesa, Portugal, assim como as demais nações da Europa, preocupava-se com o suprimento de madeira de construção naval e nesse sentido disponibilizou maior atenção para as matas americanas³.

Navios de guerra e mercantes construídos no “nordeste” constituíam, no final do século XVIII, a maior parte da frota sob bandeira portuguesa. A madeira para esses navios era obtida em Pernambuco, Alagoas, Ilhéus e Porto Seguro⁴. O desenvolvimento da indústria madeireira estimulou empreendimentos de ordem pública e particular.

Na então capitania de Ilhéus, além das atividades primárias, como a extração e o falsoquejo, incluía-se o beneficiamento de peças até sua forma final para o uso na construção naval. Havia muitos estaleiros particulares, de onde saíam embarcações de pequeno porte prontas para movimentarem os circuitos comerciais, vicinais e regionais. Fabricavam-se também quilhas,

² Relativo à dinâmica econômica da Comarca de Ilhéus no período colonial ver: DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011. 282p.

³ KIRSCHNER, Tereza Cristina. Entre o rei e a lei: natureza, legislação ilustrada e conflitos no final do período colonial. *Textos de história*, Brasília, v. 11, n. 1-2, jul./dez. 2003, p. 47-61.

⁴ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.151.

liames, cavernames, chanfrões, remos, mastros e tabuados para cascos destinados a embarcações de médio e grande porte, a serem montadas nas ribeiras de Salvador e de Lisboa⁵. Acrescente-se ainda, conforme lembra F. W. O. Morton (1978), que o aumento na exportação de açúcar resultou numa maior necessidade de movimentação do transporte marítimo, o que foi determinante para a hegemonia da indústria naval na região⁶.

Desde o século XVI, a extração de madeiras de construção era realizada como atividade econômica em terras dos jesuítas na Capitania de Ilhéus⁷, sobretudo no chamado “fundo das doze léguas”, ou “terras do Camamu”. Configurou-se um ramo da economia colonial articulado a outros setores, como a agricultura de exportação e a de abastecimento interno, a mineração e a pecuária⁸. Valendo anotar que foi na segunda metade do século XVIII que houve uma efetiva valorização deste ramo da economia por parte da Coroa.

A madeira era também uma importante fonte de combustível até o advento da expansão comercial do século XVIII quando foi substituída pelo carvão. Diferente da Inglaterra, Portugal não possuía reservas de carvão e a madeira continuou sendo a principal forma de produzir combustível. Desta forma, procurou-se preservar matas e bosques para garantir a produção de lenha, fonte de combustível para os fornos de engenhos e indústrias siderúrgicas⁹.

Assim, no final do século das luzes o esclarecido e despótico Estado português demonstrou preocupação com a exploração desenfreada das matas da Comarca de Ilhéus efetivando uma política de conservação das florestas para sanar este problema já há muito denunciado por homens de ciência que eram os “olhos” de Portugal no Brasil. Um desses denunciantes foi Francisco Nunes da Costa que em 1785, no cargo de Ouvidor da Comarca de Ilhéus prestou uma representação à Rainha sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens expressando que isso era perda de uma riqueza incalculável, pois “os estragos que tem causado os roceiros da Nazareth [...] têm reduzido a cinzas, matas preciosas e tão antigas como o mundo e fazendo uma

⁵ DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010, p. 193-214.

⁶ MORTON, F.W.O. The royal timber in late colonial Bahia. *Hispanic American Historical Review*, v. 58, n. 1, fev. 1978.

⁷ “O território da capitania de Ilhéus corresponde a um espaço costeiro – hoje pertencente ao estado da Bahia – limitado ao norte pelo rio Jequiricá e, ao sul, pelo rio Jequitinhonha. A capitania hereditária, que deixou de existir em 1761, quando foi incorporada à capitania real da Bahia, deu lugar à comarca, mantendo, todavia, os mesmos limites territoriais até meados do século XIX”. DIAS. *A floresta mercantil*, p. 193.

⁸ DIAS. *A floresta mercantil*, p. 204.

⁹ VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades Científicas na “Bela e Bárbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)*. 360f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências – Pós-Graduação em Geociências, Campinas, 2005, p. 150.

perda, qual não há cálculo que a possa computar”¹⁰ e clamou imediatas providências para evitar a completa devastação das matas.

Destarte, a atenção dispensada à situação dos cortes das madeiras no Brasil não foi casual e nem continha um sentimento de perpetuação das florestas por um valor humanístico. Tinha como principal motivação a importância econômica dessa matéria – prima naquela conjuntura. Assim, houve uma estruturação política para se explorar de forma racional as matas. O controle sobre os cortes das madeiras de construção nas florestas da América portuguesa foi estabelecido nas variadas capitâncias. Há portarias e diversos relatórios sobre as matas e as madeiras de construção, desde a Bahia, passando por Alagoas, até Ceará, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Pará e Paraíba.

À vista disso, a política de conservação das matas foi aplicada também em Portugal, pois, pela Carta Régia de 18 de maio de 1801, José Bonifácio foi nomeado para estabelecer uma política de conservação das matas e dos bosques do Reino demonstrando o interesse do Estado português em aplicar princípios científicos, através da ação de naturalistas com o objetivo de promover a utilidade pública¹¹. Porém, foi na colônia que se desenvolveu uma aplicação ferrenha de controle nos cortes das madeiras. A natureza americana foi objeto de cobiça para Portugal. A América portuguesa ocupava um lugar central na política, uma vez que era considerada como a “tábu de salvação” de Portugal¹².

Referente a Comarca de Ilhéus, existe uma portaria da Coroa datada de 1762, na qual são dadas instruções para se evitarem as irregularidades, os abusos e os descaminhos que se davam no corte das madeiras e que implicava na necessidade da Coroa tomar medidas que protegessem seus interesses referentes à indústria naval¹³.

A principal ação estatal para atender à emergente necessidade de conservar as florestas, foi a criação do cargo de Juiz Conservador, instituído pela primeira vez no Brasil no ano de 1797, nas comarcas de Ilhéus e Alagoas. Foram nomeados respectivamente, Baltasar da Silva Lisboa e José de Mendonça de Matos Moreira. Isso se deu, conforme justificativa oficial, por já ser visível a diminuição da vegetação a ponto dos “paus de construção de que tanto abundavam”,

¹⁰ REPRESENTAÇÃO do Ouvidor dos Ilhéus Francisco Nunes da Costa, dirigida à Rainha, na qual, referindo os grandes estragos praticados nas matas, reclamava imediatas providências para evitar a sua completa devastação. Cairu, 20 de Julho de 1784. In: *Projeto Regate Barão do Rio Branco*, CD-ROM. Doc. 13.287.

¹¹ VARELA. *Atividades Científicas na “Bela e Bárbara”*, p. 164.

¹² _____. *Atividades Científicas na “Bela e Bárbara”*, p. 96.

¹³ PORTARIA do Governo geral interino, na qual dá instruções para se evitarem as irregularidades, abusos e descaminhos que se davam na referida Feitoria do corte das madeiras. Bahia, 23 de Jan. 1762. In: *Projeto Regate/Arquivo Público da Bahia*. Cx. 31, doc. 5848.

encontrarem-se já “em distância considerável dos Portos de embarque”, o que se expressa na seguinte transcrição do “Regimento de Conservação das Reais Matas”:

[...] Destruído preciosas matas a ferro e fogo, de tal sorte que a não acudir Eu com as mais enérgicas providências, ficariam em poucos anos reduzidas à inutilidade de poderem formar os paus de construção de que tanto abundavam, e que já hoje ficam em distância considerável dos Portos de embarque: Hei por bem e sou Servida estabelecer um Regimento para este fim, prescrevendo juntamente as obrigações do Juiz Conservador que fui servida criar para os cortes das Comarcas dos Ilhéus e das Alagoas, como das mais pessoas empregadas nesta Administração [...]¹⁴.

A coroa instituiu que a partir de 1797, data oficial de um “Regimento” para os cortes das madeiras em Ilhéus, que tornava propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos à borda da costa ou rios que desaguassem no mar, e por onde em embarcações se poderiam conduzir as madeiras cortadas. Proprietários particulares de espaços com essas características que já os houvessem recebido em sesmarias seriam notificados pelo Juiz Conservador a conservarem as matas, principalmente as madeiras de construção. O não cumprimento de tais medidas por parte dos donos dessas porções de terras estava sujeito a penas¹⁵.

Conforme o texto do “Regimento”, em Ilhéus, proibiu-se a doação de matas devolutas como sesmarias na região do Rio Aqui até ao Rio Grande de Belmonte, por abundarem de madeiras de construção e se acharem já tombadas pelo Juiz Conservador. As terras do Rio Tahipe que também eram abundantes em madeiras de construção foram incorporadas às propriedades do Estado em troca de uma indenização aos proprietários¹⁶.

Esse referido “Regimento” é composto de cinco títulos e trinta e sete artigos que versam respectivamente sobre: “Do Juiz Conservador” (vinte e cinco artigos), “Do Administrador” (três artigos), “Do mestre e contramestre” (dois artigos), “Do Escrivão” (quatro artigos) e “Do Almoxarife” (três artigos).

É paradoxal o discurso de Baltasar da Silva Lisboa¹⁷ em relação ao contexto histórico da instituição de uma política de conservação das florestas. Conforme esse Juiz Conservador, a

¹⁴ REGIMENTO da Conservatória das Reas Matas. In: LISBOA, Baltasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. RJ: Typografia Imperial, 1834. Tomo IV, p. 158.

¹⁵ LIMA, Ana Paula dos Santos. Baltasar da Silva Lisboa: O Juiz Conservador das matas de Ilhéus (1797 - 1818). *Revista Crítica Histórica*, Alagoas. v. 4, 2011, p. 160 – 175.

¹⁶ REGIMENTO da Conservatória das Reas Matas. In: LISBOA. *Annaes do Rio de Janeiro*, p. 158.

¹⁷ Baltasar da Silva Lisboa nasceu na Bahia no ano de 1761 e faleceu no Rio de Janeiro em 1840. Era filho de Henrique da Silva Lisboa, lisboeta, e Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Era o irmão mais novo de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú. Casou-se com Joana Evangelista de Souza, provavelmente, sem descendentes. Formou-se em Filosofia e em Direito na Universidade de Coimbra em 1783. Os principais cargos que ocupou foram de Juiz de Fora do Rio de Janeiro (1787 – 1796) e Ouvidor e Juiz Conservador das matas da Comarca de Ilhéus (1797- 1818). Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, participou também de outras

conservação vislumbrava, para além da necessidade imediata de construção de navios e vasos de guerra, “acautelar os prejuízos que a indiscreta ambição dos habitantes continuava a causar nas matas, as reduzindo à cinza pelo ferro e fogo”¹⁸. Esteve envolvido numa disputa ferrenha entre os interesses particulares e públicos e ainda adicionou a esta querela suas convicções científico-profissionais.

Enquanto os particulares combatiam a intervenção estatal nos negócios referentes aos cortes de madeiras na Comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa defendia e regulamentava o controle e interesse estatal. Em suas cartas, ofícios e memórias enviadas para a capital do Império, considerava a conservação das matas algo maior, que se assentaria na percepção das necessidades vitais das matas. Em outras palavras, este homem de ciência defendia os interesses do Estado e ao mesmo tempo tentava conscientizá-lo que era necessário instituir o “Regimento” de conservação das matas não apenas para impedir a exploração por particulares e para que não faltassem as madeiras de construção para os interesses cruciais da Coroa, mas também porque muitas árvores estavam em extinção e isso apontava para o desgaste dos recursos naturais no Brasil causando danos econômicos e naturais irreparáveis. Num ofício direcionado ao Visconde de Anadia, então secretário da marinha, fez uma retrospectiva histórica sobre o início da devastação das matas e sugeriu que a Coroa tomasse enérgicas medidas contra a “destruição enormemente nos países do Brasil”¹⁹, pois já há quase um século que se cortavam madeiras, sem os devidos cuidados e precauções na Comarca de Ilhéus.

Criticou o fato de que as matas eram mais abundantes e preservadas pelos índios e, uma vez estes dominados, não se levou em consideração a necessidade de se continuar a preservação das matas. Começou então sua ruína, e “entrou-se a conhecer aquele mal, o estrago das matas”²⁰. Baltasar Lisboa também sugeriu que se possibilitassem “os meios de poder fazer as replantações

importantes instituições científicas como a Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. LIMA, A. P. dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. 297f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Feira de Santana, 2013, p. 70. Indicamos para maiores conhecimentos sobre a atuação de Baltasar da Silva Lisboa no Rio de Janeiro: MARCELO, Cristiane Maria. *Os embates de um juiz de fora: Baltazar da Silva Lisboa na Capitania do Rio de Janeiro (1787-1796)*. 166f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2010.

¹⁸ REQUERIMENTO da conservação das matas e do corte das madeiras. Projeto elaborado pelo Juiz conservador Baltasar da Silva Lisboa, 1800. In: *Projeto Resgate/Arquivo Público da Bahia*. Cx. 107, doc. 20. 862.

¹⁹ OFÍCIO do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805. In: *Projeto Resgate/Arquivo Público da Bahia*, Cx. 237 doc. 16.331.

²⁰ OFÍCIO do ex-juiz conservador das matas..., Cx. 237 doc. 16.331.

das árvores dos bosques”, pois, ao mesmo tempo em que perduraria a natureza também a Coroa continuaria fazendo os cortes úteis e rendosos à Real Fazenda²¹.

Apesar do plano de conservação não se ocupar do pau-brasil que já estava em extinção, Baltasar da Silva Lisboa achou por bem fazer em seu relatório, “Riquezas do Brasil em madeiras de construção”, um adendo sobre a exploração desse tipo de madeira. Validando o pressuposto do historiador Roberto Southey, considerou a necessidade de se fazer emergencialmente a replantação desse tipo de árvore e ao invés de “se estabelecer o monopólio se deveria franquear o seu comércio para os particulares e estes se encarregariam da replantação”²². A sugestão desse homem de ciência era que, assim, ocorreria ao mesmo tempo liberdade do comércio de pau-brasil e a imposição de “Direitos racionáveis” ocasionando, conforme escreveu o aposentado Juiz Conservador, o fim do sistema de monopólio do governo que seria uma maneira opressiva, destruidora e mais onerosa do que a “livre cultura”²³.

Portanto, durante a sua atuação no cargo de Juiz Conservador das matas, Baltasar Lisboa efetivou uma política de racionalização dos cortes das madeiras a favor da Coroa portuguesa. Após sua aposentadoria, quando se dedicou a publicar, entre outros, extratos comentados de suas “Memórias” e relatórios produzidos durante sua atuação, demonstrou não concordar com o monopólio²⁴ das madeiras de construção do qual ele mesmo era responsável. Sua sugestão pressupunha uma política de conservação das matas pautada nos conhecimentos da Filosofia Natural e mais especificamente da História Natural. Porém, os particulares é que deveriam ser instruídos para tal, sendo obrigados a fazerem as devidas replantações das árvores. Esse homem de ciência explicitou que o descuido com os cortes das madeiras na Comarca de Ilhéus decorria da falta de educação ou conhecimento da História Natural por parte dos colonos, o que resultaria em prejuízo para os cofres públicos, para o cotidiano dos povos e para a própria natureza.

É importante anotar que Baltasar da Silva Lisboa compôs a chamada *geração de 1790*, denominação dada por K. Maxwell (1999) para o grupo de ilustrados luso-brasileiros que, segundo o supracitado autor, “emprestou racionalidade à análise dos problemas coloniais e, com

²¹ OFÍCIO do ex-juiz conservador das matas..., Cx. 237 doc. 16.331.

²² LISBOA, Baltasar da Silva. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria 1823. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador, n. 52, 1926, p. 260.

²³ _____. *Riqueza do Brasil em madeiras*, p. 260.

²⁴ Para validarmos a designação monopólio utilizamos o direcionamento de Caio Prado Jr. Equivalendo anotar sua seguinte consideração: “Era esse aliás o sistema empregado por Portugal com relação a todas as atividades comerciais ultramarinas. Assim foi com o comércio das especiarias na Índia, do ouro, marfim ou escravos na África, e agora com o pau-brasil na América. Tudo isto constituía privilégio da coroa, que cobrava direitos por sua exploração”. PRADO, Caio Jr. *História económica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 26.

fé otimista, projetou um grandioso conceito de império luso-brasileiro²⁵. Conforme elucidou M. F. Nunes (2001) esse grupo participou da convergência de “palavras” e “coisas” no espaço de potencialidades criadas em Portugal a partir de 1772, “por diferentes caminhos e por múltiplos atalhos de leituras” e circulação de informações entre a Colônia e a Metrópole²⁶.

Como bem anotou A. Domingues (2001) “o advento da segunda metade do século XVIII coincidiu com a realização de um enorme esforço de renovação do conhecimento”²⁷ por parte do Estado português. A formação universitária desde então, exigia não só administradores eficientes, mas também homens de ciência. Assim, esses homens de ciência e funcionários “criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América”²⁸. Analisando a atuação desses homens de ciência da *geração de 1790*, M. O. Dias (1968) considerou-os detentores dos *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Eram luso-brasileiros, formados em universidades europeias, principalmente em Coimbra, que desenvolveram estudos sobre o território colonial e procuraram adequar à realidade conhecimentos adquiridos na Europa²⁹. E, A. L. Barbalho aclarou que uma notória quantidade desses Ilustrados ocupou “cargos régios em funções administrativas, em missões de cunho científico, ou acumulando ambas, em várias partes do Império”³⁰ e essa foi certamente a situação de Baltasar da Silva Lisboa.

A trajetória desse homem de ciência luso-brasileiro, antes³¹ e durante³² a sua atuação como Juiz Conservador das matas da Comarca de Ilhéus, possui muitos contraditos e polêmicas. Possivelmente ele foi forçado a seguir para a Comarca de Ilhéus por ter sido expulso da Capitania do Rio de Janeiro, onde atuava como Juiz de Fora por desavenças com o então Vice-rei, o Conde de Rezende. R. Raminelli (1998) anotou que ao “invés de cair em desgraça, em crime de sedição

²⁵ MAXWELL, Kenneth. *A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro*. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 191.

²⁶ NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772 – 1852)*. Lisboa: Estar Editora, 2001, p.45.

²⁷ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, suplemento, p. 823-38, 2001.

²⁸ _____. *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais*, p. 824.

²⁹ DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, primeiro trimestre, 105-70, 1968, p. 169.

³⁰ DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. 307f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2004, p.158

³¹ Para ver sobre a atuação de Baltasar da Silva Lisboa no Rio de Janeiro indicamos: MARCELO. *Os embates de um juiz de foro*.

³² Para ver mais detalhes sobre a atuação de Baltasar da Silva Lisboa na Comarca de Ilhéus indicamos: LIMA, A. P. dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa*.

(...) tornou-se Ouvidor e teve depois ascensão na magistratura³³. Mas, por outro lado, Baltasar da Silva Lisboa foi um dos melhores alunos de Domenico Vandelli e seria coerente ser escolhido para um cargo que combinava perfeitamente com a sua formação³⁴.

De qualquer das formas, partindo do pressuposto de que Baltasar da Silva Lisboa discordava do ferrenho controle estatal nos negócios das madeiras cabe notar que ele realizou uma destacada sistematicidade para validar esse monopólio, como por exemplo, a centralização das tomadas de decisões em sua pessoa, pois, em todas as matas declaradas de propriedade da Coroa, os particulares só poderiam fazer uso com licença do Juiz Conservador; até o impedimento do contrabando marcando todas as madeiras fabricadas nos Reais cortes com a marca “R”, letra indicativa de pertencer à Coroa e eram transportadas somente em embarcações reais.

O “Regimento” instituído por Baltasar da Silva Lisboa informa que qualquer pessoa que fosse surpreendida cortando madeiras, nas áreas reservadas à Coroa, sem apresentar licença do Juiz Conservador, pagaria pela primeira vez uma indenização, pela segunda um valor em dobro da indenização, além de dois anos de degredo para fora da Comarca. Também foi criado um corpo técnico-administrativo para auxiliar o Juiz Conservador, com a seguinte composição: um administrador, um mestre carpinteiro e contramestre, um escrivão e um almoxarife. O Administrador era encarregado de vigiar as atividades do mestre, contra mestre carpinteiro, estradeiros e práticos das matas, e de informar o Juiz Conservador e o almoxarife. Era também responsável pela guarda de todo o dinheiro pertencente à administração dos cortes das madeiras. Participavam desse controle também os Juízes Ordinários³⁵ e os Cobradores Fiscais.

Considerando a sistematicidade dos cortes das madeiras na Comarca de Ilhéus, ao contrário do que supôs S. W. Miller³⁶ (2000), bem como D. Cabral³⁷ (2004) havia inventário oficial das espécies de madeira de construção às quais aplicava-se o controle nos cortes. Esta listagem provavelmente variava por região, pois, uma das atribuições do Juiz Conservador era a de listar as madeiras de construção existentes na localidade de sua responsabilidade. O Juiz Conservador das matas de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa organizou uma lista das madeiras de construção

³³ RAMINELLI, Ronald. Naturalistas em apuros. In: *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governos a distância. São Paulo: Alameda, 1998, p. 177-212, 279.

³⁴ Conforme Bento da Silva Lisboa, seu biógrafo e sobrinho, Baltasar da Silva Lisboa teria recebido dois prêmios de reconhecimento pela sua aplicação como naturalista. LISBOA, Bento da Silva. Biografia do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 2, 1840, p. 396.

³⁵ “Os juízes ordinários administravam a justiça a partir do direito costumeiro, os forais que, por vezes desagradavam à Monarquia e a seus juristas”. RAMINELLI. *Naturalistas em apuros*, p. 284.

³⁶ MILLER, Shawn William. *Fruitless Trees – portuguese conservation Brazil's Colonial Timber*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2000, p. 48.

³⁷ CABRAL, Diogo. Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do vale do Macau. *Ambiente & Sociedade*, v. VII, n. 2 jul/dez., 2004, p. 127.

identificadas na Comarca de Ilhéus que estão guardadas na Biblioteca Nacional de Portugal. É um conjunto de escritos chamado de “Memórias Botânicas”, com data aproximada entre 1801 e 1803, no qual há uma listagem de trezentas e nove madeiras de construção e suas funções.

A listagem foi publicada em 1823 pelo IHGB³⁸, quando este homem de ciência passou a publicar extratos anotados de sua produção de quando estava em exercício. No mesmo sentido, a lei (o “Regimento”) era precisa, demonstrando a existência de uma significativa economia florestal no planejamento do Estado português. Portanto, a controvérsia não está na existência de uma sistemática política de conservação ou economia florestal³⁹, como sugeriu D. Cabral (2004), mas, em sua efetiva aplicabilidade.

Baltasar Lisboa atuou no meio de uma guerra de interesses entre a Coroa e os particulares por dez anos. A outra metade do período em que foi Juiz Conservador consistiu num processo de enfraquecimento de sua atuação e depois sua agitada aposentadoria.

O auge da atuação de Baltasar da Silva Lisboa como Juiz Conservador das matas da Comarca de Ilhéus foram os primeiros anos do século XIX. A abertura dos portos do Brasil em 1808 consolidou um movimento de transição de um sistema de comércio internacional protegido pelo regime de pacto colonial para um sistema de comércio livre. Em causa estava, sobretudo, a construção de novas bases econômicas e políticas em que se deveria sustentar o Império luso-brasileiro, agora com sua capital deslocada para o outro lado do Atlântico⁴⁰.

A doutrina do Estado liberal preconiza limites jurídicos estatais, consiste na ideia de que “sem individualismo não há liberalismo”. Valida o controle de poder e limita as tarefas do Estado. O Estado é concebido como um mal necessário; e enquanto mal, embora necessário, o Estado deve se intrometer o menos possível na esfera de ação dos indivíduos⁴¹.

Cultivado pela burguesia em ascensão, o liberalismo tornou-se a expressão de uma liberdade integral presente em diferentes níveis da realidade, desde o ético até o social, o econômico e o político. Seu aspecto econômico enfatiza a propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e iniciativa privada⁴².

³⁸ LISBOA. *Riqueza do Brasil em madeiras*, p. 224-263.

³⁹ CABRAL. *Produtores rurais e indústria madeireira*, p. 127.

⁴⁰ CARDOSO, José Luís. A transferência da Corte e a Abertura dos Portos: Portugal e Brasil entre a ilustração e o liberalismo econômico. In: OLIVEIRA, Luís. RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 182.

⁴¹ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 21.

⁴² WOLKMER. *História do Direito no Brasil*, p. 60.

No Brasil, o liberalismo apresentou ambiguidades como uma estrutura político-administrativa patrimonialista e conservadora, além da dominação escravista das elites agrárias. Portanto, deve-se destacar a crucial diferença entre

“o liberalismo europeu, como ideologia revolucionária articulada por novos setores emergentes e forjados na luta contra os privilégios da nobreza, e o liberalismo brasileiro canalizado e adequado para servir de suporte aos interesses das oligarquias, dos grandes proprietários de terras e do clientelismo vinculado ao monarquismo imperial”⁴³.

O liberalismo econômico, interpretado por José da Silva Lisboa, sustentou as reformas postas em prática com a abertura dos portos do Brasil. Seguindo de perto a linha de raciocínio da economia política smithiana, validou o mercado como espaço de afirmação da “energia do interesse particular”⁴⁴ e anunciou o combate ao monopólio. Assim expressou “os que desejam monopólios, sempre são de curtas vistas, e tropeçam nos próprios passos”⁴⁵.

Como bem anotou J. L. Cardoso (2007), a presença da Corte no Brasil significou acréscimo significativo das atividades econômicas que só seria possível num contexto de abertura do comércio. “A ironia da situação estava, precisamente, no fato de essa abertura acarretar maior autonomia e força política ao território brasileiro, pondo em causa de forma definitiva o cada vez mais precário equilíbrio com a metrópole”⁴⁶.

No que tange às atribuições do governo, José Lisboa considerou que deveria ser “nos domínios da pronta e reta administração da justiça, da segurança na circulação interior, da construção de estradas e depósitos, da brevidade dos despachos da administração e da correção dos tratados de comércio”⁴⁷, combinando com o pressuposto de Adam Smith para quem o soberano deveria se preocupar apenas com a defesa da sociedade contra os inimigos externos, a proteção de todo indivíduo das ofensas que a ele pudessem dirigir outros indivíduos, e o provimento das obras públicas⁴⁸.

Em 1808, ano de grandes mudanças políticas no Brasil, Baltasar da Silva Lisboa dedicou uma memória ao príncipe regente, D. João VI, que estava deste lado do Atlântico, com o sugestivo título - “Abertura de estradas” - demonstrando que sua atividade como Ouvidor e Juiz Conservador das matas na Comarca de Ilhéus, tinha como função proporcionar a integração entre os povos através de estradas públicas que favoreciam o comércio. Baltasar da Silva Lisboa

⁴³ WOLKMER. *História do Direito no Brasil*, p. 104.

⁴⁴ CARDOSO. *A transferência da Corte e a Abertura dos Portos*, p. 185.

⁴⁵ _____. *A transferência da Corte e a Abertura dos Portos*, p. 185.

⁴⁶ _____. *A transferência da Corte e a Abertura dos Portos*, p. 185.

⁴⁷ _____. *A transferência da Corte e a Abertura dos Portos*, p.188.

⁴⁸ BOBBIO. *Liberalismo e democracia*, p.23.

possuía ciência das preconizações acerca do liberalismo e percebia a energia dos interesses particulares no negócio das madeiras de construção. Talvez tenha sido essa a causa de ter feito muitas adaptações na aplicação do “Regimento”, que conforme D. Muniz, eram inteiramente opostas e contraditórias, provavelmente tanto quanto o contexto no qual se inseria sua atividade de Juiz Conservador⁴⁹.

Conforme D. Muniz no primeiro plano a ninguém era permitido entrar nas suas próprias matas para cortar um único pau, e ainda que fosse para conserto da ruína ameaçada sem licença do Juiz Conservador, nem mesmo para cultivar ou plantar. O segundo plano foi mais liberal, “se reduzia unicamente a que ficassem todas as madeiras, e tabuados, fossem ou não de construção em toda a sua liberdade, exigindo somente a Real Fazenda certos direitos na exportação das madeiras, e tabuados em lugar do estanque feito pelo Arsenal, e pela Conservatória”⁵⁰. E, no “terceiro plano foram outra vez vedados alguns paus, e outros eram inteiramente livres [...]”⁵¹. Assim, as adaptações estiveram sempre a validar certa liberdade de comércio aos particulares.

Analizando o caso dos pequenos produtores rurais e a indústria madeireira da região do vale do Macau – Rio de Janeiro, D. Cabral (2004) constatou que pequenos produtores rurais investiam numa indústria madeireira comercial e não mais de subsistência, pois, a madeira, uma vez valorizada, possibilitaria trocas vantajosas. Assim, esses produtores de subsistência eram atraídos para uma agricultura mercantil, desta forma podiam obter, via troca, produtos essenciais à sua sobrevivência, principalmente gêneros alimentícios que não tinham condições de plantar em suas terras. Valendo ressaltar que, quanto maior fosse o valor de troca de seus produtos, mais numerosos seriam os itens que poderiam adquirir nas negociações com os comerciantes.

A exploração da madeira aparecia, então, em tempos de alta valorização desta mercadoria, como uma atividade secundária “para aqueles lavradores que estivessem assentados em localização privilegiada em relação aos remanescentes de mata virgem e às vias de transporte (principalmente fluviais), requisitos sem os quais se inviabilizava o desenvolvimento da atividade”⁵².

Em Alagoas, a Coroa portuguesa estabeleceu uma política de controle de acesso às terras usando como norteador de suas ações o mesmo “Regimento” aplicado na Comarca de Ilhéus e houve uma luta travada entre os donos da terra, a Coroa e a população do local pelo controle do

⁴⁹ MUNIZ, Domingos. Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (ano provável 1800). Loc.: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. MANUSCRITOS. Maço 512 (47, doc. 2).

⁵⁰ _____. *Memória sobre os cortes de madeiras de construção...*, Maço 512 (47, doc. 2).

⁵¹ _____. *Memória sobre os cortes de madeiras de construção...*, Maço 512 (47, doc. 2).

⁵² CABRAL. *Produtores rurais e indústria madeireira*, p. 129-137.

espaço⁵³. Na Comarca de Ilhéus percebemos como esses espaços de disputa também são momentos de tensão e conflito para o Juiz Conservador das Matas, Baltasar da Silva Lisboa, o qual seguindo a lógica contextual via-se em apuros com os grandes comerciantes particulares das madeiras de construção, com os pequenos produtores rurais, com os interesses da Coroa e com os moradores das redondezas que também careciam de madeiras. Vale salientar que o “Regimento” instituído na Comarca de Ilhéus previu esta necessidade e autorizou aos povos que habitavam nas redondezas, ricas em madeiras de construção, que pudessem desfrutar de madeiras necessárias para o uso cotidiano, por exemplo, para a edificação de casas e engenhos.

J. Andrade⁵⁴ (2008) validou que o Juiz Conservador de Alagoas, José Mendonça, travou uma enérgica disputa com os diversos segmentos sociais a favor de manter matas reservadas para a utilização da Coroa portuguesa. Conforme os documentos oficiais a atuação de Baltasar da Silva Lisboa também favoreceu o interesse monopolista da Coroa, mas, ele legitimou seu discurso numa conservação para a permanência das matas como um bem público atendendo às necessidades dos homens e da própria natureza e em manuscritos escritos depois de sua aposentadoria teceu críticas a esse tipo de política empreendida pelo Estado, apesar dele ser um dos mais importantes executores da mesma.

A Comarca de Ilhéus foi um lugar de riqueza em madeiras de construção. A exploração dessas madeiras foi intensa nessa região, sendo a principal matéria prima para a construção de navios. Executou-se uma exploração desenfreada das matas que resultou num notável desgaste da natureza. O pau-brasil chegou a entrar em extinção e, face a essa situação, somando-se a importância da madeira para a produção de combustível, desenvolveu-se uma política para conservação das matas.

A principal ação dessa política foi a criação do cargo de Juiz Conservador, em que o principal protagonista foi Baltasar da Silva Lisboa. Sua atuação foi polêmica. A documentação oficial referente à instituição de um “Regimento” para os cortes de madeiras na Comarca de Ilhéus demonstra que suas ações foram no sentido de efetivar o monopólio das madeiras, conforme desejava a Coroa, mas em documentos da mesma natureza, aconselhou a Coroa a ter um olhar não somente de conservar para imediata utilidade, mas, também para o bem das próprias matas. Quando se aposentou apresentou críticas à política que ele próprio foi o principal agente. A partir da documentação consultada, em diálogo com a historiografia produzida sobre

⁵³ ANDRADE, Juliana. *A mata em movimento: coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na mata Norte de Alagoas*. 173f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em História, João Pessoa, 2008, p. 60.

⁵⁴ _____. *A mata em movimento*, p. 87.

esse período, o que ficou evidente é que essa política apesar de ter sido instituída não foi eficaz, pois, os interesses dos particulares falaram mais alto e foi a perspectiva de liberalismo, ou seja, de livre comércio aos moldes do Brasil Imperial com seu parlamentarismo “às avessas” que prevaleceu.

Recebido em: 13/06/2014

Aceito em: 19/04/2014

A ditadura das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no Brasil, e suas influências na educação brasileira

A dictatorship of digital technologies of information and communication (TDIC) in Brazil, and their influences on brazilian education

Josimar de Mendonça
Especialista em docência do ensino superior
Bacharel em história pelo Unibh.
josimend@ig.com.br

RESUMO: Tenciona-se neste artigo perceber o olhar do Brasil, enquanto nação, sobre as pesquisas que envolviam tanto o computador, como a internet a partir da segunda metade do século XX. Destarte, buscou-se contextualizar o momento brasileiro em que essas pesquisas ocorriam para tentar responder: Qual era a posição do país frente às tecnologias estrangeiras, em um período em que o Brasil passava por uma ditadura militar? Por que após o fim da Ditadura Militar no Brasil, o país se abriu para as tecnologias externas? Como teria ocorrido a abertura do mercado nacional depois das primeiras eleições diretas para presidente no país? De que forma a importação de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) para o Brasil, influenciou a vida dos brasileiros e qual seu impacto na educação do país?

PALAVRAS-CHAVE: História, Tecnologia, Educação.

ABSTRACT: It is intended in this paper to realize the look of Brazil as a nation, on research involving both the computer and the internet from the second half of the twentieth century. To do so, we attempted to contextualize the Brazilian time these searches occurred to try and answer: What was the position of the country against foreign technologies, in a period when Brazil was experiencing a military dictatorship? Why after the end of military dictatorship in Brazil, the country opened up to foreign technology? How have occurred opening the domestic market after the first direct elections for president in the country? How the import of digital information and communication technologies (TDIC) to Brazil, has influenced the lives of Brazilians and what their impact on education in the country?

KEYWORDS: History, Technology, Education.

Introdução

Em 1946, quando o primeiro computador digital, o *Eniac*¹, foi apresentado à comunidade internacional, o Brasil havia acabado de sair de uma ditadura civil imposta pelo então Presidente Getúlio Vargas, e caminhava lentamente em direção à democracia, que terminaria em 1964, após

¹ *Electronic Numerical Integrator and Computer*, foi idealizado com objetivo de realizar cálculos matemáticos com maior rapidez.

um golpe militar. Com o passar dos anos, os militares que governavam o país perceberam a importância estratégica que as tecnologias digitais estavam adquirindo diante da comunidade internacional e, como se fazia essencial, o seu domínio para o crescimento do país. Diante disso, e a exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, como a França, o Brasil buscou a implementação e o domínio dessas tecnologias, associando-as à educação e ao Ministério de Segurança Nacional.

Assim, com o intuito de impulsionar a produção de tecnologia nacional, o governo brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1970, acabou impondo restrições à entrada de tecnologia estrangeira no país. Situação que teria sido motivada pelos resultados, que se faziam perceber, de um nacionalismo semeado durante a Era Vargas e potencializado posteriormente por intermédio do Nacional-Desenvolvimentismo durante o governo de Juscelino Kubitschek. Além, é claro, de expressar os interesses de um governo militar que buscava a obtenção de um maior controle sobre a indústria no território nacional.

Contudo, o intuito de criar uma indústria de informática nacional acabou por gerar vários conflitos internos e externos. Conflitos que, para muitos, poderiam ser solucionados com o fim da Ditadura Militar e a posse de um governante civil. Entretanto, o primeiro governo civil após o fim da Ditadura Militar, representado pelo Presidente José Sarney, não foi capaz de atender aos anseios do setor e nem tão pouco solucionar os conflitos de interesses que assombravam a indústria de informática no Brasil.

Somente após a eleição do primeiro presidente civil, através do voto popular², é que se tornou possível traçar novas diretrizes, objetivando uma política que rompeu com as barreiras de proteção até então impostas ao mercado de informática no Brasil. Essa política, indiretamente, acabou por viabilizar uma democratização do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC)³ no país e especialmente na educação.

A Ditadura da Informática Brasileira

Antes da segunda metade do século XX, não é possível falar em uma indústria nacional de computadores no Brasil, período em que o mercado tecnológico brasileiro foi abastecido por intermédio de multinacionais como a *IBM*⁴ e a *Burroughs*⁵, muito embora algumas máquinas já fossem montadas com peças importadas em território nacional. Essa situação contribuiu para

² Fernando Collor de Mello, eleito em 1989, tomou posse em 15/03/1990.

³ No restante do artigo será usada a sigla TDIC para se referir as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

⁴ *International Business Machines Corporation*.

⁵ "The Burroughs Adding Machine Company", empresa que se destacou no mercado brasileiro e mundial por suas "máquinas de somar" com impressão.

que, durante muitos anos, as multinacionais, de certa forma, agissem livremente, uma vez que não havia, por parte do governo brasileiro, uma política que regulamentasse o setor e nem tão pouco capital nacional aplicado em suas linhas de produção.

Para um melhor entendimento do momento em questão, é preciso saber que, até o princípio de 1980, a informática era compreendida apenas como processamento de dados⁶, fato que explica a presença da *Burroughs* nesse segmento. Somente no decorrer da década de 1980 é que o conceito de informática se expande, abarcando automação, microeletrônica e instrumentos de produção.

Entretanto, a partir do início da década de 1960, já é possível encontrar iniciativas como a do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que demonstrava interesse na área de eletrônica e, mais para o final da década, podia-se encontrar algumas universidades com cursos de engenharia voltados para a eletrônica.

Em 1961, alguns estudantes do ITA construíram um computador digital (o “Zezinho”) e, juntamente com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC do RIO), estas universidades foram se destacando na capacitação dos engenheiros interessados no setor.⁷

O crescente interesse das universidades pela informática se justificava devido ao rápido crescimento industrial e à grande necessidade de mão-de-obra especializada no setor que, nesse momento, se fazia maior do que a oferta. Porém, se, por um lado, essa situação era favorável, por outro, ela cultivava um sentimento de insatisfação entre os técnicos e os estudantes universitários que se viam capazes de desenvolver, internamente, tecnologias de informática. No entanto, eles eram relegados ao papel de meros coadjuvantes no setor, motivo pelo qual manifestavam um grande apreço pela fabricação de computadores nacionais.

Concomitantemente ao mal estar dos técnicos e estudantes universitários, acontecimentos dentro de alguns órgãos governamentais colaboraram para a criação de uma política nacional para o setor. Um deles foi o grande aumento do número de declarações de imposto de renda que deveria ser processado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) que, por sua vez, encontrava grande dificuldade em adquirir no mercado norte americano o equipamento que precisava para dinamizar o serviço. Contudo, o fator crucial segundo vários autores estaria ligado a questões militares. “No fim da década de sessenta, a Marinha brasileira decidiu comprar seis

⁶ O processamento de dados, nesse momento, se referia apenas a cálculos e a compilação de números.

⁷ MORAES, Raquel de Almeida. *A Política de Informática na Educação Brasileira: do Nacionalismo ao Neoliberalismo*. 1996. p. 66. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000114823&fd=y>. Acesso em: 17/05/2012.

fragatas inglesas. As fragatas que na época estavam entre as mais avançadas do mundo em termos tecnológicos, eram providas de um considerável número de equipamentos eletrônicos".⁸

Esse fato fez com que a Marinha brasileira se encontrasse em situação de dependência frente a uma tecnologia estrangeira que ela não dominava. Segundo Moraes⁹, esse acontecimento foi decisivo para que a Diretoria de Comunicação da Marinha (DCM) elaborasse um projeto em busca de um computador nacional que pudesse substituir a tecnologia estrangeira que controlava o material bélico das embarcações que a Marinha queria adquirir.

Assim, em 1965, o tema da informática mereceu destaque no Plano de Renovação dos Meios Flutuantes, idealizado pela Marinha brasileira. Dentre outras coisas esse (...) documento revela a preocupação da Marinha com sua dependência externa em termos de equipamentos e peças de reposição dos sistemas eletrônicos de controle de comando das embarcações.¹⁰

Em razão desse interesse, em 1971, vários grupos se organizaram originando o Grupo de Trabalho Especial (GTE), que tinha como objetivo viabilizar projetos de universidades que buscavam a construção de um computador nacional. Em resposta aos anseios do GTE, em julho de 1972, “(...) o Laboratório de Sistemas Digitais do Departamento de Engenharia de Eletricidade da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo elaborou o computador 'Patinho Feio'.”¹¹ Montado como trabalho de conclusão de curso pelos estudantes da Universidade de São Paulo (USP), o projeto “Patinho Feio” só se concretizou a partir do estudo das peças que integravam um computador IBM que havia sido adquirido com a finalidade de ser desmontado e estudado. Movimento que foi criticado e desencorajado pela IBM.

Entusiasmado com o resultado obtido, o GTE encomendou à USP a montagem do *hardware*¹² de um computador, e a PUC do Rio, a elaboração de um *software*¹³, que resultou em dois computadores entregues em 1975. "A partir de então, Estado, Forças Armadas, capital nacional e universidades deflagraram o processo de informatização no país".¹⁴

⁸ MORAES. *Política de Informática na Educação Brasileira*, p.68.

⁹ _____. *Política de Informática na Educação Brasileira*, p. 68.

¹⁰ TAPIA, Jorge Rubem Biton. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*. São Paulo: Ed. Papirus, 1995, p. 19.

¹¹ MORAES. *A Política de Informática na Educação Brasileira*, p. 69.

¹² Parte física de um computador: Gabinete, leitor de disquete, processador, placa mãe.

¹³ Parte lógica do computador (programas).

¹⁴ _____. *A Política de Informática na Educação Brasileira*, p. 69.

Segundo a professora Maria Cândida de Moraes¹⁵ que, entre 1981 a 1992, foi coordenadora das atividades de informática na educação desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), por iniciativa do governo “[...] o Brasil, a partir de meados da década de setenta, estabeleceu políticas públicas voltadas para a construção de uma indústria própria. Tais políticas condicionaram a adoção de medidas protecionistas adotadas pela área”¹⁶.

No Ministério do Planejamento, através de um documento chamado *Esboço de Plano Nacional para a Computação Eletrônica*, surge a proposta de criação de um órgão especializado em questões de informática. Esse órgão, dentre outras atribuições, deveria buscar

[...] a auto-suficiência na fabricação de *hardware*, evitar a instalação pura e simples de empresas multinacionais e a otimização do uso das máquinas e de *software* nos organismos governamentais.¹⁷

Como consequência, em 1972 criou-se a Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico - CAPRE.

A CAPRE teve como mérito o fato de articular alianças com as universidades, o que produziu contribuições importantes, uma vez que através “[...] dos seminários de Computação na Universidade [...] a comunidade científico-técnica foi se mobilizando e discutindo qual melhor estratégia para criar a indústria nacional de informática.”¹⁸ É pertinente destacar que as contribuições da CAPRE se restringia à criação de uma indústria nacional de informática, uma vez que só a partir dos anos de 1980, com a entrada dos PCs no Brasil, ainda que por meio de contrabando, é que as TDIC começaram a se difundir de forma significativa no país.

Um grande aliado aos anseios da indústria nacional de informática foi a crise cambial que atingiu o Brasil em 1975¹⁹, obrigando o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) a adotar medidas severas de controle das importações. Assim, através da resolução 104 do CDI, a CAPRE passou a ser responsável pela fiscalização e pelo controle das entradas dos computadores e seus periféricos no Brasil.

¹⁵ MORAES, Maria Cândida. *Informática Educativa no Brasil: Uma História Viva, Algumas Lições Aprendidas*. 1997. s/p. Disponível em: <http://edutec.net/textos/alia/misc/edmcand1.htm>. acesso: 01/06/2012. Acesso: 01/06/2012.

¹⁶ _____, *Informática Educativa no Brasil*.

¹⁷ TAPIA. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*, p. 22.

¹⁸ _____, *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*, p. 23.

¹⁹ Momento em que a situação econômica brasileira agrava-se, fazendo com que o país atravessasse problemas cambiais.

A CAPRE teve seu poder aumentado pelo decreto nº 77.118 de fevereiro de 1976²⁰, o que lhe facultara o poder de estabelecer prioridades e promover a integração dos recursos de informática, além da condição de apresentar medidas para compor a Política Nacional de Informática (PNI). Esse decreto pode ser considerado um efeito colateral do relatório entregue ao governo pela própria Capre que, usando o poder a ela conferido durante o Seminário Sobre Transferência de Tecnologia em Computação, que aconteceu em março de 1976, deixou claro para o governo sua posição em relação a:

[...] criação de uma empresa estatal que se apoiasse nos projetos em andamento na universidade (sobretudo aqueles relativos aos equipamentos de transcrição de dados, aos terminais e aos microcomputadores), a qual poderia ser transferida para iniciativa privada posteriormente. Outro ponto enfatizado era a necessidade de garantir “a perpetuação do controle nacional tanto no aspecto econômico quanto tecnológico”.²¹

Através desse documento, a Capre não só buscava garantir sua autoridade perante os demais setores do governo, em especial a Marinha, como também repudiava qualquer possibilidade de participação de capital ou tecnologia estrangeiros.

É possível perceber que a educação, no período, no que diz respeito às TDIC, foi usada como coadjuvante no intuito de suprir as necessidades de um mercado em franco crescimento. Em um primeiro momento, como forma de capacitar trabalhadores para suprir a crescente demanda das indústrias que, cada vez mais, informatizavam-se. Em um segundo momento, como formadora de possíveis produtores de computadores, com a finalidade de assumir o mercado consumidor interno e possibilitar ao governo federal a criação de uma política de restrição à importação de computadores das multinacionais. Sendo assim, durante a primeira fase das TDIC no Brasil, que se estende até a extinção da Capre, em 1979, não é possível perceber uma preocupação do Estado no sentido de utilizar as TDIC em prol da educação.

A Criação da Secretaria Especial de Informática – SEI

No final dos anos de 1970, o governo militar – por uma série de acontecimentos políticos e econômicos, dentre os quais, a crise cambial de 1975 – começa a perder força. Em 1979, quando o General João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a presidência do país, fazia-se imprescindível a implantação de mudanças na política nacional no intuito de garantir a ordem e a governabilidade do Brasil.

²⁰ BRASIL. Decreto nº 77.118, de 9 de Fevereiro de 1976. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/02/1976 , Página 1957 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77118-9-fevereiro-1976-425743-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 06/07/2012.

²¹ TAPIA. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*, p. 29.

Um dos fatores muito questionados no período, tanto pelo setor da indústria nacional, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), quanto pelas multinacionais, que engrossavam seu coro com o apoio do governo norte americano, era a política de restrição da informática. O quadro de divisão que se estabelecia no cenário político brasileiro e o relatório Cotrim, divulgado em maio de 1978, que expunha o fato de não haver uma política que protegesse o setor informático nacional, despertou a atenção do governo.

Não existe uma política de tecnologia de informática no Brasil. Não há consequentemente, um órgão que se preocupe de forma centralizada do apoio a sua formulação e execução. [...] Não há restrições de ordem legal para que se instalem no país indústrias estrangeiras de computadores, periféricos, de equipamentos e dispositivos de comunicações e de componentes eletrônicos. Essa política extremamente liberal concorre para amortecer ou anular os esforços da área empresarial e do setores de pesquisa e desenvolvimento no sentido de gerar, desenvolver e utilizar a tecnologia potencialmente existente.²²

A conjunção desses fatores pressionou o governo federal a criar, em 1979, o Grupo de Trabalho Especial de Informática (GT), do qual faziam parte representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para que juntos apresentassem um projeto de reformulação para o setor de informática.

Uniam-se aos fatos relatados acima a importância estratégica atribuída ao setor de informática pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o fato desse setor ser considerado crucial para se concretizar o ideal de formação de uma grande potência econômica em âmbito mundial. Situação facilmente explicada, considerando-se o cenário de divisão mundial em dois grandes blocos econômicos e o clima de incertezas disseminado pela Guerra Fria. Em outras palavras, para o governo brasileiro, o cenário mundial se revelava altamente favorável para o aparecimento de uma possível terceira potência, o que só aconteceria, pelo domínio da informática.

Assim, em outubro de 1979, o presidente João Figueiredo, através do Decreto nº 84.067²³, criava a Secretaria Especial de Informática (SEI) que “[...] nasceu como órgão executivo do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República em plena época da ditadura militar e tinha por finalidade regulamentar, supervisionar e fortalecer o desenvolvimento e a transição tecnológica do setor”.²⁴ Nesse mesmo decreto tomou-se o cuidado de criar o Fundo para

²² O Globo, 12 maio 1979 apud TAPIA. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*, p. 48.

²³ BRASIL. Decreto nº 84.067, de 2 de Outubro de 1979. Brasília. Presidência da República. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1970-1979/D84067.htm - Acesso em: 13/05/2012.

²⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Informática Aplicada à Educação*. João Kerginaldo Firmino do Nascimento. – Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Articulação e

Atividades de Informática (FAI), que teria a função de garantir a independência financeira da SEI.

Entre as inúmeras competências atribuídas à SEI, no artigo 5º, incisos X, XI e XII do Decreto 84.067, foram designadas: a obrigação de promover e incentivar o estudo, a formação de recursos humanos e a pesquisa científica e tecnológica para o setor de informática. Fator que contribuiu para a busca de alternativas que pudessem integrar a educação à informática, ainda que seja possível perceber claramente no decreto de criação da SEI a permanência do papel de coadjuvante da educação frente às necessidades da indústria nacional de informática. Melhor dizendo, evidencia-se no Decreto 84.067 que a educação foi contemplada como alternativa de impulsionar o crescimento nacional do setor de informática e não como um campo de pesquisa independente. De qualquer forma, essa foi a brecha que possibilitou que se iniciasse a busca pela inserção das TDIC na educação e vice-versa.

Procurando opções de estabelecer uma ligação entre as TDIC e a educação, criou-se “[...] uma equipe intersetorial, que contou com a participação de representantes da SEI, do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)[...]²⁵ ficando a equipe responsável por articular a integração entre as duas áreas.

Percebendo que para atender as propostas no Decreto 84.067 fazia-se necessário estabelecer uma integração entre educação e informática a nível nacional, a equipe formada pela SEI, MEC e CNPq promoveram o I Seminário Nacional de Informática na Educação, que aconteceu em Brasília, no ano de 1981, evento que se constituiu como um marco para a ampliação das discussões sobre a associação da informática com a educação. O seminário contou ainda com a presença de vários especialistas nacionais e estrangeiros ligados à área da educação.

Pode-se dizer que, pela primeira vez no Brasil, o governo, através de seus representantes, dispôs-se a sentar com os mais variados segmentos educacionais do país para discutir o futuro da educação brasileira frente às mudanças que vinham sendo impostas à sociedade pelas TDIC e o rumo a tomar para que a educação não ficasse alheia às mudanças. Dessa discussão surgiram muitas diretrizes para nortear os primeiros passos dessa pseudo-união. Dentre elas destaca-se:

[...] que as atividades de informática na educação fossem balizadas por valores culturais, sociopolíticos e pedagógicos da realidade brasileira; que os aspectos técnico-econômicos não fossem definidos em função das pressões do mercado, mas em função dos benefícios sócio-educacionais que pudessem gerar; que o

Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, 2007, p. 14. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/infor_aplic_educ.pdf - Acesso em: 30/04/2011.

²⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Informática Aplicada à Educação*, p. 14.

governo viabilizasse recursos para desenvolver atividades de pesquisa e experimento sobre o uso de computadores na educação; que o uso de recursos computacionais não fossem considerados como nova panacéia para enfrentar problemas da educação básica ou como substituto da carência de docentes e de recursos instrucionais elementares; que fossem criados projetos-piloto, de caráter experimental, em universidades, objetivando a realização de pesquisa sobre a utilização da informática no processo educacional.²⁶

Foram essas diretrizes que pautaram a inserção da informática na educação brasileira, algumas se sobressaindo mais do que as outras. Não seria exagero dizer que é praticamente impossível entender e mapear as TDIC no sistema educacional brasileiro sem ter em mão essas diretrizes, uma vez que elas nortearam a tônica do seguimento ao longo dos anos.

No ano seguinte (1982), o mesmo grupo promoveu na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, o II Seminário Nacional de Informática na Educação, que trouxe à baila o tema: “[...] O impacto do computador na escola: subsídios para uma experiência piloto do uso do computador no processo educacional brasileiro, a nível de 2º grau, (...)” (sic).²⁷ Foi através desse seminário que se buscou canalizar verbas para a criação de centros-pilotos e se recomendou, conforme as propostas do seminário anterior, que o uso da informática não ficasse restrito ao então segundo grau, hoje ensino médio, devendo se estender a outros níveis de ensino.

Somente após o II Seminário Nacional de Informática na Educação é que efetivamente começou a implantação dos programas de informática na área da educação e dos Centros-Pitões, como: o Centro de Informática educativa (Cenifor), criado em novembro de 1982; o Projeto Brasileiro de Informática na Educação (EDUCOM), elaborado em 1983 e oficializado em 1984; os Centros de Informática Educativa (CIEDs), implantados em 1988; o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), efetivado em 1989. Outro fator de importância a ser destacado nesse processo foi o lançamento do I Concurso Nacional de Software Educacional em 1986.

Todavia, apesar dos seminários, projetos e programas voltados para educação, não se pode deixar escapar que a SEI foi criada com o objetivo principal de regulamentar, supervisionar e fortalecer a indústria nacional de informática. Lembrando que a inserção da informática na educação foi uma forma encontrada, no início da política nacional de informática no Brasil, para respaldar, com mão de obra capacitada, o crescimento do setor no país. À SEI, coube o papel de organizar, oficializar e regimentar a “parceria” entre informática e educação no intuito de potencializar o ensino voltado para a área.

²⁶ BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. *Políticas Brasileiras de Educação e Informática.*, p. 09. Disponível em: MHS Bonilla... - 2000 - moodle.ufba.br . acesso em : 16/05/2012.

²⁷ _____, *Políticas Brasileiras de Educação e Informática*, p. 09.

Outra forma de tentar garantir o sucesso da Política Nacional de Informática e oficializar a posição do Estado perante o mercado aconteceu em 29 de outubro de 1984, com a criação da lei 7.232, que regulamentava a Política Nacional de Informática e Automação. Essa lei pretendia criar um ambiente adequado para o desenvolvimento da indústria nacional de informática.

Não obstante todos os esforços empregados pela SEI, a Política Nacional de Informática (PNI) sofria cada vez mais críticas, advindas dos mais variados setores internos e externos. Se, para o Governo brasileiro, a autonomia do mercado nacional de informática tinha importância estratégica para a segurança e o crescimento do país, para a iniciativa privada ela passou a representar uma amarra que impedia o crescimento industrial e comercial do Brasil. Como consequência, fabricavam-se produtos similares aos importados, porém, eles não eram competitivos dado a baixa qualidade, o baixo desempenho e seu alto preço.

Sendo assim, mediante o crescente descontentamento dos empresários, dos industriais e da sociedade civil, além das mudanças políticas e sociais que transformaram o cenário mundial, o Brasil conseguiu sair de um regime ditatorial, migrando paulatinamente para um regime democrático. Mudança que, em 1990, culminou no início do processo de desativação da Secretaria Especial de Informática (SEI) e, consequentemente, a busca de novas diretrizes para o setor de informática.

A Democratização das TDIC no Brasil

O final do século XX foi um momento ímpar na história da humanidade. As certezas cederam lugar às incertezas. Geograficamente, o mundo se refez depois da queda do muro de Berlim e, politicamente, o socialismo foi derrotado e o capitalismo, aos poucos, foi ocupando o seu lugar nos países do Leste Europeu e da Ásia. A divisão do mundo que até então era feita entre socialistas e capitalistas, ou entre União Soviética e Estados Unidos, cede lugar a uma divisão por continentes ou blocos econômicos, como: União Europeia (EU), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), Tratado Norte Americano de Livre Comércio (Nafta), que vão se formando após o fim da Guerra Fria.

O Brasil, por sua vez, não ficou alheio a essas mudanças que, de forma sintomática, contribuíram para muitas transformações que ocorreram no país nesse período. Em 1985, quando assumiu a Presidência da República o primeiro presidente²⁸ civil pós-64, eleito por voto indireto, efetivando o fim de 30 anos de ditadura militar no Brasil, promoveu algumas mudanças,

²⁸ Presidente José Sarney.

ainda que de forma tímida²⁹. Mudanças essas que, na prática, produziram pouco ou quase nenhum efeito sobre a PNI. Somente após 1989, com a eleição de Fernando Collor, primeiro Presidente eleito por voto direto, é que, efetivamente, as mudanças políticas e econômicas, dentre elas as que dizem respeito ao setor de informática, começaram a ocorrer.

Legitimado pelas urnas, o governo Collor impõe-se como um governo forte e mobiliza a sociedade civil a favor das mudanças que pretendia introduzir na vida política e econômica do país. Adotando uma postura liberal e antiprotecionista, defende a abertura das importações, o fim do tratamento diferenciado entre empresa nacional e estrangeira, a substituição de subsídios e isenções especiais pela proteção tarifária.³⁰

A partir de sua posse, o governo eleito começou a se articular no intuito de implantar as reformas políticas que conduziriam a menor intervenção na economia e à criação de um programa de privatizações. Entretanto, a organização de alguns setores internos, dentre eles os ligados à informática, dificultaram o processo das mudanças. Contudo, depois de muitas negociações, em 23 de outubro de 1991, foram aprovadas mudanças na Lei de Informática que resultariam em “[...] ausência de qualquer restrição ao capital estrangeiro [...]”; fim dos controles governamentais sobre fabricação e as importações de bens de informática a partir de outubro de 1992 [...]”³¹.

Segundo Bonilla³², a partir desse momento, acabou o modelo de reserva de mercado iniciando-se uma nova fase da política brasileira em relação à informática. Muito embora a lei tenha provocado mudanças políticas para o setor de informática do país, em relação à educação, de forma direta, nada mudou.

A abertura do país para as tecnologias estrangeiras que, em tese deveria contribuir para uma maior integração entre TDIC e a educação, a princípio pouco adiantou. É claro que as mudanças propostas facilitaram a entrada de equipamentos de "última geração" no país, o problema foi que, em sua grande maioria, não se destinavam ao setor de educação. O fato é que, neste momento do país, as universidades federais já vinham buscando alternativas para atender e cumprir o papel de produzir mão de obra qualificada e especializada na área das TDIC. Por intermédio da análise dos fatos ligados às TDIC, no momento de abertura brasileira às tecnologias estrangeiras, é possível dizer que as universidades se encontravam à frente da lei de outubro de 1991, haja vista que criatividade e empenho não eram suficientes para o cumprimento de sua tarefa, fazendo-se necessário superar os limites tecnológicos que se impunham.

²⁹ Este governo, fruto de negociações entre representantes do movimento Diretas-já e o então Governo militar, tinha como função maior conduzir o país na passagem da ditadura para a democracia.

³⁰ BONILLA & PRETTO. *Políticas Brasileiras de Educação e Informática*, p. 06.

³¹ TAPIA. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*, p. 314-315.

³² _____ . *Políticas Brasileiras de Educação e Informática*, p. 06.

Sendo assim, o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) conseguiu, em setembro de 1988, através da Universidade de *Maryland*, uma conexão para transmissão de dados 9.600 bits³³. Pouco tempo depois, por intermédio do *Fermi National Accelerator Laboratory (Fermilab)*, instalado em Chicago, nos Estados Unidos, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), também se conectou à Bitnet³⁴.

Essas foram as nossas únicas vias de acesso às redes internacionais até 1989. Naquele ano, a comunidade acadêmica, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criou a Rede Nacional de Pesquisa (RNP).³⁵

Através do apoio da RNP foi possível implantar uma rede de comunicação entre as universidades brasileiras, interligando vários campos por diversos estados e regiões.

Contudo, muito antes das iniciativas das instituições de ensino, já havia no Brasil grupos que usavam as TDIC para troca de dados, como era o caso do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) que, por volta da metade dos anos de 1980, passou a fazer parte de um projeto internacional chamado *Interdoc*, que viabilizava a troca de mensagens eletrônicas entre Organizações não governamentais de vários continentes. Entretanto, devido ao seu elevado custo foi necessária a busca por alternativas para reduzir os gastos. Assim, através de uma parceria com o *Institute for Global Communications (IGC)*, o Ibase criou a primeira forma de acesso à *internet* fora do circuito acadêmico, o Alternex que, juntamente com a RNP, interligaram cidades brasileiras criando uma rede nacional de dados.

Mediante esses fatos, o que se percebe, é que não havia por parte do governo brasileiro, através de sua representante no setor, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), interesse em promover os meios necessários para que se realizassem pesquisas para utilização dessa nova via de informação, seja pelas universidades federais ou pela iniciativa privada. Assim sendo, é pertinente inferir que, tanto as universidades, por intermédio da RNP, quanto a Ibase, utilizaram recursos próprios para o alcance dessa conquista. Fato que não impediu que a RNP, mesmo sem contar com o apoio da Embratel, conseguisse, durante o início da década de 1990, fornecer “(...) acesso à *Internet* a cerca de 600 instituições de ensino e pesquisa, atendendo a uma comunidade de cerca de 60 mil usuários”.³⁶ A Fapesp também merece destaque, uma vez que desempenhou um papel importante na história da *internet* brasileira, sendo que ela foi a primeira a

³³ É a menor quantidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida

³⁴ Rede de comunicação entre faculdades, criada em 1981.

³⁵ GUIZZO, Érico. *Internet: o que é, o que oferece, como conectar-se*. São Paulo: Ed. Ática, 1999, p. 23.

³⁶ _____. *Internet: o que é*, p. 24.

utilizar o protocolo TCP/IP³⁷, assegurando a administração do domínio “br”, que ainda hoje é utilizado no final dos endereços de páginas registradas no domínio da *internet* no Brasil.

Segundo reportagem publicada da revista *Veja*, em primeiro de março de 1995, o acesso por grupos que se conectavam através do Ibase à *internet*, em 1995, era de cerca de 20.000 pessoas. É claro que esses números se comparados aos atuais, podem até parecer irrisórios, mas considerando que naquele momento existiam no Brasil apenas “[...] nove telefones para cada 100 habitantes e apenas um computador para cada 140 habitantes”³⁸. Esses números tendem a tomar outra conotação. Para efeito de esclarecimento é bom lembrar que os telefones referidos por Alcântara são telefones fixos, uma vez que, no Brasil, ainda não havia telefonia celular.

Em dezembro de 1994, após aproximadamente sete anos de estabelecida a primeira conexão de uma instituição de ensino com a *internet*, e com a perspectiva de um crescimento vertiginoso para o setor no Brasil e no mundo, o Governo brasileiro, por intermédio da Embratel, resolveu assumir a direção da RNP e controlar não só a rede universitária, mas também, todo acesso à *internet* do país. Esse fato acabou criando um sentimento de descontentamento por parte da sociedade que já tinha se organizado em pequenos grupos e vinha, por intermédio do Alternex da Ibase, tendo acesso à rede mundial de computadores. Essa situação mereceu destaque pela revista *Veja*, em uma reportagem de três páginas, que abordou o assunto dessa forma:

A Embratel deu as costas para internet em seus primeiros anos, deixando que os poucos usuários brasileiros, principalmente universidades e institutos de pesquisas, tomassem a iniciativa de contratar suas conexões no exterior. Agora que a rede começa a ter viabilidade, a Embratel anuncia que está no negócio, sozinha. A conexão é monopólio da Embratel.³⁹

Entre os fatores levantados para justificar essa indignação, além dos apresentados acima, estaria, se comparado as suas antecessoras, o alto custo da conexão disponibilizada pela Embratel. À primeira vista, a indignação dos pequenos grupos que se articularam juntamente com as universidades, por iniciativa própria, é compreensível e justificável.

Considere-se, no entanto, que, naquele momento, grande parte das pessoas que tinham acesso à *internet* no Brasil faziam parte de uma camada privilegiada da sociedade, fato que se comprova por intermédio do reduzido número de Centros Universitários Federais que existiam no país. Situação que, consequentemente, remete a ideia de que a maioria dos seus estudantes

³⁷ Padrão de rede criado com a finalidade de unificar os diversos padrões já existentes, a fim de possibilitá-los acessar a Rede Mundial de Computadores.

³⁸ ALCÂNTARA, Eurípedes. Brasília põe a mão: Vendo o sucesso da Internet, a Embratel assume o comando das ligações de brasileiros com a rede. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1381, p. 56-58, mar/1995. p.58.

³⁹ _____. *Brasília põe a mão*, p.56.

fossem advindos das camadas sociais de maior poder aquisitivo. No que diz respeito aos pequenos grupos da sociedade civil, a PNI teve como um de seus efeitos colaterais, segundo Alcântara⁴⁰, a produção de computadores nacionais inferiores e mais caros que os importados, além de elevar as tarifas de importação a níveis muito altos. “O resultado dessa política foi a transformação do país no paraíso do contrabando de eletrônicos”⁴¹, realidade que limitava esse tipo de equipamento à camada mais favorecida economicamente da sociedade.

Unindo todos esses fatores ao aumento acentuado das conexões, percebido no setor nos anos que se seguiram, de um modo ou de outro, ao assumir o controle da *internet*, a Embratel acabou possibilitando um maior acesso à Rede Mundial de Computadores. Atingindo camadas da sociedade que, antes de sua intervenção, nem sonhavam com a possibilidade de acessar a *Internet*. A Embratel revelou o outro lado das questões que permeavam as TDIC, na educação brasileira, ou seja, aqueles que estavam à margem da inserção das TDIC na Educação.

Se a princípio o fim do modelo de reserva de mercado brasileiro não contribuiu para a educação, com o passar dos anos ele trouxe, ainda que indiretamente, um aumento de perspectiva do uso da TDIC, no sistema educacional, devido à democratização promovida pela abertura do mercado brasileiro.

Hoje o Brasil é um dos mercados consumidores em que a aquisição das TDIC encontra-se em franco crescimento, o que vem demonstrar os efeitos positivos da abertura da economia brasileira para as TDIC. Partindo do princípio de que a educação é uma ação conjunta entre família, sociedade e instituições de ensino, a ampliação e a democratização promovidas pela abertura às TDIC, no Brasil, contribuíram e ainda contribuem de forma decisiva para a educação do cidadão brasileiro.

Considerações Finais

Muitos anos se passaram desde a criação do Eniac, e as tecnologias digitais de informação e comunicação deixaram de ocupar vários andares de um edifício para ocupar pequenos espaços físicos espalhados por praticamente todo o mundo. Além, é claro, de terem conquistado um grande prestígio perante a sociedade, não importando sua condição financeira, étnica ou intelectual. Se pensarmos na parte ocidental do mundo, veremos que a maioria das pessoas têm algum aparelho que possibilita o acesso as TDIC, e se não têm já tiveram ou querem ter.

Hoje, no Brasil, após vinte e nove anos de exercício de uma cidadania democrática, a percepção que se tem, no que se refere a importância das TDIC na sociedade, não é muito

⁴⁰ ALCÂNTARA. *Brasília põe a mão*, p.58.

⁴¹ _____. *Brasília põe a mão*, p.58.

diferente da importância atribuída as TDIC nos demais países ocidentais. Porém, quando se pensa na introdução e utilização das TDIC nas escolas públicas, o que se evidência é que não houveram mudanças significativas no decorrer dos anos após o fim da Ditadura Militar no Brasil.

Ainda hoje, a sociedade brasileira vive à sombra do estigma da Ditadura Militar, e não é preciso muito esforço para que se ouça relatos incontestáveis de violência durante o período militar no Brasil. Entretanto, é preciso relativizar essa visão maniqueísta que tende a classificar o período militar no Brasil como mau e a democracia como boa. Vale lembrar que, tanto a ditadura como a democracia, são construções históricas e, como tal, não nos cabe classificá-las como boas ou más, melhores ou piores. Sendo assim, o período de ditadura no Brasil teve muitos momentos, atitudes e decisões que não devem ser repetidas, mas, por outro lado, houve também momentos, atitudes e decisões que deveriam ter sido preservadas. Afinal, não é esse um dos papéis do historiador, chamar a atenção para fatos que se escondem em meio ao senso comum que se estabelece como "verdade"?

Um exemplo de algo que, segundo os estudos que fundamentaram este artigo, deveria ter sido preservado como base para decisões futuras, no que diz respeito a introdução das TDIC na educação, é a preocupação demonstrada pelo governo militar em conciliar tecnologia e educação. Além do fato de que, durante o governo militar, a união que se tentou estabelecer entre TDIC e educação tinha um objetivo claro e definido, algo que talvez venha fazendo falta às políticas públicas do setor de educação no país, ao longo desses vinte e nove anos de democracia.

Como se tentou demonstrar no decorrer deste artigo, entre 1964 a 1985, o governo militar brasileiro demonstrou interesse em participar na corrida mundial pelo domínio das TDIC. Para tanto, ele elegeu a educação como o melhor caminho para alcançar seus objetivos no setor. Caminho este que já havia sido adotado, anteriormente, pelo Estados Unidos e pela França. Não obstante, o governo brasileiro se mostrou muito criterioso ao traçar diretrizes para a introdução das TDIC na educação⁴². As liberações de verbas, por exemplo, só ocorriam se houvesse um objetivo claro e definido, previamente estabelecido. Fato este que não se tem evidenciado nos governos pós-ditadura.

Destarte, entre 1965 a 1985, o governo brasileiro incentivou as pesquisas das TDIC pelas faculdades, criou grupos como o Capre que depois daria lugar SEI, realizou dois Seminários Nacionais de Informática na Educação, criou o I Concurso Nacional de Software Educacional em 1986, promoveu treinamentos para os professores e se destacou na América Latina por seu

⁴² Ver citação feita no decorrer do artigo sobre as diretrizes elaboradas no I Seminário Nacional de Informática na Educação.

pioneerismo no setor. É óbvio que nem sempre os resultados pretendidos eram alcançados e, em alguns casos, os investimentos se deram de forma equivocada. Porém, quanto a isso, não se pode atribuir toda a culpa ao governo militar. Nesse momento, era tudo muito novo e ninguém sabia muito bem qual caminho seguir, até mesmo países como a França e o próprio Estados Unidos passaram por reveses ao tentarem introduzir as TDIC na educação.

Assim, após anos de ditadura, veio a tão sonhada abertura política que, se por um lado trouxe incontáveis benefícios políticos, sociais e comerciais para a população brasileira, por outro lado, tem se mostrado irresponsável em alguns aspectos, deixando transparecer um grande desleixo no que se refere ao emprego da verba pública. Principalmente quando o assunto é a liberação de recursos para setores estratégicos da sociedade brasileira, como, por exemplo, a educação. Afirmação que pode ser comprovada por meio de reportagens e artigos, como o publicado pelo jornal Folha de São Paulo, quando o MEC comprou computadores com o intuito de informatizar seis mil escolas e, segundo a reportagem, sem saber para quê.

O Ministério da Educação está gastando R\$480 milhões, equivalente a 5% do seu orçamento do ano passado, em um programa sem objetivo definido: o que prevê a instalação de cem mil computadores em 6.000 escolas públicas. [...] o secretário de Educação a Distância do MEC, Pedro Paulo Poppovic, diz que com computador e educação é assim mesmo. “Objetivo? Eu não sei. Ninguém sabe”, diz Poppovic.⁴³

Acontecimentos como o relatado acima, em que se investe o dinheiro público sem que haja um objetivo claro e definido tem sido a tônica da realidade vigente no país no que se refere às tentativas de introdução das TDIC na educação. O fato é que, pelo menos nos últimos vinte anos, os sucessivos ministros da educação que passaram pelo MEC repetem o mesmo discurso, elegendo as TDIC como a salvadoras da educação brasileira.

Será que eles não conhecem a trajetória das TDIC no sistema educacional brasileiro? Os fatos descritos acima indicam que não. Se assim não fosse, os ministros da educação conheceriam as diretrizes elaboradas pelo I Seminário Nacional de Informática na Educação, que trazem em seu texto: “[...] que o uso de recursos computacionais não fossem considerados como nova panaceia para enfrentar problemas da educação básica ou como substituto da carência de docentes e de recursos instrucionais elementares”.⁴⁴

⁴³ CARVALHO, Cesar Carvalho. MEC informatiza 6.000 escolas, mas não sabe para quê. *Folha de São Paulo*, 13 fev. 1998, p. 3-11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1998/02/13/264//600182> – Acesso: 19/05/2012.

⁴⁴ BONILLA & PRETTO. *Políticas Brasileiras de Educação e Informática*, p. 09.

Ou será que o fato dessas diretrizes terem sido elaboradas durante o período de ditadura faz com que elas não possam ser consideradas? Com certeza, muitos dirão: o mundo mudou, o Brasil mudou, e não se pode considerar diretrizes tão antigas. Certamente, o mundo hoje é bem diferente da década de 1980. Porém, a pergunta permanece: será que somente o fato de se introduzir computadores e *internet* nas escolas é suficiente para alcançar a tão sonhada qualidade na educação brasileira? E mais do que isso, será que ao contrário do que disse o secretário da educação na reportagem da *Folha de São Paulo*, em 1998, ter um objetivo claro e bem definido não seria essencial para melhorar a qualidade da educação? Será que não é preciso repensar os cursos de licenciatura no intuito formar educadores mais preparados e conscientes das mudanças provocadas pelo advento e disseminação das TDIC na sociedade? Qual seria o papel das TDIC na educação brasileira do século XXI? Essas e muitas outras questões ainda hoje permeiam a introdução das TDIC na educação e requerem pesquisas que suscitem respostas urgentes.

Destarte, não é difícil perceber que a pesquisa sobre as TDIC na educação é um campo relativamente novo e repleto de possibilidades e desafios. Hoje, pode-se dizer que muito já se avançou em termos de pesquisas sobre o uso das TDIC na educação e, mais do que isso, podemos dizer que no Brasil existem pesquisadores que se destacam nesta área. Em Minas Gerais, especificamente, existem núcleos distribuídos em instituições, como: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), entre outras, que se dedicam em pesquisar as TDIC, também chamadas por alguns pesquisadores de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), associando-as a educação. Não é exagero dizer que Minas Gerais se tornou um polo de vários pesquisadores e que vem se consolidando como referência nacional sobre o estudo das TDIC na educação do país. Contudo, ainda há muito a se pesquisar nesta área, afinal, não se pode deixar passar desapercebida a velocidade com que novas tecnologias de informação e comunicação vêm sendo produzidas e introduzidas no mercado consumidor. Além do mais, todos os anos as escolas recebem alunos que já nasceram em meio a esse mundo interconectado, globalizado, fluido e pós-moderno e que, cada vez mais, anseiam por uma escola que esteja apta a interagir com seus conhecimentos.

Recebido em: 30/03/2014

Aceito em: 06/06/2014

Imprensa e opinião pública em Minas Gerais no ocaso do Primeiro Reinado¹

Press and Public Opinion in Minas Gerais at the End of the Brazilian First Reing

Raphael Rocha de Almeida
Mestre em História pela UFMG
Professor do IFSULDEMINAS
raphael.almeida@ifsuldeminas.edu.br

RESUMO: Este artigo propõe-se investigar a imprensa da província de Minas Gerais, a fim de mapear a constituição e ampliação de uma esfera pública de poder em fins do Primeiro Reinado.

PALAVRAS-CHAVE: Esfera pública, Imprensa, Primeiro Reinado.

ABSTRACT: The purpose of this article is to investigate the newspapers of Minas Gerais province, with the aim of mapping the constitution and amplification of a public sphere of power at the end of the First Empire.

KEYWORDS: public sphere, Press, First Empire.

Em janeiro de 1828, um dos redatores do jornal *Astro de Minas* publicou um texto doutrinário com os seguintes dizeres:

Em todo Estado Constitucional, onde as eleições dos Deputados às Assembléias deliberativas são populares e livre de estorvos, como no Brasil, os Deputados são realmente órgãos da opinião pública. Porém de todos os órgãos da opinião pública, o mais certo e invariável é, sem dúvida, a publicação diária; os que negam esta verdade, não mereceriam que lhe respondessem.²

Naquele contexto, dentre os supostos redatores do periódico em questão, destacava-se Batista Caetano de Almeida, que já adquiria notoriedade devido as suas ações nos arredores da vila de São João Del Rei³. Este periódico tinha leitores e correspondentes em várias localidades, sobretudo nas cidades de Ouro Preto e Rio de Janeiro, respectivamente, capitais da província de Minas Gerais e do Brasil Imperial⁴. Embora não fosse o único responsável pela redação e

¹ Este texto sintetiza parte dos capítulos I e IV de minha dissertação, realizada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta: ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2008.

² ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 28 jan. 1828. Em todas as citações de documentos de época, a ortografia foi atualizada e a pontuação original foi mantida.

³ MOTTA, Rosemary Tofani. *Batista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João Del Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2000.

⁴ Ver anúncio na primeira página: ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 20 dez. 1827.

publicação do jornal, leitores e articulistas creditavam a ele parte significativa das polêmicas que vinha a público naquele periódico⁵, o que o torna personagem importante na análise do processo de gestação de uma esfera pública de discussão política, nos anos que antecederam a Abdicação de D. Pedro I.

A longa citação que inicia este texto sugere que o redator do *Astro de Minas* tenha sido, também, um arguto observador das mudanças que se processavam na cena política do Império. Num contexto fundamental para a construção do Estado e da nação brasileiros, o autor não deixou de registrar a percepção que tinha em relação à emergência de uma *opinião pública*, da qual ele mesmo certamente era um dos partícipes. No seu entendimento, a existência da opinião pública no Brasil Imperial era possível, sobretudo, por dois fatores: a ação de *homens públicos*, principalmente os legisladores eleitos, cujas atribuições incluíam a fiscalização das ações do poder executivo e a circulação livre de *periódicos*, cujo fim deveria ser, principalmente, dar transparência às novas instituições e às ações governo, além de permitir e promover o debate público sobre questões de interesse geral⁶. Seguindo a senda aberta por esse perspicaz personagem dos tempos do Império, procuraremos neste artigo analisar o papel da imprensa periódica da província de Minas Gerais na constituição de uma *esfera pública de discussão política* em fins do Primeiro Reinado.

A expressão *opinião pública* ou *esfera pública* é polissemia e polêmica: remete tanto a uma categoria analítica quanto a um vocabulário político de longa tradição. Do ponto de vista metodológico, nossa análise procura dialogar com um amplo conjunto de estudos acadêmicos dedicados à questão e, ao mesmo tempo, se esforça em situar essa concepção historicamente, interrogando como os sujeitos históricos do passado conceberam conceitualmente a noção de opinião pública e o papel que estes sujeitos atribuíam à imprensa na constituição dessa mesma noção.

Dentre os estudos sobre essa temática, destacam-se as reflexões de Habermas⁷ e Koselleck⁸, que situam a formação de uma esfera pública no contexto de gênese da modernidade política. Segundo Habermas, uma esfera pública política emergiu, na Europa, de um lento processo ocorrido entre o fim da Idade Média e a constituição dos Estados modernos, sobretudo ao longo do século XVIII. Nesse longo período, pouco a pouco, operou-se uma distinção entre Estado e sociedade, entre público e privado. De um lado, o Estado moderno, com o monopólio do uso da violência legítima e com jurisdição administrativa territorializada tornou-se a “esfera do

⁵ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 01 ago. 1829, p. 104-105; ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, Suplemento, 24 nov. 1827.

⁶ ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 99-102.

⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Critica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

poder público”.⁹ De outro, o capitalismo mercantilista, com um novo sistema de trocas, tanto de mercadorias quanto de informações, fomentou uma “atividade econômica privatizada”, orientada para um “intercâmbio mercantil mais amplo”, agora, de interesse geral.¹⁰

Sob o Estado Absolutista surgiu uma primeira noção de publicidade ligada ao conceito de representatividade pública. A pessoa do monarca com suas insígnias, revestido de todo um ritual, aparecia perante os súditos, representando-os. Mas essa forma de representatividade pública esgarçou-se, paulatinamente, voltando-se cada vez mais para si mesmo e afastando-se de novos setores sociais então emergentes, que constituíam um campo privado distinto do poder soberano. Concomitantemente, uma nova noção de privacidade, emergida no seio da família, acentuou as distinções entre público e privado: a sala da família, por exemplo, “torna-se sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público”.¹¹ Como parte desse mesmo processo, surgiu, lentamente, um mercado de bens culturais, cujo público era formado por pessoas de composição variável que, desde o início, era um público que lia. Para o autor, tratava-se de uma esfera pública literária, entendida como um conjunto de “pessoas privadas reunidas num público”.¹² Nessa esfera, leitores, espectadores, críticos de arte e outros reuniam-se numa série de espaços de sociabilidade (cafés, salões, lojas maçônicas ou sociedades de comensais, a depender de cada situação peculiar) e tinham acesso a romances, jornais e peças de teatro constituindo uma instância crítica, inicialmente literária e, posteriormente, política¹³. A imprensa foi fundamental nesse processo, constituindo, inicialmente, um veículo útil aos interesses dos Estados, pois foi utilizada para institucionalização do contato entre o poder público e os súditos. Progressivamente, no entanto, o jornal impresso tendeu a autonomizar-se e, como uma mercadoria, passou a estar acessível a todos que o pudessem adquirir.

Dessa esfera envolvida com a crítica literária provém a esfera pública política, situada entre a sociedade civil (setor privado) e esfera do poder público que serviria de intermediação entre as necessidades da sociedade e o Estado¹⁴. Tratava-se de uma esfera cujos membros se tornaram um antagonista da autoridade, “a fim de discutir com ela”¹⁵ questões publicamente relevantes. Do ponto de vista político, a esfera pública política se definia como uma arena de

⁹ HABERMAS. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 31.

¹⁰ _____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 33.

¹¹ _____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 62. Autores recentes têm questionado o modelo de família burguesa que permeia o argumento de Habermas, sugerindo tratar-se de um tipo ideal não necessariamente generalizado na Europa do século XVIII. Ver: MELTON, James Van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 6-8.

¹² HABERMAS, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 42.

¹³ Sobre o conceito e operacionalização da noção de crítica ver: KOSELLECK. *Critica e crise*, p. 49-110.

¹⁴ A visão esquemática e cronológica do estudo de Habermas tem sido criticada. James Melton sugere uma articulação ou fusão das esferas literária e política, a partir da análise do público leitor na Inglaterra e França, desde inícios do século XVIII. Ver: MELTON. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*, p. 10.

¹⁵ HABERMAS. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 42.

discussão e de trocas fora do controle do Estado. Do ponto de vista sociológico ela se diferenciava tanto da Corte, quanto do povo que não tem acesso ao debate crítico¹⁶. Como uma arena de discussões, a esfera pública política assentava-se, segundo Habermas, em alguns pressupostos: a *primazia da razão*, tal como preconizada por Kant, desconsiderando-se as hierarquias sociais e as relações de dependência econômica, e assentando-se na força do melhor argumento; a ideia de que *nada estava imune à crítica* que se voltava tanto para as obras de arte quanto para o governo instituído ou mesmo contra o privilégio das elites; e o não fechamento do público, a *rejeição ao segredo*, enfim, a acessibilidade (todos devem poder participar)¹⁷.

De forma sintetizada podemos afirmar que na gestação de uma esfera pública, deve-se considerar a circulação de impressos, que cria espaço para a comunicação e discussão e de ideias; a existência de um público, isto é de uma audiência; a ação de fomentadores (ou mesmo de portavozes) da opinião pública que dão publicidade aos assuntos em discussão¹⁸; e, por fim, de espaços públicos (e de sociabilidade) onde os homens livres podem inserir-se no mundo politicamente organizado¹⁹. No entanto, como já destacou Marco Morel, a “existência da imprensa periódica não implica necessariamente o aparecimento de uma opinião pública no sentido crítico do termo”²⁰. Por isso, é indispensável analisar o papel da imprensa construção da vida política, isto é, o desempenhado pelos jornais no debate público, bem como os usos dos impressos por redatores e leitores, o que faremos a seguir.

A circulação de periódicos em Minas Gerais e seus usos

Dados quantitativos revelam que entre 1823, ano em que saiu o primeiro periódico em Minas Gerais, e 1831, ano da Abdicação, circularam na província vinte periódicos. O primeiro a ser publicado foi o *Compilador Mineiro*, que circulou entre 22 de outubro de 1823 e 09 de janeiro de 1824. Em seguida, teve início a publicação do *Abelha do Itaculumy*, que circulou até julho de

¹⁶ James Melton refuta o modelo sociológico da esfera pública de Habermas. O autor concorda que a participação na esfera pública pressupunha certo grau de alfabetização e educação, que só as camadas proprietárias da sociedade europeia podiam almejar, mas ressalta que os nobres também constituíam o público dos romances e periódicos que surgiram, por exemplo, na Inglaterra. Em relação à França e aos países de língua alemã, classes médias, professores universitários, oficiais de estado e pastores, também integraram a esfera pública que então emergia. Por isso, Melton sugere o abandono do vocabulário marxista, sobretudo a designação “burguesa”, e utiliza-se da expressão esfera pública “ilustrada” ou “esclarecida”. Ressalte-se, ainda, que no mundo luso-brasileiro de inícios do século XIX, os grupos oposicionistas, mas também a coroa e as instituições tradicionais apelaram para a “opinião pública” em busca legitimidade. Ver: MELTON. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*, p. 11-12. Sobre o mundo luso-brasileiro ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letada: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras; FAPESP, 2005, p. 399-411.

¹⁷ HABERMAS. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 51-53.

¹⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. Os submundos do livro em Portugal, na passagem do século XVIII para o XIX. In: *ANAIIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

¹⁹ ARENDT, Hannah. Que é liberdade? In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 194; MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 18 e 200-203.

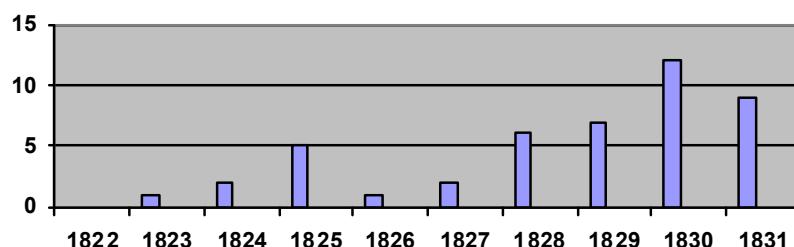
²⁰ MOREL. *Transformações dos espaços públicos*, p. 203-204.

1825, dando lugar ao *Universal*, periódico de grande longevidade. Ainda em Ouro Preto, circularam jornais de caráter oficial, como o *Companheiro do Conselho*, *O Diário do Conselho de Governo da Província*, *Atas de Sessão do Conselho do Governo* e outros, dos quais só restaram ao pesquisador os nomes, como *O Patriota Mineiro*, *O Precursor das Eleições* e *O Mentor dos Brasileiros*, além do *Telégrapho* e do *Novo Argos*, esses últimos ferrenhos debatedores no ocaso do Primeiro Reinado.

Fora de Ouro Preto, vieram a lume, em São João Del Rei, o já citado, *Astro de Minas*, *O Amigo da Verdade* (opositor ao primeiro), *A Constituição em Triumpho* e *O Mentor das Brasileiras*, hebdomadário destinado ao público feminino. Em Mariana foi publicado o *Estrella Mariannense*; no Serro, o *Liberal do Serro* e a *Sentinella do Serro*; no Tejuco, o *Echo do Serro*; e, em Pouso Alegre, o *Pregoeiro Constitucional*²¹.

O Gráfico 1, a seguir, permite-nos visualizar o número de periódicos em circulação na Província de Minas Gerais entre os anos 1822 e 1831.

Gráfico 1: Número de periódicos em circulação em Minas Gerais por ano, entre 1822 e 1831



Fonte: CARVALHO, André e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994; VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*. Revista do Arquivo Públiso Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial, Anno III, v. 2, 1898.

Se considerarmos todo o período em estudo, perceberemos que o maior número de jornais em circulação na Província ocorreu no ano de 1830, quando havia 12 periódicos. A data coincide com o início da segunda legislatura, quando novos deputados juntamente e através da imprensa promoveram debates em torno da reforma constitucional²². A crescente publicação de impressos em Minas Gerais, no período em questão, teve início em 1828 quando 6 periódicos circulavam na Província. O aumento numérico dos jornais refletia a crescente politização da

²¹ VEIGA. *A Imprensa em Minas Geraes*, p. 189-192.

²² LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000, p. 54-65.

sociedade, que, por sua vez, utilizava o espaço dos jornais para o debate político: a imprensa era, a um só tempo, produto e produtora do debate.

Tomando como parâmetro estes dados e estudos historiográficos sobre a imprensa política e a constituição dos espaços públicos, como os de Lúcia Neves²³, Marco Morel²⁴, Luciano Moreira²⁵, Andréa Slemian²⁶, podemos corroborar com as conclusões de Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira²⁷, segundo os quais, teria havido três ondas políticas no Primeiro Reinado – momentos estes de expansão da esfera da discussão política – que envolviam intensos debates e conflitos de rua, a dizer: 1820-1824, período que se inicia com a chegada de notícias da Revolução do Porto e se encerra com a retração dos canais de participação política em decorrência do fechamento da Assembleia Legislativa; 1826-1831, que vai da abertura dos trabalhos legislativos à abdicação do Imperador d. Pedro I; e, 1831-1837, que corresponde à fase mais liberal das Regências. Nesse sentido, a análise sobre a imprensa aqui empreendida circunscreve-se ao que os Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira chamaram de segunda onda política.

Utilizamos alguns critérios para analisar a importância que os jornais de Minas Gerais tiveram perante o público-leitor. O primeiro é, sem dúvida, o número de periódicos em circulação. A longevidade de alguns deles também pode ser indicativa de maior aceitação junto ao público e de condições financeiras favoráveis à sua continuidade²⁸. Poderíamos acrescentar, ainda, os anúncios indicando o local de venda, que nos permite analisar o circuito de comunicação dos jornais, as referências recíprocas às matérias publicadas – indicativo da prática de leitura e crítica –, além da participação de leitores através da seção “correspondências”.

Dos jornais em circulação no Primeiro Reinado consultados para essa pesquisa, três circularam por tempo relativamente longo, se comparados aos demais. O *Universal* que circulou até 1842, o *Astro de Minas*, impresso até 1839, e o *Novo Argos*, que findou em 1834. Os outros periódicos não foram publicados por período superior a três anos. Mas possuíam característica comum a todos a maioria dos jornais do período: constituíram uma “literatura de circunstância” que refletia “uma preocupação coletiva em relação ao político”.²⁹

²³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Editora Revan, 2003.

²⁴ MOREL. *Transformações dos espaços públicos*.

²⁵ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2011.

²⁶ SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

²⁷ RIBEIRO, Gladys e PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial, volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 143-144.

²⁸ Esses critérios de análise foram utilizados por SLEMIAN. *Vida política em tempo de crise*, p. 140 e por PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 - 1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 69.

²⁹ NEVES. *Corcundas e constitucionais*, p. 36.

A longevidade dos três periódicos acima citados estava, certamente, relacionada com a atuação política de seus redatores, idealizadores e colaboradores. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Batista Caetano de Almeida e Antônio José Ribeiro Bhering, respectivamente, redatores-colaboradores do *Universal*, *Astro de Minas* e *Novo Argos* exerceram cargos legislativos entre o fim do Primeiro Reinado e início das Regências, e tinham importância política reconhecida para além das fronteiras de Minas Gerais³⁰.

No ocaso do Primeiro Reinado, esses jornais desempenharam papel importante nos eventos que antecedem à Abdicação. Não só os números são indicativos do papel dos jornais nos eventos políticos, mas seu conteúdo. Alguns redatores passaram a dizer abertamente serem opositores do governo. Nesse contexto, uma intensa guerra discursiva se processou com redatores reagindo e atacando seus adversários, bem como defendendo seus correligionários políticos.

Certamente nos anos que antecederam a saída de D. Pedro I, a leitura de jornais foi mais intensa. A prática de republicação de artigos e de comentários indica que os jornais em circulação eram lidos com regularidade. Leitura e crítica eram sintomas do debate. A título de amostragem, basta dizer que, dos 51 exemplares consultados do *Amigo da Verdade* referentes ao ano de 1829, em, no mínimo 30, havia referências explícitas ao *Astro de Minas*³¹. Sem contar os comentários sobre matérias publicadas no *Universal* – certamente o periódico mais referenciado entre o Primeiro Reinado e as Regências. O mesmo se dava com o *Novo Argos* que constantemente se referia ao *Telégrapho*, ao *Echo do Serra* e outros.

Anúncios existentes nos jornais fornecem pistas dos locais por onde eles circulavam. O *Pregoeiro Constitucional* poderia ser adquirido para além das fronteiras da Província, como indicado no primeiro número.

Subscreve-se para esta folha no **Rio de Janeiro** na loja do Sr. João Pedro da Veiga e C., no Ouro Preto na do Sr. Manoel Soares do Couto, em **S. João d'El-Rei** na do Sr. Martiniano Severo de Barros e C., na Vila da **Campanha** na do Sr. Bernardo Jacintho da Veiga, em **S. Paulo** na do Sr. Joaquim Antonio Alves Alvim, em **Guaratinguetá** na do Sr. Antonio Clemente do Santos, neste Arraial na Tipografia.³²

³⁰ ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 79-122. Em relação ao jornal *Astro de Minas*, deve-se acrescentar a participação do Padre José Antônio Marinho, personagem importante no cenário político das Regências. Ver: MOREIRA. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*, p. 204-263.

³¹ Esse dado foi levantado a partir da consulta e leitura dos exemplares. Os números apresentados se referem apenas às matérias que fazem explicitamente uma referência ao *Astro de Minas*. Certamente o número seria maior se considerássemos as referências implícitas presentes no debate ocorrido naquele ano.

³² PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 07 set. 1830, p. 1.

O anúncio aponta para uma rede de correspondentes que incluía lojas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Certamente a localização geográfica da tipografia, no sul de Minas Gerais, facilitava a correspondência entre os pontos de comércio citados no anúncio. Deve-se observar que as tipografias eram também locais de aquisição do periódico, mas sua venda nesses locais, como analisou o historiador Luciano da Silva Moreira, perpassava interesses políticos³³. O *Novo Argos*, por exemplo, poderia ser adquirido no Tejucó e em São João Del Rei, nas tipografias que imprimiam, respectivamente, o *Echo do Serro* e o *Astro de Minas*, periódicos com os quais existiam afinidades políticas. O mesmo ocorria com o *Estrella Mariannense*³⁴ (de tendência liberal) e com os jornais conservadores³⁵. Além disso, jornais como o *Abelha do Itaculumy*, vendidos em Ouro Preto, recebiam correspondências de localidades como Sabará, Barbacena e São João Del Rei, o que indica que o circuito de comunicação do impresso ultrapassava os limites da capital³⁶.

Ainda sob o ângulo da disponibilidade, cabe ressaltar que os periódicos poderiam ser adquiridos em lojas e residências particulares³⁷ a preços módicos: em média custavam 80 réis, menos que o preço de uma empada de recheio de frango, cujo valor chegava a 100 réis³⁸.

Esses jornais poderiam ser encontrados e lidos em livrarias, bibliotecas, tabernas e sociedades políticas – espaços de sociabilidade que se constituíram, entre o Primeiro Reinado e as Regências³⁹. Robert Walsh, inglês que esteve em São João Del Rei neste período, não deixou de registrar a presença de periódicos em biblioteca daquela localidade: além de periódicos estrangeiros, “todos os jornais publicados no Brasil eram ali recebidos e colocados na sala de leitura”.⁴⁰

A maioria dos jornais desta época possuía uma seção reservada ao público-leitor. Como as cartas eram, na maioria, anônimas, não é possível saber se se tratava de um leitor ou do próprio redator tentando promover ou incendiar o debate. Mesmo assim, pode-se dizer que as correspondências ali publicadas forjavam uma rede de polêmicas, que congregava desde assuntos de interesse local, como a fiscalização à atuação das Câmaras, dos clérigos, juízes de paz e membros do Conselho da Província, até críticas ao poder central.

³³ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2006.

³⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 03 maio 1830, p. 1.

³⁵ O periódico *Amigo da Verdade* poderia ser adquirido em São João Del Rei e na tipografia do *Telegrapho*, conforme anúncio publicado: “A subscrição de faz na Typographia, rua da Intendência casa nº 167, e na Imperial Cidade do Ouro Preto na do Telegrapho”. AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 16 jun. 1829, p. 45.

³⁶ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, dos dias 15 abril, 11 jun. e 27 ago. 1824.

³⁷ Ver: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 14 jan. 1825, p. 5.

³⁸ NEVES. *Circundas e constitucionais*, p. 94.

³⁹ Sobre as práticas de leitura nesses espaços de sociabilidade, sugiro ao leitor a dissertação de Luciano da Silva Moreira, especialmente ao capítulo 4: MOREIRA. *Imprensa e política*, p. 87-168.

⁴⁰ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, Vol. II, p. 78.

De modo geral, os redatores preocupavam-se com a edição dos textos selecionados para publicação, tendo em vista o possível efeito que essa organização poderia produzir nos potenciais leitores⁴¹. Não há como negar a tentativa de controle sobre o que seria publicado. No entanto, a prática de subscrição e venda por assinatura criava situação de tensão entre redatores e leitores. Se, por um lado, a impressão de periódicos por subscrição e a venda por assinatura significavam que os redatores tinham em mente um público pré-selecionado e limitado, por outro lado, essa prática permitia que leitores-subscritores pressionassem o redator para que suas correspondências fossem publicadas. Alguns chegavam a exigir explicações dos redatores. Não há como precisar em que proporção essas situações ocorriam, mas os anúncios de não publicação são indicativos dessa prática.

Em 10 de dezembro de 1829, por exemplo, redatores do *Novo Argos*, assim se dirigiam a um correspondente: “Ao Sr. *amante da liberdade* precisamos de falar a respeito da correspondência que nos enviou”.⁴² No mês seguinte, o redator voltou a se dirigir a outro correspondente: “Ao sr. *Amigo da Razão* declaramos que não podemos inserir a correspondência que nos enviou por conter fatos da vida privada do Cidadão”.⁴³ Esses anúncios revelam que leitores desejavam ver publicadas suas correspondências e, portanto, almejavam que suas opiniões ganhassem publicidade. É possível perceber a existência de contato próximo entre redator e leitor. Este último querendo tornar pública sua palavra; o primeiro interditando textos a fim de garantir controle sobre o impresso que seria oferecido aos leitores.

Em fins do Primeiro Reinado, imprensa e tribuna foram espaços importantes para os embates políticos. Na verdade, desde a abertura dos trabalhos legislativos, em 1826, deputados, juntamente com jornais que davam audiência às suas falas, paulatinamente, minaram o poder simbólico do Imperador d. Pedro I. Um intenso debate impresso colocou em lados opostos jornais governistas e de oposição.

Entre o juramento da Constituição de 1824 e a abertura da Assembléia Geral, decorreram-se pouco mais de dois anos. A falta de unanimidade quanto ao texto constitucional, o dissenso entre setores marginalizados da esfera de decisão e D. Pedro, o ensaio pernambucano de ruptura com o projeto de Império, em 1824, bem como as negociações para o reconhecimento

⁴¹ Apropriamo-nos da linha de investigação proposta por Roger Chartier, em relação à História da Leitura. Segundo este autor, é preciso “reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentam impor uma ortodoxia do texto”. Além disso, é preciso considerar a leitura feita pelos leitores, que não se resume nunca às intenções e armadilhas colocadas pelo fabricante do impresso. CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 121.

⁴² NOVO ARGOS, Ouro Preto, 10 dez. 1829, p. 4. A prática do redator de se justificar aos correspondentes pode ser verificada em outros jornais. Ver: ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 dez. 1827, p. 4.

⁴³ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 22 jan. 1830, p. 4.

internacional da Independência (1825) adiaram o início dos trabalhos legislativos, que se iniciaram em maio de 1826.

Robert Walsh, observador inglês que aqui esteve naquele interstício, relatou que as galerias da Câmara dos Deputados ficavam sempre cheias e que as questões constitucionais empolgavam a todos: “a própria palavra ‘constituição’, pronunciada na Assembléia, é como uma faísca atirada sobre material inflamável, incendiando o espírito de qualquer membro da casa”.⁴⁴ Parte do que era discutido na Assembléia ocupava os jornais e, assim, as discussões permaneciam na ordem do dia e multiplicavam-se.

Exemplo da relação entre tribuna e imprensa pode ser verificado, por exemplo, em inícios do ano de 1827, quando se discutia se os deputados deveriam ou não apresentar resposta à Fala do Trono, na abertura e no encerramento dos trabalhos legislativos. Bernardo Pereira de Vasconcelos aprovava – e defendia na tribuna – a necessidade de resposta por parte dos deputados, argumentando que as falas do imperador d. Pedro I deveriam ser “consideradas como atos ministeriais”.⁴⁵ Sustentava, ainda, que os ministros deveriam esclarecer à Assembléia “todos os pontos obscuros” de sua administração, como no que dizia respeito à Guerra da Cisplatina, segundo ele, assaz desnecessária, cuja consequência era a dilapidação da Fazenda Pública, sem autorização expressa dos deputados. No seu entendimento, sendo a Câmara o símbolo e a concretização da representação nacional, nada mais correto do que a prestação das contas ministeriais à mesma. Tal discussão prolongou-se até fins do Primeiro Reinado.

Em março de 1828, o *Astro de Minas*, numa antecipação do que viria ser discutido na Assembléia daquele ano, dava continuidade a essa discussão e imprimia missivas sobre os negócios públicos, mormente, as obrigações do Executivo para com a Nação. O redator procurava persuadir os leitores de que “é só o povo quem dirige o governo”, motivo pelo qual os negócios da administração deveriam ser publicamente debatidos, a fim de que questões mal iluminadas tornassem claras para toda a sociedade⁴⁶. Uma carta dirigia-se principalmente aos ministros e preservava a figura do imperador. No fundo, tanto nos debates parlamentares quanto nos artigos da imprensa, duas concepções de soberania transpareciam: de um lado a soberania da nação, alicerçada nos cidadãos – e representada pela Câmara eletiva – e de outro, a soberania real,

⁴⁴ WALSH. *Notícias do Brasil*, p. 195.

⁴⁵ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 11 de maio de 1827. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização, introdução e notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 45.

⁴⁶ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 mar. 1828, p. 1-2.

centrada na figura do Imperador⁴⁷. Tais debates levaram a um confronto, inicialmente indireto, entre a Câmara e o Poder Executivo. E a imprensa teve papel importante nesse processo.

Acrescente-se que artigos originalmente impressos em jornais de outras províncias, sobretudo do Rio de Janeiro, eram constantemente reproduzidos em periódicos de Minas Gerais, permitindo múltiplas leituras e potencializando o debate. Esses jornais continham pouco do que poderíamos chamar hoje de *notícia*. Preocupavam-se mais em formar opiniões do que informar e dedicavam-se a analisar questões de ordem geral, forjando e criando significados para vocábulos políticos e, ao mesmo tempo, definindo um programa de ação. Nesse sentido, a imprensa tanto ajudou a moldar a percepção que os contemporâneos tinham dos acontecimentos, quanto foi um componente de transformação da realidade.

Entre 1828 e 1831, a linguagem utilizada pelos liberais moderados⁴⁸ tendeu a se radicalizar: inicialmente, as críticas tinham como alvo os ministros de Estado, preservando-se a imagem do imperador, mas, no curso de debate, D. Pedro acabou sendo identificado como um *Déspota*, como o símbolo de um passado que cabia superar.

Foi muito comum que correspondências publicadas nos periódicos dirigissem-se indiretamente ao monarca, imputando-lhe auto-engano e propondo reorientá-lo na condução dos negócios públicos. Uma carta do *Ástrea*, reproduzida no *Astro de Minas*, exemplifica as estratégias discursivas em pauta. Seu autor dizia que, tanto jornais liberais quanto os governistas, cometiam o erro de se dirigirem ao imperador utilizando o termo “Soberano”. Argumentava que tal designação incomodava ao próprio D. Pedro I, afrontando sua constitucionalidade. Partindo de excerto da Constituição do Império, que ressaltava que “todos os Poderes vem da Nação, ou que nela reside a Soberania”, comentava que designar o imperador de “Soberano” era indigno tanto ao próprio, quanto aos “Cidadãos” que, assim, eram classificados como desconhecedores dos seus próprios direitos, afinal, tal vocábulo era atribuído à Augusta Pessoa contra a “nossa e a Sua própria vontade”⁴⁹, uma vez que contradizia os preceitos constitucionais por todos referendados.

Essas correspondências tendiam a produzir um clima de opinião⁵⁰ desfavorável à situação política do Império, cujo “futuro [seria] pouco lisonjeiro”⁵¹. E alçavam os redatores liberais

⁴⁷ RIBEIRO & PEREIRA. *O Primeiro Reinado em revisão*, p. 141.

⁴⁸ O problema das identidades políticas dos redatores e homens públicos encontra-se em: ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 79-122. Ver também: MOREL. *Transformações dos espaços públicos*, p. 61-147 e BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 595-620.

⁴⁹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 mar. 1828, p. 2.

⁵⁰ Utilizamos a expressão na mesma acepção que Robert Darnton que, analisando a presença e o papel dos impressos, sobretudo dos “livros filosóficos” (na verdade, livros de conteúdo libertino) na França pré-revolucionária, considerou “clima de opinião” como uma etapa, um conjunto de atitudes importante para a formação da opinião

oposicionistas (e os deputados eleitos) à categoria de verdadeiros guardiões das instituições representativas. O debate entre os jornais governistas e de oposição polarizou ainda mais as opiniões.

Octávio Tarquínio de Souza⁵², biógrafo de D. Pedro I, ressaltou que, no intenso debate que antecedeu à Abdicação, o imperador – nem sempre afeito à liberdade de imprensa –, subvencionou jornais para responder aos ataques feitos por outros ao governo, sendo ele, também, um polemista agressivo⁵³. Coincidência ou não, em 1829, veio a lume, na Vila de São João Del Rei, o *Amigo da Verdade*, cujo objetivo era claramente defender o governo dos ataques perpetrados pelos jornais de oposição, principalmente o *Astro de Minas*. Os artigos publicados nesses jornais e as referências recíprocas revelam as polêmicas suscitadas pela leitura e *crítica*, entendida, aqui, na mesma acepção que possuía na época, ou seja, a “arte de ajuizar o que os outros escreveram, discernindo o bom do mal”⁵⁴.

Antes do início da publicação do *Amigo da Verdade*, circularam por São João Del Rei boatos de que uma nova tipografia – que imprimiria o periódico intitulado *Imparcial Mineiro* – passaria a dividir as atenções do público leitor com o único periódico existente na localidade⁵⁵. Segundo rumores, algumas pessoas estariam insatisfeitas com o que se publicava no *Astro de Minas*, insatisfação esta verificada nos “ajuntamentos”, nos “pequenos círculos” e nas “conversações”⁵⁶ do dia-a-dia, o que era motivo suficiente para que o novo jornal trouxesse aos leitores uma visão alternativa das discussões então encetadas. O correspondente do *Astro de Minas*, por sua vez, objetava a suposta incompatibilidade de opiniões existentes na localidade, afirmando que uma “polêmica literária [só] se criará de fato entre dois Periódicos, que ora se quer inculcar de rivais, quando nenhuma razão há para que não defendam a mesma causa”⁵⁷, isto é, a Constituição, o Imperador e todas as garantias e direitos consagrados no texto constitucional. O autor via positivamente o debate entre periódicos e ressaltava a possibilidade de construção de consenso através da discussão:

Se a ideia de ser útil a Pátria, foi o estímulo da criação deste estabelecimento [tipográfico], em breve terão seus autores a grata recompensa dos seus benefícios; porque uma polêmica bem dirigida trará a ilustração ao seio dos

pública. Ver: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionaria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 255.

⁵¹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 09 out. 1828, p. 3.

⁵² SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. 10 vol. Rio de Janeiro: José Olympio, Edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

⁵³ _____. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. III, p. 225.

⁵⁴ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832.

⁵⁵ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 28 abr. 1829, p. 3.

⁵⁶ _____. 28 abr. 1829, p. 3.

⁵⁷ _____. 28 abr. 1829, p. 3.

partidos, e depressa veremos os próprios inimigos dando-se as mãos a bem dos sagrados direitos do homem e da sociedade.⁵⁸

O periódico que viria a debater com o *Astro de Minas* não levou o nome de *Imparcial Mineiro*, como diziam os boatos, mas, sim, *Amigo da Verdade*, que já no primeiro número afirmava que “era mister que houvesse uma nova Tipografia, onde os atacados pudessem justificar e defender-se das inventivas e impropérios que a cada passo achavam semeados” no *Astro de Minas*. Fariam, por isso, “brilhar a verdade por meio da discussão”.⁵⁹

Logo que veio a público, o *Amigo da Verdade* se colocou como defensor do Imperador e do Ministério em contenda originada na Câmara dos Deputados, quando da abertura dos trabalhos legislativos, em abril de 1829. Como em 1824, a província de Pernambuco torna-se o centro das atenções. Em 01 fevereiro de 1829, no interregno parlamentar, um pequeno grupo de pessoas, em represália às violências policiais em Recife, promoveu tumultos de rua em Afogados. Alguns arrombaram a cadeia de Santo Antônio com vivas à República e conlamações para que a população aderisse a um levante. Ao que parece, o tumulto não se estendeu pelos dias que se seguiram e muitos dos envolvidos fugiram para o interior da Província temendo a repressão⁶⁰. O governo, a exemplo do que fizera em 1824, suspendeu as garantias constitucionais em Pernambuco, abriu devassa para investigar os envolvidos e criou uma comissão militar para atuar na Província. Em seguida, ofícios foram enviados aos presidentes de províncias relatando o caso e pedindo medidas preventivas contra possíveis “facciosos”. Em março de 1829, o presidente de Minas Gerais, João José Lopes Ribeiro, já estava intelectuado do caso e prometia utilizar todos os meios para se evitar “atos perturbadores da ordem”⁶¹.

Na Câmara, o caso ficou conhecido como “República dos Afogados” e foi tratado pelos deputados oposicionistas como um levante burlesco, sem muita importância. Já as medidas tomadas pelo governo foram debatidas com afinco. Bernardo Pereira de Vasconcelos e outros deputados, dispostos a colocar ministros no banco dos réus, exigiam explicações para a suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco, enquanto que os últimos esquivavam-se para não dar explicações sobre o ocorrido. A discussão transformou-se numa verdadeira cruzada contra o Ministério e contra o “invento infernal” das Comissões Militares⁶².

⁵⁸ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 28 abr. 1829, p. 3.

⁵⁹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 12 maio 1829, p. 8.

⁶⁰ SOUZA. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5, p. 83; FONSECA, Silva Carla Pereira de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *SAECULUM*, João Pessoa, n. 14, jan./jun. de 2006, p. 71. Captado em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos04_fonseca.pdf. Acesso: 08/07/2008.

⁶¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 12 maio 1829, p. 5-6.

⁶² SOUZA. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5, p. 83-92.

O *Amigo da Verdade* procurou defender a ação governista “contra os inimigos do sistema de Governo Monárquico-Constitucional” assegurando as “boas intenções do Imperador” em combater “princípios anárquicos e subversivos”,⁶³ aconselhando os oposicionistas que evitassem lançar “sempre a odiosidade em todos os atos [do governo] antes de examinar suas verdadeiras causas”.⁶⁴ Pouco após o início dos debates parlamentares, esse periódico imprimiu outro “artigo comunicado” posicionando-se sobre o levante. O missivista procurava prevenir o “Povo Brasileiro” contra discurso demagógico dos liberais oposicionistas⁶⁵. Segundo o autor do artigo, os últimos acontecimentos ocorridos em Pernambuco tinham como causa o ensejo e a “licença escandalosa” dos escritores alcunhados de oposição, que “julgam ter largo terreno”⁶⁶ para difundir falsos sofismas e sarcasmos, tendendo a “abalar a confiança dos povos, para melhor perturbarem a ordem estabelecida”.⁶⁷ Acrescentava, ainda, que o objetivo desses escritores, supostamente “defensores das liberdades públicas”, era derrubar a Monarquia Constitucional para em “seu lugar lançar o republicanismo”.⁶⁸

Os liberais moderados, por seu turno, retrucavam. Bernardo Pereira de Vasconcelos, na tribuna da Câmara, em abril de 1829, descrevia o terrível quadro em que o Brasil se encontrava enfatizando a desastrosa interferência de ministros e diplomatas do Império nos assuntos internos de Portugal; a possibilidade de chegada de emigrados portugueses; as somas de dinheiro desprendido com a questão portuguesa; a situação de penúria do Banco do Brasil; a má administração ministerial e a falta de informações sobre os gastos públicos; e as acusações falsas dos “periódicos ministeriais”, principalmente, o anúncio sobre a existência de “planos de republicanismo em diversas províncias”.⁶⁹ Vasconcelos pugnava que tais planos não eram mais que “embustes de tais periódicos e de seus colaboradores”⁷⁰ e encerrava, dirigindo-se aos seus pares de maneira otimista, ou quem sabe sarcástica: “não desanimemos, senhores; a nação brasileira tem muitos recursos, e logo que o grande monarca brasileiro encontre um ministério digno de sua inteira confiança, o Brasil há de sair de seus embaraços atuais, e brevemente florescer”.⁷¹ O deputado, naquele momento colocava sob suspeita os ministros, mas preservava a imagem do imperador.⁷²

⁶³ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 maio 1829, p. 3-4. Em itálico no original.

⁶⁴ _____. 08 maio 1829, p. 3-4.

⁶⁵ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁶ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁷ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁸ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁹ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 06 de abril de 1829. In: VASCONCELOS. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 196.

⁷⁰ DISCURSO..., sessão de 06 de abril de 1829, p. 196.

⁷¹ _____. sessão de 06 de abril de 1829, p. 197.

⁷² _____. sessão de 06 de abril de 1829, p. 197.

O *Astro de Minas* também não pouparia críticas aos “periódicos ministeriais”. Um correspondente comentava que, quanto mais eram atacados os periódicos liberais, com ameaças de levar redatores a júri, mais prestígio esses jornais adquiriam e concluía chamando a atenção dos leitores para o cuidado que se devia ter para com as idéias difundidas pelos órgãos impressos que apoiavam o governo:

Ainda que a nossa Província de Minas, seja hoje, depois da do Rio de Janeiro e S. Paulo a que goze de mais independência, por se haver acostumado o povo as regras cimentadas pela Constituição, com tudo muito cuidado deve haver em que mãos (...) redatores não tomem a direção dela, incutindo pelos seus jornais idéias subversivas da ordem estabelecida.⁷³

O redator do *Astro* imputava aos periódicos ministeriais as mesmas acusações que sofria. Não seriam os liberais, segundo o autor, os responsáveis por difundir idéias subversivas, mas sim os redatores da situação. O padre Antônio José Ribeiro Bhering, por seu turno, no *Novo Argos*, sustentava que o plano dos “escritores servis vendidos ao Poder era menoscabar com negras calúnias o crédito dos Deputados liberais”, pretendendo “tornar o Brasil ao antigo sistema [isto é, o absolutismo], conservando-lhe as insígnias e vestes constitucionais”.⁷⁴ O padre contestava, ironicamente, ainda, a denominação “ministeriais” conferida a tais escritores. No seu entendimento, escritor ministerial deveria ser aquele que oferecia ao público os atos do governo, defendendo-o de qualquer censura por parte da oposição, por meio de “sólidos argumentos”.⁷⁵ Mas nenhum escritor governista possuía essa qualidade, uma vez que, ao invés de produzir o consenso por meio da discussão, preferia-se atacar os liberais alcunhando-os de republicanos.

Bhering acrescentava, noutro exemplar de seu jornal, que ante as diversas tentativas, sem sucesso, de fazer calar os escritores liberais, procurando levá-los a prestar contas à justiça, como teria ocorrido com o redator da *Ástrea*, restou o plano de enviar a todas as províncias do Império escritores com o fito de “combater os Jornais Livres e incensar todas as Autoridades, dispor os ânimos dos Povos ao feliz acolhimento da primeira voz que mandasse calar a Imprensa”.⁷⁶ Ribeiro Bhering não atribuiu o plano em curso, de contratar “escritores de encomenda” a ninguém, embora o texto permitisse a interpretação de que se tratava do próprio D. Pedro I. Por outro lado, o padre redator, a princípio, não via negativamente a existência de redatores encarregados de defender o governo, conquanto a polêmica, o debate, resultasse no “melhoramento dos negócios”.⁷⁷ Na prática, no entanto, a atuação de jornalistas subvencionados pelo governo poderia resultar, segundo o padre, no retorno do absolutismo, uma vez que esses

⁷³ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 14 maio 1829, p. 3.

⁷⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 17 nov. 1829, p. 2.

⁷⁵ _____. 10 dez. 1829, p. 3.

⁷⁶ _____. 18 dez. 1829, p. 1.

⁷⁷ _____. 18 dez. 1829, p. 2.

escritores criticavam a liberdade de imprensa que, para Bhering, era o baluarte das instituições liberais.

O redator do *Novo Argos* argumentava, assim como Batista Caetano de Almeida, que o aparecimento de jornais governistas vinha produzindo efeitos contrários aos desejados pelos últimos, quais sejam: a criação de novas folhas “liberais”; o aumento do número de assinantes das já existentes; o maior interesse do público pela leitura e pela polêmica suscitada; e, por consequência, a polarização das opiniões⁷⁸. Note-se que os redatores ressaltavam, a princípio, a positividade do debate em curso, a dimensão comunicativa e dialógica da política, a possibilidade de construção do consenso através da força do melhor argumento – e, portanto, que o campo da política é o campo do diálogo no plural, enfatizando a força da palavra na constituição do mundo público⁷⁹.

Neste contexto de debate, o termo “Tribunal da Opinião Pública” aparecia com frequência nos jornais. Os redatores dos jornais de oposição recorriam a essa expressão a fim de delimitar qual deveria ser o papel dos escritores e da imprensa, qual seja, censurar o governo e instruí-lo, julgar e esclarecer. Em suma: uma das funções dos escritores que frequentemente colaboravam nos jornais seria o apontamento dos erros da administração, através da publicidade e discussão das ações governamentais⁸⁰. Os jornais governistas, como vimos, destacavam o efeito pernicioso dessa esfera de discussão, sobretudo por sua incapacidade de emitir julgamentos imparciais e por questionar o *status quo*⁸¹, modificando, como afirmou Luciano Moreira, a “relação que as pessoas estabeleciam com os poderes e com as instituições”.⁸²

As “vozes das ruas”: os jornais entre manuscritos e boatos

Uma avaliação pormenorizada da imprensa permite-nos, também, perceber que no contexto da Abdicação, os jornais interagiam com outras formas de comunicação, com destaque para os pasquins e panfletos manuscritos, afixados na calada da noite em locais públicos e lidos no dia seguinte, coletivamente, causando enorme alarido. Alguns desses manuscritos continham conteúdo altamente explosivo.

O *Novo Argos*, de 26 de dezembro de 1829, informa-nos que um panfleto teria sido introduzido debaixo da porta da residência do Sr. Martins, provavelmente juiz de paz, no qual

⁷⁸ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 18 dez. 1829, p. 2-3.

⁷⁹ ARENDT. *Que é liberdade?* p. 188-220; HABERMAS, Jürgen. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: ROUANET, Sérgio Paulo; FREITAG, Bárbara (orgs.). *Habermas: sociologia*. São Paulo: Ática, 1980, p. 100-118.

⁸⁰ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 15 set. 1830, p. 12.

⁸¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 mar. 1829, p. 1-2. Ver: ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 99-102.

⁸² MOREIRA. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*, p. 203. No capítulo 4 deste trabalho, o autor se detém nas lutas simbólicas em torno da expressão “opinião pública”.

constava denúncia às autoridades sobre a existência de uma conspiração republicana contra o governo. Deputados, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho, figuravam entre os arquitetos do plano. O manuscrito teria sido apresentado a outra autoridade de Sabará, que aconselhou ao Sr. Martins que o queimasse. A notícia espalhou-se pela redondeza e chegou a Ouro Preto, provavelmente, trazida pela mesma autoridade que aconselhou a destruição do panfleto.

Embora anônimo, é possível perceber que o panfleto inseria-se no intenso debate travado entre os “liberais” e seus adversários, pois, o redator do *Novo Argos*, declaradamente liberal, não se furtou a construir sua interpretação sobre o ocorrido. Segundo ele, o panfleto era fruto de intrigas perpetradas pelos redatores do *Telégrapho*, periódico ao qual se opunha. Acrescentou, ainda, que a autoridade que teve acesso ao manuscrito pensava em publicá-lo nesse jornal, mas que não conseguiu obter uma cópia, visto que aquele que portou o panfleto, em Sabará, não o tinha mais em mãos.

É interessante notar como se deu o fluxo da informação. Primeiramente, o manuscrito foi introduzido por debaixo das portas de algumas casas; posteriormente, foi lido por outras pessoas daquela vila. A notícia se espalhou, chegando a Ouro Preto e motivando outro artigo, no qual o redator do *Novo Argos* procurava construir sua versão sobre os fatos e transmiti-la aos leitores de seu jornal⁸³.

Em outros casos, no entanto, esse procedimento podia incendiar as ruas. Foi o caso dos pasquins que apareceram em Mariana, em 1831⁸⁴. Correspondência publicada no *Universal* dava notícia de que, nos primeiros dias do mês de março, apareceram alguns pasquins na cidade, que foram copiados por diversas pessoas e distribuídos para vários lugares. Nesses, mais uma vez, pessoas eram acusadas de tramarem um plano republicano. Nos manuscritos, constava uma lista com nomes de algumas autoridades da Província, incluindo alguns redatores de jornais, como Antônio José Ribeiro Bhering e Manoel Berardo Nunan, redator do *Estrella Mariannense*. Só que, dessa vez, os escritos não tratavam somente de um possível plano contra D. Pedro I, mas de assuntos, também, bastante delicados. Constava que as pessoas elencadas pretendiam “escravizar os Pardos”.⁸⁵ A notícia causou alvoroço na cidade e, em 10 de março, um grupo de 10 ou 12 pessoas teria se dirigido à casa do redator Manoel Berardo Nunan para “tomar desforra” no caso. Por esse motivo, o redator publicou nota esclarecedora sobre o ocorrido.

⁸³ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 26 dez. 1829, p. 2.

⁸⁴ O relato que se segue baseou-se nos seguintes periódicos: O UNIVERSAL do dia 07 mar. 1831 e ESTRELLA MARIANNENSE dos dias 15 e 21 mar. 1831 e 08 abr. 1831.

⁸⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 21 mar. 1831 p. 179.

Mais uma vez, os adversários políticos dos “liberais”, alcunhados ora de “corcundas” ora de “absolutistas”, foram responsabilizados pelos pasquins e pelo alvoroço provocado pela mensagem neles contida. Dessa vez, o redator do *Estrella* cobrava providências do juiz de paz, apesar de o autor dos pasquins ter se mantido no anonimato. Sustentava que, “segundo a voz pública”, esses papéis teriam sido “escritos aqui por hábil escritor pela semelhança que tem na letra com os demais [escritos] que ainda continuavam a aparecer”⁸⁶ pelas ruas.

Se o modo como circularam esses papéis não era estranho às formas de comunicação do universo colonial⁸⁷, o conteúdo desses escritos merece consideração por tocar em duas questões relevantes no contexto de consolidação do Estado e da nação brasileiros: os temas da escravidão e da república.

Para os liberais mineiros, fossem eles moderados ou conservadores, ser alcunhado de republicano ou de ser adepto ao republicanismo, era, no mínimo, ofensivo. O redator do *Novo Argos* chegou mesmo a afirmar que seus adversários desejavam, de fato, estigmatizar os liberais, ao chamá-los de republicanos⁸⁸. No discurso dos próprios liberais, os termos “república” e “republicanismo” associavam-se à revoltas e à possibilidade de mudança drástica da ordem social. Muitos associavam o termo “república” à “anarquia” e à “revolução”⁸⁹. Assim, republicanismo lembrava tanto o espírito revolucionário de 1792, quanto a Insurreição Pernambucana de 1817 e mesmo a Confederação do Equador de 1824⁹⁰.

Quanto à escravidão, a questão era ainda mais complexa. Durante o período colonial e mesmo nas primeiras décadas do século XIX, os termos *negro* e *preto* eram utilizados exclusivamente para designar escravos e forros. O termo *pardo* foi utilizado inicialmente para “designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles”.⁹¹ Mas seu significado se ampliou na medida em que era preciso dar conta de uma população para a qual não era cabível a classificação de *negro* ou *crioulo*, pois estas tendiam a “congelar socialmente a condição de escravo e ex-escravo”⁹². A designação de *pardo* passou a relacionar, então, a emergência de uma população livre de ascendência africana, não

⁸⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 21 mar. 1831, p. 179. Nos dois casos analisados, o argumento para sustentar que os manuscritos teriam sido escritos por pessoas ligadas ao *Telegrapho* foi a coincidência nas letras.

⁸⁷ Um bom exemplo da prática de distribuição de papéis pelas ruas pode ser encontrado nos *Autos de devassa da prisão dos letreados fluminenses* em 1794. Ver: ALMEIDA, Raphael Rocha de. Romances e a formação de um clima de opinião no Rio de Janeiro em 1794. In: ABREU, Márcia. *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/Mercado das Letras, 2008, p. 329-350.

⁸⁸ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 29 jan. 1830, p. 1-2.

⁸⁹ Como analisou Renato Lopes Leite, desde o período da Independência, a palavra república guardava um sentido pejorativo e muitos pensadores eram cautelosos em relação ao uso do termo. LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 43.

⁹⁰ Ver: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 09 ago. 1824, p. 363.

⁹¹ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 17-18.

⁹² _____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*.

necessariamente mestiça, mas para a qual, por algumas gerações, já não havia o estigma da escravidão, mas a memória dela e as restrições civis que implicava. Assim, o termo *pardo* sinalizava, de um lado, para uma diferenciação em relação à população escrava e liberta, e, de outro, para discriminação em relação à população branca.

No texto constitucional, uma das restrições para o exercício da cidadania era ter nascido “ingênuo”, isto é, não ter nascido escravo. Assim, os descendentes de escravos libertos poderiam (caso tivessem renda) exercer seus direitos políticos, sendo, nesse caso, alçados a categoria de cidadãos. Cotidianamente, no entanto, a condição de *pardo* colocava essas pessoas, constantemente, como suspeitas, uma vez que poderiam ser confundidas com escravos. Assim, a menção à possibilidade de que pardos fossem escravizados, difundida nos pasquins distribuídos em Mariana, era extremamente explosiva. O caso revela, primeiramente, que não foi possível evitar que debates políticos atingissem um conjunto de pessoas que a “boa sociedade” desejava ver fora do jogo político: “a malta de todas as cores”.⁹³ Na verdade, durante todo o Primeiro Reinado, como demonstrou bem Gladys Sabina Ribeiro, a problemática social permeou os conflitos políticos, muitos dos quais travestidos de rixas anti-discriminatórias⁹⁴.

O redator do *Estrella Mariannense* se sentiu na obrigação de se defender publicamente diante dos boatos decorrentes da leitura dos pasquins. Por isso, em 15 de março de 1831, publicava texto de próprio punho no qual afirmava que os “absolutistas” desejavam indispor “contra nós [os liberais] a gente de cor”. Mas os pardos, conforme o redator, “são nossos patrícios”, pois desde a Independência deveriam ser considerados “cidadãos”, portadores dos mesmos direitos e iguais perante a lei: “nós amamos e respeitamos os pardos como cidadãos, sabemos avaliar os talentos e as virtudes como vivo distintivo dos homens na sociedade”.⁹⁵

Esse caso permite-nos indagar qual seria o público-leitor ideal para os redatores dos periódicos. Consideremos, como sugeriram os redatores liberais, que os pasquins tenham sido escritos por alguém ligado ao jornal conservador. A estratégia de introduzir no debate os *pardos* tinha objetivo claro: atacar e coagir os liberais. Nesse caso, a população livre e de cor passava a fazer parte do embate político como aqueles “desclassificados sociais” que representavam um perigo interno para as elites desde o século XVIII⁹⁶; constituíam, para os conservadores, um grupo social passível de manipulação com fins específicos, qual seja, pôr em xeque a legitimidade do discurso liberal.

⁹³ MATTOS, Ilmar Rohloff & GONÇALVES, Maria de Almeida. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2001, p. 8 e 25.

⁹⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 243-325.

⁹⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 mar. 1831, p. 173-174.

⁹⁶ SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Segundo o redator do *Estrella Mariannense*, a possibilidade de os pardos serem levados ao cativeiro só fazia sentido “em cabeças as mais desarranjadas”, na “gente incauta” e que não dispunha da razão necessária para entrar nas discussões encetadas. Não por acaso, aconselhava: “observem quem são os que espalham essas notícias” e “reflitam sobre a impossibilidade de escravizar homens livres”⁹⁷, alerta cujo objetivo era apaziguar os ânimos dos supostamente ofendidos.

Há que se observar que a circulação de manuscritos pelas ruas das vilas e cidades mineiras permitia a propagação de assuntos que normalmente não eram encontrados nos órgãos impressos. No caso em questão, pode-se dizer que os pasquins tinham, para aqueles que os escreviam, uma vantagem sobre os jornais – considerando-se, aqui, os objetivos que se pretendiam alcançar. Primeiramente, podiam ser escritos, copiados e lidos rapidamente, chegando ao público em tempo inferior ao dos jornais (considerando-se que os jornais tinham periodicidade pré-estabelecida). Em segundo, os pasquins podiam ser facilmente destruídos, dificultando, assim, o comprometimento do suposto autor. Mas os manuscritos não excluíam o impresso e vice-versa. De fato, tais papéis relacionavam-se ao campo dos impressos, pois o conteúdo de um repercutia no outro. Analisados em conjunto, revelavam a dimensão e o alcance dos debates entre diversas faixas da população. O que estava em jogo, nesses casos, eram o combate político e os critérios de inclusão e exclusão em relação à cidadania. Como observou Marco Morel, analisando os *papéis incendiários* na Corte Imperial, esses embates revelam a presença de “um conjunto ampliado de protagonistas”⁹⁸, cada qual demarcando seu próprio espaço de atuação e apropriando-se, à sua maneira, dos escritos em circulação.

Outras estratégias de crítica política e a radicalização da crise

Em anos finis do Primeiro Reinado, foi comum, também, que periódicos impressos em Minas Gerais trouxessem, ao final de cada exemplar, textos curtos intitulados *anedotas*, *pensamentos* ou *máximas*. Esses textos tinham uma característica peculiar. Era-lhes reservado espaço específico nos jornais (fim da última página); vinham antecedidos por títulos em maiúsculo (protocolo de leitura para facilitar sua identificação pelos leitores); traziam uma história curta cujo efeito poderia ser cômico, sarcástico ou irônico; e, aludiam sempre a questões em discussão naquele interstício.

⁹⁷ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 mar. 1831, p. 174.

⁹⁸ MOREL. *Transformações dos espaços públicos*, p. 229-230.

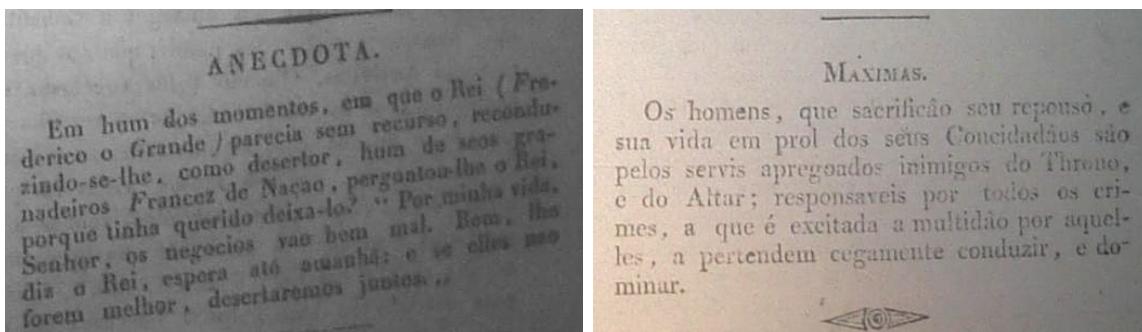


Imagen 1 - Seção “Anecdota”, do *Astro de Minas*, de 14 de maio de 1829.

Imagen 2 - Seção “Máximas”, do *Estrella Mariannense*, de 20 de maio de 1830.

Esses textos possuíam um inusitado ingrediente de crítica política. O *Estrella Mariannense*, em maio de 1830, trazia excerto cuja mensagem era que os homens que sacrificavam seu repouso em prol de seus concidadãos, ou seja, deixavam os afazeres particulares para exercerem a vida pública, em benefício do bem comum, vinham sendo responsabilizados, pelos “inimigos do trono”, por praticar crimes contra a nação; mas, na verdade, aqueles que os acusavam tinham em mente conduzir e dominar o povo⁹⁹.

Já o *Astro de Minas*, que manteve a seção de anedotas com certa regularidade, pelo menos entre 1828 e 1831, contava uma pequena história cujo personagem era Frederico, O Grande. Segundo o excerto, o Imperador, num momento em que seu reino enfrentava uma crise, travava diálogo com um antigo companheiro de batalha que, naquele momento, pensava em desertar. O monarca perguntava ao homem o motivo daquela atitude, e este respondia que desertava porque os negócios iam “bem mal”.¹⁰⁰ O rei, então, pedia ao homem que esperasse até o dia seguinte para, caso a situação não tivesse melhorado, o dois desertarem juntos.

Os exemplos acima não tinham nada de inocente. Foram impressos pouco após a abertura dos trabalhos legislativos. O texto do *Estrella* fazia alusão despotismo ministerial. A anedota publicada no *Astro de Minas* permitia a associação entre a figura de Frederico, O Grande, Rei da Prússia, e D. Pedro I. O primeiro, não conseguindo contornar a situação de crise que enfrentou, cogitou abrir mão do trono, deixando-o juntamente com outros companheiros de batalha. Aos leitores caberia interpretar se D. Pedro I faria o mesmo.

Quando, em 1830, José Clemente Pereira, figura impopular e odiada pelos liberais moderados, foi admitido como deputado, o padre Antonio Bhering prognosticou: “o ano de

⁹⁹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 20 maio 1830, p. 12.

¹⁰⁰ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 14 maio 1829, p. 4.

1830 vai produzindo fenômenos, que estão fora ao alcance do *Novo Argos*¹⁰¹. Na ocasião, circulava pela Província o boato de que D. Pedro I cogitava utilizar-se do Poder Moderador para dissolver a Assembléia. Bhering advertia os leitores que tal atitude poderia produzir catástrofe ainda maior, lembrando o que se sucedeu, em Pernambuco, quando da dissolução da Constituinte de 1823¹⁰².

Em outubro de 1830, quando os jornais da Província começaram a noticiar a queda de Carlos X e a ascensão de Luiz Filipe d' Orleans, na França, os ânimos se exacerbaram¹⁰³. O motivo da Revolução em França teria sido, segundo versão corrente, a tentativa de dissolução da Assembléia pelo rei, ato classificado como despótico e arbitrário¹⁰⁴. A partir de então, associações entre as jornadas revolucionárias ocorridas alhures e a situação política do Império do Brasil tornaram-se habituais. Carta impressa no *Estrella Mariannense* atribuía aos ministros de Carlos X parte da culpa pelo seu desastre político e, pontualmente, assegurava que D. Pedro I não agiria da mesma forma¹⁰⁵. Correspondências posteriores viriam questionar a inviolabilidade da pessoa do monarca, utilizando-se, mais uma vez, do caso francês. Um missivista, cognominado *Observador Marianense*, persuadia os leitores de que a inviolabilidade dos monarcas, na Europa liberal, só subsistia mediante o devido respeito em relação aos preceitos constitucionais; caso contrário, o povo poderia retomar, por meio da força, o poder soberano¹⁰⁶.

Nesse momento, a crítica política aproximava-se, cada vez mais, da figura do Imperador. Jornais mineiros passaram a dar ampla publicidade a excertos de folhas como o *Repúblido* e o *Observador Constitucional*, cuja linguagem radicalizava-se. Textos diziam abertamente não haver mais lugar para tiranos como Carlos X. Outros correspondentes lembravam que muitos reis nasciam acostumados à corrupção desde o berço, ausência moral difícil de contornar¹⁰⁷. Quando em novembro de 1830, o jornalista Líbero Badaró, responsável pelo *Observador Constitucional*, foi assassinato, supostamente, por dois alemães, o grito de que “morre um liberal, mas não morre a liberdade” ecoou na maioria das províncias, sendo reproduzido em vários jornais de Minas Gerais. Exequias e necrológios ao jornalista tiveram lugar de destaque, por exemplo, no *Estrella Mariannense*, que também advertia os mineiros quanto ao abuso das autoridades:

¹⁰¹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 19 jun. 1830, p. 4.

¹⁰² _____. 26 jun. 1830, p. 3.

¹⁰³ A notícia da queda de Carlos X, em agosto de 1830, chegou ao Rio de Janeiro, segundo Octávio Tarquínio de Souza, em 14 de setembro. Pouco menos de um mês após as primeiras notícias, o fato era comentado pelos jornalistas mineiros. Ver: SOUZA. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5, p. 102.

¹⁰⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 14 out. 1830, p. 4.

¹⁰⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 18 out. 1830, p. 95.

¹⁰⁶ _____. 30 out. 1830, p. 101.

¹⁰⁷ _____. 06 dez. 1830, p. 121-124.

Se os Mineiros, isto é, (aqueles em quem residem verdadeiros sentimentos de honra) conheciam as tramas urdidas por essa ignóbil porção de Brasileiros desnaturalizados, se o veneno dessa hidra feroz não pode insinuar-se em seus peitos, convém, que se disponham em fazê-la desaparecer, e jamais consentir, que o seu pestilento hálito venha poluir a nossa Província.¹⁰⁸

Em fins de 1830 e inícios de 1831, a crítica política presente nesses jornais exacerbou-se. O *Astro de Minas*, no início de março de 1831, atacava diretamente o Imperador e as pessoas de seu círculo pessoal¹⁰⁹. No exemplar seguinte, ressaltava que “quando a opinião pública não apoia a autoridade da Monarquia [isto é, D. Pedro I], o governo é atacado em seus fundamentos”.¹¹⁰

Nesse mesmo interstício, chegou a Minas Gerais a notícia da demissão do presidente da Província, José Manuel de Almeida. A decisão foi atribuída a pessoas “mal intencionadas”, ligadas ao Imperador, que, em clubes noturnos, tramavam a ruína da nação brasileira. Nota de indignação, publicada no *Estrella Mariannense*, dizia que o governo de D. Pedro I queria ver até onde ia a paciência dos povos diante de tantos desastres políticos. O redator dava alento à existência de um “gabinete secreto”, personificado na pessoa de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, odiado pelos liberais da oposição¹¹¹.

Foi diante desse clima de hostilidade que se deu a vinda do Imperador à Província. Reza a tradição que vários foram os motivos para a viagem do Imperador a Minas Gerais. Um desses, certamente, era a tentativa de refazer a confiança da sociedade política e fortalecer sua ação no âmbito nacional. Acrescente-se que o Imperador buscava apoio para a reeleição de Silva Maia, deputado governista, contra qual trabalhava com ardor Bernardo Pereira de Vasconcelos¹¹².

A recepção a D. Pedro I foi um misto de formalidade, indiferença e afronta. No jornal de Mariana, sua estada na Cidade dividiu espaço com homenagens ao jornalista assassinado. Certo padre que teria dado vivas ao imperador foi obrigado por outras pessoas a dar vivas também à Constituição¹¹³. A proclamação que D. Pedro I fez, em 22 de fevereiro de 1831, na capital da Província, não surtiu o efeito desejado. Jornais de oposição comentaram-na ressaltando que a mesma foi publicada no *Telégrapho* (órgão de tendência conservadora), o que demonstraria, segundo os redatores de oposição, que o Imperador não sabia ou não queria ouvir a verdade¹¹⁴.

¹⁰⁸ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 23 dez. 1830, p. 134.

¹⁰⁹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 03 mar. 1831, p. 4.

¹¹⁰ _____. 08 mar. 1831, p. 4.

¹¹¹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 07 jan, 1831, p. 139-140.

¹¹² IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 2, 8^a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 p. 390-391.

¹¹³ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 01 fev. 1831, p. 153-156.

¹¹⁴ _____. 08 mar. 1831, p. 165-167.

O retorno antecipado do monarca foi mais um dos sucessivos eventos já bastante conhecidos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, D. Pedro I presenciou vários tumultos de rua que fugiram ao controle das autoridades¹¹⁵. Na ocasião, noticiou-se, em Mariana, que Batista Caetano de Almeida, juntamente com o redator da *Aurora Fluminense* (Evaristo da Veiga), teria sido insultado na capital do Império¹¹⁶. Na Chácara da Floresta, residência do padre José Custódio Dias, local onde o grupo ligado a Evaristo da Veiga costumava se encontrar, foi redigido um ultimato ao Imperador.

Ao mesmo tempo, a insurreição das ruas, da qual participaram diversos setores sociais, fez implodir o resquício de legitimidade que ainda restava. Na Vila do Príncipe, conta-nos Teófilo Ottoni, que em abril de 1831 a notícia das “lutuosas cenas das garrafadas” foi o estopim para que centenas de pessoas se reunissem no paço da Câmara Municipal a fim de subscrever documento de compromisso à “causa da pátria e da liberdade”.¹¹⁷ Os reunidos exaltavam a segurança individual e as garantias constitucionais. Segundo a versão do protagonista, um grupo de senhoras teria ofertado jóias e serviços à “revolução”, demonstrando envolvimento nas reuniões patrióticas que empolgavam a todos.¹¹⁸

Quando a Abdicação foi noticiada em Minas Gerais, o evento foi interpretado como o direito de resistência da nação ao abuso de poder¹¹⁹. Uma nova ordem inaugurava-se. E uma nova onda política tomaria as ruas.

Como procuramos demonstrar, a criação de novos jornais não só refletia como alimentava as críticas ao governo de D. Pedro I, num momento em que as opiniões políticas se polarizaram. As referências recíprocas, presentes nos periódicos, são evidências do debate, da leitura e da polêmica que marcaram os anos fins do Primeiro Reinado. A ligação entre a imprensa periódica e o mundo da política pode ser atestada por sua condição de veículo de comunicação formador e divulgador de opiniões políticas, bem como por ter sido um canal que se prestou a convocação e mobilização da sociedade política em momentos de definições e incertezas.

Certamente, nos anos que analisamos, os periódicos incrementaram a paisagem sócio-cultural de Minas Gerais. Na gestação de uma esfera pública de discussão política, os impressos ampliaram o espaço de discussão e deram materialidade ao debate público. Com efeito, a imprensa conviveu e dialogou com a comunicação oral e a manuscrita e permitiu o envolvimento

¹¹⁵ RIBEIRO. *A Liberdade em Construção*, p. 13-20.

¹¹⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 abr. 1831, p. 189.

¹¹⁷ OTTONI, Theophilo Benedicto. Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXXVIII, precedida de uma sumária apreciação da vida e feitos do benemérito patriota por Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 66-67.

¹¹⁸ _____. *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores*, p. 68-69.

¹¹⁹ NOVO ARGOS AOS SEUS COMPATRIOTAS, Ouro Preto, 15 abr. 1831, p. 1.

de pessoas de variados segmentos sociais. Destaque-se que, embora os redatores tentassem controlar aquilo que seria lido, modificando e interditando textos, os leitores não foram meros receptores passivos de mensagens. Muitos correspondentes utilizaram o espaço que lhes foi reservado nos jornais para dar publicidade às suas opiniões, questionando redatores e forjando, assim, uma rede de polêmicas que potencializou o debate político, fazendo da palavra um instrumento de ação capaz de redefinir os rumos da história.

Recebido em: 25/03/2014

Aceito em: 13/08/2014

O exílio no imediato pós-golpe: mecanismo de exclusão política

Exile in the immediate post-coup: mechanism of political exclusion

Maria Cláudia Moraes Leite

Mestranda em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
conversecomclau@gmail.com

RESUMO: O presente artigo, decorrente da pesquisa de mestrado *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*, pretende discorrer sobre o exílio imposto no imediato pós-golpe como uma das formas de exclusão política utilizada pelos governantes militares brasileiros contra indivíduos asilados no Uruguai e ligados ao governo deposto.

PALAVRAS-CHAVE: Exílio político, Ditadura militar brasileira, Repressão.

ABSTRACT: This article, resulting from master's thesis research *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*, aims to discuss about forced exile in the immediate post-coup as a form of political exclusion used by the brasilian military rulers against politicians refugees in Uruguay, linked to the deposed government.

KEYWORDS: Political exile, Military brazilian dictatorship, Restrain.

Introdução

O ano era 1964. O governo de João Goulart passava por instabilidades, o que ocorria desde o início do seu mandato devido à renúncia do então presidente Jânio Quadros. A posse de Jango, como o presidente era conhecido, só foi possível devido à Campanha da Legalidade (1961) liderada pelo seu cunhado, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. A campanha garantiu a Goulart o cargo de Presidente, porém com poderes limitados por um sistema parlamentarista, que conferiu “a legalidade – leis válidas ou aceitas –, mas não a legitimidade, cujo significado refere-se ao exercício do poder”.¹

Logo após assumir o governo, Goulart deparou-se com as demandas históricas da esquerda: as reformas de base. Para a esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que buscava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país: reformas bancária, com a finalidade de criar um sistema controlado pelo Estado e voltado para atividades que garantissem a autonomia nacional; urbana, com o intuito de combater a especulação imobiliária e planejar o crescimento das

¹ WASSERMAN, Claudia. A Legalidade: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961. In: _____. O Movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política. Porto Alegre: Webprint, 2011, p. 72-73.

cidades; universitária, para fazer o ensino e a pesquisa voltarem-se para o atendimento das necessidades sociais e nacionais; agrária, para fazer a distribuição de terras e romper com as bases de sustentação do latifúndio, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a reforma do estatuto do capital estrangeiro, que disciplinaria os investimentos limitando a remessa de lucro para o exterior. Por outro lado, de acordo com Dreifuss, havia também uma parcela da sociedade por ele denominada elite orgânica que tinha por objetivo estabelecer-se

no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados no IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD² estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a ‘massa de manobra’ da elite orgânica.³

Em meio a estes embates pró e contra reformas – tendo em vista que a sociedade brasileira, já apresentava interesses opostos desde antes do golpe –, em 1º de abril os militares, apoiados por diversos setores da sociedade civil⁴, depuseram o presidente, dando início a uma ditadura que duraria 21 anos⁵. Desta forma, tendo como cenário a ditadura militar imposta pelo golpe de 1964, este artigo pretende apresentar o exílio imposto no imediato pós-golpe como uma das formas de exclusão política utilizadas pelos militares contra indivíduos ligados ao governo deposto. Sem esquecer, contudo, que este não foi um evento isolado na conjuntura das ditaduras militares que tomou conta dos países latino-americanos a partir da década de 1960.

O exílio

Exílio. Do latim *exilium*, o que representa uma situação de desterro, deportação, degredo. No período da ditadura militar brasileira esse foi o caminho encontrado por inúmeras pessoas que

² IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. IBAD. Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

³ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 281.

⁴ Assim como as forças apoiadoras das reformas de base – Ligas Camponesas, Partido Comunista Brasileiro, Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, etc – os setores da sociedade civil que apoiaram o golpe também eram caracterizados pela heterogeneidade – dos mais radicais até segmentos aparentemente neutros, mais observadores do que participativos. De acordo com Reis, podemos destacar as elites tradicionais, boa parte das classes médias e até mesmo setores populares, como pequenos proprietários, profissionais liberais, oficiais das Forças Armadas, jornalistas, trabalhadores autônomos. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (ebook).

⁵ Na historiografia recente não há concordância sobre a duração da ditadura militar brasileira. No seu mais novo livro, *Ditadura e democracia no Brasil*, Daniel Aarão Reis afirma que a ditadura durou 15 anos, de 1964 a 1979. Já o período de 1979 a 1988 é denominado pelo autor de transição democrática e inicia-se com a revogação das leis de exceção – os Atos Institucionais – e a aprovação da Lei da Anistia (1979) e termina com a aprovação de uma nova constituição (1988). REIS. A transição democrática (1979-1988). In: _____. *Ditadura e democracia no Brasil*, 2014.

não puderam ou não quiseram viver sob um regime de exceção. O uso do exílio como mecanismo de exclusão política na América Latina, contudo, já vinha sendo utilizado há muito tempo, desde a desintegração do império espanhol nas Américas e a subsequente disputa pelo poder entre as elites políticas dos novos países independentes. Todos os países da América Latina, na análise de Luis Roniger, incorporaram o exílio como uma prática política importante, apesar das trajetórias institucionais diferentes⁶.

Nos momentos do imediato pós-golpe, a junta militar que assumiu o governo tratou de reprimir os setores considerados subversivos: sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos de esquerda, a FMP⁷ liderada por Brizola, o novo governo teve como uma de suas bases a promulgação de inúmeros Atos Institucionais⁸. Apenas oito dias após o golpe foi redigido em segredo e assinado o Ato Institucional nº 1 (AI-1). Esse Ato limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional e continha outras medidas de controle do Judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a “operação limpeza”.⁹ Esta operação foi o codinome utilizado pelos militares para designar o conjunto de medidas¹⁰ adotadas pelo novo governo para afastar e eliminar os seus opositores, num esforço destinado a ativar as forças repressivas e dar ao Estado o controle sobre as áreas políticas, militares e psicossociais¹¹.

É necessário mencionar que a permanência dos regimes militares latino-americanos no poder foi possível graças à existência de uma ideologia que perpassava as peculiaridades nacionais e mantinha a estrutura e a coerência de cada um. Essa ideologia foi denominada de “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN) e sofreu adaptações em todos os países nos quais foi utilizada, mas

⁶ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz. *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos* (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.32.

⁷ Quando Brizola já havia sido eleito deputado federal pela Guanabara surgiu, em 1963, sob sua liderança, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Nessa Frente reuniam-se as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base, esforçando-se para que Jango assumisse os compromissos reformistas, mesmo que para isso fosse preciso existir uma política de confronto com a direita, incluindo o Partido Social Democrático – PSD. FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 189.

⁸ Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais e 102 Atos Complementares.

⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 54-55.

¹⁰ Este conjunto de medidas constituía-se em diversas estratégias. A primeira delas referia-se à mobilização das forças repressivas. Foram instalados Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal para identificar os que estavam envolvidos em atividades subversivas. A estratégia política, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. A estratégia militar refere-se ao controle dos militares, área de particular interesse para o Estado de Segurança Nacional. Uma série de mecanismos de controle foi criada para limitar a participação política e fazer valer os padrões hierárquicos, de modo a assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais detentores do poder. A estratégia psicossocial concentrava-se especialmente nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas campesinas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, campesinos e estudantes. ALVES. *Estado e oposição no Brasil*, p. 56-71.

¹¹ ALVES. *Estado e oposição no Brasil*, p. 56.

sem deixar de se valer da ideia de que “a guerra e a estratégia eram a única resposta a tudo”.¹² A DSN foi criada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e, baseada nesta, o governo estadunidense acabou utilizando-a como um importante meio para manter ditaduras militares na América Latina. O objetivo desta doutrina era a contenção ao “comunismo”, ou seja, qualquer ato que na prática interferisse nos interesses políticos, sociais ou econômicos dos EUA. De acordo com Enrique Serra Padrós, uma das premissas da DSN era o fim do pluralismo político como sendo essencial para a resolução de conflitos sociais, ou seja, a Doutrina considerava negativa a ideia de que interesses de classe pudessem mover os setores políticos dirigentes¹³.

Dentre os artigos do AI-1, interessa nos marcos dessa pesquisa o Artigo 10¹⁴, que autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos. Para Alves,

A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias. O Ato continha uma lista daqueles que imediatamente perderiam seus mandatos eleitorais e teriam suspensos seus direitos políticos. O nome do Ex-Presidente encabeçava a lista, seguido por 40 membros do Congresso Nacional. Outras 100 pessoas mencionadas perderiam seus direitos políticos por 10 anos.¹⁵

No momento da assinatura do Ato Institucional, João Goulart já havia saído do país, uma vez que havia a perspectiva de sua prisão desde os primeiros momentos do golpe. Contudo, imersos neste contexto de suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos, encontravam-se os políticos ligados ao governo deposto ou que eram vistos como opositores ao novo regime. Dentre eles, podemos citar Amaury Silva, Renato Archer, Cláudio Braga, Djalma Maranhão, Waldir Pires, Darcy Ribeiro e Leonel de Moura Brizola, que estava foragido desde os primeiros dias do golpe¹⁶. Grande parte destes políticos e intelectuais escolheu o exílio como destino no pós-golpe, uma vez que a dificuldade em permanecer no país era cada vez maior.

¹² COMBLIN (Pe.), Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 15-16.

¹³ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005, p. 52-53.

¹⁴ “Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.” Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964.

¹⁵ ALVES. *Estado e oposição no Brasil*, p. 56.

¹⁶ Amaury Silva: Tornou-se Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart (1963). Após o golpe, acompanhou Jango na sua viagem ao Uruguai, onde ambos solicitaram asilo político. Renato Archer: Atuou no Ministério das Relações Exteriores, mas deixou o Itamarati em junho de 1962 para concorrer às eleições legislativas. Foi um dos principais articuladores da Frente Ampliada, lançada oficialmente em outubro de 1966 com o objetivo de unificar a oposição ao regime militar, aglutinando as forças lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mesmo com dificuldades, optou por permanecer no país. Waldir Pires: em maio de 1963 foi nomeado Consultor-Geral da República. Após um período de exílio no Uruguai, seguiu para a França onde se tornou professor da Faculdade de

O exílio, conforme Denise Rollemburg, sempre acompanhou a história da humanidade, sendo uma experiência primordial, ao mesmo tempo social e individual. Para a autora, o exílio estrutura arquétipos da cultura ocidental. Considera Ulisses o protótipo do exilado, o herói guerreiro de Homero proibido por Posêidon de voltar a sua terra natal. Cada exílio, porém, é definido por uma conjuntura específica, por problemas próprios ao tempo e ao lugar¹⁷. Mesmo assim, há elementos comuns possíveis de serem percebidos nos diversos exílios que ocorreram em diferentes momentos da história. Rollemburg afirma que “o exílio tem a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo”¹⁸. Para a autora, “o exilado tem um projeto sociopolítico para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado”¹⁹.

Esse afastamento/exclusão provocava nos indivíduos a ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referências que dava sentido às suas vidas. A experiência do exílio destruía o movimento do conhecido para mergulhar no desconhecido. A história do dia a dia do exilado é, portanto, “a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era – ou se pretendia ser – e o que se acabou sendo de fato”²⁰.

Denise Rollemburg nos mostra que, para algumas pessoas, o exílio foi “um drama insuportável, que levou, no limite, à loucura ou até mesmo ao suicídio, evidenciando o quanto dilacerante a dor do exílio pode ser. Entre os extremos, as vivências foram inúmeras”²¹. A autora também aponta a importância de se pensar “como a desorientação provocada pelo exílio atuou na redefinição do projeto político anterior, a partir da reconstrução da identidade dos exilados”²². Como pode ser visto, o exílio não é apenas um afastamento físico de paisagens e pessoas

Direito da Universidade de Dijon, em 1966, e do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris, em 1968. Retornou ao Brasil em 1970. Djalma Maranhão: Em 1960 foi eleito prefeito de Natal, Rio Grande do Norte, mas com o golpe foi afastado da prefeitura e preso preventivamente. No final de 1964 foi libertado por força de um “habeas corpus” concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Conseguiu asilo na embaixada do Uruguai indo morar naquele país, onde veio a falecer em 1971. Darcy Ribeiro: Assumiu em 1962, no governo de João Goulart, o Ministério da Educação e da Cultura. Em 1963, por ocasião da volta do regime presidencialista, deixou o Ministério para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Com o golpe, Darcy exilou-se no Uruguai, onde lecionou antropologia na Universidade da República Oriental do Uruguai, em Montevidéu. Em 1968 retorna ao Brasil, porém com o AI-5 é preso e indiciado sob a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional. Permaneceu preso até setembro do ano seguinte, quando foi julgado e absolvido pela Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro. Em seguida voltou a deixar o país, fixando-se na Venezuela e posteriormente no Peru. Fonte: FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Conhecer um pouco a trajetória destas pessoas após o golpe permite-nos também identificar aproximações e distanciamentos com a trajetória de Brizola, nosso objeto de estudo.

¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 23-24.

¹⁸ _____. *Exílio. Entre raízes e radares*, p. 23-24.

¹⁹ _____. *Exílio. Entre raízes e radares*, p. 45.

²⁰ _____. *Exílio. Entre raízes e radares*, p. 133.

²¹ _____. *Exílio. Entre raízes e radares*, p. 133.

²² _____. *Exílio. Entre raízes e radares*, p. 133.

conhecidas. No decorrer dos anos, ou até mesmo de imediato, o exílio torna-se uma espécie de tortura, de espera insuportável. Segundo Maren e Marcelo Viñar,

El hombre se construye a partir de suas ilusiones y de sus proyectos, y una de las dimensiones de la existencia es el hecho de remodelar permanentemente ese juego de ilusiones y de proyectos, que se juega entre el ser y su entorno. El exilio hace abortar ese movimiento y lo destruye, para reiniciarlo en la extrañeza de lo no-familiar. Pero eso su dimensión de traumatismo. Se presenta como un tiempo de inercia y de contemplación, que emerge luego de la tormenta, el naufragio y la catástrofe; propone el desafío de lo que es posible a partir de la perdida, de la desilusión, del descorazonamiento, de la derrota.

No estamos muy lejos de lo que Freud llama trabajo de duelo, com lo que implica de dolor psíquico, con su dimensión muy cercana al traumatismo y la de una desconexión inasimilable.²³

De acordo com os autores, a primeira etapa do exílio é a mais difícil – a depressão, a melancolia constituem um dos níveis elementares do vivido: esta nostalgia, tristeza doce ou dolorosa, confere ao tempo vivido um caráter descontínuo: “hay um antes y / o un después imaginario que ocupa un lugar privilegiado y que funciona como una orden contradictoria: adáptate a esto donde estás, trabaja, crea, aprende, pero no hasta el punto de no querer regressar a ló tuyo”.²⁴ A volta ao país de origem sempre esteve nos planos dos exilados.

O primeiro grupo de exilados que deixou o país, de acordo com a definição proposta por Denise Rolleberg, ficou conhecido como a primeira geração ou geração de 1964. Dentre os exilados, muitos já atuavam antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo, e muitos eram militantes mais jovens; havia políticos e intelectuais que defendiam reformas no país por meios institucionais e grupos que propunham transformações mais profundas, sem o uso da lei. Todavia, tinham em comum a experiência da conjuntura anterior ao golpe:

as barganhas políticas, as negociações pré-electorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, *a reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. [...] Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente.²⁵

O segundo grupo ficou conhecido como a geração de 1968 e estava identificado a militantes mais jovens, muitos oriundos do movimento estudantil, de onde saíram para integrar a luta armada. Quando partiram, a maioria não tinha ainda uma profissão definida e vivenciou o exílio em seus anos decisivos como indivíduos e profissionais. É importante fazer essa diferenciação entre as duas gerações para mostrarmos a saída de indivíduos do país em dois momentos diferentes – o que não

²³ VIÑAR, Maren y Marcelo. La experiencia del exilio. In: _____. *Fracturas de memoria: crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 88.

²⁴ VIÑAR. *La experiencia del exilio*, p. 88.

²⁵ ROLLEMBERG. *Exilio. Entre raízes e radares*, p. 50.

quer dizer que não houve saída de pessoas entre essas datas, uma vez que, como aponta Rollemburg, “o exílio brasileiro jamais chegou a ser de massa, como outros na América Latina”.²⁶ É preciso destacar também que o número de exilados da primeira geração foi bem menor que o da segunda.

O Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968, que decretou o recesso do Congresso Nacional e conferiu plenos poderes ao regime, contribuiu para a saída de inúmeros indivíduos que não viam alternativas a não ser abandonar o país. Até este momento não havia o banimento, que se oficializou no Ato Institucional N° 13. Os Atos Institucionais, dessa forma, não são os únicos fatores que explicam o exílio; as condições impostas pelas perdas dos direitos políticos, as perseguições dos órgãos públicos de repressão e o fechamento do regime levaram muitos a se exilarem.

A primeira geração exilou-se em vários países, como o México, Chile, Bolívia, Argélia e França, porém a maioria dos exilados – como João Goulart e Leonel Brizola – foi seduzida pelo Uruguai e seu sistema político, visto como uma democracia exemplar na América Latina. Muitas das ideias defendidas pelos políticos exilados após a queda de Goulart – o discurso nacionalista, as críticas ao imperialismo estadunidense, a luta pela reforma agrária e o apoio às causas trabalhistas e à Revolução Cubana – eram também compartilhadas por alguns setores políticos e até mesmo por parte da população uruguaia. Dessa forma, os brasileiros que buscaram o exílio no Uruguai encontraram um ambiente receptivo e de apoio às suas motivações políticas²⁷.

Foi justamente no país vizinho que os políticos exilados encontraram, através da imprensa estrangeira, uma maneira de denunciar a ditadura militar. O semanário *Marcha* publicação surgida em 1939, ganhou destaque internacional ao possibilitar debates cujo conteúdo era de interesse de todo o continente latino-americano. Foi o meio de comunicação uruguaio que permitiu aos exilados brasileiros expressarem-se em relação ao golpe e a conjuntura brasileira vivenciada naquele momento em que a ditadura estava instituindo-se no Brasil. Os periódicos internacionais eram vistos como uma importante arma de denúncia dos brasileiros no exterior – esse tipo de ação oposicionista não era exclusivo dos brasileiros no Uruguai, também era utilizada por exilados em outros países sul-americanos e europeus. O fato de estarem teoricamente livres da censura imposta pelos militares fez os brasileiros no exílio enxergarem a imprensa como uma forte arma contra o

²⁶ ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia.* (1964...). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 1.

²⁷ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967).* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2006, p. 55.

regime autoritário. O espaço conquistado na imprensa uruguaia permitiu ao exterior ter acesso a outras interpretações sobre o golpe civil-militar, dificultando o sucesso da campanha que o governo brasileiro promovia nos planos interno e externo, visando apontar os grupos de oposição ao novo regime como os grandes “inimigos” do desenvolvimento do país. Contudo, esses indivíduos ainda estavam excluídos do cenário político brasileiro.

Como resposta, os governos brasileiro e uruguaios estabeleceram uma rede repressiva transnacional, demonstrando que essa política de exclusão foi, em realidade, regional, estabelecida antes mesmo da Operação Condor, que visava eliminar as lideranças latino-americanas consideradas “subversivas” e que não haviam ainda sido isoladas politicamente pelo exílio.

Considerações Finais

O exílio no pós-golpe pode ser considerado como um mecanismo de exclusão política na medida em que afastou do cenário político brasileiro aqueles indivíduos que poderiam, de alguma forma, lutar contra a ditadura que se instalou a partir de abril de 1964. Com o passar do tempo e com o aumento da estrutura repressiva e da perseguição aos opositores, o caráter do exílio se transformou no Brasil. Dessa forma, a partir de 1968, o exílio passou a ser uma ameaça para aqueles que desafiavam o regime, independente da posição política e social. Assim, o grupo que saiu depois de 1968 estava ligado às ações de esquerda concretizadas após 1964, como a luta armada, o movimento estudantil e o sequestro de diplomatas. Dessa forma, podemos entender o exílio pós-golpe como uma tentativa real dos militares brasileiros de exclusão política direcionada somente a membros de oposição vindos das elites sociais e do governo deposto em 1964.

É preciso compreender também que o exílio no pós-golpe levou diversas dificuldades àqueles que preferiram ou tiveram que abandonar o país. Complementando o que já foi exposto no decorrer do texto, não foi apenas o choque cultural ou a sensação de perda de raízes que os exilados tiveram de enfrentar, mas principalmente a perda do *status* econômico que estes indivíduos tinham no Brasil. E apesar dos problemas enfrentados pelos exilados, havia também a rede de apoio formada por esses indivíduos, seja para pensar sobre uma possível insurreição contra o regime brasileiro, seja para ajudar financeiramente os recém-chegados ao exílio. Ao optarem pelo país vizinho, estes indivíduos sabiam que o Uruguai era conhecido por sua democracia e localização estratégica, possuindo uma grande fronteira com o estado do Rio Grande do Sul. Por ali passaram também inúmeros membros de esquerda, muitos na clandestinidade, levando e trazendo notícias dos exilados, os chamados “pombos-correios”, nome dado a estes indivíduos, o que permitia a articulação política entre os que se exilararam e os que aqui ficaram.

O exílio é ainda pouco estudado na historiografia brasileira. Há muito ainda que se questionar sobre as circunstâncias em que um indivíduo teve que sair do país, aprofundar temas como as dificuldades encontradas pelos exilados e as redes de sociabilidade formadas, assim como os sofrimentos causados pelo fato de exilar-se. Dessa forma, esperamos ter contribuído um pouco com a questão, levantando algumas hipóteses que podem ser discutidas e aprofundadas sobre o exílio durante a ditadura militar brasileira.

Recebido em: 15/12/2013

Aceito em: 25/07/2014

Ecos da *Giovinezza*: leituras integralistas da “primavera fascista”¹

Echoes of the *Giovinezza*: integralist readings of the “fascist spring”

Marcelo Alves de Paula Lima

Bacharel e licenciado em história

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: marceloapl@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste estudo foi entender de que maneira Gustavo Barroso, importante intelectual da *Ação Integralista Brasileira*, abordou a ascensão do fascismo no mundo em suas obras integralistas. À luz do dilema “solidariedade X competição” (tão marcante nas relações entre países fascistas), analisamos a proposta do autor de uma grande solidariedade fascista internacional. Tomando o liberalismo e o comunismo como ameaças à integridade das nações, Barroso conclamou nacionalistas de todos os países a se unirem contra esses inimigos em comum. Assim, o autor tentou forjar uma identidade para os movimentos nacionalistas que emergiam no mundo entre guerras, além de conamar à solidariedade entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo, Integralismo, Gustavo Barroso.

ABSTRACT: The aim of this research was to understand how Gustavo Barroso, a distinguished intellectual from the *Brazilian Integralist Action*, approached the rise of fascism in the world in his integralist writings. Concerning the “solidarity X competition” dilemma (so common in the relations between fascist countries), we analyzed the author’s project for a great international fascist solidarity. Considering liberalism and communism threats to the integrity of nations, Barroso called nationalists from all over the world to unite themselves against these common enemies. Thus, the author tried to create an identity for all the nationalist movements rising in the interwar period, besides calling for a solidarity between them.

KEYWORDS: Fascism, Integralism, Gustavo Barroso.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar o pensamento integralista de Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual cearense que era uma das figuras de proa da *Ação Integralista Brasileira* (AIB). Nossa análise recairá sobre os comentários do autor acerca dos movimentos e regimes fascistas que emergiam no mundo entre guerras, bem como sobre seu chamado por uma união entre esses fascistas e as limitações desse discurso. Usaremos, como fontes, algumas importantes obras do autor escritas entre 1933 – ano em que ele se filia à AIB – e 1937 – ano em que a AIB é dissolvida após o Estado Novo.

¹ Este artigo é a versão condensada de uma monografia de mesmo título, defendida em julho de 2013. Link para o texto completo: https://www.academia.edu/5855485/Ecos_da_Giovinezza_leituras_integralistas_da_primavera_fascista

Nem todas as manifestações que Gustavo Barroso considera fascistas merecem essa denominação se levarmos em conta a tipologia mais aceita nos dias de hoje. Definir, entre os muitos regimes e movimentos citados por Gustavo Barroso, quais eram fascistas e quais não o eram, de acordo com a tipologia atual, extrapolaria os objetivos desse trabalho. Para citar palavras do próprio autor: “Empregamos as palavras *fascismo*, *fascista* em sentido geral, para designar os movimentos de caráter nacionalista e corporativista do mundo”.² Barroso tinha dificuldades em encontrar um termo que generalizasse as experiências que ele queria descrever. Assim, ao longo de seus escritos ele fala de fascismos e fascistas “por falta de expressão mais apropriada para a sua generalidade”.³

Em artigo publicado em 2000, João Fábio Bertonha pondera até que ponto seria viável, nos anos 1920 e 1930, uma grande aliança entre os regimes fascistas no mundo. Por um lado, esses regimes tinham em comum o nacionalismo; por outro, era justamente esse elemento em comum o mais sério entrave a quaisquer pretensões de solidariedade. Assim, na Itália dos anos 1920 prevaleceu a noção de que o fascismo deveria zelar unicamente pelos interesses italianos na política externa, de modo que eventuais apoios a outros movimentos no mundo teriam como objetivo apenas assegurar esses interesses italianos. Contudo, com a crise de 1929 teriam crescido as simpatias pelo fascismo ao redor do mundo, já que várias pessoas passaram a vislumbrar, no fascismo, uma alternativa à decadência do capitalismo e da democracia burguesa (alternativa essa tanto mais atraente quanto mais o comunismo se fortalecia). Com isso, os fascistas italianos começaram a se ver como portadores de ideias que constituiriam as novas tendências do futuro, acreditando que coubesse à Itália o papel de liderança nesse processo⁴.

No entanto, as pretensões italianas não tiveram êxito. O *Comitati d'azione per l'universalità di Roma* (CAUR), órgão criado em 1933 para congregar os vários regimes fascistas, acabou fracassando. Isso se deu porque os movimentos em outros países ainda eram fracos, porque muitos recusaram a tutela de Roma, por causa da própria incompetência de seus organizadores e, principalmente, porque a Alemanha nazista não aderiu a ele⁵. As pretensões imperialistas alemãs (mais ameaçadoras que as italianas), sua falta de interesse em exportar o nacional-socialismo e o

² BARROSO, Gustavo. *O quarto império*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935, p. 163 (nota de rodapé).

³ _____. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 15.

⁴ BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais (a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista). In: *Revista brasileira de política internacional*, v. 43, n. 1, 99-118, 2000. p. 104-5.

⁵ _____. *A questão da “Internacional Fascista”*, p. 105-6.

acentuado apelo racial deste último dificultavam bastante sua aceitação fora da Alemanha (exceto pelos alemães residentes em outros países):⁶

Visto ser uma manifestação tipicamente alemã de antidemocracia na Europa, o Nacional-socialismo conseguiu harmonizar-se com a situação alemã, tornando-se um fenômeno mais difícil de ser exportado do que o fascismo. É este mais um exemplo das limitações que se encontram nas ideias de um fascismo universal. Os fundamentos nacionalistas implicam a existência de profundas diferenças entre um e outro país (...).⁷

Apesar do fracasso do CAUR, o entusiasmo pelo fascismo não se restringiu à Itália, espalhando-se para outros países e atravessando o Atlântico. Diante do colapso do capitalismo liberal e do temor que o comunismo soviético despertava, muitos países latino-americanos buscaram inspiração no sucesso dos regimes nacionalistas europeus:

A América Latina da década de 1930 não se inclinava a olhar para o Norte. Mas, visto do outro lado do Atlântico, o fascismo sem dúvida parecia a história de sucesso da década. Se havia um modelo no mundo a ser imitado por políticos promissores de um continente que sempre recebera inspiração das regiões culturalmente hegemônicas, esses líderes potenciais de países sempre à espreita da receita para tornar-se modernos, ricos e grandes, esse modelo certamente podia ser encontrado em Berlim e Roma, uma vez que Londres e Paris não mais ofereciam muita inspiração política, e Washington estava fora de ação.⁸

Nesse contexto, o Brasil não foi exceção. Em abril de 1932, seis meses antes de fundar a AIB, Plínio Salgado mostrava em Roma que os ecos da *Giovinezza* (hino cantado pelos camisas-negras na Marcha Sobre Roma) haveriam de reverberar também sobre o Brasil. Em seu discurso, a Itália fascista aparece como porto seguro em um mundo cheio de incertezas, marcado pelos horrores do comunismo e do capitalismo:

Do alto de uma de tuas colinas, meditei sobre tua grandeza, Roma, Cidade Eterna. Como me parecias maior do que as Metrópoles de arranha-céus. Não eras uma ameaça, para nós, povos, crianças, como essas Babilônias do Imperialismo econômico. Não eras, para o meu espírito de sul-americano, nem o orgulho de Nova York, nem o veneno de Moscou. O orgulho do poderoso, que nos incita a revolta; o veneno do oprimido, que nos inspira a repulsa. Eras o exemplo da renovação, a força da eterna mocidade.⁹

Ao referir-se aos sul-americanos como “crianças”, Plínio Salgado nos mostra que ele via em Roma uma figura maternal – a única esperança de livrar esses povos frágeis e indefesos da ameaça das “Babilônias do Imperialismo econômico”. Esse anseio por segurança, nascido do

⁶ BERTONHA. *A questão da “Internacional Fascista”*, p. 106.

⁷ BRACHER, Karl Dietrich. Nacional-socialismo (verbete). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986, p. 809.

⁸ HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*. 2ª edição. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009, p. 137.

⁹ SALGADO, Plínio. O modelo italiano: discurso de Plínio Salgado (25/04/1932). In: CARONE, Edgard. *A segunda república* (1930-1937). 3ª edição. Rio de Janeiro: DIFEL (Corpo e alma do Brasil), 1978, p. 305.

contraste entre Roma e Nova York/Moscou, expressa a busca que o integralismo empreendia não só por uma terceira via, mas também por uma pré-modernidade perdida, livre do cosmopolitismo e dos excessos da urbanização e da industrialização, que traziam no seu bojo a luta de classes e o comunismo. Prosseguindo com o mesmo discurso:

Nós, jovens povos da América do Sul, compreendemos a tua lição, Roma do Presente e do Futuro. Roma, que cantas hoje, sobre a ruína das civilizações extintas, o cântico dos balilas, primavera de beleza. Nós, primavera de Povos, que ainda muito temos a lutar, a conquistar, a realizar, compreendemos a tua lição, Mãe da latinidade, inspiradora da juventude, criadora de civilizações.¹⁰

Aqui, faz-se uma analogia entre a “primavera de beleza” – refrão da *Giovinezza* – e a “primavera dos Povos”, nome pelo qual a onda de revoluções de 1848 ficou conhecida. Para Plínio, a ascensão do fascismo representaria uma esperança para todos os povos. A figura maternal de Roma, que é apenas sugerida no primeiro trecho, fica aqui evidente na expressão “Mãe da latinidade”. Mais do que salvar os frágeis povos sul-americanos da opressão comunista e capitalista, a Itália era a própria mãe desses povos, pois dela jorrava a sua cultura.

Outro integralista, o mineiro Olbiano de Melo, acreditava na adequação do fascismo à realidade brasileira, bem como em seu caráter universal:

Eu, no sertão mineiro, fixava-me no fascismo, convencendo-me que a implantação do sistema no Brasil resolveria a questão social entre nós (...). Roma com o Fascio limitou-se até há pouco – a se defender da invasão dissolvente de outras doutrinas (...). *Mas a ideia boa não tem pátria; o espírito é universal, bem como o disse o criador do fascismo (...).* Daí a universalidade, hoje, dos princípios fascistas.¹¹

O “espírito do século XX”

As relações entre integralismo e modernidade são marcadas pela ambivalência. Natália dos Reis Cruz escreve que o integralismo foi um movimento gestado pela modernidade que reagia a certas consequências “da própria modernidade, defendendo propostas de organização social que visem estancar o processo moderno de fragmentação, insegurança e instabilidade”. Para tanto, o integralismo critica a razão, o materialismo, o individualismo burguês, o cosmopolitismo e tantas outras heranças da modernidade, mas sempre com o objetivo de “dar vazão a uma proposta de sociedade em que a própria utopia moderna de ordem e controle seja recuperada, tornando-se realidade”.¹²

¹⁰ SALGADO. *O modelo italiano*, p. 305-306.

¹¹ MELO, Olbiano de, citado por TRINDADE, Hélio. *Integralismo* (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974, p. 120 (grifo nosso).

¹² CRUZ, Natália dos Reis. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 196-214, jul./dez. 2011. p. 197-198.

As observações de Natália dos Reis Cruz sobre o integralismo foram fundamentais no sentido de relativizar a visão consagrada por Chasin. Ao definir o integralismo como uma “forma de regressividade”, pensamos que o filósofo ignora a multiplicidade de sentidos que o discurso integralista assumia. É possível achar argumentos para identificar o integralismo como uma doutrina reacionária que queria converter o país “numa plethora de pequenas propriedades, quase que exclusivamente rurais” ou ainda “estancar a acumulação capitalista”.¹³ Entretanto, esse caráter regressivo do integralismo, que pode ser marcante nos escritos de Plínio Salgado, não se faz presente com tanta intensidade nos escritos de Gustavo Barroso. Por isso, concordamos que o integralismo, não desejava “lutar contra o processo de industrialização, mas produzir um arranjo institucional por meio de um projeto de nação que englobasse os interesses industriais e médios e controlasse o movimento popular”.¹⁴

Gustavo Barroso associa o integralismo ao moderno, e o liberalismo e o marxismo ao defasado. Diz o autor que o século XX é “o século do zepelim, do rádio, da eletricidade que despe a rabona caspenta do marxismo de 1848 e rasga os falsos punhos de renda do liberalismo de 1789”.¹⁵ Dessa forma, somente os movimentos nacionalistas seriam compatíveis com o “espírito do século XX”, um século enérgico e dinâmico. Associando o liberalismo e o comunismo a termos que denotam atraso e imprimindo ao integralismo (e aos movimentos que lhe eram irmanados) a capacidade de expressar as tendências do novo século, o autor escreve:

A mocidade contemporânea do avião não se pode mais enquadrar nos carcomidos partidos do liberalismo, que data das anquinhas, ou formar nas fileiras comunistas, que veem da época das sobrecasacas e dos lenços de rapé. Seus imperativos categóricos a levam às milícias fascistas, nazistas, integralistas para o revigoramento das pátrias alquebradas. Os cérebros moços recusam-se a aceitar teorias de há um século. E quando alguns fósseis liberais gabam as excelências da falecida constituição de 1891 não avaliam como a rapaziada acha graça...¹⁶

O século XX seria também o século do revigoramento dos nacionalismos. O autor denuncia um suposto internacionalismo judaico e maçônico que os séculos XVIII e XIX teriam propagado por meio dos ensinamentos liberais e marxistas. O século XX, porém, viria a reerguer a pátria diante de conceitos abstratos e universais como o de “direitos do homem”:

Este século não é mais o século dos Direitos do Homem, porém o século dos Deveres do Homem, que o ouro do pan-judaísmo materialista universal tem feito esquecer (...). Por essa razão, todas as nações procuram mergulhar no

¹³ CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 2^a edição. Belo Horizonte: Una Editoria; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominen, 1999, p. 555.

¹⁴ CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese (doutorado em história) - UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2004, p. 32.

¹⁵ BARROSO, Gustavo. *O integralismo de norte a sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934, p. 50, 51.

¹⁶ _____. *O integralismo de norte a sul*, p. 39.

passado em busca do espírito histórico, racial ou nacional, que encarnam e que ficou latente, guardado no fundo dos séculos (...). O Japão dos samurais, a Romênia da Guarda de Ferro, a Polônia de Pilsudski, a Hungria ensanguentada por Bela-Kun, a Áustria de Dolfuss, a Inglaterra de Mosley, os Estados Unidos dos *Silver Shirts*, a Espanha, Portugal, a Suécia, a Holanda, a Finlândia, a Suíça, a Estônia, o Chile, o Peru, o México, todos nos oferecem exemplos concretos na esteira dos grandes movimentos vitoriosos de Hitler e de Mussolini. A própria França liberalíssima veste a camisa dos *francistas* e sente necessidade (...) de ir além da latinidade e de chegar ao celtismo (...).¹⁷

Assim, o integralismo não estaria sozinho ao “mergulhar no passado em busca do espírito histórico racial ou nacional” que guiaria suas ações no presente e no futuro. Se os fascistas romenos tinham sua Guarda de Ferro, os japoneses eram inspirados pelos samurais e das raízes celtas jorrava a inspiração dos fascistas franceses, os “mitos ancestrais” mobilizados pelos integralistas brasileiros eram os jesuítas, os indígenas, os escravos e os bandeirantes.

Quando aderiu à AIB, em 1933, Barroso já havia trilhado uma longa carreira política e intelectual, como o demonstram sua participação na comitiva brasileira em Versalhes, seu papel na fundação do *Museu Histórico Nacional* (MHN) e os vários livros e artigos que publicara até então – alguns deles sob o pseudônimo de “João do Norte”. Sua produção bibliográfica versava sobre temas como folclore, cultura, tradições regionais e história do Brasil. É notável, em sua produção historiográfica, um grande entusiasmo por temas militares. Os triunfos do Brasil Imperial na Bacia do Prata são frequentemente exaltados. Líderes como Tamandaré, Caxias e Osório desfilam pelas páginas do autor cearense pintando o quadro de um passado nacional cheio de glórias e conquistas. A proposta do MHN estava em plena sintonia com esse panegírico das conquistas militares do Brasil monárquico, de modo que “A convergência entre o Museu Histórico Nacional e a Ação Integralista não se baseia apenas [na] participação direta de Barroso nas duas instituições”, sendo “importante perceber [que] elas partem de um mesmo projeto nacionalista”.¹⁸ O projeto integralista defendido por Barroso, portanto, era indissociável de seu panegírico das glórias do Brasil imperial. Ainda que o autor não propusesse a restauração da monarquia, ao exaltar os feitos militares daquele período ele tenta resgatar valores que lhe-eram caros, mas que haviam se perdido com o advento da república.

Barroso sempre demonstrou, desde jovem, profunda admiração pela história militar e por temas relacionados, como a hierarquia, a disciplina e os uniformes do exército. Seu sonho era ser

¹⁷ BARROSO, Gustavo. *Brasil, colônia de banqueiros*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 116.

¹⁸ SILVA, Arthur da. Gustavo Barroso: aproximações conceituais da AIB e o MHN (1933-1937). In: XXIX SEMANA DE HISTÓRIA DA UFJF – Monarquiias, repúblicas e ditaduras: entre liberdades e igualdades, 2012, Juiz de Fora. *Anais...* p. 11.

militar, embora, com o tempo, tenha reconhecido sua inaptidão para as armas¹⁹. Tanto que “O gosto pelas fardas e condecorações vinha-lhe do tempo da mais tenra infância (a mãe alemã gostava de lhe tirar fotografias mascarado de soldadinho) e não o perdeu na idade adulta”²⁰. Diante da impossibilidade de ser militar, o autor encontrou, na produção intelectual, outra forma de servir seu país de forma combativa e apaixonada.

Internamente, portanto, a AIB legitimou o projeto nacionalista de Barroso que havia culminado com o MHN. Externamente, a ascensão de movimentos nacionalistas foi instrumentalizada pelo integralista no sentido de se achar um respaldo internacional para tal projeto, ressaltando assim que a revalorização do nacionalismo não era um fenômeno brasileiro isolado, mas sim uma tendência universal. Esse cenário gerou um terreno bastante propício para a circulação das obras de Barroso, a ponto de o jornal integralista *A Ofensiva* de 3 de janeiro de 1935 noticiar, acerca da obra *Brasil, colônia de banqueiros*:

No último boletim de ordens da nossa Escola Militar do Realengo, de 24 de dezembro de 1934, seu ilustre comandante, o general Meira de Vasconcellos, fez inserir o seguinte item, honrosíssimo para o nosso companheiro Gustavo Barroso, a propósito de seu último livro “Brasil – colônia de banqueiros”: “Sejam incluídos na carga geral da Escola e distribuídos à Biblioteca Escolar e à Biblioteca dos Cadetes três (3) exemplares, respectivamente, do livro ‘Brasil – colônia de banqueiros’, que significa um protesto e um grito de alerta à pátria escravizada economicamente, para que os jovens cadetes conheçam a verdade sobre a nossa situação econômica”.²¹

Tal como os fascismos em geral, o integralismo não inventava seus mitos, preferindo escolher e ressignificar, entre os mitos nacionais existentes, aqueles que atendiam às suas propostas de mobilizar as massas, unificar, purificar e lutar contra as forças desagregadoras²². É com essa finalidade que o integralismo invocava: o índio, que transcende os regionalismos; o curupira, figura não corrompida pelos males do cosmopolitismo do litoral; os bandeirantes, rendendo-lhes tributos por sua iniciativa de penetrar o Brasil sertão adentro; e os jesuítas, por difundirem o catolicismo, elemento que conduz à harmonia social. Os próprios camisas-verdes seriam, para o autor, novos bandeirantes: “O espírito bandeirante guardado no fundo dos sertões

¹⁹ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Gustavo Barroso, enfim, soldado da farda verde. In: X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH – RJ): História e biografias, 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

²⁰ CANAVEIRA, Manuel Filipe. Portugal semente de impérios no pensamento integralista de Gustavo Barroso. In: *Estudos filosóficos*, DFIME, UFSJ, n. 3, 2009, p. 178.

²¹ *A Ofensiva* (3 de janeiro de 1935) citado por BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. 2^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, verso do livro.

²² PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 76.

acorda e reconquista o que deixou para trás nas mãos infieis do cosmopolitismo do litoral. Nós, Integralistas, somos os Anhangueras redivivos que retornam da Grande Peregrinação!”.²³

É igualmente notável, no pensamento de Gustavo Barroso, assim como no integralismo em geral, a desconstrução do antagonismo entre capitalismo e comunismo. Influenciado pelos *Protocolos dos sábios de Sião*, documento forjado na Rússia do início do século XX, Barroso sustenta que haveria uma conspiração judaica para conquistar o mundo. Atribui-se ao judeu a criação do iluminismo, do individualismo, da maçonaria, do capitalismo, do comunismo e do materialismo²⁴ - todas essas forças acusadas de ameaçarem as nações em prol do domínio judaico universal. Assim, o judeu é o eixo da desconstrução do antagonismo “capitalismo X comunismo”, estigmatizado em duas importantes figuras – Rotschild e Trotsky:

Durará isso para sempre? Será esse o nosso trágico destino? Seremos servos humildes do judaísmo capitalista de Rotschild ou escravos submissos do judaísmo comunista de Trotsky, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo? Ou encontraremos no fundo da alma nacional aquele espírito imortal de catequizadores, descobridores, bandeirantes e guerreiros, único que nos poderá livrar de ambos os apocalipses? Desperta Brasil, “adormecido eternamente em berço esplêndido”, desperta e caminha!²⁵

A “primavera fascista” de Gustavo Barroso

Rechaçando o liberalismo e o marxismo como forças cosmopolitas e hostis às pátrias, Gustavo Barroso se empenha em achar na história um evento fundador para a “primavera fascista” que reergueria as nações, encontrando-o na Marcha Sobre Roma. Nas palavras dele: “Só a mocidade, que é o futuro, lhe resta [ao Brasil] como tábua de salvação, somente ela é capaz de renová-lo, como, ao som da *Giovinezza*, reformou a Itália, concertou Portugal e redimiu a Alemanha”.²⁶ Da mesma maneira que a Marselhesa e a Internacional Comunista, a *Giovinezza* haveria de ecoar pelo mundo. Se os liberais eram filhos de 1789 e os comunistas filhos de 1848, os fascistas seriam filhos de 1922 – os legítimos filhos do século XX:

Respondendo ao grito de Marx, no meado do século XIX, – “Proletários de todos os países, uni-vos!” ouve-se no século XX outro grito: – “Nacionalistas de todos os países, uni-vos!” Uni-vos na convicção de que o nacionalismo deste século (...) renovará a alma das velhas sociedades e trará ao universo a ideia duma ordem pacífica internacional.²⁷

Um ano antes, o autor faria uma exortação similar:

²³ BARROSO, Gustavo. *A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, p. 15.

²⁴ MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky* (o pensamento antisemita de Gustavo Barroso). Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 65, 66.

²⁵ BARROSO. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 85.

²⁶ _____. *O integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933, p. 9.

²⁷ _____. *O quarto império*, p. 169.

Entretanto, o grito – “proletários do mundo inteiro, uni-vos!” passado quase um século, ainda não conseguiu acabar com as pátrias e hoje outro lhe responde, universalizando, não uma classe, mas uma doutrina, dentro da qual é sagrado tudo quanto o marxismo destrói: - “intelectuais do mundo inteiro, uni-vos”!...²⁸

O integralismo valorizava mais a nação do que a classe, de modo que o autor vê o sujeito revolucionário não em uma classe, mas nos nacionalistas de todo o mundo conduzidos por suas respectivas *intelligentsias*. Nas passagens acima, fica evidente que o clamor por uma “internacional fascista” tinha adeptos, a despeito de toda a problemática envolvendo tal ideia.

Para Barroso, “não é só o Brasil a vítima do Super Eldorado Capitalista sem entradas, mas o mundo inteiro. Daí a sua aflição, a sua inquietação, a sua angústia, o seu desespero”.²⁹ Por isso o entusiasmo do autor com os demais movimentos e regimes ao redor do mundo que, segundo ele, combatiam a opressão capitalista e fariam parte da “primavera fascista”, cujo marco fundador seria a Marcha Sobre Roma. Contrapondo-se ao materialismo liberal e marxista, nosso autor afirma que “A marcha sobre Roma há de estrondar eternamente nos séculos como o caminhar das forças do Espírito contra as muralhas da Matéria (...) Mussolini foi a Joana d’Arco desse momento histórico”.³⁰

Um dos grandes trunfos do fascismo seria sua capacidade de ascender ao poder sem recorrer à violência. Diferente da Revolução Francesa e da Revolução Russa, a ascensão do fascismo e do nazismo ao poder teria se dado de forma pacífica:

Atentai, depois, na grande revolução fascista e na grande revolução hitlerista, que mudaram completamente os destinos da Itália e da Alemanha, que alastrarão o mapa das nações e modificarão a face político-social do planeta; atentai e vereis que nem em Roma, nem em Berlim ninguém foi fuzilado, metralhado, afogado ou executado de qualquer outra forma por ordem dos vencedores. Excetuando alguns tiroteios e lutas de rua em que tombaram algumas dezenas de vítimas de lado a lado, friamente, conscientemente, nenhuma gota de sangue se derramou.³¹

Esse fragmento torna-se ainda mais esclarecedor se atentarmos para “o conhecimento das condições sociais de produção da competência social” de seu produtor.³² Como bem aponta Marilena Chauí, o grande interlocutor do discurso integralista era a classe média urbana. Eram as camadas médias urbanas que os integralistas convocavam para exercer um papel militante e de

²⁸ BARROSO. *O integralismo de norte a sul*, p. 41.

²⁹ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 76.

³⁰ _____. *O quarto império*, p. 161, 162.

³¹ _____. *O integralismo em marcha*, p. 92, 93.

³² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 65 (nota 15).

vanguarda no movimento.³³ Gustavo Barroso não era exceção, sendo também um representante da pequena burguesia em ascensão no Brasil dos anos 1920. Segundo Chasin, essa pequena burguesia reacionária é o “filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio”. E arremata: “De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida, e o terror pelos de baixo que podem vir toma-la”.³⁴ Portanto, nada melhor a essa classe amedrontada do que um projeto político que não carregasse o legado de guilhotinas e gulags.

Baseando-se em Chasin, Antônio Rago Filho mostra que os fascismos europeus se orientavam para um nacionalismo agressivo, ávido por se expandir territorial e economicamente. Já no integralismo, era mais forte um nacionalismo defensivo, “como meio de proteção da família pequeno-burguesa, ameaçada pela lógica imanente à acumulação ampliada do capital”.³⁵ O nacionalismo defensivo, segundo Leandro Konder, “não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações”.³⁶ É esse nacionalismo defensivo que permite ao integralista cearense fazer um chamado pela união entre nacionalistas de todos os países.

A Alemanha ocupa uma posição privilegiada no panegírico fascista de nosso autor. Para ele, “a fome, o desemprego, a escravização geraram no seio dum povo ordeiro, resistente, bravo e culto esse movimento formidável que levou ao poder Adolf Hitler”. Tal movimento “reconstituiu a Alemanha em novas bases, vencendo todos os obstáculos e desafiando todos os inimigos”.³⁷ Justificando a experiência nazista, ele escreve:

As imposições dos Aliados tiravam toda e qualquer liberdade de movimentos ao povo alemão, que fenecia na esterilidade das lutas partidárias, permitindo a infiltração do bolchevismo judaico. A ganância israelita ceava-se nessas ruínas, desvalorizando a moeda e concentrando todas as propriedades nas mãos ávidas.³⁸

Barroso vê em Hitler o protetor da civilização ocidental frente à ameaça judaica. Comentando a saudação nazista com o braço, o autor diz que “É essa a saudação que, hoje, o braço de Hitler estende sobre a própria Germânia e que parece ordenar ao bolchevismo: Volta

³³ CHAUÍ, Marilena de Souza. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Silvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. v.3. Rio de Janeiro: CEDEC / Paz e Terra, 1985, p. 53-55.

³⁴ CHASIN, José, citado por RAGO FILHO, Antônio. *A crítica romântica da miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação (mestrado em história) - PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 1989, p. 18.

³⁵ RAGO FILHO. *A crítica romântica da miséria brasileira*, p. 27.

³⁶ KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 13.

³⁷ BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 25, 26.

³⁸ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 26.

para a Ásia! E à democracia liberal: Vai para o cemitério!”³⁹ Além disso, “O que Hitler pratica nos nossos dias é a repetição do que fez Tibério em Roma e, antes de Tibério e antes de Cristo, o pretor de Hispalus. É a defesa do Estado. É a defesa da Civilização”⁴⁰

Igualmente elogiosos são os trechos dedicados à Itália, especialmente em decorrência de seu pioneirismo no fascismo:

[Mussolini] bateu por toda a parte os comunistas, marchou sobre Roma e tomou o poder, afirmando princípios contrários ao do liberalismo que acabara de destruir: ao invés de *igualdade, hierarquia*; ao invés de *liberdade, disciplina*; ao invés de *fraternidade, devotamento à pátria*. Em todo o país houve completa transformação de atitudes. Ao derredor do ditador, que arvorava como símbolo o velho fascio dos lítos da Roma imperial, o feixe de varas protegido pelo machado, vieram formar todos os patriotas. Trabalhadores de toda a espécie e mesmo a maioria dos socialistas aderiram a ele. Desapareceram da tela das discussões as serôdias classificações de burgueses e operários. O rótulo fascista igualou todos os italianos no mesmo ideal e no mesmo esforço pela grandeza da Itália.⁴¹

O que nos chama atenção nesse trecho é a forma como o autor tenta construir uma simbologia para o fascismo que o afastasse do legado iluminista. Se o comunismo chama todos os operários a se unirem, o fascismo chama todos os nacionalistas a se unirem; se o liberalismo se inspira na Revolução Francesa e o comunismo na Revolução Russa, o fascismo se inspira na Marcha Sobre Roma; se os comunistas se inspiram em Lênin, os fascistas se inspiram em Mussolini e Hitler; se o liberalismo se apoia na burguesia e o comunismo no proletariado, o fascismo se apoia nos intelectuais; e, por fim, se o liberalismo prega liberdade, igualdade e fraternidade, o fascismo prega disciplina, hierarquia e devotamento à pátria. Nesse jogo de oposições, Gustavo Barroso busca forjar uma simbologia e uma identidade próprias à “primavera fascista” que ele tenta difundir.

Ao escrever sobre a situação austríaca, Barroso passa a imagem do fascismo como uma demanda popular no país: “O governo austríaco [de Engelbert Dollfuss] já decretou a organização corporativa do Estado, mas isso não satisfaz ao povo austríaco, que se vê minado pelo judaísmo e que já experimentou os horrores dos golpes comunistas”.⁴² Ele destaca igualmente a simpatia dos austríacos pelo nacional-socialismo, observando que a Áustria “apoia-se no estrangeiro para impedir provisoriamente que o nazismo dela se apodere, porque ele corresponde às aspirações de seu povo; mas é obrigada a adotar a organização corporativa do

³⁹ BARROSO. *O integralismo de norte a sul*, p. 78.

⁴⁰ _____. *O que o integralista deve saber*, p. 119-120 (grifo no original).

⁴¹ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 155.

⁴² _____. *O integralismo e o mundo*, p. 33.

Estado para poder viver”.⁴³ Assim, apesar de elencar a Áustria de Engelbert Dollfuss como um dos “exemplos concretos na esteira dos grandes movimentos vitoriosos de Hitler e de Mussolini”,⁴⁴ o autor sustenta que somente o nacional-socialismo irá salvar de fato o país.

O padre Everardo Guilherme, importante religioso brasileiro dos anos 1930, critica a abordagem de Barroso sobre a situação austríaca, alegando que “Por esta opinião ofendem-se gravemente os sentimentos mais íntimos dos católicos e temos mais uma prova de que é necessário que a imprensa católica esclareça, continuamente, as inteligências, conforme a verdade”. O religioso alega que os austríacos eram grandes entusiastas do governo de Dollfuss, e, referindo-se novamente aos escritos de Barroso, diz que “Entre os meus amigos integralistas não conheço nenhum (...) que concorde com um tal modo de ver os acontecimentos na Áustria”.⁴⁵ Essas observações sugerem que Barroso atraía a desconfiança de setores da Igreja Católica, pois estes não partilhavam de sua admiração pelo nacional-socialismo. O regime de Dollfuss, que se caracterizou muito mais por uma feição católico-autoritária do que por um teor fascista, lutou contra os próprios nazistas austríacos⁴⁶ - conflitos esses que o integralista cearense não menciona, talvez por temer comprometer o seu chamado pela união dos nacionalistas do mundo.

Outro exemplo de como o autor omite os conflitos entre fascistas e regimes nacionalistas conservadores está na sua abordagem da experiência portuguesa. Diz o autor que “O nacional-sindicalismo dos camisas-azuis com a Cruz de Cristo de Rolão Preto, em Portugal, desapareceu do cenário da nação”. Porém, não haveria motivo para preocupação, já que “o governo de Salazar põe em prática quase todas as suas ideias, criando o Estado Corporativo Português”.⁴⁷

Aqui, o autor minimiza os conflitos existentes entre o nacional-sindicalismo e o governo de Oliveira Salazar, restringindo-se a afirmar que o primeiro simplesmente “desapareceu do cenário da nação”, sem dar maiores explicações. Em outro livro, o autor surpreende pela frieza com que trata do tema:

Sob a chefia de Rolão Preto, grande número de jovens fundaram um movimento nacional-sindicalista em Portugal. Usavam camisas-azuis e tinham como símbolo a cruz da ordem de Cristo. Sua doutrina esteava-se nos mais puros princípios do Integralismo Monárquico. Agitaram a opinião do país. Mas o ministro Salazar, quando começou a exercer a ditadura na presidência do Conselho de Ministros, dissolveu a organização e desterrou seus principais chefes.⁴⁸

⁴³ BARROSO. *O quarto império*, p. 168.

⁴⁴ _____. *Brasil, colônia de banqueiros*, p. 117.

⁴⁵ GUILHERME, Everardo. *Solidarismo e os sistemas fascistas*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937, p. 113.

⁴⁶ PAXTON. *A anatomia do fascismo*, p. 192.

⁴⁷ BARROSO. *O quarto império*, p. 166.

⁴⁸ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 183-184.

Talvez com o propósito de mitigar os conflitos que surgiam no seio dos movimentos nacionalistas, o autor se contenta apenas em dizer que Salazar acabou com a organização e desterrou seus chefes, sem fazer uma reflexão mais elaborada a respeito. Em julho de 1934, Salazar aboliu o partido dos camisas-azuis nacional-sindicalistas de Rolão Preto, insatisfeito que estava com seu radicalismo e suas exigências cada vez maiores. Salazar não era afeito a agitações fascistas, preferindo controlar a população por meio de instituições tradicionais, como a Igreja. Apenas com a eclosão da Guerra Civil espanhola e com a insuficiência das instituições tradicionais, Salazar instaurou o Estado Novo, que, a despeito das semelhanças com o fascismo, tinha um movimento de juventude e um partido único de camisas azuis sem poder algum⁴⁹.

Na Hungria, Barroso destaca o papel do almirante Miklos Horthy ao reerguer o país da séria crise pela qual passava após a derrota na Primeira Guerra Mundial:

O almirante pôs-se ao trabalho. Restituir ao país desmoralizado sua fé, curar-lhe as chagas incontáveis, expulsar de seu corpo a febre e a loucura das revoluções sucessivas, conciliar a fria incompreensão dos vencedores com o amor próprio dum povo ardoroso, restabelecer a legalidade e a ordem social, reprimir as paixões vingativas, as ambições e ciumadas originadas do bolchevismo generalizado, restaurar a vida econômica duma terra pilhada em que tudo desabara, enfim ordenar a esse moribundo: - “Levanta-te e caminha!”.⁵⁰

Os termos “chagas”, “febre” e “moribundo”, todos eles efeitos do “bolchevismo generalizado”, exprimem em grande medida o imaginário político do Brasil nos anos 1930, no qual o inimigo era associado a uma doença. Isso foi verdade especialmente no discurso anticomunista, que associava o país a um organismo vivo para o qual o comunismo era uma doença. Assim, eram comuns as metáforas biológicas ao se referir ao comunismo e à sua expansão: contágio, contaminação, infecção, cura, desintoxicação, entre outras⁵¹.

Com isso, vemos mais um exemplo de como Barroso destaca, em diferentes países, problemas similares aos brasileiros, além de descrever esses problemas usando figuras similares. Assim como o Brasil era uma “colônia de banqueiros”, a Hungria era uma “terra pilhada”; do mesmo modo que a Hungria padecia de uma série de doenças, o Brasil estava “tão doente quanto o mundo”. O integralismo seria esse remédio salvador, e aos integralistas caberia aplicar esse remédio “quer o doente queira ou não queira”, já que o que importava não era a vontade do “doente”, mas sim “obter a força para impor a nossa medicina”.⁵²

⁴⁹ PAXTON. *A anatomia do fascismo*, p. 248, 249.

⁵⁰ BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 113.

⁵¹ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O artil totalitário* (imaginário político no Brasil dos anos 30). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997, p. 42, 44, 45.

⁵² BARROSO. *O integralismo em marcha*, p. 110.

Ao discorrer sobre a Hungria, Barroso não cita os Cruzes Flechadas de Ferenc Szálasi, movimento fascista mais expressivo do país. Miklos Horthy nunca teve uma convivência pacífica com os Cruzes-Flechadas. O almirante selou alianças com Mussolini e Hitler, ao mesmo tempo em que reprimia manifestações fascistas internamente.⁵³ Provavelmente Barroso não queria trazer à tona a conflituosa relação entre os Cruzes-Flechadas e o almirante Horthy, sob pena de comprometer seu projeto de uma “internacional fascista”.

A ascensão do fascismo na Bulgária ocupa um espaço considerável na obra de Barroso:

As forças ocuparam as Centrais elétricas, ferroviárias e telegráficas durante a noite. Ao amanhecer, o regime liberal sem um protesto encaminhava-se para o cemitério. Estava encerrada a falação diária da Sobránié [a câmara] e terminada a era dos conchavos para formar ministérios com as eternas questões de mais uma pasta para contentar este ou aquele. Um sopro fascista derrubava o carcomido liberalismo, e o comunismo covarde, apesar da proximidade da Rússia, não teve o topete de pôr a cabeça à janela ao menos para ver o enterro de seu pai, o liberalismo...⁵⁴

O trecho acima praticamente resume as aflições de Barroso. Ao reduzir o parlamento búlgaro a uma “falação diária” e a “conchavos” em prol de interesses individuais, ao acusar o liberalismo de “carcomido” e ao alegar que este era pai do comunismo, Barroso projeta sobre a Bulgária suas angústias sobre o Brasil: o antiliberalismo, o anticomunismo, a desconstrução do antagonismo entre liberalismo e comunismo, a aversão ao parlamentarismo e aos jogos políticos tão característicos da República Oligárquica. O autor destaca que o fascismo búlgaro “não foi feito para servir à ambição deste ou daquele general, porém à ambição de uma pátria melhor”.⁵⁵ Já que o século XX seria o século dos *deveres* do homem, sua concepção política deveria colocar os interesses coletivos da nação acima dos interesses individuais de políticos – noção essa que já era defendida por intelectuais brasileiros dos anos 1920, a exemplo de Tristão de Ataíde.

Na Letônia, o movimento fascista era o Peskonkrusts. Nesse país, apesar do fim de um governo democrático e da implantação de um governo centralizador em maio de 1935, o novo governo ainda não teria chegado “ao ponto revolucionário que todo o povo deseja”. A dissolução do parlamento e dos partidos políticos e o confinamento dos líderes socialdemocratas em campos de concentração seriam “os sintomas da Revolução Fascista”:⁵⁶

A Letônia é uma janela que dá sobre a Rússia. Por ela os letões estão vendo o monstruoso domínio dos aventureiros e bandidos israelitas sobre a pobre Rússia. Deus os livre que semelhante gente venha anarquizar sua vida. E o fascismo é a sua legítima defesa. Não há maior desmoralização para a URSS do

⁵³ WEBER, Eugen. *Varieties of fascism* (doctrines of revolution in the twentieth century). Princeton: D. van Nostrand, 1964, p. 93.

⁵⁴ BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 48-49.

⁵⁵ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 47.

⁵⁶ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 35-36.

que a existência do fascismo nos pequenos países que a rodeiam no litoral Báltico. O Império Russo reduzira-os a meras províncias. Os Soviетes, hoje, têm medo deles. É o próprio senhor Arbo quem confessa que esses países, se tiverem de marchar, marcharão com a Alemanha contra os Soviетes!!!⁵⁷

O fato de o fascismo triunfar às margens da União Soviética seria a prova cabal do fracasso comunista. Se os letões, tão próximos dos soviéticos, preferiram o fascismo, o mesmo haveria de acontecer no Brasil. Quando Barroso prevê que a Letônia e outras repúblicas bálticas “marcharão com a Alemanha contra os Soviетes”, ele reafirma a existência de uma solidariedade fascista mundial. Ao descrever o fascismo letão como uma manobra de “legítima defesa”, Barroso deixa entrever o caráter defensivo do nacionalismo integralista.

A fim de justificar o rigor do fascismo letão e provar seu caráter defensivo, Barroso chama a atenção para as influências perniciosas que o judeu exerceeria sobre o país:

Os estudantes letões que fazem parte dos Peskonkrusts são dum antisemitismo feroz. Desde 1922 que a mocidade letona expulsou com pancadaria os estudantes judeus de suas escolas. Em Riga, muitas vezes os têm apupado e varrido dos cinemas e teatros. Em 1923, o governo instaurou um inquérito a respeito e verificou por ele que os estudantes nacionalistas tinham toda a razão. As universidades estavam invadidas pelos judeus, que ostentavam um grande luxo e só se consagravam ao estudo, enquanto que os filhos da nação explorada tinham de trabalhar para ganhar a vida e estudar.⁵⁸

Dado o exposto até aqui, vemos que a análise de Barroso apresenta uma série de recorrências. Os fascistas são elogiados por seu devotamento e por seu sacrifício em prol da nação. Eles também são valorizados em suas lutas contra forças desagregadoras: o comunismo, o liberalismo, os facciosismos políticos da democracia parlamentar, a opressão dos banqueiros e o judeu, a serviço do qual todas essas forças trabalhariam. Tais mazelas seriam também as mazelas brasileiras contra as quais o integralismo lutava. Tendo em vista que o inimigo era universal, o fascismo também deveria sé-lo, já que “a obrigação precípua de todo e qualquer movimento nacionalista é combater o ídolo áureo e seus sacerdotes judaicos”.⁵⁹ Um exemplo de como essa identificação entre objetivos teve respaldo no Brasil está no discurso do Dr. Affonso dos Santos que consta do livro do padre Everardo Guilherme:

O Integralismo, Senhores, é um movimento profundamente brasileiro; consulta inteiramente as realidades de nossa terra, de nossa gente, de nossa cultura e de nossa religião. É uma solução brasileira a um problema geral, que tem recebido, em outros países, soluções apropriadas a cada um deles. Não se trata apenas da Itália, da Alemanha; mas de outros países, como Portugal, Turquia, Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, que estão oferecendo correntes de opinião no sentido da reforma nacionalista e espiritualista em contraste ao internacionalismo materialismo [sic] de Moscou. Não temos os mesmos problemas da Europa, diz

⁵⁷ BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 37.

⁵⁸ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 37, 38.

⁵⁹ _____. *Integralismo e catolicismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937, p. 25.

o dr. Deadato. Engana-se. Já os temos. Não devemos fechar os olhos às realidades.⁶⁰

O sergipano José Augusto da Rocha Lima, importante intelectual católico, fornece-nos outro exemplo de como a estratégia de associar os inimigos do integralismo aos inimigos dos fascistas foi assimilada por alguns leitores. A edição de *O integralismo e o mundo* à qual tivemos acesso, disponível na biblioteca da FAFICH-UFMG, pertenceu ao dito intelectual, que fez valiosas anotações no ano de 1936⁶¹. Ao escrever sobre a Cruz de Fogo, grupo fascista francês, Barroso denuncia que, na França, as sociedades anônimas se transformaram em “um instrumento legal de ladroeiros e pilhagens”.⁶² Ao lado dessa passagem, Rocha Lima anotou: “Grande verdade! Temos exemplos em Sergipe?”. Quando o integralista cearense escreve que o grande beneficiário do capitalismo desregrado é “a oligarquia fechada e poderosa dos administradores” em detrimento dos acionistas,⁶³ Rocha Lima se entusiasma: “Muito bem! Em Sergipe, as fábricas de tecidos não pagam dividendos aos acionistas... ou pagam bagatela”. A seguir, ele arremata: “Eis o retrato exato das fábricas em Sergipe!”.

Demóstenes Madureira de Pinho, militante da AIB, observa que no Brasil dos anos 1930 “o dilema fascismo-comunismo esmagava qualquer capacidade de raciocínio” da juventude da época, “a não ser dos que, herdeiros de uma situação diluída pelo tempo, sonhavam manhosamente em prosseguir naquele jogo vazio e falso que se apelidava de liberal-democracia”.⁶⁴ Diante disso, um dos grandes objetivos de Barroso era justamente o de convencer seus leitores de que o fascismo era a melhor opção, apresentando ainda o integralismo como um representante brasileiro na luta fascista mundial. Um dos temas mais debatidos no Brasil dos anos 1920 e 1930 remetia à defesa de um Estado forte adaptado à “realidade brasileira”. Tal Estado deveria ser tributário de uma doutrina genuinamente nacional, em oposição ao regime de 1889, considerado incompatível com o país. Autores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Tristão de Ataíde e Euclides da Cunha já ressaltavam a importância do homem e das tradições sertanejas na busca pela “verdadeira nacionalidade”.⁶⁵ O afloramento do nacionalismo gerou terreno fértil para o antisemitismo e contribuiu para a popularidade das obras de Barroso⁶⁶. O projeto nacionalista

⁶⁰ SANTOS, Affonso dos. O integralismo é extremista e não pode ser extremismo – a significação nacional e internacional do fascismo. In: GUILHERME. *Solidarismo e os sistemas fascistas*, p. 201.

⁶¹ Ver imagens anexas no fim do artigo.

⁶² BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 100.

⁶³ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 100, 101.

⁶⁴ PINHO, Demóstenes Madureira de, citado por MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras/Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 139.

⁶⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e antisemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. Dissertação (mestrado em história) - USP, Programa de Pós-Graduação em História, 1992, p. 161-162, 166.

⁶⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antisemitismo na Era Vargas* (Fantasmas de uma geração – 1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 355, 356.

de Barroso, potencializado pela sua produção literária e pelo seu papel na fundação do MHN, estava em sintonia com a ascensão de movimentos nacionalistas no mundo e com os intensos debates intelectuais dos anos 1920 e 1930 em busca de uma identidade nacional. As obras do integralista cearense influenciaram e foram influenciadas por esse cenário político e intelectual. Foi nesse cenário que suas ideias encontraram condições históricas para emergir e se difundir.

Por fim, é digno de nota o fato de Barroso omitir temas que evidenciam tensões no seio dos nacionalismos. Tais cisões eram comuns em países como a Hungria, Portugal, Espanha e Áustria, onde movimentos fascistas entraram em choque com regimes autoritários conservadores. Diferente de regimes como os de Horthy, Salazar, Franco e Dolfuss, o fascismo “Não [estava] comprometido com uma continuidade conservadora em relação ao passado recente, ou um mero retorno reacionário a ele, mas orientado para o futuro”.⁶⁷ Notamos que, em Barroso, “o texto, a ideia, cria o mundo, dá sentido à existência e configura a realidade, que passa a existir depois; jamais antes”. O autor tem um projeto para o mundo, mas, em seus textos, “o mundo e os fatos se conformam à teoria, e não o contrário”.⁶⁸ Aqui, é pertinente a noção de “atos de instituição”, já que temos “um indivíduo, agindo (...) em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente”, que quer transmitir a alguém sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, “cobrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída”. Exprimindo sua visão de mundo, Barroso ajuda a “fazer a realidade desse mundo”.⁶⁹ Ou seja: conclamando os nacionalistas a se unirem, nosso autor configura uma realidade na qual tal união é possível. Ainda que tal proposta apresentasse inconsistências, isso não faria diferença, pois o poder das palavras não reside nelas, mas naquele que as enuncia.⁷⁰

O integralismo à luz dos fascismos

O panegírico que Barroso dirige aos fascismos de diversos países nem sempre era partilhado por outros setores da sociedade. A simpatia que os brasileiros nutriam pelos movimentos fascistas europeus sempre esbarrava no caráter racial do nacional-socialismo alemão e em seu suposto paganismo. Admirava-se o Terceiro Reich em sua luta contra o comunismo, o liberalismo e a maçonaria, mas se reprovava seu racismo e sua perseguição aos cristãos. O padre Everardo Guilherme esperava que o integralismo não seguisse esse rumo:

O nazismo nacional proibiu a maçonaria, mas prendeu as crianças católicas na mesma cadeia, expulsando os religiosos e professores católicos. Não é mentira

⁶⁷ LINZ, Juan citado por CAZETTA, Felipe *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2011, p. 69.

⁶⁸ CYTRYNOWICZ. *Integralismo e antisemitismo*, p. 57, 79.

⁶⁹ BOURDIEU. *A economia das trocas linguísticas*, p. 82.

⁷⁰ _____. *A economia das trocas linguísticas*, p. 85.

dizer que os católicos na Alemanha compraram nabos em saco com sua concordata e é justamente isto que obriga a ponderar bem os atos dos chefes integralistas. As circunstâncias na Alemanha e no Brasil são diferentes, daí a diferença na apreciação e na aplicação do fascismo, porém a origem da doutrina é a mesma Itália, com o seu chefe Mussolini. Entretanto, há esperança e possibilidade de que o integralismo seja aplicado num sentido leal a respeito da liberdade da religião e da Santa Madre Igreja.⁷¹

Não bastassem as desavenças com setores da Igreja Católica, Barroso ainda tinha problemas com Plínio Salgado. Como fundador da AIB, Plínio se preocupava com a originalidade de sua doutrina, abstendo-se de explorar as semelhanças desta com os fascismos europeus⁷². Em sua carta de natal de 1935, publicada no jornal ele critica duramente Hitler e o nacional-socialismo⁷³. Oscar Mendes, cujo discurso também consta do livro do padre Everardo Guilherme, não poupava críticas ao Terceiro Reich, denunciando a perseguição aos católicos alemães e o caráter racista e anticristão do nacional-socialismo:

No caso da perseguição religiosa na Alemanha nós vimos e estamos vendo como o ditador nazista vem agindo. Perseguindo todas as religiões no território alemão e especialmente a católica, diz-se depois a vítima e esbraveja grotescamente até contra um cardeal norte-americano, somente porque o princípio da Igreja teve o desassombro de se referir à antiga profissão do sr. Hitler ao tempo em que ele não usava bigodinho e não fazia gestos simbólicos. (...) No seu ódio aos católicos e a qualquer religião, dizem que já estabeleceu um dilema para o cidadão alemão: ou Cristo, ou Hitler.⁷⁴

Assim, Barroso era um intelectual imerso em conflitos não só com a Igreja e outros integralistas, mas também – e mais claramente – com os movimentos de esquerda, a exemplo da ANL e do PCB. Segundo Eliana Dutra, a esquerda brasileira acusava o integralismo de agir a serviço do imperialismo nazifascista, ameaçando a soberania brasileira⁷⁵. Muitas vozes na imprensa e no Congresso alegavam que os camisas-verdes recebiam armas da Alemanha. Até observadores estrangeiros viam na AIB um órgão a serviço dos interesses do Terceiro Reich em terras brasileiras⁷⁶. Era imperativo, portanto, apresentar o integralismo como uma doutrina genuinamente brasileira, pois associá-lo a fórmulas estrangeiras acabaria por destruir um dos seus grandes trunfos: a não filiação a ideologias alienígenas. Por outro lado, afastando o integralismo por completo dos fascismos europeus, o integralismo perderia o seu respaldo internacional. O antisemitismo permitia estabelecer um elo entre o integralismo e os fascismos europeus,

⁷¹ GUILHERME. *Solidarismo e os sistemas fascistas*, p. 100, 101.

⁷² TRINDADE. *Integralismo*, p. 212.

⁷³ SALGADO, Plínio. Carta de natal e fim de ano. In: SALGADO, Plínio. *O integralismo perante a nação*. 2^a edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950, p. 54, 55.

⁷⁴ MENDES, Oscar. Os destruidores da Alemanha. In: GUILHERME. *Solidarismo e os sistemas fascistas*, p. 242, 243.

⁷⁵ DUTRA. *O ardil totalitário*, p. 95.

⁷⁶ HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 32.

ajudando a situar o integralismo como parte de uma tendência mundial, e não como manifestação isolada⁷⁷. Assim, o autor busca um meio-termo:

Alguns escrevinhadores imbecis, sem cultura para entender nossa missão e nosso raciocínio, a cada passo nos chamam de imitadores do fascismo ou plagiadores do hitlerismo. Não somos imitadores e plagiadores dum ou doutro, como não o é o grande movimento dos camisas azuis que Mosley desencadeia na velha Inglaterra. Somos simplesmente ramos da mesma árvore, filhos da mesma doutrina, resultados da mesma concepção totalitária do universo.⁷⁸

Tentando ressaltar o caráter cristão do integralismo – e consequentemente afastando-o do suposto paganismo nazista – o autor escreve, em 1937, que, “se somos um povo cristão, se queremos criar um Estado Cristão (...) o nosso conceito de cultura tem de ser, fatalmente, um conceito espiritual, um conceito cristão”. Tal conceito “não vem batizado com a ardência do sol líbico, nem com a espuma das cachoeiras que cantam nos araxás e nos sertões americanos, mas com a água azul do velho mar Mediterrâneo”.⁷⁹ Note-se como essa passagem parece querer retificar essa outra, escrita dois anos antes: “Seus olhos [do Brasil] não se podem voltar para as estepes gélidas da Rússia, onde habitam outros Deuses, mas para os sertões queimados de sol e as serranias banhadas de luz onde ainda falam os seus Egrégoros formidáveis!”⁸⁰

Dessa forma, não podemos nos iludir pelo panegírico integralista à miscigenação e à integração racial. Isso porque o projeto integralista “tinha como objetivo a construção e formação de uma homogeneidade racial e étnica da população, através do caldeamento racial e cultural, resultando no almejado predomínio da raça e cultura brancas”.⁸¹ Índios e negros só são valorizados na medida em que compactuam com o projeto civilizador lusitano cristão.

A seguinte passagem é ainda mais significativa quanto às tentativas do autor de ressaltar a originalidade integralista. Comentando as relações entre integralismo e nazi-fascismo, ele diz:

Separam-nos, no entanto, diferenças profundas. O Fascismo se enraíza na gloriosa tradição do Império Romano e sua concepção do Estado é cesariana, anticristã. O Estado nazista é também pagão e se baseia na pureza da raça ariana, no exclusivismo racial. Apoiado neste, combate os judeus. O Estado Integralista é profundamente cristão, Estado forte, não cesarianamente, mas cristamente, pela autoridade moral de que está revestido e porque é composto de homens fortes.⁸²

Diante das acusações que Plínio Salgado e setores da Igreja dirigem ao regime de Hitler, é compreensível que Barroso não tenha levado às últimas consequências a sua identificação com o

⁷⁷ CYTRYNOWICZ. *Integralismo e antisemitismo*, p. 192.

⁷⁸ BARROSO. *O integralismo em marcha*, p. 89.

⁷⁹ _____. *Integralismo e catolicismo*, p. 58.

⁸⁰ _____. *A palavra e o pensamento integralista*, p. 176.

⁸¹ CRUZ. *O integralismo e a questão racial*, p. 276.

⁸² BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 17.

nacional-socialismo. Por isso seu empenho em enfatizar a diferença e a superioridade do integralismo perante seus congêneres. O padre Everardo Guilherme é um exemplo de como o público católico estava atento aos escritos de Barroso. Apesar das críticas, o religioso transcreve a parte final do fragmento acima reproduzido e, com isso, expressa sua esperança de que “se os primeiros chefes [integralistas] não forem defensores dos interesses nacionais, com uma paixão ‘chauvinista’ (...) poderemos esperar a prosperidade do novo fascismo-brasileiro”. Conclui-se então que “o internacionalismo-integralista *promete ser harmônico*”.⁸³

Diferente também seria o corporativismo propugnado pelo integralismo: “As Corporações na Itália e na Alemanha refletem o Estado; no Brasil, produzem o Estado”. A organização do Estado no Brasil integralista partiria das famílias, ao passo que na Alemanha nazista e na Itália fascista o impulso viria de cima: o governo organizaria tudo, até o âmbito familiar⁸⁴. O modelo de Estado proposto pelo autor remete à “cordialidade” de que nos fala Sérgio Buarque de Holanda. Contemporâneo de Gustavo Barroso, o autor de *Raízes do Brasil* observa que, naquele tempo, ainda eram frequentes os focos de resistência ao processo de substituição dos laços de sangue e afeto por princípios abstratos e impessoais. Tais focos se achavam em diversos círculos, dos quais o mais forte foi a família, sendo que um importante desdobramento “da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar (...) está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós.”⁸⁵ Assim como o homem cordial é incapaz de perceber limites entre o público e o privado, lidando com o político como quem lida com assuntos particulares,⁸⁶ o Estado integralista seria uma projeção do ambiente familiar sobre a política.

Roney Cytrynowicz afirma que as camadas médias urbanas brasileiras nos anos 1930 viviam à sombra das oligarquias rurais, ocupando cargos importantes de governo e usufruindo da ordem estabelecida.⁸⁷ Com a derrota dessas oligarquias consumada em 1930 e 1932, as camadas médias que nelas se apoiavam protagonizaram um “surto de organizações ‘radicais’ de direita a que se filiaram diversos jovens, políticos e intelectuais desejosos de escapar por essa via ao destino de seus antigos patrões”.⁸⁸ Entre essas camadas médias “órfãs” encontramos também os integralistas. Assim, o integralismo pode ser considerado um dos últimos suspiros do homem cordial, saudoso do Brasil oligárquico, patriarcal e agrário-exportador. O integralismo seria um

⁸³ GUILHERME. *Solidarismo e os sistemas fascistas*, p. 75, 140.

⁸⁴ BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 18.

⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14ª edição. Coleção documentos brasileiros, volume 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 103, 106 (grifo nosso).

⁸⁶ _____. *Raízes do Brasil*, p. 105, 106.

⁸⁷ CYTRYNOWICZ. *Integralismo e antisemitismo*, p. 150.

⁸⁸ MICELI. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p. 78.

dos focos de resistência que, no Brasil dos anos 1930, brandia o tacape dos valores afetivos diante da marcha avassaladora do capitalismo frio e impessoal.

Em suma: Barroso justifica a superioridade do integralismo pelas suas raízes cristãs, pelo seu universalismo (em contraposição aos exclusivismos raciais nazifascistas) e por seu corporativismo diferenciado. Com isso, ele conclui que “o Integralismo está num ponto em que se não pode aproximar do Fascismo e do Nazismo sem perda de expressão; mas em que ambos podem evoluir até ele”.⁸⁹ Extrapolando a “falácia autonomística” que Gilberto Vasconcellos atribui ao integralismo,⁹⁰ nosso autor insiste não só na singularidade e na superioridade da doutrina integralista, como também ressalta que ela deve servir de modelo aos nacionalistas de outros países. Os exclusivismos raciais seriam, para Barroso, somente aspectos negativos dos quais os fascismos europeus deveriam se livrar para o seu próprio bem (e também para o bem do projeto barrosiano de uma solidariedade fascista internacional).

O integralismo figuraria como modelo para os fascismos europeus graças à sua maior dose de espiritualidade, resultado de seu surgimento tardio:

O Integralismo Brasileiro, que simboliza no SIGMA a soma de todas as realidades, fatores, atividades e aspirações dum grande pátua, desmoralizada pelo liberalismo, solapada pelo comunismo e escravizada pelo banqueirismo, de todos os movimentos fascistas do mundo atual é aquele que contém maior dose de espiritualidade. Surgido depois de Mussolini e de Hitler, ele afirma mais fortemente o primado do espírito e mais alto se eleva, como prova sua doutrina, para as verdades eternas que cintilam nas auroras dos novos tempos.⁹¹

Barroso se apropria de um fator que poderia ser considerado prejudicial ao integralismo – o seu não pioneirismo – e transforma-o em um elemento que conspira a seu favor. Além disso, na Itália a ascensão do fascismo teria se dado de forma apressada, com a prática precedendo a teoria. Mesmo Mussolini admitia que os anos que precederam a Marcha Sobre Roma foram anos difíceis, nos quais a necessidade de ação imediata impediu a elaboração de um programa mais sólido⁹². O integralismo, por sua vez, teria conseguido se desenvolver plenamente no plano das ideias para só depois se concretizar na prática:

De todos os movimentos de caráter fascista (...) o Integralismo Brasileiro é o que contém maior dose de espiritualidade e um corpo de doutrina mais perfeito, indo desde a concepção do mundo e do homem à formação dos grupos naturais e à solução dos grandes problemas materiais.⁹³

⁸⁹ BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 18.

⁹⁰ VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira* (análise do discurso integralista). São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 57, 58. A “falácia autonomística” é a reivindicação integralista de uma originalidade diante de quaisquer doutrinas estrangeiras, recusando a se reconhecer como tributário delas.

⁹¹ BARROSO. *O quarto império*, p. 174.

⁹² MUSSOLINI, Benito. The political and social doctrine of fascism, 1932. In: WEBER. *Varieties of fascism*, p. 148.

⁹³ BARROSO. *O integralismo e o mundo*, p. 15.

Logo, diferente do que escreve Jefferson Rodrigues Barbosa,⁹⁴ a tentativa da AIB de desvincilar-se dos fascismos europeus não acontece apenas após o golpe do Estado Novo. Vimos que desde *O integralismo em marcha*, escrito em 1933, Gustavo Barroso já enfatizava a peculiaridade do integralismo diante de doutrinas estrangeiras. Além disso, como também já demonstramos, outros textos do autor anteriores a 1937 já pontuavam que o integralismo era uma doutrina singular, com características que o diferiam dos fascismos europeus. Após a decretação do Estado Novo, muitos dos trechos escritos por Gustavo Barroso foram publicados no jornal integralista *Ação*. É o caso dos dois últimos trechos reproduzidos acima, que saíram no *Ação* de 15 de dezembro de 1937, em artigo intitulado “Nacionalismo, Fascismo e Nazismo”. No trecho reproduzido no jornal, porém, trocou-se “afirma” por “afirmava”, “integralismo” por “ex-integralismo” e “contém” por “continha”, revelando a resignação dos camisas-verdes diante da proibição da AIB. Outros dois trechos aqui transcritos (extraídos de *O integralismo e o mundo*, p. 16, 17) também foram reproduzidos nesse artigo, com os mesmos tipos de modificações: escrevendo-se “ex-integralismo” e colocando os verbos no passado⁹⁵.

Evidência inequívoca da superioridade integralista teria sido sua “exata compreensão desse sentido revolucionário” no qual “dão-se as mãos através dos tempos e dos espaços o ‘Zend-Avesta’, José de Maistre, d’Eraínes, Ferrero e o chefe Plínio Salgado”.⁹⁶ Em outras palavras: só o integralismo teria tido a sensibilidade de perceber a “primavera fascista”, cabendo a ele despertar os seus “irmãos” ao redor do mundo. O teor defensivo e até mesmo confraternizador do nacionalismo integralista é tão forte na obra de Barroso que o autor chega ao paroxismo de atribuir traços defensivos a outros fascismos no mundo:

Os Francistas [fascistas franceses] pensam em francês na hora em que certos operários pensam em russo, certos intelectuais pensam em grego, certos franceses admiram tanto a antiga Roma que preferem César ao seu glorioso adversário, Vercingetórix, defensor do solo pátrio, e em que outros, enfim, pensam como judeus, o que é o cúmulo do abastardamento moral. (...) Os Francistas são mais do que franceses e por isso admiram os fascistas italianos e os nazis alemães, porque eles são os mais italianos dos italianos e os mais alemães dos alemães.⁹⁷

Gustavo Barroso valoriza nos “sonhos do passado” mobilizados pelos fascismos sua capacidade de promover a paz e a compreensão entre os povos. Ele se decepciona ao constatar que os franceses se identificavam mais com César do que com Vercingetórix, guerreiro que

⁹⁴ “Depois da concretização do golpe do Estado Novo a AIB tenta desvincilar a imagem dos integralistas com os partidos e movimentos políticos europeus que faziam apologia nas edições anteriores do *Ação*”. BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Unesp, Marília, 2007, p. 189.

⁹⁵ _____. *Sob a sombra do eixo*, p. 189.

⁹⁶ BARROSO. *O quarto império*, p. 148.

⁹⁷ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 103.

comandou os gauleses na luta contra o domínio romano. Para Barroso, essa valorização dos heróis nacionais não teria como fim acirrar as rivalidades com outros povos, mas sim aproximar os. Ao dizer que os franceses admiraram os fascistas italianos e os nazistas alemães por estes serem verdadeiramente italianos e alemães, ele tenta não só pintar um quadro de camaradagem entre os fascistas do mundo, mas também dizer que só o nacionalismo promoveria a paz mundial. Cada povo tem os seus “egrégoros”, e cada nacionalista deveria se identificar com esses egrégoros não em *detrimento*, mas em *benefício* dos demais povos. É por isso que o autor contrapõe o “internacionalismo individualista do século passado” ao “universalismo personalista das doutrinas denominadas *fascistas*”, sendo que estas últimas se diferenciam não só pelo respeito à liberdade e à dignidade humanas, mas também porque “se universalizam pelo seu espiritualismo”.⁹⁸ As obras de Barroso, portanto, são entremeadas pelo exercício de se conferir ao fascismo um aspecto que só o comunismo e o liberalismo apresentavam: a possibilidade de se universalizar.

O internacionalismo seria um dos muitos inimigos contra os quais o integralismo se bateria, já que ele “acaba com as Pátrias em benefício exclusivo dos que não têm pátria” – isto é, os judeus. Barroso defende que todo homem deve ser regionalista, patriota e universalista ao mesmo tempo: regionalista por amor ao pequeno espaço no qual nasceu, patriota como extensão desse sentimento ao resto do país, e universalista pelo sentimento de pertença a uma mesma humanidade. Assim, “É necessário ser, *suficientemente*, os três”, já que “nenhum deles, bem entendido, colide com os outros e todos levam à mesma ascensão espiritual”.⁹⁹

No Brasil dos anos 1930, onde litígios fronteiriços e rivalidades nacionalistas praticamente inexistiam, a ideia de uma internacional fascista era concebível. Em se tratando da Europa pós-Guerra, porém, essa era uma questão bem mais complexa. Nem mesmo a aliança entre Roma e Berlim fugia desse dilema. A ideologia nacionalista era fonte, a um só tempo, de solidariedade e competição entre as matrizes fascistas italiana e alemã. Fascismo e nacional-socialismo eram irmãos, mas irmãos que estavam sempre brigando por poder e por espaço¹⁰⁰. O integralismo brasileiro não fugiria a esse impasse. Segundo Bertonha, “a relação de Roma com a AIB (...) é perfeitamente integrada ao padrão mais geral que indica (...) que o relacionamento entre movimentos e Estados fascistas gira em torno da competição nacionalista e da solidariedade/competição ideológica”. Porém, “no limite, ele [o relacionamento] acaba conduzindo ou a conflitos inadministráveis ou à subordinação de um pelo outro”.¹⁰¹ As tensões entre os integralistas e os planos da Alemanha nazista para o sul do Brasil são bastante representativas

⁹⁸ _____. *O integralismo e o mundo*, p. 13, 14.

⁹⁹ _____. *O que o integralista deve saber*, p. 68, 69.

¹⁰⁰ BERTONHA. *A questão da ‘Internacional Fascista’*, p. 106, 109.

¹⁰¹ _____. *A questão da ‘Internacional Fascista’*, p. 112 (grifo nosso).

nesse sentido, já que o nacionalismo integralista “chocava-se frontalmente com os interesses culturais alemães no Brasil, pois, em seu desejo de forjar uma nação unida, os camisas-verdes insistiam na assimilação de todas as ‘colônias estrangeiras’”¹⁰² Ao visitar Blumenau em 1935, Plínio Salgado teria dito a um líder nazista que “Já que temos os mesmos inimigos, somos amigos”. Porém, “se só adversários comuns (...) forjavam o elo entre os dois movimentos, quanto tempo duraria a amizade? Era esta a pergunta que elementos alemães se faziam nos anos 30, e a resposta lógica os preocupava”.¹⁰³ Atentemo-nos ainda para a prontidão com que os integralistas demonstraram seu apoio ao presidente Vargas na sua declaração de guerra ao Eixo em agosto de 1942. Entre os abajo-assinados do telegrama, pelo qual os integralistas se dispunham a se sacrificar “sem distinção de classe ou idade, pela soberania nacional”, encontramos o próprio Gustavo Barroso.¹⁰⁴

Segundo Paxton, em seus estágios iniciais o discurso fascista apresentava um teor anticapitalista e anti-imperialista que desvanecia à medida que o fascismo se aproximava do poder¹⁰⁵. Muitos aderiam ao Partido Nacional-socialista atraídos justamente pelo seu teor “socialista”, compondo a chamada “ala proletária” do partido¹⁰⁶. Assim, como bem observou Antônio Rago Filho, “para Barroso não há sequer uma suspeita da natureza ontológica do fascismo como um *nacionalismo imperialista* intimamente colado à expansão econômica dirigida pelo grande capital”.¹⁰⁷ Posteriormente, outro importante integralista, o jurista Miguel Reale, explicaria que, àquela época, ele não conseguia perceber que o fascismo estava tomando contornos imperialistas e sujeitando-se aos imperativos do capital¹⁰⁸. Essa inclinação de vários brasileiros – integralistas ou não – a ver o nazi-fascismo muito mais como um aliado do que como um rival foi um importante fator que contribuiu para a emergência e difusão da postura intelectual e política propugnada por Barroso.

Conclusões

Em 1936, no auge da atuação da AIB, Sérgio Buarque de Holanda escrevia:

Desde já podemos sentir que não existe quase mais nada de agressivo no incipiente mussolinismo [sic] indígena. Na doutrinação dos nossos “integralistas”, com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuais italianos, faz falta aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica,

¹⁰² HILTON. *O Brasil e a crise internacional*, p. 34.

¹⁰³ _____. *O Brasil e a crise internacional*, p. 35.

¹⁰⁴ SALGADO, Plínio. Na declaração de guerra do Brasil às potências do eixo. In: SALGADO. *O integralismo perante a nação*, p. 183.

¹⁰⁵ PAXTON. *A anatomia do fascismo*, p. 91, 102.

¹⁰⁶ SHIRER, William L. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. 6ª edição, Volume 1, Tradução de Pedro Pomar, Leonidas Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 220, 221.

¹⁰⁷ RAGO FILHO. *A crítica romântica da miséria brasileira*, p. 254.

¹⁰⁸ _____. *A crítica romântica da miséria brasileira*, p. 254, 256.

que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destes transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos.¹⁰⁹

A breve exposição que fizemos acerca da postura de Gustavo Barroso diante da ascensão do fascismo no mundo endossa de forma exemplar tais observações. A crença que o integralista cearense nutria em uma grande união dos fascistas em prol de uma causa comum contrastava com a agressividade e a arrogância que marcavam os fascismos europeus. Ao escrever “nacionalistas de todos os países, uni-vos!”, Gustavo Barroso exprime toda a “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade¹¹⁰” que caracterizavam o seu “fascismo cordial”, despojado da “truculência desabrida e exasperada” que seus irmãos europeus apresentavam.

Gustavo Barroso acreditou na possibilidade de os nacionalistas do mundo se unirem contra o ardil judaico que buscava destruir as nações. Assim, mais do que um “fascismo cordial”, vemos no discurso do autor um “fascismo ingênuo”, que acreditava na união de movimentos exclusivistas e belicosos. O resultado final dessa “primavera fascista” seria um mundo mais justo e pacífico para todas as nacionalidades e etnias, ao passo que os fascismos europeus advogavam um mundo mais justo e pacífico somente para suas respectivas nações.

Apesar do entusiasmo com os movimentos nacionalistas, o discurso de Barroso é entremeado por interstícios nos quais ele ressalta a superioridade do integralismo diante do nazi-fascismo. Em última instância, portanto, nem mesmo o integralismo escapou por completo ao caráter exclusivista tão comum nos fascismos europeus. Sua proposta de uma “internacional fascista” vinha sempre acompanhada pela ênfase na superioridade da doutrina do sigma e por críticas mais ou menos explícitas a certos aspectos de outros movimentos fascistas – a exemplo do racismo e do paganismo. Ao propor que todos os nacionalistas do mundo se unissem, Barroso paradoxalmente acabou mostrando o quanto inviável era esse mesmo projeto e o quanto problemática era a ideia de uma “internacional fascista”. O dilema “solidariedade X conflito”, que, como nos mostrou Bertonha, permeava as relações entre movimentos e regimes fascistas de diferentes países, se manifestou de forma exemplar nos escritos de Gustavo Barroso.

¹⁰⁹ HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 141.

¹¹⁰ _____. *Raízes do Brasil*, p. 106.

Anexo: notas de José Augusto da Rocha Lima no livro *O integralismo e o mundo*¹¹¹

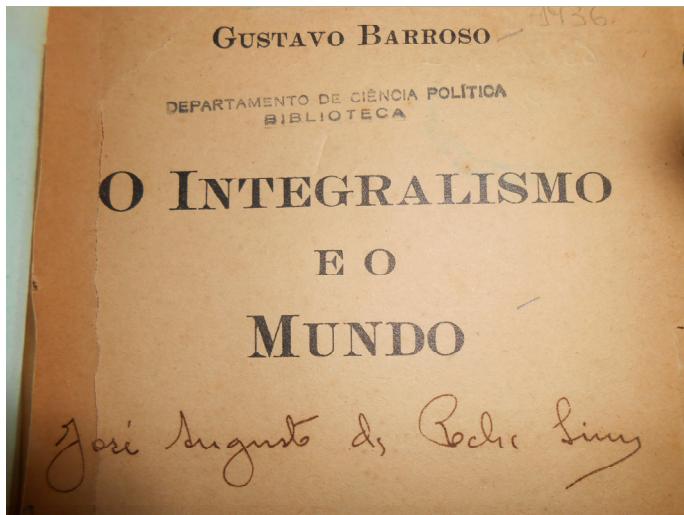


Imagen 1 - [sem legenda]

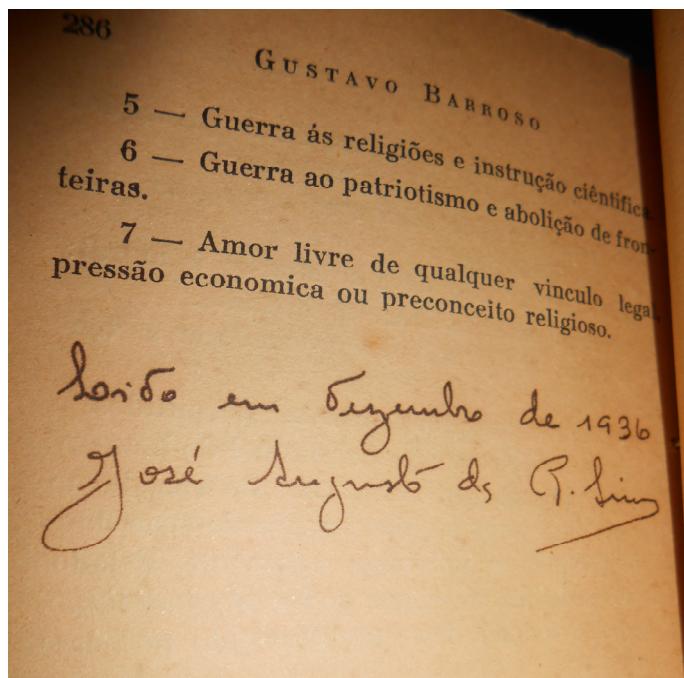


Imagen 2 - “Lido em dezembro de 1936. José Augusto da Rocha Lima”.

¹¹¹ **Fonte:** arquivo pessoal.

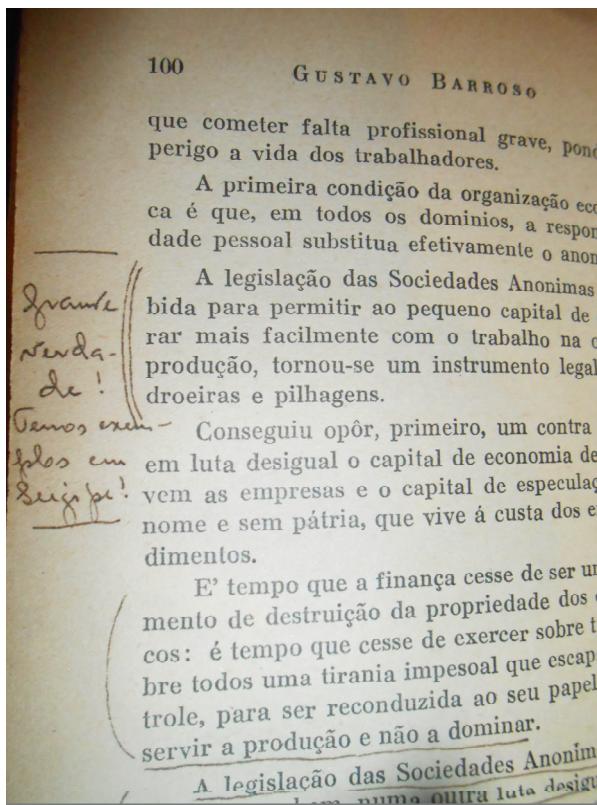


Imagen 3 - "Grande verdade! Temos exemplos em Sergipe".

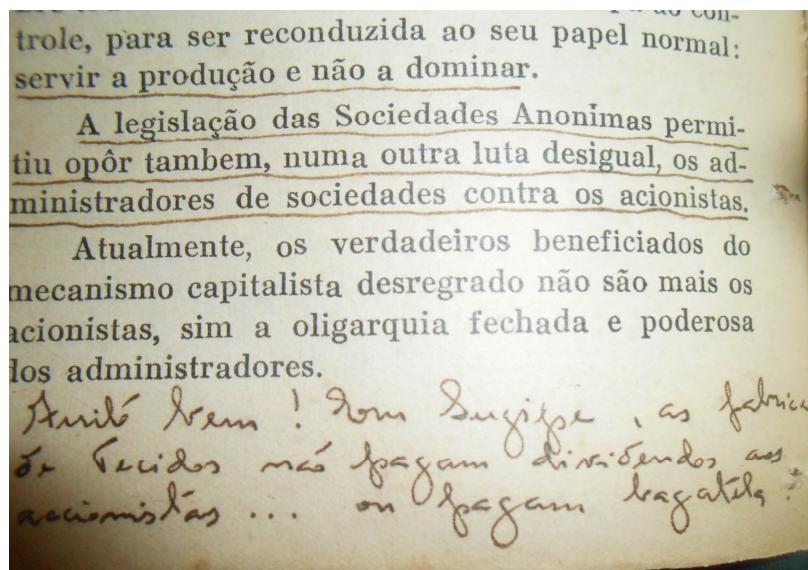


Imagen 4 - "Muito bem! Em Sergipe, as fábricas de tecidos não pagam dividendos aos acionistas... ou pagam bagatela".

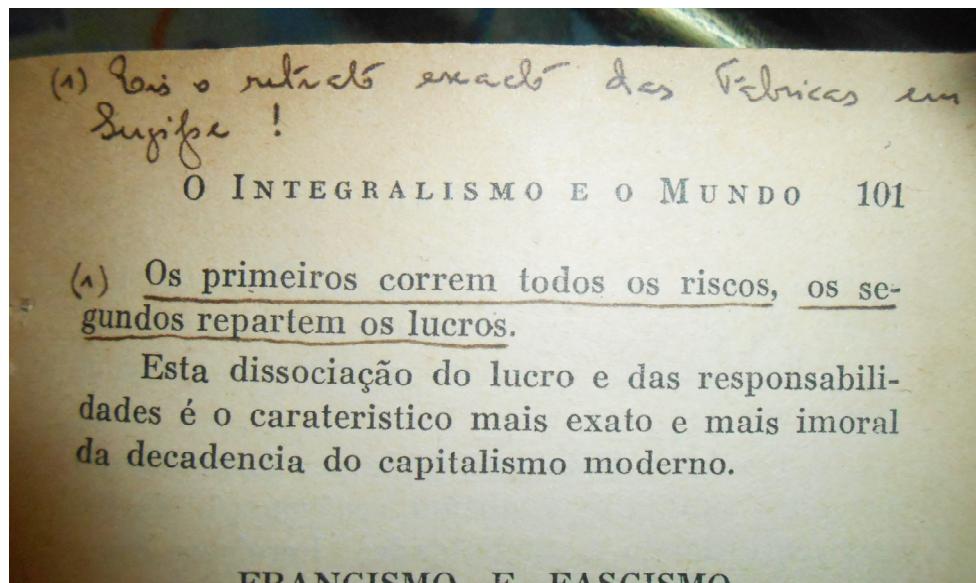


Imagen 5 - “Eis o retrato exato das fábricas em Sergipe!”.

Recebido em: 10/03/2014

Accepted em: 05/08/2014

Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sob o olhar de Henry Koster

An anglo-lisbonian in Joanine Brazil: slavery, religion and politic under the gaze of Henry Koster

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

Doutorando em História Cultural

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

sergiowfilho@ig.com.br

RESUMO: Seis anos após ter chegado pela primeira vez ao Brasil, o inglês Henry Koster publicaria em Londres suas impressões sobre este território para o qual partira em 1809 com o intento de cuidar de sua saúde. Koster, filho de um comerciante inglês, mas nascido em Lisboa, ficou conhecido na Europa pela publicação do livro '*Travels in Brazil*', no qual expôs a seus compatriotas seu olhar e suas vivências no Brasil do período Joanino. Este artigo tem por objetivo discutir as nuances da escrita de Koster relativas à suas impressões e experiências no Brasil do início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de viagem, Brasil, Período Joanino.

ABSTRACT: Six years after he first arrived in Brazil, the Englishman Henry Koster published in London his impressions of this territory to which departed in 1809 with the intent of taking care of your health. Koster, son of an English merchant, but born in Lisbon, was known in Europe by the publication of the book '*Travels in Brazil*', which exposed to his compatriots her gaze and their experiences in Brazil the Joanine Period. This article aims to discuss the nuances of writing Koster regarding their impressions and experiences in Brazil in the early nineteenth century.

KEYWORDS: Travel literature, Brazil, Joanine Period.

Tenho um certo prazer em descrever e viajar em novas regiões e esta parte do território que atravessara era desconhecida para qualquer inglês. Pelas sensações pessoalmente sentidas, imagino quanto agradará ao viajante nessas zonas inexploradas o encontro de novidades ao primeiro olhar. (...) sempre desejei ardenteamente ser o primeiro homem civilizado que fizesse a jornada de Pernambuco a Lima.¹

Com estas palavras, Henry Koster postou em seus escritos de viagem qual teria sido o seu projeto quando de sua vinda ao Brasil em meados de 1809. Porém, este foi seu olhar em 1816, após já completada a jornada. Ou seja, somente após seu retorno à Inglaterra, a edição de seus escritos, com o auxílio de seu amigo Robert Southey na seleção de suas memórias sobre a viagem, foi que tais palavras foram publicadas sobre experiências de anos passados.

¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12 ed. Vol 1. Trad. de Câmara Cascudo. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 208.

Durante os séculos XVIII e XIX, amplificou-se a prática do gênero narrativo-descritivo denominado “literatura de viagem” que poderia perpassar, dentre outros aspectos: os hábitos, os costumes, a economia, a história, as práticas políticas e a biodiversidade dos locais visitados. Deve-se salientar que tais discursos muitas vezes eram cercados pelo referencial do que se compreendia como “modernidade”, onde existia claramente o ensejo por “ampas transformações no plano da sociedade e cultura”².

A literatura de viagem não se tratou de uma invenção do século XIX. Ao contrário, o viajar e compilar as experiências e interpretações sobre o “outro” era algo que já compreendia a realidade de viajantes medievos. Porém, tais relatos, paulatinamente, inspiravam novos escritos, pois o relato do viajante, quando publicado, não traçava apenas o fim de uma viagem, mas denotava o início de tantas outras ocorreriam após a leitura do dito relato.

Todorov pondera que o “relato de viagem não é, em si mesmo, o ponto de partida, e não somente o ponto de chegada, de uma nova viagem? O próprio Colombo não tinha partido porque havia lido o relato de Marco Polo?”³, ao que Edward Said e Peter Burke parecem tentar responder ao problema acima com dois caminhos antagônicos, porém verossímeis:

Muitos viajantes se descobrem dizendo sobre uma experiência num país novo que ela não corresponde a suas expectativas, querendo dizer que ela não é o que um livro afirmava que seria.⁴

Pode-se mostrar que alguns viajantes haviam lido sobre o país antes de nele porem os pés, e, ao chegar, viram o que haviam aprendido a esperar.⁵

Entretanto, o decurso dos séculos trouxe em seu bojo uma série de modificações no modo de ver e vivenciar o mundo, e, desta forma, modificaram-se os interesses ao viajar ao mesmo tempo em que ocorriam mutações nos interesses do público leitor deste gênero literário. Uma maior acessibilidade ao livro impresso nos séculos XVIII e XIX também redundou na diversificação dos leitores.

Os séculos XVIII e XIX são marcados pela efervescência deste tipo de literatura. A Europa ocidental vivenciou um período de intensificação do interesse pelas viagens científicas ou de lazer, desenvolvendo também a escrita destes relatos das peripécias de viajantes em terras

² BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: Cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 10-11.

³ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. 3 ed. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 17.

⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 141.

⁵ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Goez de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 86.

estrangeiras, aguçando a curiosidade dos leitores por estes “diários” repletos de aventuras exóticas⁶.

O escrito do viajante passou a ser o guia, o ponto de referência, dos que almejavam seguir seu exemplo ou, então, um aparato de lazer àqueles que não podiam viajar, mas que se divertiam em conhecer novidades acerca deste admirável mundo novo e estranho que se encontrava nas territorialidades outras, principalmente na América meridional e no interior do continente africano.

Robert Darnton⁷ esboça que os livros de viagem e de história constituíam as categorias favoritas das bibliotecas francesas no século XVIII, os quais serviam para a formulação das teorias filosóficas esclarecidas do período acerca da natureza e do homem. Dentre tais livros, a obra em dois volumes de Henry Koster acerca de suas viagens ao Brasil, ainda uma colônia portuguesa, também ganhou certo destaque na Europa.

Dentre os variados temas da obra de Koster que serão discutidos ao longo desse texto, poderíamos destacar a ampla gama de assuntos nos quais o jovem autor buscou descrever em seu escrito de viagem, tais como: aspectos políticos da colônia portuguesa na América, relações sociais em uma sociedade escravocrata, análises acerca de economia, tratados diplomáticos e perspectivas acerca de religião. No entanto, as nuances mais instigantes no texto de Koster residem no fato deste viajante, além de ter sido um visitante, também foi um habitante e, desta maneira, postou-se imiscuído em vastas tramas sobre as quais buscava descrever.

Henry Koster era filho do comerciante inglês e membro da Real Academia de Ciências de Lisboa, Sir John Theodore Koster⁸, o qual, provavelmente por conta de suas atividades comerciais, era residente de Lisboa, onde nasceu Henry. Desta maneira, apesar de possuir e considerar-se de nacionalidade inglesa, Henry Koster nasceu e viveu grande parte de sua vida em Portugal, o que lhe possibilitou o aprendizado da língua portuguesa, que para ele era “mais familiar que a do meu país”⁹.

⁶ Maria Porto Alegre afirma que o “período romântico, ao desenvolver o gosto pelo bizarro, pelo exótico, por aquilo que era diferente, tendeu a estimular as expedições às terras longínquas, reforçando a busca dos viajantes por países estrangeiros”. ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Comissão das borboletas: A ciência do Império entre o Ceará e a corte (1856-1867)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003, p. 25.

⁷ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sonia Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 284-285.

⁸ SMITHERS, Henry. *Liverpool, its commerce, statistics, and institutions; with a history of the cotton trade*. Liverpool: Thos. Kaye, 1825, p. 442.

⁹ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 11.

Seu mal estado de saúde¹⁰, possivelmente decorrente de uma tuberculose, foi o estopim para sua viagem ao Brasil e escolha pela Capitania de Pernambuco como destino, por ter sido indicada pelos seus amigos como lugar ideal para o tratamento de males, devido ao clima e seus habitantes. Há de se ressaltar que naquele momento, a Europa passava pelo conturbado período das guerras napoleônicas e que o próprio Koster estava em Liverpool, não mais em Lisboa, quando de sua partida para o Brasil. Assim, neste contexto, a opção pelo Brasil não teve em Koster seu primeiro aderente, já que dois anos antes a família real portuguesa fugira de Lisboa rumo à colônia do outro lado do Atlântico.

Não podemos afirmar com certeza qual seria a idade deste estrangeiro quando de sua chegada ao Brasil, pois a única evidência acerca deste aspecto encontrada por nós foi a já citada referência na *The Gentleman's Magazine*. Segundo a mesma fonte, ele teria cerca de 16 ou 17 anos de idade, sendo possível afirmar apenas que era bastante jovem.

Cerca de um ano após sua chegada, crendo ter obtido melhorias em seu estado de saúde, Koster decidiu empreender suas viagens inicialmente por localidades próximas a Recife e, posteriormente, por outras Capitanias (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão). Ao retornar de sua jornada no Maranhão, optou por tornar-se arrendatário de propriedades em Pernambuco e empreender as atividades inerentes a um senhor de engenho. Algo, inclusive, que deve ter sido bastante marcante em sua vida, já que seu livro de viagem - dividido em dois volumes na edição brasileira que utilizamos - possui quase um volume inteiro reservado a tal momento de sua estadia no Brasil.

No ano de 1815, devido a “notícias da Inglaterra que tornavam necessária a minha volta ao lar”¹¹, Henry retornou à Europa, publicando no ano seguinte o livro *Travels in Brazil*, em Londres. Tal publicação foi dedicada em 1816, data de sua primeira edição, a Robert Southey, que auxiliou na divulgação da mesma e depois fez uma longa resenha de 43 páginas na *The Quarterly Review*, em 1817, com os seguintes termos elogiosos:

The general spirit of the book, indeed, is excellent; the manner more resembling the good, old, plain, straight-forward style of our best travelers (...) the most part equally curious and amusing, presenting a faithful picture of a very interesting stage in the progress of society. ¹²

¹⁰ A *The Gentleman's Magazine*, uma revista literária de Londres, noticiaria a morte de Koster em 15 de maio de 1820, em Pernambuco, aos 27 anos de idade, provavelmente em decorrência da doença que lhe fizera autoexilar no Brasil. Cf. *The Gentleman's Magazine: and Historical Chronicle*, London, v. XC, july-december, 1820, p. 186.

¹¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12 ed. Vol. 2. Trad. Câmara Cascudo. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 416.

¹² *The Quarterly Review*, London, v. XVI, october & January, 1817, p. 387. “O espírito geral do livro, de fato, é excelente; a maneira mais semelhante do bom, velho, simples, honesto estilo dos nossos melhores viajantes (...) a maior parte igualmente curiosa e divertida, apresentando um retrato fiel do estágio mais interessante do progresso de uma sociedade” (Tradução Livre).

Naquele momento, as relações estabelecidas entre Koster e Southey não eram recentes. Ao que tudo indica, o tio de Southey, Herbert Hill, capelão anglicano em Lisboa, conhecia a família Koster. Um dos volumes do livro de Robert Southey sobre a “História do Brasil” foi amplamente utilizada por Henry em seu escrito de viagem. Em contrapartida, Southey recebia informações acerca do Brasil através de constantes trocas de correspondência com Koster para compor os outros volumes da história do Brasil, território no qual Southey nunca tocara os pés. Além disso, quando da permanência de Koster na Europa em 1815-16, “Southey viajou com Koster para os Países-Baixos”¹³.

É inegável que tais relações beneficiaram ambos os lados e a obra de Koster encontrou divulgação e grande espaço entre os leitores interessados em relatos de viagem, recebendo diversos elogios e propaganda em várias outras revistas literárias europeias.¹⁴ Nos anos subsequentes, a obra de Koster foi reeditada na Inglaterra (1817), Estados Unidos (1817), Alemanha (1817 e 1831) e França (1818 e 1846), tendo sido publicada no Brasil somente entre os anos de 1898 a 1931 em forma de fascículos pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Koster chegou ao Brasil justamente em um momento de grandes reviravoltas com relação à política externa e interna da Metrópole Portugal, que fatalmente repercutiram na colônia ultramar e, ironicamente, tornou-se sede da Coroa Lusitana. Há de se notar que por sua vivência em terras portuguesas, o autodenominado inglês Henry Koster havia de certa maneira experienciado a complexidade daquele período na medida em que, por conta das guerras napoleônicas, deslocara-se de Lisboa para a Inglaterra e posteriormente ao Brasil.

Desta maneira, Koster talvez tenha exclamado ou sentido o que Pechman assinalou em sua análise historiográfica como um “contraste fascinante” desse momento da história do Brasil, em que o Rio de Janeiro parecia:

Uma ilha de brancos cercada de escravos por todos os lados e no centro dessa ilha uma corte com rei europeu e tudo. Que contraste fascinante! Uma corte numa cidade movida a braço escravo. (...)

Deparei-me, então, com um fenômeno intrigante: o de uma corte numa colônia sem nenhuma cortesia e totalmente desconectada do circuito ocidental de civilização e civilidade. Tratava-se de uma tangida pelo chicote do feitor e governada pelas ácidas, ásperas e truculentas Ordenações Filipinas que espremia seus membros entre a pena de morte e o exílio. Sobre tal realidade, o

¹³ DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey o historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 48.

¹⁴ KOSTER, Henry. Travels in Brazil. *The Augustan Review: a monthly production*, London, v. III, n. XX, july-december 1816, p. 750.

rei com sua corte estenderia um manto de veludo “enobrecendo” nossa crua rudeza colonial.¹⁵

Porém, Koster não seguira os passos da família real portuguesa escolhendo o Rio de Janeiro como seu destino e partiu rumo ao Recife, seguindo aconselhamento de amigos da família. Recife naquele momento, apesar de apresentar-se como uma *urbe*, trazia no seu bojo “o chicote do feitor” e não o “manto de veludo” do rei.

Outra característica marcante do momento de chegada de Koster ao Brasil foi que ela se deu justamente num contexto de maiores relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra, quando o afluxo de ingleses ao Brasil se intensificou consideravelmente, principalmente nos centros urbanos do Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Desta forma, o contato entre a população do Brasil e estrangeiros advindos das ilhas britânicas passou a ser mais constante, gerando um estranhamento recíproco.

Uma constante nos relatos de Koster era o forte espírito de progressivismo e crença na perfectibilidade da natureza humana. Tais características são nitidamente frutos da ilustração, que formulara uma teoria do progresso baseado em estágios da civilização. Maria Odila Dias, ao fazer uma análise da obra de Robert Southey, o amigo próximo de Koster, percebeu que, de certa maneira, o autor operou com uma série de negociações ante os pensamentos que rodeavam o final do século XVIII e inicio do XIX com sua fé anglicana. Maria Odila aponta que Southey “identificava o processo histórico com a providência divina; o progresso da humanidade com o processo humanizador, de plena realização das potencialidades do homem e este com a expansão do cristianismo”.¹⁶ Tal perspectiva assemelha-se muito às percepções acerca da civilização de Henry Koster. Ao relatar sobre os hábitos da população brasileira em seu livro de viagens, Koster comenta que

Muitos brasileiros, também, mesmo de classe superior, seguem os costumes mouriscos, de sujeição e reclusão, mas tendo alguma comunicação com a cidade, veêm depressa que é preciso preferir maneiras mais civilizadas e rapidamente possuem hábitos de polidez.¹⁷

É notável o olhar deste inglês acerca da importância da consecução de um processo civilizador advindo do contato com a cidade, pelo fato de o meio urbano ser percebido como possibilitador à confrontação com mecanismos de instrução e aparatos comerciais relacionados ao liberalismo. Seu nascimento e vivência durante muitos anos em Portugal fez com que compasse as práticas de muitos brasileiros com aquilo que lhe era familiar na Península Ibérica:

¹⁵ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas*: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 14-15.

¹⁶ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 107.

¹⁷ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 91.

os mouriscos, que eram mulçumanos “convertidos” ao cristianismo durante as Guerras de Reconquista nos territórios de Espanha e Portugal nos séculos XV e XVI.

O discurso de teor liberal mostrara-se como um dos carros-chefes do pensamento ilustrado, vislumbrando a universalização dos ideais burgueses de propriedade e trabalho racionalizado. Entretanto, cabe salientar que o posicionamento de Koster possuía algumas peculiaridades ante ao pensamento liberal, visto que, durante seu período de estadia pelo Brasil, tornou-se o que poderíamos denominar de senhor de engenho e possuidor de escravos e chegou a fazer a seguinte confissão:

Possivelmente eu, em breve tempo, não podia ser membro de outra sociedade. Sentia-me inclinado para a vida que levava. Eu era jovem, era livre e tinha poder. Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia tornar-me tão arbitrário como apaixonado por essa existência meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo o que fosse racional e lógico no mundo.¹⁸

Mediante a leitura do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, podemos tentar compreender o porquê desta inclinação confessada de Koster à adaptabilidade ao que este estrangeiro acreditava ser “uma sociedade ou estado feudal”. Segundo Holanda:

A verdade é que o inglês típico não é industrioso, nem possui em grau extremo o senso da economia, característico de seus vizinhos continentais mais próximos. Tende, muito ao contrário, para a indolência e para a prodigalidade, e estima acima de tudo a “boa vida”. Era essa a opinião corrente, quase unânime, dos estrangeiros que visitavam a Grã-Bretanha antes da era vitoriana.¹⁹

Ora, além de poder ser visto como este típico inglês na transição para a era vitoriana, Koster ainda possuía a peculiaridade de haver nascido e vivido grande parte de seus poucos anos em Portugal e depois no Brasil. Este fato particular pode ter contribuído para tal visão de mundo que Koster tinha, já que poderíamos estender sua adaptabilidade em terras tropicais àquela que Holanda atribuiu aos colonizadores portugueses, quando, no Brasil, “onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra (...) farinha de mandioca fresca (...) Habituaram-se a dormir em redes (...) iam ao ponto de beber e mascar fumo”²⁰.

Gilberto Freyre, por sua vez, ao fazer um ensaio acerca da presença de ingleses ativamente imiscuídos no Brasil do século XIX, comentou que, se no Brasil a receptividade por parte dos produtos ingleses, tais como vestimentas, janelas de vidro, carruagens, maquinarias, alimentos, animais, relógios, dentre outros, foi grande, por outro lado este Brasil conquistou

¹⁸ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 416.

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 45.

²⁰ _____. *Raízes do Brasil*, p. 47.

muito inglês aqui chegado cheio de ódio santo à escravidão para as doçuras do pecado quase nefando de possuir escravos e de fazer-se, como todo branco, rico ou simplesmente remediado, servir e até vestir, e carregar em palanquins, por negros trazidos da África.²¹

Porém, se por um lado podemos inferir estas influências da vivência em um mundo Ibérico nas percepções de Koster, por outro não podemos relegar toda a formatação de repertórios culturais forjados a partir de sua formação familiar inglesa inserida em uma comunidade britânica de Lisboa.

Henry Koster pode ser percebido como um sujeito híbrido neste jogo de relações, tendo em vista que, enquanto de família inglesa e autodenominado inglês, nasceu em Lisboa, onde passou grande parte de sua vida, e viveu outros quase dez anos no Brasil, onde veio a falecer. Desta forma, pode-se inferir de sua experiência um caso de adaptação cultural, a qual “pode ser analisada como um movimento duplo de des-contextualização e re-contextualização, retirando um item de seu local original e modificando-o de forma que se encaixe em seu novo ambiente”²².

Entretanto, Henry Koster, já fixado em Pernambuco como senhor de engenho, não conseguiu fugir do jogo de relações conflituosas que se davam entre os proprietários locais de terras. Quando na função de dono de engenho, em suas descrições geralmente se mostrava constantemente acompanhado de uma pequena tropa de criados escravos e livres para proteção pessoal, e explicava assim: “Era um distrito bem turbulento esse em que fixara minha residência. Muitos proprietários das redondezas viviam perpetuamente em luta e eu tivera que tomar o mesmo caminho”²³.

A narrativa de Koster mostra-se bastante interessante na medida em que o mesmo declarou-se como participante desta imensa trama que cerceava os jogos de poder entre os senhores de engenho da região em que resolvia viver. Geralmente, tal rede de relações era formada a partir de uma série de apadrinhamentos e criações de aparelhos de laços familiares entre o dono da propriedade e os diversos empregados que se tornavam agregados do proprietário.

Havia uma espécie de solidariedade comum que se estabelecia a partir de uma série de negociações e barganhas que se davam entre os membros destas “famílias”. Isso não significa dizer que existia uma fidelidade extrema por parte dos agregados e apadrinhados, já que são constantes os relatos de violências cometidas entre proprietários de terras e seus agregados.

²¹ FREYRE, Gilberto. *Inglezes no Brasil*: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000, p. 237.

²² BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006, p. 91.

²³ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 318.

Entretanto, as redes de acordos eram extremamente necessárias a ambas as partes, formando-se inimigos comuns, que geralmente eram outras famílias, cujo objetivo era o domínio de certas regiões. Logicamente, havia também acordos que se estabeleciam entre famílias diferentes. No entanto, tais acordos, quando se davam, costumavam ser bastante tênues, podendo ser rompidos a qualquer sinal de desavença e gerar virulentos conflitos armados. O próprio Koster comentaria acerca do modo como agiam os Feitozas no interior do Ceará e Piauí, os quais “Vingavam pessoalmente as ofensas”, e que “Os indivíduos condenados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior”²⁴.

Como num lapso de tomada de consciência daquilo que estava se tornando, ou seja, um homem que aos seus olhos se encaminhava rumo a uma vida incivil e semibárbara, alegrava-se por haver partido do Brasil: “Abandonei com relutância o meu desejo de residir no Brasil, mas hoje muito me alegro de haver sucedido esse caso”²⁵.

Tempos antes de tal resolução, ao chegar na Vila do Assu após uma longa jornada de suas viagens, Koster expressou em seus escritos a alegria de se chegar à um local que subentendia um mínimo de “civilização”: “Oh, que alegria tive vendo uma igreja!... e a perspectiva regular de uma vila, com pessoas civilizadas, se assim as posso chamar de “civilizados”, de acordo com as ideias europeias”²⁶.

Curioso é notar ante estes embates discursivos da Civilização *versus* Barbárie a vivência de Koster como arrendatário de terras em Pernambuco, administrando um engenho, que lhe serviu como exemplo para publicação de um panfleto na Inglaterra, em 1816, sobre a abolição da escravatura nas Antilhas Britânicas. Henry Koster se mostra aos seus leitores como extremamente interessado nas questões relativas à liberdade civil. Apesar de ter vivido no Brasil como arrendatário de terras e senhor de escravos, Koster atribuía à prática da escravidão o adjetivo de “desastre moral, possivelmente o maior do mundo”²⁷.

Durante os anos de 1815-16, um debate concernente à situação dos escravos no Caribe Britânico se desencadeou no Parlamento e na imprensa inglesa. Neste momento, o tráfico negreiro já havia sido abolido pela Coroa Britânica. Entretanto, a escravidão continuava a existir nas colônias e muitas discussões passaram a ocorrer sobre como findar a escravidão nas colônias.

Neste contexto, Henry Koster publicou, em Londres, o ensaio denominado *On the amelioration of slavery*, desenvolvendo suas opiniões sobre o assunto. Tal ensaio, na realidade era

²⁴ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 184.

²⁵ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 416.

²⁶ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 146.

²⁷ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 539.

uma espécie de panfleto, foi publicado originalmente na revista *The Pamphleteer*, que recebia opiniões e denúncias de variados tipos, anônimos ou não. Segundo Manuela Carneiro da Cunha a revista *The Pamphleteer*

“havia sido fundada em 1813 com a intenção explícita de conservar, para uma mais demorada consideração e para a posteridade, alguns dos escritos que circulavam sob essa forma (...) *The Pamphleteer* ligava-se expressamente às questões em debate no Parlamento Britânico e editava ensaios que tivessem conexão com elas”²⁸.

Desta maneira, tal publicação encontrava como público membros da sociedade britânica, cujos interesses estavam voltados para discussões em torno do Parlamento. Koster, compactuando com o projeto de lei que o parlamentar William Wilberforce propôs um ano antes, era a favor da abolição da escravatura. Porém, nas suas palavras, “agindo-se com grande prudência”²⁹, deveria se libertar os negros de maneira programada e gradual, sugerindo como exemplo a adoção de medidas efetuadas de maneira bem-sucedida, na visão do autor, no Brasil, tais como: a cristianização dos escravos, a permissão de dias na semana para o cativeiro trabalhar visando seu próprio sustento e a iniciação às letras.

Portando-se como adepto da teoria de um abrandamento gradual do cativeiro escravo até sua total dissolução, Koster pode ser postado na categoria que Izabel Marson denominou como *Amelioratinists*³⁰. Os membros do *African Institution*, tais como William Wilberforce, Thomas Clarkson, Granville Sharpen, James Stephen, faziam parte desse que era um

grupo com muitos adeptos nos dois lados do Atlântico que acreditou na ideia de “civilizar” os cativeiros e as sociedades coniventes com o cativeiro “melhorando” a escravidão por iniciativa dos agentes abolicionistas (religiosos ou civis), dos próprios senhores e de seus escravos.³¹

Imbuído de tal perspectiva, Henry Koster propunha que antes de serem libertos, os escravos deveriam passar por um processo de servilização, sendo agregados à terra, como “servos da gleba”. Seguidas essas recomendações, os cativeiros quando libertos estariam desembaraçados da barbárie, vendo-se, sendo vistos e portando-se como cidadãos.

Considera-se como marco da campanha abolicionista na Inglaterra a fundação da *British and Foreign Anti-Slavery Society*, de 1839. Entretanto, os movimentos em prol da abolição do tráfico de escravos e da abolição da escravatura já remontavam aos movimentos advindos do fim do

²⁸ KOSTER. Henry. *Como melhorar a escravidão*. Trad. Nelson Patriota. Natal: EDUFRN, 2003, p. 17-18.

²⁹ _____. *Como melhorar a escravidão*, p. 31.

³⁰ MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo e Escravidão no Brasil – Século XIX: A condição servil como alteridade e pedagogia da liberdade. In: CAPELARI, Márcia Regina & NAXARA, Izabel Andrade & MARSON, Marion Brepolh de Magalhães (orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 411-439.

³¹ _____. *Liberalismo e Escravidão no Brasil*, p. 411-412.

século XVIII, promovidos pelos *quakers* estadunidenses e ingleses³². Chegando a ser pauta de discussões do Parlamento Britânico através de Wilberforce, anglicano como Koster, o tema da escravidão levou à declaração de ilegalidade do tráfico negreiro nas colônias britânicas, em 1807, e em sucessivos tratados com Portugal visando o mesmo para as colônias Lusitanas.

Koster se mostrava favorável à abolição da escravatura, mas compactuava da opinião de William Wilberforce que tal abolição deveria ocorrer de forma gradual, e que só poderia acontecer após civilizarem-se os escravos. O pensamento de Koster partia do medo que as revoltas escravas no Haiti haviam desencadeado nas potências escravocratas europeias. Segundo Henry Koster, para se evitar que o mesmo viesse a acontecer nas colônias Inglesas, era necessário abolir o elemento servil. Porém, antes, cabia ao colonizador europeu civilizar os escravos, pois se estes fossem libertados sem que antes tivessem o grau de civilização necessário, um mal ainda maior sobreviria sobre a administração das colônias.

Assim, crendo que o modelo da escravidão no Brasil era mais humano que o cruel trato prestado pelos senhores ingleses aos seus cativos, Koster indicou tal modelo como ideal às colônias Britânicas. Acreditava, então, que a igreja católica fazia muito bem em batizar e incutir o cristianismo dentre os africanos recém-chegados ao Brasil. Notando, inclusive, que as irmandades negras eram extremamente benéficas aos senhores de escravos, já que se tornavam uma forma de minorar a situação de degradação do escravo através dos festejos religiosos, que faziam os negros escravos trocarem “os pensamentos desagradáveis por outros agradáveis”³³.

A partir de tal perspectiva, Koster sugeria para as colônias inglesas a catequese e a cristianização dos escravos, assim como ocorria no Brasil. Todavia, feita pela Igreja a qual pertencia, isto é, a Anglicana. E não somente a catequese, já que outro elemento era primordial para a transformação dos negros escravos em indivíduos civilizados:

O “negócio” da conversão e da instrução dos negros nas primeiras letras deve ser levado a cabo pelos ministros da Igreja da Inglaterra, de outro modo, os negros terão mais um motivo de queixa contra os seus senhores, e sabe Deus que já têm queixas em número suficiente.³⁴

Koster lançava, assim, mão de duas tradições discursivas com relação ao trato com os escravos. De um lado, o filantropismo cristão que postava a Igreja como detentora da responsabilidade de educar e moralizar os negros, à medida que fossem transformados em

³² BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência, 1880-1905. *Estudos Avançados* - USP, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009. p. 214.

³³ KOSTER. *Como melhorar a escravidão*, p. 64.

³⁴ _____. *Como melhorar a escravidão*, p. 61.

cristãos; e por outro lado, surgiam os traços iluministas que almejavam por uma racionalização do trabalho com matizes liberais.

Percebe-se claramente aqui o ideal de uma civilização perpetrada pela ação do cristianismo, já que, à maneira do amigo Robert Southey, Koster embasara-se nos ideais do humanitarismo filantrópico inglês, para o qual a escravidão negra representava um dos principais fatores de discussões no século XIX.

O humanitarismo filantrópico se constituiria como uma ideologia de apoio às antigas estruturas do poder conservador. Tratava-se de justificar, explicar, definir a missão civilizadora dos ingleses; de estimular a expansão colonial; de incentivar a campanha pela abolição do tráfico com novas teorias de civilização e com projetos de colonização na África Ocidental e do Sul. (...) Pretendiam criar um Império duradouro, baseado principalmente no sistema representativo e na implantação das leis, da língua e da religião inglesa.³⁵

De tal modo, Koster sugeria empenho na conversão dos escravos ao cristianismo com o objetivo de “dar-lhes o mínimo de conforto a fim de torná-los menos suscetíveis aos maus costumes (...) para que ajam segundo os princípios do certo e do errado com sentimentos morais, e se convertam ao cristianismo”³⁶.

A opinião de uma Inglaterra propagadora da civilização não era um juízo que se restringia apenas a Koster, Southey e Wilberforce, mas ganhava respaldo crescente nos escritos de românticos ingleses, como Wordsworth, Coleridge, Thelwall³⁷, dentre outros, que se percebiam

Como povo eleito, identificavam-se os ingleses com o processo benéfico de aperfeiçoamento dos homens, ditado por Deus; que se ativessem, então, a esses princípios e exercessem sua missão civilizadora através do exemplo e da ascendência moral.³⁸

Assim, Henry Koster acreditava que “se o homem civilizado tiver de esperar que seus irmãos incivilizados o convoquem para ensinar-lhes o que sabe, o avanço da civilização e da religião será, sem dúvida, lento”³⁹, ou seja, era necessário que os povos “civilizados”, neste caso os ingleses, tomassem a iniciativa e agissem rapidamente para que os “irmãos incivilizados” pudessesem avançar com relação à civilização e à religião. Compreende-se daí que, para este estrangeiro, não bastava apenas à busca pela salvação das almas, mas que era de suma importância a integração de almas como bons cidadãos servidores do Estado. A própria ideia da

³⁵ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 141.

³⁶ KOSTER. *Como melhorar a escravidão*, p. 35.

³⁷ Thompson discorre de maneira interessante acerca destes românticos ingleses do período pós-Revolução Francesa. Cf. THOMPSON, E. P. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rego Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 299p.

³⁸ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 205.

³⁹ KOSTER. *Como melhorar a escravidão*, p. 36.

formação de uma nacionalidade era *per si* uma das tendências mais vigorosas nas narrativas românticas.

No entanto, apesar de Anglicano, pode-se perceber que Henry Koster era possuidor de opiniões simpáticas com relação à igreja católica no Brasil, tendo inclusive contato e amizade com vários sacerdotes católicos e acreditando que a catequese e conversão dos escravos ao catolicismo era algo positivo. Para melhor se compreender a afirmativa deste artigo, trazemos o trecho em que Koster se referia à catequese católica dos escravos no Brasil nos seguintes termos:

O excitamento do sentimento piedoso entre os escravos, sobretudo esses deveres que a Igreja Católica sabe determinar, são necessários, e se os homens devem viver como escravos, é certo que a religião é a melhor adotada para indivíduos que estão nesse estado de sujeição.⁴⁰

Apesar disso, não deixou de expor certo espanto ante o contato com algumas celebrações católicas no Brasil. Estando em Recife assistindo os festejos da semana santa em uma igreja, ficou assombrado após uma encenação teatral da paixão de Cristo durante a missa: “Concluído o sermão, deixamos a igreja. Ficara completamente assombrado. Pensei que haveria de ser algo surpreendente, mas nunca tive a idéia que levariam tão longe a representação”⁴¹.

Contudo, a principal crítica de Koster à religião católica no Brasil não estava nos atos ritualísticos e grandes celebrações, mas na interferência da Igreja na vida civil que acabava por reduzir a liberdade religiosa dos moradores da Colônia. Ante a situação religiosa de seus compatriotas protestantes britânicos em Recife, Henry Koster mostrou-se extremamente contrariado.

Não havia Capela Protestante nem clérigo nem mesmo um Cemitério para os nossos compatriotas (...) Sem alguma aparência exterior de culto, pode-se esperar que o povo do Brasil tenha uma idéia melhor sobre aqueles que representam, desde longos anos, como pagãos, bichos e cavalos? (...) Não será dessa maneira que a Nação Britânica se fará respeitada. (...) A essas razões políticas pelo estabelecimento local do culto, devemos juntar outras de grande importância, e antes as quais um cristão não poderia ser indiferente.⁴²

Este forte posicionamento com relação à liberdade religiosa havia tido em Montesquieu e depois em Voltaire seus vorazes porta-vozes, que de maneira veemente condenavam, já no século XVIII, a ação da Santa Inquisição. Bethencourt, fazendo uma análise sobre as Inquisições modernas de Portugal, Espanha e Itália, comenta acerca desse posicionamento dos *philosophes* sobre a ação da Igreja Católica e dos tribunais:

⁴⁰ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 352.

⁴¹ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 54.

⁴² _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 54.

Os escritos de Voltaire sobre a Inquisição, e não apenas o *Candide*, são claramente seguidos pela *Encyclopédie* (tal como os textos de Montesquieu), onde se encontra uma longa introdução histórica sobre a origem e evolução do tribunal que condensa todas as tradições críticas na perspectiva das Luzes. Com efeito, o “Santo Ofício” é apresentado como uma manifestação da profunda ignorância da sã filosofia, ignorância responsável pelas dificuldades da Igreja, pela destruição de Estados, pela perturbação da tranqüilidade pública e pela ruína do comércio.⁴³

Tal enfoque crítico com relação à ação inquisitorial e a proclamação da liberdade religiosa como requisitos necessários à civilização legitimavam a defesa de Henry Koster ao Tratado de Comércio e Navegação estabelecido entre Portugal e Inglaterra em 1810. Isto porque o artigo XII do referido tratado concedia rudimentos de liberdade religiosa para estrangeiros no Brasil, impedindo a atuação da Inquisição portuguesa em território brasileiro. Comentando tal artigo do Tratado, Henry assim se expressaria:

É vergonhoso que um semelhante artigo seja necessário num Tratado entre duas nações civilizadas, mas um passo em direção da democracia deve ser recebido com alegria, especialmente nos países onde domina a religião Católica. Essa parte do artigo concede a liberdade de consciência não somente para os súditos britânicos, mas também para qualquer estrangeiro.⁴⁴

Algumas palavras-chaves do comentário de Koster saltam aos nossos olhos ante o que estamos a discutir, tais como “nações civilizadas”, “democracia” e “liberdade de consciência”. Tais conceitos trazem à tona a crítica desenvolvida por Koster ao administrador da Capitania do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes, quando de sua visita em 1809 àquela capitania, que consoante este estrangeiro:

Construía, durante sua gestão na província, a parte central do palácio, empregando trabalhadores indígenas aos quais pagava a metade do preço habitual do serviço. Tinha o costume de aludir ao que pertencia aos indivíduos da Província, como se lhe pertencesse, dizendo meus navios, meu algodão.⁴⁵

Alguns fatores levaram Koster a não nutrir simpatias por Barba Alardo, que, mesmo tendo-o recebido cordialmente e colocado o estrangeiro sentado a sua direita durante uma festa no palácio em comemoração ao aniversário da Rainha Maria I, não escapou do olhar crítico de Koster acerca do modo como via sua administração da Capitania.

⁴³ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquições: Portugal, Espanha e Itália - séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 367-368.

⁴⁴ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 564. A redação do referido artigo é a seguinte “Artigo XII: Os súditos britânicos e todos os outros estrangeiros residentes nos domínios de Portugal terão perfeita liberdade religiosa, lhes sendo permitido construir Igrejas e Capelas, com certas restrições quanto ao aspecto exterior. Qualquer pessoa que tente converter os católicos ou insulte publicamente a Igreja Católica, será expulsa do País onde o delito for perpetrado”.

⁴⁵ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 175.

Barba Alardo nos é apresentado no escrito de viagem de Koster como um administrador que tinha por prática a exploração da população indígena. Além disso, o governador teria o costume de tomar o bem público como algo que possuísse. Tal postura de Barba Alardo perscrutada pelo visitante inglês seria, para Sérgio Buarque de Holanda, uma característica intrínseca ao corpo administrativo do Brasil Colônia, que devido à forte influência da família de cunho patriarcal na formação da sociedade brasileira redundou

Ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (...) E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós.⁴⁶

A imbricação entre público e privado, ou o nepotismo, uma fusão não prevista no direito, mas que na prática das atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário e no uso da coerção acabava ocorrendo, inviabilizava o projeto de um Estado burocrático que se queria pautado pelos ditames da liberdade política. Liberdade política esta que não podia ser efetivada em uma colônia, como era o caso do Brasil no período em que Koster aqui esteve.

Na medida em que um território era posto como domínio de uma nação que se tornava sua metrópole, tal fusão inviabilizava dois pressupostos do que Rousseau denominou de “Contrato Social”. O Primeiro era a liberdade, tendo em vista que os homens das colônias seriam coagidos a obedecer aos colonizadores, além do fato de que economia e política estariam sob o total monopólio da metrópole. O segundo pressuposto é a igualdade entre os homens, não uma igualdade total, mas uma igualdade legal, isto é, todos seriam considerados cidadãos regidos pelas mesmas leis sem distinção de classe.

Cerca de trinta anos depois da visita de Koster à Capitania do Ceará, um olhar crítico ao sistema colonial seria refeito com um enfoque retrospectivo pelo missionário estadunidense metodista, Daniel Kidder. Ao fazer um balanço acerca do regime imperial brasileiro, Kidder remeteu-se ao período colonial, tendo como base as obras acerca da história do Brasil dos ingleses Robert Southey e John Armitage, e percebeu a colonização como fator decisivo no atraso da economia brasileira:

Para se fazer idéia das transformações por que passou o Brasil durante os últimos trinta e cinco anos, é necessário não nos esquecermos de que até então a política tacanha da Metrópole proibia terminantemente qualquer modalidade de comércio com o estrangeiro.

⁴⁶ HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 146.

Navios de nações amigas eram, de quando em vez, autorizados a entrar nos portos desta colônia ciclópica, mas, nem os passageiros, nem as tripulações podiam desembarcar senão sob as vistas de uma guarda militar.⁴⁷

A colônia era então descrita por este estrangeiro, assim como o tinha sido feito por Koster, tão afeito ao ideário da liberdade, como os ciclopes da mitologia grega, símbolos da残酷 para com seus filhos, da falta de leis, sem o mínimo sinal de uma moral que os conduzissem e que tinham a fama de serem antropófagos. Assim, poderíamos arriscar que, aos olhos de Kidder, ao comparar o Brasil aos ciclopes, a colônia era vista como um território em que os homens eram vigiados, espoliados, consumidos, devido à falta de liberdade perpetrada pela metrópole.

Koster, por sua vez, vivenciou tal vigilância, espólio e consumo, atuando por vezes como o estrangeiro que sentia extremo estranhamento perante o que se passava diante de seus olhos e, por outro turno, como aquele que sucumbia aos deleites que sua posição de viajante e senhor de engenho lhe propiciavam.

Este olhar demandado pelos movimentos de contato com o “outro” por parte dos europeus em relação à América pode ser visto a partir do que Burke denomina de “zonas de encontros culturais”, os quais não são apenas “locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente”⁴⁸.

Tal atuação poderia se constituir como uma aparente incoerência. Porém, tomando de empréstimo as palavras de Maria Odila Dias, concluímos afirmando que: “Qualquer indivíduo é sempre impregnado de incoerências, não sendo jamais suficientemente autônomo para tomar posição lógica e coerente ante os grandes temas de seu tempo”⁴⁹.

Recebido em: 16/03/2014

Aceito em: 08/06/2014

⁴⁷ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil [Rio de Janeiro e Província de São Paulo]*: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 41.

⁴⁸ BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006, p. 73.

⁴⁹ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 10.

Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960)

Colonialism and Cape Verde: discussions of Portuguese colonization in Africa (1950-1960)

Taciana Almeida Garrido de Resende

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

tacianagarrido@gmail.com

RESUMO: Este artigo pretende recuperar um embate de intelectuais africanos sobre o lugar de Cabo Verde travado na década de 1950 e as possibilidades de pensar e imaginar o arquipélago. Instauraram-se nos escritos da época entendimentos contraditórios e embativos que envolviam discussões sobre o colonialismo. A necessidade de extinguí-lo, a exaltação da África ou a negação da pertença cultural ao continente africano eram algumas das pautas políticas e ideológicas daquele período. No cerne dessa discussão, encontram-se escritos de intelectuais engajados na luta pan-africanista ou que receberam e articularam suas principais premissas, como Mário Pinto de Andrade, Onésimo da Silveira, Amílcar Cabral e Manuel Duarte; e as publicações de intelectuais comumente denominados “claridosos”, em referência à publicação não periódica da revista *Claridade* entre os anos de 1936 e 1960, como Jorge Barbosa, Baltasar Lopes e Manuel Lopes. O objetivo deste artigo, portanto, é identificar leituras diferentes e comuns de mundo e de experiência, a seleção da memória e a articulação do passado para projetos distintos para o presente e futuro destinados a Cabo Verde e à África.

PALAVRAS-CHAVE: África, Intelectuais, Colonialismo.

ABSTRACT: This article aims to recover a discussion between African intellectuals about the colonial situation of Cape Verde in the 1950s and the possibilities of thinking and imagining the archipelago. Contradictory understandings have been established in the writings of the period involving discussions about colonialism. The demands to extinguish it, the exaltation of Africa or denial of cultural belonging to the African continent were some of the political and ideological agendas. In the center of this discussion, there are the writings of intellectuals engaged in pan-Africanism or receiving and articulating their key assumptions, such as Mário Pinto de Andrade, Onesimus da Silveira, Amílcar Cabral and Manuel Duarte struggle, and publications of intellectuals commonly called “claridosos” in reference to non-periodic publication of *Claridade* magazine between 1936 and 1960 as Jorge Barbosa, Baltasar Lopes and Manuel Lopes. The purpose of this article, therefore, is to identify common and different perceptions of world understandings.

KEYWORDS: Africa, Intellectuals, Colonialism.

Intelectuais na África e os espaços de interseção da colonização

Fazer uma discussão sobre os intelectuais africanos, em termos teóricos, ainda é um desafio ao historiador contemporâneo. Sem dúvida, a origem da noção de intelectual *engagé*, construída para o contexto francês do século XIX, apresenta dificuldades ao pesquisador da

História da África. Desde então, esta noção foi se consolidando para outras experiências, como a brasileira e, de um modo geral, latino-americanas, mas permanece quase intocada para o campo em questão. Para o caso da África, a ausência de análises teóricas profundas que considerem a recente experiência colonial¹ na formação da intelectualidade, de modo plural, é uma lacuna ainda a ser preenchida nos estudos africanos. Apesar de serem várias as pesquisas sobre a produção intelectual africana, poucos são os trabalhos que investiram nos meandros epistemológicos do termo “intelectual”, apropriando-o, assim, de forma pouco problematizada. Desse modo, esse conceito para o caso africano é um exercício de adequação e crítica de outros estudos, de diferentes contextos, que não deve ser esquecido.

Autor pioneiro dos estudos pós-coloniais, Edward Said, em suas *Conferências Reith*, de 1993, mais tarde reunidas sob o título *Representações do Intelectual*, atentou para o intelectual como um indivíduo comprometido com suas ideias, “dotado de uma vocação de representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para um público”.² Para Said, ser intelectual é não apenas uma responsabilidade pública, mas também um modo de vida, cuja função seja a de causar o embaraço. Para o autor, o intelectual “não é nenhum pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis”.³ As figuras do intelectual e do exilado, segundo Said, encontram-se no ponto do desacordo com a sociedade em que vive: “para o intelectual, o exílio, nesse sentido metafísico é o desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros”.⁴

¹ Os estudos sobre as características e especificidades do colonialismo português na África, em relação às outras potências europeias, geraram fortes discordâncias no meio acadêmico. Em 1884 e 1885, a Conferência de Berlim dividiu o território africano entre países europeus como Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Portugal. Considerados parte do Terceiro Império Português, os territórios africanos sob seu domínio fizeram parte do discurso e do imaginário nacional lusitanos, que, a partir de meados do século XX, empenharam-se em construir uma narrativa da especificidade para a colonização portuguesa. Alguns desses argumentos foram a experiência anterior ao século XIX de Portugal na África, a subalternidade de Portugal na Europa, frente às outras grandes potências, a dependência de Portugal à Inglaterra, país tido como molde colonizador, e a questão da plasticidade cultural do colonizador português, que cedia espaço à miscigenação entre os colonizados, favorecendo assim um discurso não dominador e favorecendo o argumento da colonização portuguesa benevolente. Esses argumentos foram reunidos para fortalecer o argumento da debilidade do colonialismo português. Contra essa perspectiva, o especialista Michel Cahen, da Universidade de Bordeaux, por exemplo, discorda da concepção do Estado português colonial como um modelo de exceção entre os colonialismos do século XX. Por outro lado, Boaventura Sousa Santos defende a especificidade portuguesa na colonização da África. Para um estudo mais aprofundado do debate, cf. CAHEN, M. *Salazarisme, fascisme et colonialisme: Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. CESA- Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 1997; SANTOS, Boaventura Sousa. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: RAMALHO, Irene e RIBEIRO, António Sousa (Orgs.). *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, 2001, p. 23-85.

² SAID, Edward W. *Representações do intelectual*: as conferências Reith, 1993. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 25.

³ _____. *Representações do intelectual*, p. 35.

⁴ _____. *Representações do intelectual*, p. 60.

Na esteira da Nova História Política, Jean-François Sirinelli destacou os intelectuais como um grupo social no qual “todos têm, em essência, a pena sempre alerta”⁵ para elaborarem interpretações sobre a realidade, promovendo e divulgando conhecimento. Desse modo, formam-se “redes de sociabilidade intelectual”, responsáveis por discursos que circulam em espaços públicos. Um estudo de fôlego para a América Latina que se amparou em preceitos da Nova História Política, foi o de Adriane Vidal Costa. Em sua análise dos discursos de García Márquez, Mario Vargas Llosa e Júlio Cortázar, a pesquisadora ressaltou que os intelectuais,

ao compartilharem experiências coletivas, sofrerem os efeitos diretos ou indiretos dos acontecimentos e se sentirem contemporâneos a esses acontecimentos, podem adquirir uma visão semelhante de mundo e uma experiência de vida com denominadores comuns, o que pode levar a uma tomada de consciência de pertencerem a uma mesma geração.⁶

No reduzido espaço que nos cabe no formato de um artigo, foram selecionado três autores que investiram na formulação de uma concepção de intelectual. Edward Said acrescentou contribuição significativa para a conceituação, ao considerar os intelectuais como indivíduos comprometidos com a mudança social, mas considerou esta uma categoria da crítica, da subversão com a ordem vigente. Como não considerar intelectuais os pensadores africanos que tiveram experiências através da máquina de exploração, atuando em quadros intermediários e adotando posturas por vezes coniventes com a situação colonial?⁷ Sirinelli, por sua vez, inscreveu a figura do intelectual na Nova História Política, e frisou a importância das redes de sociabilidades do fazer intelectual. Vidal Costa, por fim, atentou para a importância da experiência coletiva no trabalho desses indivíduos, o que faz especial sentido para este artigo, cujo objetivo é atentar para a importância da experiência colonial na formação dos discursos intelectuais.

Assim, ainda com a ausência de um trabalho teórico específico para a África, é possível mapear a presença de características comuns que permeiam a produção intelectual africana, mas permanece o desafio àqueles que se arriscarem a estudá-la. A partir disso, apoiando-se na análise e conceituação de Mary Louise Pratt⁸, este artigo pretende problematizar os escritos do movimento claridoso e do movimento independentista como articulados em uma “zona de contato”, isto é, considerá-los discursos que fizeram referência, com diferentes propósitos, “ao espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas encontram um

⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 249.

⁶ VIDAL, Adriane Aparecida. *Intelectuais, literatura e política na América Latina*. o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, Vargas Llosa e Gabriel García Marquez. São Paulo: Alameda, 2013, p. 25.

⁷ Termo cunhado por BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 107-131, 1993.

⁸ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas”.⁹ O argumento de Pratt não deixa de incorporar as hierarquias – sociais e raciais – e as formas desiguais de poder proveniente do colonialismo como partes constitutivas dessas zonas de contato entre os atores sociais. Professora e pesquisadora norte-americana, Pratt insere-se entre os autores dos estudos pós-coloniais, corrente epistemológica que teve como marco a obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, de Edward Said, lançada em 1978 e com a qual a obra de Pratt mantém íntimo diálogo. Segundo a avaliação de Sérgio Costa, os estudos pós-coloniais “não constituem propriamente uma matriz teórica única.” Trata-se, para o autor,

de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes da modernidade.¹⁰

Ao contrário da conotação cronológica que esse prefixo possa sugerir, as propostas teóricas do pós-colonial lançam uma leitura renovada em relação à experiência colonial e à bibliografia de abordagem eurocêntrica, na tentativa de desconstruir dicotomias insustentáveis entre colonizadores e colonizados. De acordo com Pratt, seu livro “foi concebido dentro de um amplo desafio intelectual que se poderia chamar de descolonização do conhecimento, iniciado nos anos 60 pela desintegração da última onda de impérios coloniais europeus.” Para a autora, a

descolonização do conhecimento inclui a tarefa de chegar a compreender os caminhos pelos quais o Ocidente constrói seu conhecimento do mundo, alinhado às suas ambições econômicas e políticas, e subjuga e absorve os conhecimentos e as capacidades de produção de conhecimentos outros.¹¹

É interessante a constatação que entre os discursos claridoso e independentista, a despeitos da discordância de ideais, há a concordância da necessidade de se discutir a questão colonial, seja para abraçá-la ou rechaçá-la. Desse modo, o tema do colonialismo encontrava-se no cerne da discussão que os separava em ideal e perspectiva de futuro. Ao estudar esses dois diferentes discursos, ficam evidentes as dimensões interativa e improvisada dos “encontros coloniais”, que suscitavam diferentes expectativas e visões de mundo.

Sendo assim, pode-se afirmar que o projeto claridoso encontrou proteção e, sobretudo, estabeleceu uma relação *dialógica* com a ideia de “Império Ultramarino Português”, propagada por Antônio Oliveira Salazar, uma vez que uma de suas plataformas de reivindicação na imprensa, por exemplo, era o elevar as ilhas aos *status* de “Ilhas adjacentes”. A expressão “Império Ultramarino” esteve presente na documentação oficial desde o século XIX, mas foi após a

⁹ PRATT. *Os olhos do império*, p. 31.

¹⁰ COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 84.

¹¹ PRATT. *Os olhos do império*, p. 15.

Segunda Guerra Mundial, mais precisamente a partir da Carta Orgânica do Império Português, de 1954, que Portugal assumiu oficialmente, em razão das pressões internacionais, o discurso de um Portugal irmanado aos seus povos e além de suas fronteiras. Esta posição encontrava a sua fundamentação na afirmação de que a unidade política portuguesa ia do Minho a Timor, e que, por isso, as “províncias ultramarinas”, como foram chamadas as colônias a partir de 1954, eram vistas como parte do Estado Unitário Português e a sua população era parte da Nação portuguesa. De modo semelhante, era essa também a visão de mundo de alguns dos intelectuais claridosos, como, por exemplo, Baltasar Lopes. Em artigo ao jornal cabo-verdiano *Notícias de Cabo Verde*, Lopes usa como argumento “o caráter português” da população cabo-verdiana para reivindicar o estatuto da adjacência a Cabo Verde, até então apenas concedido à Madeira e aos Açores.

Seguindo ainda a esteira teórica de Pratt, o conceito de “transculturação”¹² mostra-se profícuo para vislumbrar as possibilidades de modificações e apropriações possíveis engendradas pelos claridosos dentro de uma gama de anseios de aproximação ao universo luso. O termo “transculturação” deve sua origem à obra *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar*, de 1940, de autoria do antropólogo e etnólogo cubano Fernando Ortiz. O autor cunhou este termo na tentativa de substituir expressões, segundo ele, insuficientes para representar fenômenos sociais, como “mudanças culturais”, “aculturação”, “difusão de culturas”, “migração de culturas” ou “osmose de culturas”. A ideia de “transculturação” envolve, assim, um processo que rejeita a adaptação passiva e afirma que tanto a cultura que tenta se impor como a que recebe a imposição sofre modificações. Desse modo, o conceito tem especial valia para os estudos de sociedade que passaram pela experiência da colonização, uma vez que experienciaram a assimetria de poder cultural, mas exerceram, ao mesmo tempo, ação sobre a cultura dominante.

O movimento claridoso e a escrita de Cabo Verde no quadro colonial

O movimento claridoso reuniu intelectuais cabo-verdianos que publicaram a revista *Claridade* na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, entre os anos de 1936 e 1960. Revista de “artes e letras”, como dizia seu subtítulo, a *Claridade* foi o veículo para a circulação das ideias de intelectuais como Manuel Lopes, Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e João Lopes sobre o arquipélago, seus aspectos físicos e sociais, e sua relação com Portugal e com o Brasil, país cuja

¹² Segundo a autora, “transculturação” é o termo que descreve como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana [...]. “Se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam. Transculturação é um fenômeno da zona de contato”. In: PRATT. *Os olhos do império*, p. 30.

geração modernista de 1930 exerceu verdadeiro fascínio e admiração sobre os claridosos e mereceu espaço reservado em mais de um número do periódico.

É consenso entre os pesquisadores vislumbrar pelo menos duas fases distintas entre os nove números publicados no longo período de 1936 a 1960. Os três primeiros números, publicados no biênio 1936/1937; e os números restantes, vindos a lume entre os anos de 1947 e 1960¹³. A diferença se reporta principalmente ao caráter mais literário da segunda fase em relação à primeira, que concentrou mais artigos “antropológicos” sobre o homem cabo-verdiano e sua árdua vida num arquipélago castigado pela natureza, pela fome e pela miséria.

Nas páginas da revista é possível notar diversas rupturas ou distanciamentos em relação às gerações anteriores de intelectuais cabo-verdianos, sobretudo a geração conhecida como “Seminário”. Segundo José Carlos Gomes dos Anjos, a “geração do Seminário” se apegou ao

zele e vigilância gramatical com que escreviam, na sua obsessão com a métrica, buscavam reproduzir a linguagem do dominante sem disporem dos recursos que ‘naturalizam’ essa apropriação. [...] Até certo ponto, a *Claridade* representa um momento de resistência e subversão a essa correlação de forças consentidas pelas gerações anteriores.¹⁴

Os claridosos, por sua vez, abandonaram da obrigatoriedade métrica e de rimas, e fizeram o esforço, repetida e reiteradamente levado a cabo, de oferecer à língua crioula cabo-verdiana um espaço privilegiado na concepção de cultura que se estava a criar naquele momento. Inaugurada com um poema em Crioulo, a *Claridade* enfatizou a importância de sua língua particular na cultura “notavelmente portuguesa” de Cabo Verde.

A articulação do vínculo com Portugal foi feita por esses intelectuais não somente através da revista *Claridade*, principal veículo para circulação dessas ideias, mas também por meio de outras publicações, como o estudo de fôlego de Baltasar Lopes sobre o “dialeto”¹⁵ crioulo, em 1947, em que afirma que:

¹³ Divisão feita por BARROS, Victor. As “sombras” da *Claridade*: entre o discurso da integração regional e a retórica nacionalista”. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Orgs.) *Comunidades Imaginadas: Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2008

¹⁴ ANJOS, José Carlos Gomes. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Cabo Verde: Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Patrimônios Culturais – INIPC, 2004. p. 114-115

¹⁵ Originariamente, a palavra “crioulo” serviu para designar línguas nascidas do contato entre duas ou mais línguas em um território. O adjetivo serviu para designar a maioria das práticas linguísticas que nasceram a partir do contato do idioma do colonizador com o do colonizado e, por isso, as línguas crioulas são várias e distintasumas das outras. O crioulo das Antilhas é diferente do crioulo da Guiné, que é diferente do crioulo que se fala em Cabo Verde. Por muito tempo, essas línguas foram consideradas inferiores e intituladas dialetos. Os intelectuais da revista *Claridade* referiam-se ao crioulo como um dialeto e optou-se, aqui, por preservar a palavra entre aspas, para preservar sua semântica, consciente do significado atualmente pejorativo que tal designação adquiriu. Pontua-se que, junto à noção de “dialeto crioulo”, está embutida uma ideia de hierarquização e origem que não mais se sustentam no estudo desta língua cabo-verdiana.

O crioulo de Cabo Verde é uma linguagem nitidamente romântica, portuguesa. Seu sistema morfológico resulta diretamente de uma simplificação da morfologia do português. Seu léxico é quase totalmente português. O vocabulário africano deixou fraquíssimos vestígios [...]. Para a formação do crioulo de Cabo Verde, sabemos que o português trouxe o seu vocabulário e a sua gramática, que o afro-negro simplificou-a.¹⁶

João Lopes, outro escritor da *Claridade*, em um texto publicado no quarto número da revista, declarou haver um “lastro comum”¹⁷ entre portugueses e cabo-verdianos e que a língua Crioula tinha em sua essência a língua portuguesa, já que os portugueses tinham a “virtude da mobilidade”¹⁸. Toda essa corrida pela validação se deu através da constituição de um lugar bastante específico para a sua presença. O manejo da língua local em uma revista elitizada evidencia o intento desses escritores de, como afirma Manuel Ferreira, “usar o Crioulo como instrumento de recriação literária e também social”.¹⁹ Houve, notavelmente, uma negação de pertencimento, da presença ou da influência das línguas africanas e a busca de uma origem que se encaixasse no projeto de civilização reservado ao arquipélago pelos claridosos.

Veículos de imprensa portugueses, como o jornal *O Mundo Português*, exaltavam esses intelectuais e ajudavam a criar a imagem do arquipélago como o grande paradigma da colonização portuguesa, com assídua colaboração de escritores cabo-verdianos. A propaganda estadonovista aceitou a reinvenção de Cabo Verde encetada pelos claridosos e por autores portugueses, passando tanto a divulgá-la como a reforçá-la. Em prol da promoção da causa colonial, a propaganda salazarista tentou publicitar uma imagem de riqueza cultural, ponto de estreito diálogo com os claridosos no arquipélago, que se distanciavam da premissa racialista para firmar o laço cultural com Portugal. Se, no começo do século, a geração do Seminário esforçava-se para reivindicar laços sanguíneos com o português, o movimento claridoso irá inaugurar a perspectiva culturalista, de busca de uma origem cultural portuguesa imemorialmente cultivada.

Para essa construção culturalista para Cabo Verde, a obra de Gilberto Freyre foi fundamental. Desde a publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, os intelectuais cabo-verdianos acompanharam de perto a produção do sociólogo pernambucano, exaltando-a na imprensa local, como demonstra o artigo do cabo-verdiano claridoso Henrique Teixeira de Sousa, de 1951: “o entusiasmo foi tanto que houve quem dormisse com *Casa Grande & Senzala* na

¹⁶ LOPES DA SILVA, Baltasar. *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

¹⁷ LOPES, José. *Claridade*: revista de artes e letras. São Vicente, n. 4, 1947, p. 16.

¹⁸ _____. *Claridade*, p. 16.

¹⁹ FERREIRA, Manuel. *A aventura crioula ou Cabo Verde*: uma síntese cultural e étnica. Lisboa: Plátano, 1973, p. 110-113.

banquinha de cabeceira, e o manuseasse com o mesmo fervor com que os crentes leem as Sagradas Escrituras".²⁰

A concepção de luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, cujos pilares foram construídos desde *Casa Grande & Senzala* e tomaram forma delineada a partir de 1940 com o lançamento de *O mundo que o português criou*, postulava a especial capacidade de adaptação dos portugueses aos territórios colonizados nos trópicos, em razão da empatia, do pendor à miscibilidade e da vocação para a união de contrários. Tal aptidão seria derivada de sua plasticidade intrínseca e resultaria da sua própria origem étnica híbrida, vinda do contato com mouros e judeus na Península Ibérica. Para Freyre, o luso-tropicalismo seria manifesto através do processo de miscigenação e da interpenetração de culturas presentes nos territórios colonizados.

Esse discurso foi reapropriado pela retórica salazarista no pós Segunda Guerra Mundial, quando a pressão internacional sobre a colonização portuguesa na África se fez sentir na alta cúpula governamental. Para se defender das acusações de desrespeito à autodeterminação dos povos, Portugal perfilhou o discurso freyiano e construiu a retórica de um país além de suas fronteiras europeias, que respeitava a todos como cidadãos portugueses, e as Províncias Ultramarinas vistas como parte do Estado Unitário Português.

Foi em 1951, mais especificamente, que o Estado Novo resolveu dar materialidade à causa luso-tropical, ao financiar a viagem de Gilberto Freyre às possessões portuguesas na África. As impressões da viagem foram publicadas em *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, quando o sociólogo ainda se encontrava no arquipélago:

Encanta-me poder surpreender em Cabo Verde, através da variedade de cores e formas da população o muito que há aqui de português, o parentesco do cabo-verdiano com o brasileiro. Somos verdadeiramente um mundo só [...].²¹

Iniciou-se, a partir dessa viagem de Freyre, a acentuação das similitudes vistas e criadas com o Brasil, a exaltação da proximidade geográfico-cultural da metrópole e a argumentação da especificidade cabo-verdiana no conjunto ultramarino africano. Essa especificidade do arquipélago foi apropriada e reinventada com afinco pelos intelectuais das ilhas. Manuel Ferreira escreveu em 1962, no jornal “Ocidente”, em Lisboa, sobre a “caboverdianidade”, em que os elementos culturais de Cabo Verde, como a língua crioula, a morna, a existência de uma arte popular e de uma culinária diferenciadas marcavam verdadeiramente a distância do continente africano e de suas culturas da história de Cabo Verde.

²⁰ SOUSA, Henrique Teixeira. Uma visita desejada. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*. Praia, ano 3, n. 27, 1951, p. 31.

²¹ FREYRE, Gilberto. Palavras de Gilberto Freyre. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, ano 3, n. 26, 20 nov. 1951, p. 1.

Dois anos depois, porém, com a publicação de *Aventura e Rotina*, o discurso freyriano reverteu-se:

Tinham-me dito que eu viria encontrar em Cabo Verde uma paisagem e uma população semelhante às de certas áreas do Nordeste do Brasil [...]. Mas o parentesco entre as populações e as culturas luso-tropicais que se vêm desenvolvendo naquelas áreas brasileiras e as que parecem ter já se estabilizado em São Tiago e talvez noutras ilhas de Cabo Verde, este parentesco me parece vago. Confesso que minha mais forte impressão em São Tiago é a de estar numa espécie de Martinica [...]: ilhas em que as populações fossem predominantemente africanas na cor, no aspecto e nos costumes, com salpicadas, apenas, de influência europeia, sobre essa predominância étnica e social.²²

Essas declarações despertaram o descontentamento de vários dos intelectuais cabo-verdianos que viam em Freyre a afirmação de suas certezas. O exemplo mais aguerrido foi o de Baltasar Lopes, que discursou na Rádio Barlavento sobre o fato:

Ponho minhas dúvidas ao africanismo tamboriado por Gilberto Freyre [...]. Pela cabeça de quem, medianamente informado das coisas de Cabo Verde, é que passa que o caboverdiano é mais africano que português?²³

E acusou o pernambucano de ter “observado apenas a epiderme urbana” e que por isso não poderia “se dar ao luxo de perorar sobre o arquipélago, o seu povo e os seus problemas”, pois fez “generalizações de simples pormenores insignificativos”.²⁴

O discurso da especificidade cabo-verdiana presente e Baltasar Lopes e vários outros escritores clarídos objetivava inserir Cabo Verde na vanguarda das possessões portuguesas ultramarinas, sob o ponto de vista do progresso intelectual e moral do seu povo. Cabo Verde, em meados da década de 1950, estava situado no centro da ideologia ultramarina, era o exemplo bem acabado de um espaço luso-tropical. Com efeito, os próprios intelectuais cabo-verdianos dialogaram de perto com este discurso, modificando-o e fortificando-o ao longo de suas publicações. Compreende-se e aplica-se, dessa forma, o que Mary Louise Pratt quis dizer com seu conceito de “autoetnografia”, isto é,

Refere-se a instâncias nas quais os indivíduos das colônias empreendem a representação de si mesmos de forma comprometida com os termos do colonizador. Autoetnografia envolve colaboração parcial com a apropriação do léxico do conquistador. [...] Textos autoetnográficos soam tipicamente heterogêneos também no âmbito da recepção, são normalmente endereçados tanto aos leitores metropolitanos, como aos setores letRADOS do grupo social a

²² FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Lisboa: Livros do Brasil, 1953, p. 291.

²³ SILVA, Baltasar Lopes da. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Apontamentos lidos aos microfones da rádio barlavento. Praia: Imprensa Nacional, 1956, p. 14.

²⁴ _____, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 8.

que pertence o narrador; e estão fadados a ser recebidos de maneira muito diferente por eles.²⁵

Jorge Barbosa, um dos fundadores da *Claridade*, foi vencedor do prêmio de Literatura Colonial em 1956 e agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem do Império. Manuel Lopes ia a Cabo Verde fazer trabalhos de campo, trabalho esse financiado pela então Junta de Investigação do Ultramar. É preciso atentar-se a essas redes de influência e diálogo estabelecidas pelos autores da *Claridade*, sobretudo pelos seus fundadores, e as altas esferas políticas e de imprensa do governo salazarista. O discurso claridoso apresenta-se, portanto, claramente autoetnográfico na medida em que atua de modo apropriar-se do discurso do colonizador para construir algo próprio, demandado em seu universo cultural, isto é, o pertencimento ao ideal de um Portugal desterritorializado, que abrange suas colônias.

A perspectiva claridosa contestada: a reação dos anticolonialistas

Ao mesmo tempo em que os intelectuais cabo-verdianos eram perfilhados e agraciados em Portugal pelo pensamento colonialista e pela propaganda imperialista, eram extremamente criticados por alguns naturais do arquipélago ou por africanos de outras partes do continente, sobretudo de colônias portuguesas. Amílcar Cabral, Onésimo da Silveira e Manuel Duarte, figuras que estabelecem a agenda nacionalista em Cabo Verde e que possuem um pensamento em muito embebido pelas premissas pan-africanistas e do movimento da Négritude do pós-guerra²⁶, são alguns dos protagonistas dessas críticas. Mário Pinto de Andrade e Kwame Nkrumah também influenciaram toda a onda de descrença e julgamento que recaiu sobre o movimento claridoso quando dos movimentos nacionalistas mais militantes. Neste momento, tomou força e articulou-se a desnaturalização da colonização e da segregação, e a singularidade africana, de uma maneira mais ampla, revestiu-se de significado para este grupo de homens engajados na luta pela liberdade.

²⁵ PRATT. *Os olhos do império*, p. 32.

²⁶ O movimento Pan-africano é amplo e diverso, com várias origens reivindicadas. Tratou-se de um movimento majoritariamente anglófono, cujos primeiros expoentes e construtores estiveram nas Américas em meados do século XIX, e que foi amplamente adotado por homens de política africanos a partir do Congresso Pan-africano de Manchester, em 1945. O Négritude, por sua vez, é um movimento que nasceu de muitas das noções construídas sob o nome de pan-africanismo, como a ideia de solidariedade racial negra e a defesa de um universalismo pela diferença, que aceitava e reconhecia a especificidade de uma raça negra, porém por um viés positivo. O Négritude, majoritariamente francófono, foi criado por estudantes antilhanos e africanos em estada na metrópole francesa na década de 1930 e colocou a construção de uma noção positivada da “cultura negra” em centralidade e buscou o lugar de fala do intelectual para a sua ação política. Em torno do projeto do Négritude se organizaram homens que se identificavam como homens de cultura e não prioritariamente como homens de política, como o caso do Pan-africanismo. Para um estudo mais aprofundado sobre o tema, cf. REIS, Raissa Brescia dos. *Négritude em dois tempos: emergência e instituição de um movimento (1931-1956)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2014.

Este cenário de crítica ao colonialismo ganhou força a partir do V Congresso Pan-Africano e da segunda Grande Guerra, responsáveis pela origem de transformações profundas no equilíbrio de forças e de uma nova gama de críticas sobre o imperialismo europeu na África. Os protagonistas desse discurso contestatório são, notadamente, os jovens africanos que fizeram estudos em solo colonizador e testemunharam – e contribuíram para – a ruína do projeto civilizador europeu e a insustentabilidade do cânone “modernidade” *versus* “barbárie”. O pós-guerra foi o momento em que, apoiando-se no ressurgimento dos valores de democracia e liberdade no mundo ocidental, os povos sob o domínio colonial reivindicaram o direito à autodeterminação de forma concertada. O filósofo ashanti Kwame Appiah defendeu que o que a geração do pós-guerra de africanos retirou de sua estada na Europa foi um sentimento comum, algo que ligava um ao outro por sua “africanidade compartilhada” e um sentimento de unidade política natural²⁷. A psicologia racial presente no pensamento pan-africanista, ainda segundo Appiah, também levou a uma suposição persistente de que existem crenças characteristicamente africanas, conteúdos africanos especiais²⁸. Podemos pensar que isso que denomina o filósofo beninense Paulin Hountondji de “unanimismo”²⁹, que é a visão de uma África culturalmente homogênea, ontológica, pode ajudar-nos a compreender o lugar reservado ao movimento claridoso pelos que se filiaram a esta vertente anticolonial do pensamento africano e americano do pós-guerra.

No contexto colonial português intensificou-se também a agitação de ideias e o delinejar de estratégias para a independência. Projetou-se em Lisboa, sob a liderança de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos, no espaço da Casa dos Estudantes do Império, a agenda nacionalista das colônias portuguesas na África. Amílcar Cabral distanciou-se desde cedo da maioria dos intelectuais cabo-verdianos ao equiparar a situação de Cabo Verde à das demais colônias portuguesas na África. Defendeu o princípio de que, tanto sob um ponto de vista geopolítico quanto humano, Cabo Verde era parte integrante do continente africano, desafiando qualquer presunção do contrário³⁰. Indo além, irmanará historicamente o povo cabo-verdiano aos povos da Guiné, origem sempre negada pelos claridosos, considerando essencial a “reafricanização” ou “reconversão cultural” das categorias sociais cabo-verdianas “assimiladas”.³¹ Neste entendimento, Amílcar Cabral fundamentaria o projeto de unidade Guiné-Cabo Verde, que, mais tarde, resultou na formação do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido único para a condução da luta de libertação de ambos os

²⁷ APPIAH, Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 22.

²⁸ _____. *Na casa de meu pai*, p. 242.

²⁹ _____. *Na casa de meu pai*, p. 248.

³⁰ CABRAL, Amílcar. *A Arma da Teoria: Unidade e Luta*. Lisboa: Seara Nova, v. I, 1976, p. 25.

³¹ _____. *A Arma da Teoria*, p. 29.

países. Para Amílcar Cabral, os intelectuais possuidores de uma cultura clássica, adquirida principalmente no Seminário de S. Nicolau (onde, inclusive, Baltasar Lopes, fundador da revista, dava aulas), como os poetas da geração da *Claridade*, eram intelectuais sem consciência da opressão, alienados da realidade circundante e reprodutores dos valores estéticos europeus que se esqueceram da terra e do povo³².

A poesia produzida no Seminário de S. Nicolau, segundo Cabral, revelava um alienamento e uma reprodução de valores centralizados em um individualismo exacerbado³³. Aliás, é precisamente nessa formação, adquirida principalmente no seminário, que reside a razão de ser das características da poesia da *Claridade*. “De olhos fixos no que aprenderam nos livros e que talvez supunham insuperável, pouco mais conseguem do que imitar os autores conhecidos.”³⁴ Cabral apontou que, ao pretenderem universalidade e individualidade, os poetas caboverdianos se esqueceram da “terra e do povo”. Segundo ele, “o poeta, em vez de olhar para as nuvens, devia buscar o sentido da sua poesia na realidade em que vive”.³⁵ Ele destacou ainda que a condição econômica em que viviam estes escritores explicava esta completa alienação. Melhor: foi a própria condição econômica em que viviam o que facilitou aquele alheamento das realidades cabo-verdianas. Amílcar Cabral ressaltou que a poesia deveria propiciar a tomada de consciência, possibilitando ao oprimido encontrar sua voz, se inscrever no mundo e participar como ator de sua própria história, capaz de modificar as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Segundo o militante político,

O sonho tem de ser outro, e aos poetas - os que continuam de mãos dadas com o povo, de pés fincados na terra e participando no drama comum - compete cantá-lo. O caboverdiano, de olhos bem abertos, compreenderá o seu próprio sonho, descobrirá a sua própria voz.³⁶

Cabral via a produção artística como uma expressão simbólica da consciência e dos valores do grupo. Eram estas as condições que determinariam se a poesia legitimaria uma visão de mundo do colonizador, se serviria aos seus interesses ou se o trairia. A questão fundamental foi definir qual a função social que permeava a visão de mundo presente na poesia. Quanto à sua serventia, parece que o que se poderá discutir é qual a natureza da função social de determinada obra poética e não se essa função existe. Há uma ação recíproca entre o complexo social e a obra poética, admitindo que esta tenha algum mérito.

³² NETO, Sérgio. *Colónia Mártir, colónia modelo*: Cabo Verde no pensamento ultramarino português. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 88-93.

³³ CABRAL. *A Arma da Teoria*, p. 25-29.

³⁴ _____. *A Arma da Teoria*, p. 25-29.

³⁵ _____. *A Arma da Teoria*, p. 25-29.

³⁶ _____. *A Arma da Teoria*, p. 25-29.

Outro intelectual que preteriu a memória e a divulgação dos ideais e das ideias claridosas foi Mário Pinto de Andrade, escritor e militante angolano que se aproximou pessoalmente e intelectualmente de Léopold Senghor, Aimé Césaire e Anta Diop, (todos figuras emblemáticas dos Pan-africanismo ou da Négritude) na Paris do anos 1950, lugar que reuniu círculos da geração de pensadores pan-africanistas no pós-guerra e onde Pinto de Andrade dirigiu, até 1958, a revista *Présence Africaine* e participou da realização do I Encontro de Escritores e Artistas Negros (1956). Fundador do Centro de Estudos Africanos em Lisboa, Pinto de Andrade, de acordo com a historiadora Manuela Ribeiro Sanches, havia encontrado na Négritude e no Pan-africanismo alternativas para uma política de assimilação forçada e uma forma de recuperar uma identidade de que podia orgulhar-se, a sua “reafricanização”, para usar uma expressão já cunhada por Amílcar Cabral³⁷.

Quanto à censura aos intelectuais claridosos, Mário Pinto de Andrade mostrou-se impassível. Em 1953, ele excluiu Cabo Verde do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa* e justificou a inclusão em 1958, no prefácio da *Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Segundo o autor, a edição de 1958 pôde mostrar intelectuais que superaram “a fase passiva e apolítica dos claridosos [...] e se empenhavam em uma poesia política e socialmente empenhada”.³⁸ Mário Pinto de Andrade, assim como Amílcar Cabral, pretendia recuperar a “africanidade de arquipélago”, tão negada pela *Claridade*. Tal posição estava mais de acordo com as lutas de libertação, de um pan-africanismo mais engajado na luta política, distante das premissas de Léopold Senghor de mestiçagem integradora. O prefácio de Mário Pinto de Andrade à *Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, segundo Manuela Ribeiro Sanches, é representativo da recepção da négritude e do pan-africanismo às ideias particularizantes, como, por exemplo, as ideias que circularam em Cabo Verde entre as décadas de 1930, 1940 e 1950 sob a escrita de Baltasar Lopes e Manuel Lopes, por exemplo. No prefácio, Pinto de Andrade justifica a exclusão:

os escritores do movimento *Claridade* , condicionados pela sua formação ideológica, adotaram um ângulo de visão de classe para abranger o universo insular. Não se atacaram ao fundamento dos dramas da terra (fome, seca e a emigração) e muito menos perspectivaram a superação das atitudes resignadamente contemplativas. A sua poesia, dominada pelo tema da evasão, afastou-se do inquérito aos sentimentos populares. Foi o produto esteticamente acabado do elitismo.³⁹

³⁷ SANCHES, Manuela (Org.). *As malhas que os Impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011.

³⁸ ANDRADE, Mário Pinto, *Apud* SANCHES. *As malhas que os Impérios tecem*.

³⁹ _____. *As malhas que os Impérios tecem*, p. 186.

Pinto de Andrade também criticava tanto o discurso da redução da contribuição africana como o da exaltação da contribuição europeia, segundo ele muito presente em Cabo Verde. De acordo com o autor:

os animadores da *Claridade* e outros autores afirmaram que as contribuições da cultura africana tendiam a reduzir-se ao nível da sobrevivência ou a diluir-se em função do grau de instrução [...] enquanto os valores europeus, possuidores de uma maior capacidade de resistência, se impunham e se generalizavam.⁴⁰

A importância central de reunir em uma publicação figuras negras escrevendo sobre a África não cedia espaço a entendimentos dissonantes das proposições que vislumbravam um continente unido em torno de um objetivo: a emancipação. As propostas claridosas não cabiam neste entendimento de mundo.

Manuel Duarte e Onésimo da Silveira, intelectuais cabo-verdianos que abraçaram a causa independentista, influenciados pelo pensamento, sobretudo, de Kwame Nkrumah e que fizeram menções diretas ao *Orfen Negm*, ensaio sobre a Negritude escrito por Sartre em 1948, também não pouparam os ataques aos intelectuais cabo-verdianos. Segundo Duarte, “o cabo-verdiano culto não pode, não deve ser assimilável pelo europeu culto e o sentido de africanidade deveriam ser recuperados no arquipélago.”⁴¹ O autor acusou a *Claridade* de somente “dar uma voz poética à angústia oceânica de nossa gente, tomada de posição contrária ao enraizamento”.⁴²

Num grau crescente de intensidade crítica, Onésimo da Silveira, diplomata e político atuante do PAIGC, escreveu, em 1963, a *Conscientização da literatura Cabo-verdiana*, envolvido pelas discussões realizadas na Casa dos Estudantes do Império (CEI). Ao atacar os claridosos, observe-se, há também uma tentativa de atacar os pilares do colonialismo português:

Uma das raízes do movimento claridoso é a que o liga ao processo social geral a que as ilhas sempre estiveram submetidas e ao aspecto particular e lógico da instrução como elemento do referido processo. [...] A educação europeizante constitui uma alienação dos componentes negróides da cultura cabo-verdiana.⁴³

Onésimo da Silveira considerou que as linhas de fundo do ensino oficial colonial eram reinventadas na literatura claridosa, que divulgava “uma linguagem estereotipada do fato emigratório bem como a atitude estéril dos claridosos perante as grandes crises, a intenção social bastante difusa”.⁴⁴ Segundo Silveira, isso se devia a um “complexo de inferioridade dos

⁴⁰ ANDRADE *Apud* SANCHES. *As malhas que os Impérios tecem*, p.186 - 187.

⁴¹ DUARTE, Manuel. *Cabo-verdianidade e africanidade*. Lisboa: Vértice, 1954.

⁴² _____. *Cabo-verdianidade e africanidade*.

⁴³ SILVEIRA, Onésimo. *Conscientização da literatura Caboverdiana*. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império, 1963, p. 8.

⁴⁴ _____. *Conscientização da literatura Caboverdiana*, p. 8.

componentes negróides da cultura cabo-verdiana”.⁴⁵ Imbuído dos princípios do pan-africanismo militante, Onésimo da Silveira exigia do intelectual africano uma atitude mais atuante no social, o que ele não vislumbrava nos escritos claridosos. Para ele, o papel a desempenhar pela *intelligentsia* era de atuação na mobilização nacionalista/independentista das massas.

Considerações finais

A partir da análise do *corpus* documental apresentado neste artigo, é possível perceber a incompatibilidade do “evasionismo” claridoso com a ideia simbólica da Mãe-África proferida pelos pan-africanistas e nacionalistas mais fervorosos. O retorno à terra e a fraternidade com a África orgulhosamente negra foi antagônica com a ideia de evasionismo que percorreu a lírica da *Claridade*. A emigração devido às estiagens e à fome deram a tônica do que Sérgio Neto chamará de “terra-longismo”,⁴⁶ presente e incitada em vários dos escritos ali presentes.

Percebe-se, portanto, que a *Claridade* foi alvo de críticas quanto ao privilégio dado aos componentes europeus presentes do arquipélago, remetendo o substrato africano ao papel de ornamentação exótica do natural. No número de estreia da revista, já é possível perceber a tentativa de evasão do lugar africano:

É vulgar verem-se desembarcar nessas ilhas africanas, principalmente em São Vicente, estrangeiros sedentos de exotismos, com aquela doentia curiosidade de quem pisa terras de África e, por conseguinte, terras de mistério e que ao cabo de meia hora de cirandagem tornam a embarcar desiludidos e azedos porque nada de novo colheram, nenhum mistério desvendaram: não viram manipansos, não assistiram sequer a uma seção de magia negra. O problema do caboverdiano é menos de ordem tradicional e estático, que cultural e dinâmico.⁴⁷

O menosprezo da ilha de Santiago, uma das dez ilhas do arquipélago vista como inferior pelos intelectuais claridosos porque obteve maior influência dos povos da Guiné, era visto como uma negação e um erro, já que recuperar e exaltar a “africanidade” do arquipélago era a palavra de ordem para intelectuais como Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, para citar alguns exemplos. Observa-se, assim, como a obra claridosa foi descaracterizada e prescrita como “literatura de exportação”, uma literatura distante das necessidades de suas terras e das agruras de seu povo numa ânsia de agradar a metrópole e seus correspondentes colonialistas e de assumir um papel preponderante dentre as possessões portuguesas no Ultramar, sobretudo em relação ao continente africano.

⁴⁵ SILVEIRA. *Conscientização da literatura Caboverdiana*, p. 8.

⁴⁶ NETO, Sérgio. *Colónia Mártil, colónia modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p. 88-93.

⁴⁷ LOPES, Baltasar. *Claridade: revista de artes e letras*. São Vicente, n. 1, 1936, p. 5.

A partir do pós-guerra, mais precisamente a partir da década de 1950, com a maior mobilização do movimento pan-africano, o movimento claridoso foi visto e desarticulado, desautorizado, era incompatível como o novo mundo que desabrochava com determinação rumo às independências. Avesso do homem africano, do homem novo, do homem sem conivências, sem negociações aos ditames coloniais, os claridosos foram esquecidos, silenciados e censurados pela procura de raízes e de origens imemoriais da luta contra o jugo colonial. Nessa trama, homens que buscavam a autorização e o laço metropolitano não podiam ser considerados Africanos. Esses discursos e distanciamentos possíveis do presente, buscando no tempo longínquo a sua autoridade, respondem também ao desejo concreto de inserir as recentes lutas de libertação num espaço mais alargado e legitimador de tempo (Mário Pinto de Andrade, por exemplo, reconheceu o embrião da luta em 1911⁴⁸). Era preciso desautorizar o lugar de fala do movimento *Claridade* como propulsor ou estreante de algo genuinamente cabo-verdiano.

Nesse momento, não interessava mais o desejo de se retirar da África para compor o grande Império Português. Diante dos novos desafios de adentrar o mundo político como país africano, Amílcar Cabral prescrevia: “o sonho da evasão, o desejo de querer partir, não pode eternizar-se [...] As mensagens da *Claridade* tem que ser transcendidas”.⁴⁹

Recebido em: 16/12/2013

Aceito em: 10/06/2014

⁴⁸ SANCHES. *As malhas que os Impérios tecem*.

⁴⁹ CABRAL, Amílcar. Apontamentos sobre poesia cabo-verdiana. In: *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*. Praia, ano 3, n. 28, jan. 1952 p. 6.

Indesejáveis do Reino: procedimentos de exclusão e políticas discriminatórias aplicadas aos ciganos no Império Português

Undesirables of the Kingdom: procedures of exclusion and discriminatory politics applied to gypsies in the Portuguese Empire

Natally Chris da Rocha Menini

Mestranda em História, bolsista CAPES
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

natallymenini@gmail.com

RESUMO: No presente artigo procuraremos refletir sobre a constituição dos ciganos como grupo étnico na modernidade portuguesa, de modo a analisarmos como esses passaram a integrar a categoria dos indesejáveis do reino de Portugal. Nesse sentido, destacaremos os distintos mecanismos de exclusão e medidas discriminatórias aplicadas aos ciganos que viviam nas fronteiras do reino luso e de suas conquistas ultramarinas.

PALAVRAS-CHAVE: Ciganos, Portugal Moderno, Segregação étnico-racial.

ABSTRACT: In the present article we will be pursuing reflection about the constitution of the gypsies as an ethnic group on the early modern Portuguese society, in order to analyze how they were incorporated into the category of the undesirables of the kingdom of Portugal. In this way, we will highlight the different mechanisms of exclusion and discriminatory measures applied to gypsies in the kingdom of Portugal and its ultramarines conquests.

KEYWORDS: Gypsies, Early Modern Portugal, Ethnic-racial segregation.

Introdução

A investigação acerca da história dos assim chamados ciganos exige dos pesquisadores que se dedicam sobre o tema um intenso trabalho de mapeamento de fontes documentais nos mais diversos fundos arquivísticos e, sempre que possível, o cruzamento desses documentos com as fontes orais. Sendo ágrafos, os ciganos não deixaram registros escritos e, desse modo, “a origem dos ciganos e o porquê de sua dispersão pelo mundo são assuntos tão discutidos como não resolvidos.”¹

Desde a constituição da ciganologia² como área de conhecimento na Europa, estudos linguísticos, antropológicos e históricos apontam para a origem indiana dos ciganos. Através dos

¹ PEREIRA, Cristina da Costa. *Os ciganos ainda estão na estrada*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 19.

² A constituição da ciganologia como área específica de conhecimento ganhou fôlego a partir de 1888, quando foi lançada na Inglaterra a *Gipsy Lore Society*, primeira revista europeia especializada no tema. Atualmente, os

estudos linguísticos precursores de Christian Buttner (1771), Johann Rudiger (1782) e Heinrich Grellmann (1783), foi comprovada a aproximação da língua romani (língua dos ciganos) com o sânscrito. Atualmente os linguistas europeus têm aproximado o romani com as línguas do ramo neo-hindu, isto é, línguas vivas tais como a caxemira, o híndi, o guzerate, o marati e o nepalês.³ Somado a isso, alguns pesquisadores realizaram aproximações entre os ciganos e as tribos *Dom*, do Noroeste da Índia.⁴

Contudo, é importante destacar que as atribuições de uma origem indiana para os ciganos não possuem comprovação empírica. Além disso, como bem destaca Angus Fraser, as semelhanças linguísticas são indícios de que os ciganos viveram na Índia por tempo prolongado e motivos ainda desconhecidos, mas não são suficientes para comprovar que os mesmos são originários daquela região.⁵ Portanto, não há um consenso sobre a origem dos grupos ciganos, ainda que a ascendência hindu seja a mais sugerida pelos pesquisadores.

Ainda assim, é inequívoco que após prolongada experiência na Índia, os seus antepassados migraram para a Pérsia em período indeterminado e, nesta região, viveram tempo suficiente para que sua língua agregasse elementos semíticos. Conforme analisa Maria Sanchez Ortega, antes mesmo da conquista árabe, os ciganos abandonaram a Pérsia migrando para a Armênia e, posteriormente, para a Grécia bizantina e Turquia. Para a historiadora, na passagem pela Grécia, novos vocábulos se incorporaram à língua romani e, graças a isso, se torna possível afirmar que os mesmos chegaram a esta região antes do final do Século XI, aonde encontramos os primeiros testemunhos escritos por monges gregos do monte Athos.⁶

Segundo o antropólogo Frans Moonen, um dos documentos mais antigos sobre os antepassados dos ciganos refere-se aos escritos de um monge grego segundo o qual, no ano de 1050, o imperador de Constantinopla, solicitou a ajuda de adivinhos e feiticeiros chamados *Adsincani* para domar animais ferozes.⁷ No início do século seguinte, outro monge se refere a domadores de animais e a indivíduos lendo a sorte e prevendo o futuro, que eram chamados *Athinganoi*. Já no século XIII, o patriarca de Constantinopla adverte o clero contra adivinhos e

pesquisadores europeus vinculam a ciganologia à Antropologia Cultural em diálogo constante com a História e a Linguística.

³ PEREIRA. Os ciganos ainda estão na estrada, p. 24.

⁴ A historiadora Maria Sanchez Ortega compartilha da hipótese de que os chamados ciganos, em suas origens, pertenciam ao grupo Dom, uma casta inferior do Noroeste da Índia cuja organização social se orientou para o nomadismo e para as atividades artesanais e musicais. Ver: ORTEGA, Maria Helena Sanchez. Los gitanos españoles desde su salida de la India hasta los primeros conflictos en la península. *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid, Serie IV, Historia Moderna, t.7, p. 326, 1994.

⁵ FRASER, Angus. *The Gypsies*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992, p. 22. (tradução minha)

⁶ ORTEGA. Los gitanos españoles desde su salida de la India, p. 321. (tradução minha)

⁷ MOONEN, Frans. Antigianismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil. Recife. In: *Enciclopédia dos Direitos Humanos*, 2012, p. 7. Disponível em: www.dhnet.org.br (Acesso em 25/03/2014)

encantadores de animais chamados *Adingánois*.⁸ No ano de 1322, de passagem pela Ilha de Creta, um frade franciscano escreveu sobre indivíduos que viviam em tendas, chamados *Atsinganoi*, nome então dado aos membros de um grupo de músicos e adivinhos nômades. Depois, outros viajantes europeus, mercadores e peregrinos a caminho da Terra Santa, observaram a presença dos *Atsinganos* nos arredores do porto marítimo grego de Modon (hoje Methoni), então colônia de Veneza.⁹ Conforme analisa Frans Moonem, é certo que estes tenham sido antepassados, embora não necessariamente os únicos, dos assim chamados ciganos.

Decerto, somente a partir de inícios do século XV, com a sua migração para a Europa Ocidental, é possível identificar uma maior unidade cultural desses antepassados. De acordo com as fontes documentais analisadas por historiadores, os grupos que adentravam a Europa diziam-se vindos do Pequeno Egito, referindo-se a atual região do Peloponeso, na Grécia, mas que, para os europeus, foi associada ao Egito, na África. Devido a essa suposta origem egípcia, esses grupos passaram a ser denominados *gitan* (francês), *gitano* (espanhol), *gypsy* (inglês). Por outro lado, em alguns reinos da Europa, foram referidos como os *atsinganos* da Grécia e daí as denominações *tsigane* (francês), *zíngaro* (italiano) e *cigano* (português).¹⁰

A indefinição que sempre existiu em relação à origem dos ciganos contribuiu para as variadas denominações que lhes foram atribuídas pelos europeus. De acordo com estudos historiográficos, a entrada destes grupos na Península Ibérica se processou em princípios do século XV e, tendo suas origens associadas ao Egito, passaram a ser denominados *gitanos* pelos espanhóis. Contudo, os *gitanos* também foram considerados originários da Grécia e, por essa razão, na Constituição da Catalunha de 1512, são chamados de “gregos”. Entrando pelas fronteiras da Estremadura e Andaluzia espanholas, no reino de Portugal, ainda no século XV, esses sujeitos foram associados aos *atsinganos* que viviam na Grécia e daí o termo ciganos pelo qual passaram a ser reconhecidos pelos portugueses.¹¹

Sabemos que a categoria “cigano” é demasiadamente generalizante e, nas palavras da antropóloga Miriam Alves, expressa uma “pluralidade de identidades étnicas” abrigadas em três grandes grupos no Ocidente: Rom, Sinti e Calon.¹² Por serem ágrafos, esses grupos construíram os seus elementos de identificação cultural no marco da oralidade e na transmissão de conhecimentos de geração a geração. Os Calon são também conhecidos como os “ciganos

⁸ _____. *Anticiganismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil*, p. 7.

⁹ _____. *Anticiganismo e políticas ciganas na Europa e no Brasil*, p. 8.

¹⁰ PEREIRA. *Os ciganos ainda estão na estrada*, p. 25.

¹¹ COELHO, Francisco Adolfo. *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 164.

¹² SOUZA, Mirian Alves de. *Ciganos no Brasil: uma identidade plural*. In. ZACHARIAS, João Cândido (org.). *Caravana Cigana*. 1º edição. Rio de Janeiro: Jurubeba Produções, 2013, p. 28-35.

ibéricos” e, de acordo com a tradição oral do grupo, constituíram sua identidade étnica através de sua prolongada experiência na Península Ibérica, de modo que os chamados *gitanos* na Espanha e ciganos em Portugal passaram a se autodenominar Calons (para os homens) e Calins (para as mulheres) e a se comunicarem entre si através do dialeto caló, uma variação da língua romani. Por outro lado, esses grupos também se autodenominam “ciganos” para falar de si mesmos diante dos não ciganos, aos quais chamam de *gadje*.¹³

Desse modo, é importante destacar que o termo “ciganos”, utilizado neste artigo para fazer referência aos “siganos” das fontes documentais, diz respeito aos sujeitos que, através dos processos históricos, constituíram-se como grupo étnico no Império Português. Desse modo, para estudarmos os processos de exclusão que caracterizaram as experiências deste grupo na sociedade moderna portuguesa, se faz fundamental uma reflexão sobre a constituição dos ciganos como grupo étnico no reino de Portugal, tendo em vista que as identidades étnicas e sociais não são da ordem do natural, mas sim socialmente construídas.

Características conformadoras de uma identidade étnica cigana no mundo português

Sabemos que em uma dada sociedade, a interação entre os sujeitos e grupos permite transformações contínuas que modelam as suas identidades sociais, étnicas ou culturais. Tal como formula o antropólogo Fredrik Barth, as identidades étnicas não são preeexistentes e estáticas

mas sim constituídas e transformadas a partir da interação social, do contato e mobilidade, que implicam necessariamente processos de exclusão e incorporação através dos quais as diferenças étnicas são mantidas¹⁴

Para Barth, o compartilhamento de uma mesma cultura é uma consequência da organização social dos grupos étnicos e, do ponto de vista analítico, o conteúdo cultural das dicotomias étnicas pode ser de duas ordens diferentes. A primeira corresponde aos sinais e signos manifestos, que conformam as “características diacríticas” que os indivíduos exibem para mostrar a sua identidade (tais como vestimenta, língua e estilo de vida). A segunda ordem corresponde àquilo que o antropólogo denomina de “orientações valorativas básicas”, ou seja, os padrões de moralidade pelos quais as performances dos indivíduos e grupos são julgadas.¹⁵

Ainda em sua formulação, Barth propõe que, ao estudarmos um grupo étnico no plano de sua historicidade, precisamos ter em mente que não estamos escrevendo a “história de uma cultura”, pois, ainda que esse grupo étnico tenha existência contínua do ponto de vista

¹³ FERRARI, Florencia. *O mundo passa: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros*. Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, Departamento de Antropologia Social, São Paulo, 2010, p. 15.

¹⁴ BARTH, Fredrik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 26.

¹⁵ _____. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, pp. 32-33.

organizacional, as suas experiências ao longo do tempo são diversificadas, portanto, precisamos ter uma visão dinâmica da experiência, sendo-nos necessário explorar “o grau de padronização, a esfera da cultura e a diversidade de fontes dos padrões culturais”¹⁶. Certamente, essas contribuições analíticas iluminam a nossa reflexão sobre os elementos constitutivos de uma identidade étnica cigana na modernidade portuguesa, através do estudo dos seus aspectos organizacionais e dos modos pelos quais as fronteiras (critérios de pertencimento) entre os grupos posicionaram os ciganos naquela sociedade.

Enquanto segmento presente na sociedade portuguesa desde fins do século XV, os grupos ciganos sensibilizaram notáveis vultos da literatura moderna, como o dramaturgo português Gil Vicente (1465-1536), e uma das primeiras referências documentais sobre os mesmos em Portugal é justamente uma obra literária vicentina. Trata-se de *O Auto das ciganas*, peça teatral produzida no ano de 1521, representada “ao muito alto e poderoso rei Dom João Terceiro em sua cidade de Évora”¹⁷.

As ciganas, protagonistas da farsa, aparecem como mulheres pedintes e lamuriosas que, andando sempre juntas a cantar e dançar, oferecem a leitura da sorte (*la buena ventura* ou ainda *la buena dicha* como era conhecida na época) e o ensinamento de feitiços em troca de recompensas e esmolas, ao passo que os homens ciganos são representados como negociadores duvidosos, propondo a barganha de cavalos. Acresce que todos os personagens da farsa falam um espanhol modificado e andam sempre em grupo:

Andadaca hermanaz y vamos a estas sinuraz de gran hermozura viremos el cino la buena ventura y daran sus mercedes para que comamus (...) Cual de vuz otroz senúrez, trocara a hum rocin mio, rocin que hue dhú judío goza en páscua de florez, Y tengo dos especialez cavalloz buenos que talez?¹⁸

Os comportamentos dos personagens vicentinos apontam para algumas características culturais compartilhadas pelos ciganos Calóns que estiveram ligadas tão somente à organização social desse grupo étnico nos espaços de expressão ibérica. Na época moderna, com a entrada desses grupos na Península Ibérica e a aquisição de vocábulos novos a partir da interação com os espanhóis e portugueses, os ciganos acabaram modificando o conteúdo linguístico da língua romani, aparentada ao sânscrito, e passaram a constituir um novo dialeto, o caló, com fortes características da língua espanhola e portuguesa, inclusive no que diz respeito a sua estrutura

¹⁶ BARTH. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, p. 112-113.

¹⁷ OBRAS completas de Gil Vicente. Lisboa: Publicações da Biblioteca Nacional (Tomo IV), 1928, p.226 (frente).

¹⁸ OBRAS completas de Gil Vicente, p. 226 (verso). Andemos irmãs e vamos a estas senhoras de grande formosura, veremos a sorte, a “buena ventura” e elas nos darão suas recompensas para que comamos (...) Qual de vós senhores, trocará um potro meu, potro que é de um judeu, criado na páscua das flores e tenho dois especiais cavalos bons, que tal?

línguística.¹⁹ Desse modo, o compartilhamento do dialeto caló constituiu-se como uma das principais características culturais dos ciganos enquanto grupo étnico, sendo a pronúncia do caló um elemento fundamental na construção identitária desses sujeitos no mundo português.

O compartilhamento da língua portuguesa foi um dos principais critérios para a reafirmação e hegemonia de uma identidade coletiva portuguesa no Império Português. Portanto, a língua passou a ser um dos traços diferenciadores entre os portugueses e os grupos étnicos que viviam dentro das fronteiras do reino e de suas conquistas. No caso dos ciganos, a língua romani, transformada em dialeto caló a partir do contato com os povos ibéricos, porém incompreendida e recusada pela sociedade dominante, passou a ser chamada de “geringonça” pelas autoridades régias portuguesas.

Mas outros conteúdos culturais presentes na organização social desse grupo contribuíram para a construção da identidade étnica desses sujeitos. Cabe destacar os traços culturais ligados aos seus estilos de vida nômade, tais como a itinerância praticada sempre em grupo e o hábito de residir em tendas e barracas, além da vestimenta caracterizada por uma indumentária peculiar.

Alguns aspectos da organização social dos ciganos também se mostraram importantes sinais de diferença étnica, como os ofícios desempenhados pelas mulheres e pelos homens. As mulheres ciganas desempenhavam atividades quiromantes, as chamadas *buena ventura* ou ainda *buenas dichas*, conforme representado na farsa de Gil Vicente. A adivinhação pelas linhas das mãos, prática milenar originária da Índia, era uma atividade exclusiva das mulheres ciganas, que ofereciam a “leitura da sorte” em troca de recompensas dos não-ciganos portugueses. Já os homens ciganos desempenhavam atividades ligadas principalmente ao comércio de cavalos, que eram importantes tanto para transportar os grupos ciganos nas suas itinerâncias, como para as suas negociações.

Certamente, a constituição dos ciganos como grupo étnico no mundo português, através de uma organização social irredutível à morfologia social predominante na Europa, contribuiu para o estabelecimento de fronteiras (critérios de pertencimento) que serviram para construir uma separação entre os que foram admitidos no seio da sociedade moderna portuguesa e os que se procurou excluir.

Tendo em vista que as identidades são constituídas e transformadas a partir das interações sociais, e que a etnia resulta de um conjunto de representações que os grupos interatuantes constroem, mantendo na fronteira identitária o “nós” confrontado com o “eles”, os registros

¹⁹ Ver: “A língua cigana” In. PEREIRA. *Os ciganos ainda estão na estrada*, p. 48-54.

documentais da época nos informam os referenciais e padrões de moralidade pelos quais as performances dos ciganos foram julgadas pelos portugueses.

Decerto, as características negativas dos personagens vicentinos, especialmente aquelas ligadas às mulheres ciganas, que são caracterizadas como mulheres feiticeiras e mentirosas, vão de encontro às atribuições conferidas aos ciganos pelos portugueses de seu tempo, que pouco ou nada tinham a ver com as categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios ciganos. Portanto, levando em consideração a conformação étnica dos ciganos no mundo português, cabe-nos questionar sobre os procedimentos de exclusão e políticas discriminatórias aplicadas aos ciganos no reino de Portugal e nas suas conquistas ultramarinas.

Processos de exclusão e medidas discriminatórias em face dos ciganos em Portugal e seus domínios

Ainda que constituíssem uma minoria, os ciganos que em princípios do Seiscentos entravam no reino de Portugal pelas fronteiras espanholas não passaram despercebidos. Após quatro anos da representação do já referido *Auto das Ciganas* de Gil Vicente, as primeiras petições contra a permanência dos ciganos no reino começaram a ser elaboradas, revelando os conflitos estabelecidos nas relações interatuantes entre os portugueses e os ciganos naquela época. Em 1525, como resultado de inúmeras queixas da população, foram elaboradas as petições das Cortes de Torres Novas e, em 1535 as petições de Évora, todas contra a presença de ciganos no reino, reclamando dos “muitos furtos e muitas feitiçarias que os ciganos fingiam saber”.²⁰

Não tardaram as reivindicações das Cortes e, no ano de 1538, o monarca Dom João III buscou resolver o “incômodo social” causado pelos ciganos, através da proibição da entrada dos mesmos no reino de Portugal sob a pena de prisões, açoites, confiscos e expulsões.²¹ Acresce que os ciganos “naturais do Reino”, ou seja, os considerados nascidos no reino de Portugal, não deveriam ser expulsos, mas sim passariam a ser degredados para as colônias ultramarinas portuguesas na África e, a partir do decreto de 1549, a colônia do Brasil também passou a ser considerada um destino.²²

As medidas repressivas e ordens de degredo imputadas aos ciganos no reino de Portugal prosseguiram e, em 1592, já no período da união das Coroas Ibéricas, houve um esforço em romper com o modo de vida dos ciganos nascidos em Portugal a fim de enquadrá-los nas normas da sociedade portuguesa. A permanência dos ciganos considerados naturais do reino passaria a

²⁰ COELHO, Francisco Adolfo. *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

²¹ Lei XXIII de 1538. Volume: Capítulo de cortes e leys que se sobre os siganos fezeram. Disponível em: COELHO, Francisco Adolfo. “Apêndice documental” In: _____. *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*, 1892.

²² ANTT. Decreto de 15 de fevereiro de 1549. Maço 82, Doc. 52, N° 10665.

ser tolerada sob a condição de que esses abdicassem de seus comportamentos culturais, deixando, portanto, de usar seus trajes próprios, de conversar no seu próprio dialeto, chamado pelas autoridades de “geringonça” e caso rompessem com o seu estilo de vida nômade.²³ Ainda neste período, foi promulgada a Lei LXIX nas *Ordenações Filipinas* de 1603, atestando a proibição da entrada de ciganos no reino sob a pena de prisões e açoitamentos e ordenando o degredo dos ciganos naturais para as colônias ultramarinas da África.²⁴

Notemos que, se na Lei Filipina de 1592, os ciganos nascidos em Portugal poderiam continuar no reino caso rompessem com os seus modos de vida, nas *Ordenações*, passou a ser expressamente proibida a sua permanência em Portugal, dado a irredutibilidade cultural desse grupo. Mas, apesar de todas as medidas coercitivas decretadas, a permanência de grupos ciganos no reino continuou sendo um problema para as autoridades, visto que os mesmos conseguiam se fixar em vilas portuguesas através de cartas de vizinhança, conforme nos informam os alvarás, decretos e cartas oficiais que continuaram a ser produzidas naquele período.

Sabemos que o Antigo Regime, como todo sistema normativo, tinha também as suas incoerências e, por isso, as posturas dos magistrados (nomeadamente Corregedores) poderiam contradizer com o disposto na lei régia.²⁵ Isso explica o acesso que alguns ciganos tiveram ao estatuto de vizinho, através de cartas de vizinhança concedidas pelos próprios Corregedores locais, possibilitando-lhes assim, a fixação nas vilas portuguesas. Daí os conflitos que se travaram em torno das prerrogativas da Coroa e de alguns Corregedores em face dos ciganos no reino. Sem dúvidas, as cartas de vizinhança concedidas aos ciganos pelos dirigentes locais, no reinado dos Áustrias, indicam que, contrariamente às intenções originais da Coroa, os ciganos já haviam iniciado um processo de integração na sociedade portuguesa. Sendo assim, é preciso salientar que, apesar das constantes queixas e acusações contra os ciganos no reino, a má vontade não foi geral.

No entanto, a partir do período da Restauração Portuguesa (1640-1668), as queixas e as medidas repressivas contra os ciganos se tornaram mais constantes. Com o restabelecimento da independência de Portugal, “ocorreu um frenesim de leis, normas e disposições contra os ciganos, em parte, suscitadas pela pressão popular”.²⁶

²³ COLEÇÃO da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal (1819). Legislação Antiga, Parte I. *Collecção Chronológica de Varias Leis, provisões e Regimentos del Rey D. Sebastião para servir de Appendix*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, pp 205-206.

²⁴ ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*; Recopiladas por Mandado D'el Rey D. Philippe I. 14^a ed. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

²⁵ HESPANHA, António Manuel. *Direito Luso-Brasileiro no Antigo Regime*. Florianópolis: Fundação BOITEUX, 2005, p. 252-255.

²⁶ GOMES, João Pedro. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial em Portugal em meados do Seicentos*. Paris: Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain, 2012, p. 17.

É importante destacar que, com a Restauração da Independência de Portugal, colocando fim à união das Coroas Ibéricas, as autoridades militares e políticas das duas monarquias se esforçaram para estabelecer uma separação nítida entre as duas Coroas. Nesse sentido, em ambos os reinos foram adotadas políticas que procuraram reprimir e expulsar os estrangeiros que agora tornavam-se indesejados.

Sendo assim, se no início da Idade Moderna, os povos ibéricos se definiam antes de tudo pela sua pertença à cristandade – era-se católico antes de se ser espanhol ou português – a separação política e a guerra contra a Espanha provocou a redefinição da identidade coletiva portuguesa, em parte baseada em critérios étnicos.²⁷ No processo de reconstrução dessa identidade, três elementos foram fundamentais: a naturalidade portuguesa, entendendo-se por naturais aqueles nascidos no reino, filhos de pai português; a história do reino de Portugal e o compartilhamento da língua-mãe portuguesa. Cabe destacar que, se por um lado, a reconstrução identitária portuguesa se processou num sentido claramente antecastelhano, por outro, “a redefinição dessa identidade construiu-se por políticas intolerantes e discriminatórias aplicadas àqueles vistos como portadores de uma diferença incompatível com essa identidade lusitana que se procurava reafirmar.”²⁸

Assim, a redefinição da “lusitanidade” foi acompanhada pelo endurecimento de políticas repressoras e discriminatórias em face dos diversos grupos humanos que viviam nos domínios portugueses (cristãos novos, muçulmanos, ciganos, africanos, indígenas, crioulos, etc.).

João Pedro Gomes destaca que nas Cortes de 1642, os procuradores de Vila Viçosa (pequena localidade do Alentejo) solicitaram ao rei a permissão para que os “ladrões e prejudiciais ciganos” pudessesem ser presos por quaisquer oficiais de justiça do reino, e não somente pelos oficiais das localidades em que estes se encontravam.²⁹ De acordo com Gomes, os representantes de Vila Viçosa almejavam, de um lado, banir os ciganos do Reino e, de outro, exigir que se aplicassem penas aos juízes que lhes passavam cartas de vizinhança. A petição dos representantes de Vila Viçosa revela que muitos ciganos, devido às normas repressoras que lhes eram aplicadas, se refugiavam e se escondiam em pequenas vilas aonde os juízes ordinários não os prendiam tão facilmente como os Juízes e Corregedores.³⁰ Podemos aí, identificar uma das estratégias

²⁷ GOMES. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p. 27.

²⁸ _____. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p. 10.

²⁹ Arquivo Nacional da Torre da Tombo, Cortes, Maço 11, nº 6. Capítulos que derão em Cortes os Procuradores de Villa Viçosa. Anno de 1642. Cap. 4, fl. 2.

³⁰ ANTT, Cortes, Maço 11, nº 6. Capítulos que derão em Cortes os Procuradores de Villa Viçosa. Anno de 1642. Cap. 4, fl. 2.

recorridas pelos ciganos para resistir às perseguições que sofriam e também para se instalarem nas vilas portuguesas.

É importante destacar que, no período da Guerra de Restauração, os moradores das pequenas vilas da fronteira foram frequentemente suspeitos e acusados de facilitar o contrabando que se praticava a partir de trocas com Castela. Os ciganos participavam dessas transações, uma vez que, num contexto de guerra, o seu modo de vida itinerante e a facilidade com que cruzavam a fronteira faziam deles adequados intermediários para esse comércio clandestino. Por isso, as autoridades e os moradores da Raia, que obedeciam às ordens régias a contragosto, recorriam a eles para contornar a proibição de se corresponder com o reino vizinho.³¹ Assim, nos anos marcados pela vontade de construir uma fronteira que realmente separasse os dois povos, castelhano e português, o modo de vida dos ciganos constituiu um desafio às autoridades durante a Restauração. Portanto, a partir desse período, os ciganos passaram a ser alvo de dois tipos de rejeição no Reino de Portugal:

Por um lado, eram discriminados por causa do seu modo de vida itinerante e por constituírem uma etnia com uma cultura radicalmente diferente daquelas que então existiam na Península Ibérica. Mas, simultaneamente, as relações que eles mantinham com a vizinha Espanha e, o fato de que eles entravam em Portugal vindos precisamente do reino de Castela, tornavam-nos suspeitos e ameaçadores para muitos portugueses.³²

Uma vez que durante a Guerra de Restauração, a redefinição da identidade coletiva portuguesa se processou num sentido claramente anticastelhano, a associação dos ciganos à Castela, contribuiu para o agravamento das medidas discriminatórias realizadas contra este grupo no reino. No Alvará promulgado em outubro de 1647, o rei D. João IV (1640-1656) nos informa que entre os ciganos presos e degredados para as conquistas ultramarinas, permaneceram na Cadeia do Limoeiro “dez velhos incapazes de servir, com mulheres e filhos de pouca idade”, que ele consentiu que continuassem no reino, desde que rompessem com seus estilos de vida, vivendo em regiões bastante afastadas da Corte e das fronteiras com a Espanha³³. Esses procedimentos tomados pelo monarca com relação aos ciganos revelam as preocupações em impedir eventuais contatos das famílias ciganas que viviam no reino com os ciganos de Castela ou mesmo com os moradores do país vizinho.

³¹ GOMES. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p.18.

³² _____. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p.18-19.

³³ Alvará régio sobre os ciganos – Lisboa, 24 de outubro de 1647. In. *Ius Lusitaniae*: Fontes Históricas de Direito Português. Disponível em: www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. (Acesso em 20/01/2014) Os lugares que passariam a ser permitidos para a instalação das famílias ciganas corresponderam aos concelhos de Torres-Vedras, Leiria, Ourem, Thomar, Alemquer, Montemór, Velho e Coimbra. Todos esses concelhos tinham em comum o fato de se localizarem a mais de cem quilômetros da fronteira com Castela.

Mas, se os ciganos que viviam nas fronteiras atuavam como intermediários nas transações realizadas entre portugueses e castelhanos, contrariando as ordens régias, muitos ciganos contribuíram significativamente para os interesses de Portugal, servindo como soldados no exército luso contra Castela. Conforme escreveu D. João IV em seu alvará de 1649, as ordens de prisão e degrado não deveriam ser aplicadas “aos mais de 250 ciganos alistados que estavam servindo nas fronteiras, procedendo na forma de traje e lugar dos naturais” e, por isso, receberam licença dos Governadores das Armas “para morar em lugares e vilas do Reino naturalizados com cartas de vizinhança”³⁴. Certamente, essa distinta postura de D. João IV com relação aos ciganos soldados justificou-se pela necessidade de gente combatendo nos exércitos lusos, uma vez que durante a guerra da Restauração, devido ao elevado número de deserções, ter se tornado necessário, a cada ano, efetuar novos levantamentos de tropas.³⁵ Desse modo, ao mesmo tempo em que eram promulgadas ordens voltadas para o degrado de todos os ciganos do Reino de Portugal para o ultramar, um número relativamente importante de homens ciganos alistaram-se e serviram nas forças armadas durante a Restauração e, através da prestação de serviços, conseguiram autorização para viver no reino com suas famílias caso deixassem de “ser ciganos” (ou seja, caso rompessem com a sua identidade étnica) e se assimilassem aos “naturais da terra” (os considerados portugueses).

Portanto, é necessário destacar que a eventual integração dos homens ciganos que prestaram serviços como soldados durante a Guerra de Restauração ocorreu paralelamente à promulgação de medidas coercitivas e discriminatórias contra os demais ciganos no reino, na medida em que estes continuavam sendo julgados como um todo, como um grupo em que todos os indivíduos compartilhavam hábitos prejudiciais para a manutenção da ordem social.

As normas imputadas às famílias ciganas que tiveram permissão para continuar vivendo no reino revelam antigas preocupações tidas pelas autoridades régias com relação ao grupo. Tais preocupações vincularam-se ao desejo das autoridades de romper com os seus estilos de vida e hábitos culturais característicos da própria organização social deste grupo étnico na modernidade portuguesa. Assim, aos ciganos que foram permitidos viver no reino, foi imposta a proibição da fala da *geringonça* e do uso de seus trajes próprios.

Além disso, os ciganos foram proibidos de exercer suas “*buenas dichas*” e seus “partidos de cavalgadura”, sendo-lhes expressamente proibido comprar ou trocar cavalos e “usar de seus embustes”. Por outro lado, ordenava-se que os ciganos trabalhassem conforme faziam os

³⁴ Arquivo Nacional. Leis, liv. V, fl. 1. Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D João IV, etc. Lisboa, 1747. III, 169-170. Disponível em: COELHO. *Apendice documental*, 1892.

³⁵ GOMES. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p. 25.

“naturais do reino”.³⁶ É importante destacar que com a emergente “Razão de Estado” na Europa moderna, ocorreu um processo crescente de valorização do trabalho enquanto critério indispensável na chamada “utilidade social”. Desse modo, o “estatuto bem aventurado dos pobres”, cedia cada vez mais espaço para o esplendor social e político da riqueza. Assim, a imagem mais tardia dos pobres passou a ser contaminada pela imagem da vagabundagem, da insídia e da violência.³⁷ E, ao longo de toda a época moderna, todos os indivíduos que foram considerados “vagabundos” e “criminosos” passaram a ser punidos com o degredo para as galés e para as conquistas ultramarinas portuguesas, a fim de que tivessem uma “utilidade social” na lide colonizadora da metrópole.

Se, de um lado, a irredutibilidade cultural dos ciganos (e as eventuais proximidades com os castelhanos) contrariava os critérios de redefinição da lusitanidade, de outro, ao integrarem as camadas pobres da sociedade e desempenharem atividades desqualificadas no mundo português, estes grupos passaram a ser estigmatizados e criminalizados pelas autoridades. Assim, como analisa o historiador Bill Donovan, ao longo da época moderna as autoridades portuguesas incluíram os ciganos na categoria dos “desviados sociais”, cujos comportamentos passaram a ser criminalizados. Tal como aponta o autor, nessa categoria podíamos encontrar também os “vadios”, “ladrões”, “vagabundos”, “homicidas” e “prostitutas”.³⁸ No mesmo Alvará de 1649, no qual D. João atestou a sua permissão para que os ciganos soldados vivessem no reino conforme os “naturais da terra”, também foi decretada uma série de punições contra os demais ciganos que viviam em Portugal, que foram associados aos “vadios” e “prejudiciais” por seus modos de vida, merecendo, portanto, o degredo punitivo para o ultramar:

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que por se ter entendido o grande prejuízo e inquietação que se padece no Reino com uma gente vagabunda que com o nome de siganos andam em quadrilhas vivendo de roubos enganos e embustes contra o serviço de Deus e meu, Demais das ordenações do Reino, por muitas leis e provisões se procurou extinguir este nome e modo de gente vadia de siganos com prizones e penas de asoutes, degredos e galés, sem acabar de conseguir; e ultimamente querendo Eu desterrar de todo o modo de vida e memória desta gente vadia, sem assento, nem foro, nem Parochia, sem vivenda própria, nem officio mais que os latrocínios de que vivem, mandey que em todo Reyno fossem prezos e trazidos a esta cidade, onde serião embareados e levados para servirem nas conquistas divididos.³⁹

³⁶ Arquivo Nacional. Leis, liv. V, fl. 1. Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D João IV, etc. Lisboa, 1747. III, 169-170. Disponível em: COELHO. *Apendice documental*, 1892.

³⁷ HESPAÑHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas*: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 249-250.

³⁸ DONOVAN, Bill. Changing perceptions of social deviance: Gypsies in early modern Portugal and Brazil, *Journal of Social History*. Loyola College in Maryland, 1992, p. 33. (tradução minha).

³⁹ Arquivo Nacional. Leis, liv. V, fl. 1. Ordenações e leys confirmadas e estabelecidas pelo Senhor D João IV, etc. Lisboa, 1747. III, 169-170. Disponível em: COELHO. *Apendice documental*, 1892.

Cabe destacar que após a publicação do referido Alvará, no dia 29 de maio de 1649, D. João enviou uma carta para Diogo de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, ordenando-lhe a comunicação aos corregedores da província de Entre Douro e Minho de estarem prontos para, todos a um só tempo, no dia 24 de junho próximo, prenderem todos os ciganos que achassem⁴⁰. Essa política de expulsões prosseguiu, de modo que, em maio de 1654, um Alvará ordenou que todas as justiças da Vila do Pombal expulsassem os ciganos que ali estivessem, uma vez que os moradores da dita Vila “padeciam grandes vexações com a presença dos ciganos”.⁴¹ Em 12 de setembro do mesmo ano, o monarca português novamente ordenou ao visconde de Vila Nova de Cerveira o aprisionamento de todos os ciganos que se encontrassem em Portugal, a fim de que fossem degredados para as conquistas ultramarinas.⁴²

Desse modo, durante a Restauração, os representantes dos povos voltaram a realizar petições contra a presença dos ciganos no Reino. Com isso, o monarca D. João IV, reforçou as suas políticas repressivas, buscando “limpar” do reino todos os ciganos que ali estavam. As políticas de expulsão e degredo realizadas durante a Restauração incluíram, pois, o processo de redefinição identitária que se processou naquele período em Portugal. É inequívoco que a organização social conformadora da identidade étnica dos ciganos e os modos pelos quais as suas atuações foram possíveis, contribuíram para os conflitos e tensões que permearam as relações com eles estabelecidas naquela sociedade.

Após o período de Restauração, as medidas voltadas para os ciganos prosseguiram, de modo que as autoridades régias aplicaram-lhes uma série de medidas punitivas, com destaque para o degredo punitivo para as colônias ultramarinas. Na Provisão de 20 de julho de 1686, destinada ao Corregedor de Elvas, o rei D. Pedro II (1683-1706), afirmando receber muitas queixas das populações contra “a inundação de gente tão ociosa e prejudicial por sua vida e seus costumes”, ordenou a proibição da entrada no reino dos ciganos vindos de Castela e a expulsão de todos os ciganos estrangeiros. Aos ciganos naturais do reino “filhos e netos de portugueses, porém com hábito, gênero e vida de ciganos” o monarca ordenou que tomassem “domicílio certo”, sendo proibidos de “andarem vagabundos em quadrilhas pelo reino” e também de “usarem de seu traje particular”, sob pena de prisões e do degredo punitivo para o Maranhão.⁴³ Em 27 de agosto do mesmo ano, utilizando o pretexto de que os ciganos naturais eram

⁴⁰ GOMES. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p. 25.

⁴¹ Livro XXVII da Chancellaria, folha 6. In. *Ius Lusitaniae*. Fontes Históricas de Direito Português. Disponível em: www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt (Acesso em 20/01/2014)

⁴² GOMES. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p. 25.

⁴³ Tombo II do Registro dos Alvarás, *Provisões, Cartas e mais ordens de Sua Magestade*, a fl. 12. Archivo da Câmara de Elvas, armário nº8. Disponível em: COELHO. *Apendice documental*, 1892.

insubmissos às leis, o monarca promulgou um Decreto ordenando o degredo de todos os ciganos do reino para a capitania do Maranhão.⁴⁴

A partir do reinado de D. João V (1707-1750) a perseguição aos ciganos se intensificou em Portugal e centenas deles foram degredados para a colônia do Brasil. Atestando o “incômodo social” que continuava a causar a presença dos ciganos no reino, em 1708, o monarca D. João V decretou um Alvará ordenando a proibição dos comportamentos culturais dos ciganos naturais do reino, sob pena do degredo das mulheres para o Brasil e dos homens para galés. Decorrida uma década do mencionado Alvará de 1708, a pretexto da persistência da prática de seus costumes, D. João V informou os territórios para onde os ciganos do reino deveriam ser degredados. Desse modo, em 28 de Fevereiro de 1718, um decreto mandou remeter, repartidos, todos os ciganos que haviam sido presos por ordem dos governadores das Armas das Fronteiras para a Índia, Angola, São Tomé, Ilha do Príncipe, Benguela e Cabo Verde.⁴⁵ E, embora não tenha sido mencionada, a colônia do Brasil também constituiu um destino.

Certamente não devemos caricaturar a sociedade portuguesa na época moderna. As contínuas queixas e leis promulgadas contra a presença dos ciganos em Portugal ao longo da época moderna indicam que os ciganos, contrariando as autoridades régias, conseguiram iniciar um processo de integração na sociedade através de cartas de vizinhanças concedidas pelas justiças locais do reino.

Além disso, em certos casos, os ciganos puderam encetar processos de promoção social, como no caso dos ciganos que serviram como soldados na Guerra de Restauração. Também não podemos desconsiderar que os discursos das autoridades nem sempre eram acompanhados de práticas reais de exclusão, uma vez que a aplicabilidade dessas medidas era frequentemente reduzida devido à capacidade de ação limitada dos agentes encarregados de executar as ordens das diversas autoridades (a Coroa, a Inquisição, a fidalguia, os concelhos).⁴⁶

Ainda assim, é inequívoco que, ao longo da modernidade portuguesa, a constituição dos ciganos como grupo étnico no reino se processou através de relações interatuantes através das quais os ciganos puderam se considerar mencionados, mas não necessariamente reconhecidos, uma vez que os mesmos foram categorizados a partir dos valores dominantes da época e, nesse sentido, constituíram grupo estigmatizado e discriminado no mundo português.

⁴⁴ Liv. X do *Supplição*, fl. 276, in *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Colecção II dos *Decretos e Cartas*, p. 273. Disponível em: COELHO. *Apendice documental*, 1892.

⁴⁵ Liv. XII da *Supplição*, fol. 14, In *Ordenações e leys*, etc. Lisboa, 1747, vol. III: Colecção II dos *Decretos e Cartas*, p. 273. Disponível em: COELHO. *Apendice documental*, 1892.

⁴⁶ GOMES. *Redefinições identitárias, xenofobia e exclusão racial*, p. 26.

Alvos de medidas discriminatórias e acusados de malfeitorias diversas, não apenas resultado da prevaricação de indivíduos, mas, sobretudo, devido aos padrões valorativos da época que os definiam como “gente inútil, embusteira e prejudicial” por seus comportamentos e modos de vida, os ciganos assim padeceram nas mãos dos dirigentes portugueses. Entre as atividades que mais preocuparam as autoridades, destacam-se as queixas de praticarem furtos e o comércio de cavalos, além das práticas das *buenas dichas* associadas aos “embustes” dos ciganos. E, entre os comportamentos que passaram a ser criminalizados, destacam-se os hábitos ligados tão somente a sua conformação étnica no mundo lusófono: o hábito de conversarem em caló, o uso dos seus trajes particulares e os seus estilos de vida nômade.

Conforme analisa Geraldo Pieroni, no Império Português, a Igreja se uniu à Coroa na luta contra as “ameaças” sociais, religiosas e morais. Nesse desígnio, as autoridades reais e eclesiásticas se incumbiram da “santa missão” de fazer justiça desde que o pecado e o crime ferissem a Deus no céu e aos seus representantes na terra.⁴⁷ Desse modo, as autoridades seculares, inquisitoriais e eclesiásticas conseguiram trabalhar de comum acordo, de modo que a noção de “castigo” do Estado aliada a ideia de “penitência” da Igreja manifestou-se nas Ordenações do Reino, que via nos transgressores das “divinas” leis uma ameaça que devia ser investigada, controlada e punida. Embora o degredo inquisitorial de ciganos em Portugal não tenha sido recorrente, os mesmos constituíram grupo constantemente submetido ao degredo civil e às ações punitivas do Estado que os acusaram de transgressores da ordem e da moral.

Os ciganos incluíram, pois, o rol dos indesejáveis do reino e, ao longo de toda a modernidade, as autoridades régias buscaram limpar a metrópole de sua presença recorrendo a uma vasta legislação que lhes aplicava penas e expulsões e, no caso dos ciganos naturais do Reino, o degredo punitivo para as conquistas no ultramar, incluindo a América Portuguesa, que passou a contar com o degredo sistemático de ciganos a partir de fins do século XVII.

Recebido em: 02/04/2014

Aceito em: 22/06/2014

⁴⁷ PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino: a Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. *Revista Textos de História*, UnB, v. 5, n. 2, p. 26-27, 1997.

Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII

Jesuits aldeamentos in capitania do Espírito Santo: colonial occupation and resignification of the indigenous ethnicity between the sixteenth and eighteenth centuries

Ricardo Batista de Oliveira

Doutorando em História

Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS-UFG)

ricardoo oliveira06@hotmail.com

RESUMO: Analisaremos neste artigo a influência da ação jesuíta no que se refere ao esquadrinhamento do território espírito-santense, aspectos em que os aldeamentos jesuítas contribuíram ou serviram de obstáculo para as autoridades coloniais e, especialmente, como a nova dinâmica vivenciada pelos indígenas nos aldeamentos desencadeou uma série de rearranjos dos mais variados e a ressignificação de sua identidade étnica a partir das novas alianças firmadas.

PALAVRAS-CHAVE: Aldeamentos, Alianças, Etnicidade indígena.

ABSTRACT: We will review in this article the influence of the Jesuit action in relation to the exploration of the territory of Espírito Santo, respects in which the Jesuits aldeamentos (indian villages) contributed or served as a barrier to the colonial authorities, and especially how the new dynamics experienced by indigenous people in aldeamentos triggered a series of rearrangements of the most varied and redefinition of their ethnic identity following the new alliances signed.

KEYWORDS: Aldeamentos, Alliances, Indigenous ethnicity.

Introdução

Em 1549, os jesuítas, padres da Companhia de Jesus, desembarcaram na América Portuguesa. Eles chegaram com o primeiro Governador-geral, Tomé de Souza, ocupando papel importante na obra de redução indígena¹ e, dois anos mais tarde, alcançaram o Espírito Santo. Com métodos muitas vezes brandos, os padres converteram um grande número de indígenas ao cristianismo, embrenharam-se pelos sertões – então só assinalados de forma imprecisa pela cartografia – com o intuito de conduzir os indígenas entendidos como hostis aos aldeamentos e, assim, propagaram a fé cristã. Com isso, no caso do Espírito Santo, (como em outras partes da América Portuguesa) asseguraram para a Coroa Portuguesa – mesmo que, em alguns casos, de forma momentânea – possessões territoriais que iam se distanciando timidamente do litoral. Não obstante, a suposta sujeição, ou melhor, estratégia de vivência/sobrevivência, dos indígenas ao

¹ Os aldeamentos dirigidos pelos jesuítas também eram conhecidos como *missões* ou *reduções*.

cristianismo resultou em um grande dano à sua autonomia e na acelerada transformação da sua cultura. Por sua vez, isto não deve ser entendido de forma reducionista, como um mero processo de “aculturação” ou perda da “identidade indígena”, como ainda se lê em diversos textos. Antes, como ressignificação da identidade indígena dentro de uma grande gama de rearranjos que se deram a atender os mais variados interesses. Por outro lado, a ideia imediatamente oposta à “perda” ou à “resistência” indígena,² também não nos parece muito frutífera, pois deixa ao largo a capacidade de reconstrução identitária, social e cultural do índio. Novas abordagens, como o estudo das complexas redes de sociabilidades existentes no universo colonial, que permitiram uma imensa gama de rearranjos identitários, e a valorização da historicidade dos índios, possibilitam um novo aspecto da história indígena, não mais limitado à ótica do conquistador. Não podemos resumir a História Indígena ao extermínio e “perda identitária” e, muito menos, à manutenção da ideia de índio “primitivo”. Devemos reconhecer a capacidade indígena de tomada de decisões e de negociação.³ Cristina Pompa, na introdução de *Religião como Tradução*, coloca acertadamente que:

[...] mais do que recuperar uma suposta originalidade indígena e reconstruir o quanto foi “perdido” ao longo do processo de contato, a pesquisa pode, mais realisticamente, tentar entender as linhas essenciais deste percurso de mediações.⁴

Ao passo que muitos indígenas buscavam os aldeamentos para se proteger dos ataques de outros índios, que lhes eram inimigos ancestrais ou passaram a ser com os inúmeros rearranjos ocasionados pela presença europeia⁵, e da escravização por parte dos colonos, que, em não raros casos, eram levados de forma compulsória, suas práticas ancestrais passaram a sofrer transformações num ritmo muito acelerado. Com a introdução destas aldeias artificiais, os índios tiveram sua organização social profundamente alterada, sobretudo ao se fixarem nelas, desviando o seu traço volante, assim como abandonando o costume da poligamia, o que refletia na redução dos laços de parentesco indígena e alterava a lógica de alianças interétnicas. Ademais, foram pressionados a integrar uma lógica produtiva, sendo sua mão de obra amplamente utilizada em práticas agrícolas, corte e transporte de madeira, coleta de drogas do sertão, defesa de postos avançados e, sobretudo, em incursões pelos matos como soldados ou *línguas*⁶. Neste contexto,

² Refiro-me aos confrontos abertos, ao uso da força, e não a formas mais sutis de resistência que, durante muito tempo, não receberam a devida atenção por parte dos pesquisadores que tratam do tema indígena.

³ Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19.

⁴ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru-SP: EDUSC, 2003, p. 27.

⁵ As guerras intestinas, já existentes em períodos anteriores à presença dos portugueses, ganharam uma nova dinâmica com a presença europeia, tornando-se, então, quase que contínuas.

⁶ O *língua*, ou intérprete, desempenhava importante papel como intermediário cultural entre índios e não-índios. Muitas vezes estava condenado a vagar entre dois mundos, levantando desconfianças tanto entre os “seus” (índigenas), quanto entre os “outros” (não-índios).

novas estratégias cotidianas de vivência e sobrevivência, tiveram que ser empregadas por vários grupos indígenas.

O caso a seguir é um bom exemplo do que John Monteiro chamou de “etnicidade construída no contexto da colonização”, proporcionando uma perspectiva para as interpretações sobre a identidade étnica dos grupos indígenas. Tal identidade que, agora, passa a ser entendida como um processo de reformulação e (re)significação feita pelos próprios índios, “[...] de acordo com as circunstâncias e interesses dos grupos envolvidos”⁷.

Por volta de 1555, o chefe guerreiro dos Maracajás⁸, grupo étnico Tupi que se localizava na Baía da Guanabara no Rio de Janeiro, Maracajaguaçu (Grande Gato), ao se ver encerralado por seus inimigos (os Tupinambás, Tamoios e seus aliados franceses), aliou-se aos portugueses como forma de garantir sua sobrevivência e de sua parentela. Em troca do possível auxílio prestado pelos portugueses, ele e os demais índios de seu grupo deveriam tornar-se cristãos. Diante disto, Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário do Espírito Santo, não hesitou. Transportou os Maracajás liderados por Maracajaguaçu para a referida capitania e, assim, garantiu a aliança que seria a chave para a sua resistência frente aos índios que relutavam em se alinhar com os interesses dos colonos no Espírito Santo.⁹ Uma vez instalado no aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Conceição (hoje Serra), o índio Maracajaguaçu desempenhou papel decisivo no processo de aliança de seu povo com os colonos espírito-santenses.¹⁰ Em situações como essa, a autoridade nominal indígena era reconhecida pelo governo colonial como estratégia de se obter controle sobre o grupo. Os indígenas *principais* (líderes indígenas), muitas vezes poderiam continuar mantendo relativa liderança sobre sua parentela, mesmo que esta fosse limitada pela ação dos padres jesuítas. Maria Regina Celestino de Almeida aponta para o fato de que a “política

⁷ MONTEIRO, John Manuel. A descoberta dos índios. *D.O. Leitura*, São Paulo, suplemento 500 anos de Brasil, ano 17, n. 1, p. 6-7, maio de 1999. Apud: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português*. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000, p. 46.

⁸ Embora exista uma “convenção” publicada na Revista de Antropologia em 1954, a qual visou uniformizar a escrita dos nomes das sociedades indígenas nos textos de língua portuguesa, “etnólogos estrangeiros não a usam e mesmo os brasileiros quando a seguem, o fazem parcialmente”. Portanto, sigo neste texto a sugestão do professor Júlio Cesar Melatti quanto ao uso da grafia oficial para a escrita dos nomes das sociedades indígenas. Ver: *Revista de Antropologia*. São Paulo, vol. 2, n. 2, 1954, pp. 150-152; MELATTI, Júlio Cesar. Convenção para a grafia dos nomes tribais. Captado em: <http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.htm>. Acesso em: 10 set. 2011.

⁹ Em 1550, pressionado pelos constantes ataques indígenas que assolavam o Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho transferiu a sede da capitania para a ilha de Santo Antonio, a qual receberia o nome de Vila de Nossa Senhora da Vitória, em função do sucesso alcançado contra as investidas de grupos indígenas resistentes à implantação da empresa colonizadora. É importante diferenciarmos o tipo de contato entre índios e não-índios que se desenvolvia neste contexto. Diferente da presença europeia pontual observada no período pré-colonial, o episódio analisado ocorre por ocasião do regime de Donatarias (Capitanias Hereditárias). A tentativa de implantação de uma “empresa colonial”, portanto, de maior vulto do que ocorreria antes, colocava portugueses em choque com as populações indígenas que tinham o seu território invadido.

¹⁰ SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 21-24.

de agradar e enobrecer lideranças indígenas em situação colonial [...] iria se manter até o século XVIII [...]”¹¹ Tal prática repetiu-se no Leste de Minas até o início do século XIX, já no contexto dos Aldeamentos Régios.¹²

Entre os inúmeros trabalhos prestados aos portugueses, destaca-se, pelo menos na história tradicional, o apoio militar do chefe guerreiro Maracajaguaçu no combate aos franceses e Tupinambás no Rio de Janeiro no ano de 1560, ao enviar o seu filho, Araribóia (Cobra Feroz), liderando um grande contingente indígena na expedição chefiada por Estácio de Sá.¹³ Contudo, nos previne Almeida que “[...] se [Araribóia] veio ao Rio com Mem de Sá para destruir o forte Coligny (1560) foi na condição de soldado anônimo”, tendo aparecido com destaque somente em 1564, ao fundar a aldeia de São João em solo espírito-santense.¹⁴

A veracidade da acenada liderança de Araribóia na expedição de Estácio de Sá é tomada como secundária por Almeida. Ao analisar a Carta de Anchieta ao padre Diego Lainez, datada de 1565, a autora percebe a imensa gama de “possibilidades de rearticulação de alianças e inimizades dos índios entre si e com os europeus” e sugere a possibilidade de novas interpretações sobre as crônicas que apontam os Tupinambás como inimigos ancestrais dos Tamoio e Tupiniquim.¹⁵ Almeida problematiza a etnia Temiminó, mostrando que esta foi edificada na conjuntura do acirramento dos embates indígenas no Espírito Santo e depois no Rio de Janeiro, sendo, portanto, a etnia Temiminó construída a partir do contato com os portugueses.

Com a derrota dos franceses em 1560, o Rio de Janeiro, sobretudo a zona Oeste da baía de Guanabara, voltou-se para a produção de cana-de-açúcar. Muitos Tupinambás aliados dos franceses foram retidos em cativeiro e passaram a ser vendidos como escravos nas cidades costeiras.

Araribóia deslocou-se da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição e fundou com o padre jesuíta Braz Lourenço, a Aldeia de São João (hoje Carapina). O local teria atraído muitos outros índios Tupis em função da importância que a parentela de Maracajaguaçu alcançara no Espírito Santo. No entanto, conflitos entre colonos e índios, epidemias e, principalmente, a crescente

¹¹ ALMEIDA. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*, p. 49.

¹² Refiro-me, por exemplo, aos postos de comando delegados a indígenas pelas autoridades coloniais. Vários aldeamentos rígios tiveram como diretores, indígenas principais de seu grupo étnico no início do século XIX. Ver: OLIVEIRA, R. B. *Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais: resistência e associação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX*. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2009, p. 106-107.

¹³ ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 77. Ver também: SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1954, p. 47, 56 e 57; SALETTTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 23-24.

¹⁴ ALMEIDA. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*, p. 51.

¹⁵ _____. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*, p. 51.

escravização indígena motivaram a evasão daqueles da referida aldeia. O próprio Maracajaguaçu, com todo o prestígio que detinha, afastara-se, sendo mais tarde convencido a retornar à aldeia controlada pelos jesuítas.¹⁶ Tal situação vem demonstrar como os indígenas podiam manter alianças ou não com os adventícios, tendo em vista a obtenção de alguma vantagem, mesmo que essa fosse momentânea. De qualquer forma, estas alianças também não seriam uma forma de resistência? Acreditamos que sim. É importante notarmos que existiram exemplos menos óbvios de resistência empregados por vários grupos indígenas que iam muito além das escaramuças, ataques ou fugas.

Não obstante, as alianças entre indígenas e a sociedade colonial eram, em muitos casos, bastante frágeis. Os índios, notando algum prejuízo, poderiam abandonar os aldeamentos e/ou o alinhamento com determinado grupo da sociedade colonial (ou até mesmo outro grupo indígena) e, a partir daí, rearticular a lógica de alianças de acordo com a situação vivida. Ao enxergar melhor essas escolhas, certamente muitas vezes limitadas às circunstâncias de que poderiam se valer os índios, os pesquisadores interessados no tema indígena têm um novo campo de interpretação, abrangendo um grande leque de formas cotidianas de resistência que, durante muito tempo, não foram tão visíveis, ou ainda, não eram pertinentes aos interesses dos pesquisadores.¹⁷

Governo metropolitano, autoridades coloniais, poder eclesiástico e colonos nem sempre coadunavam os seus interesses e, no emaranhado de disputas que não raras vezes se formava, o elemento indígena, como veremos, poderia ser um importante aliado ou um tenaz inimigo. Já para os indígenas, tais disputas poderiam significar uma brecha para que novas alianças fossem se configurando, entre povos indígenas diversos e/ou entre índios e não índios.

A Donatária do Espírito Santo e as incursões pelo interior: aldeamentos, disputas internas e o sertão como barreira natural

Os povos Ameríndios enfrentaram transformações num ritmo nunca antes visto com a presença europeia. Posto isto, é importante entendermos o universo colonial espírito-santense como “[...] um mundo de rápidas mudanças, de adaptações, de negociações, de construções permanentes de identidades no interior do quadro político extremamente instável”¹⁸.

Ao assumir o governo do Espírito Santo em 1564, o segundo donatário, Vasco Fernandes Coutinho Filho, obteve significativo êxito. Uma de suas principais medidas foi intensificar o

¹⁶ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 23-24.

¹⁷ Mesmo tendo quase três décadas do impulso nas pesquisas sobre o tema da História Indígena e, sobretudo, sobre a identidade indígena, acredito que ainda não seja clara a utilização de diversos termos e operações neste campo, como “destruição cultural”, “perda da cultura” e “perda da identidade”, que em última instância acabam por reproduzir, mesmo que em alguns casos sem a clara intenção, a crônica da destruição indígena. Por outro lado, não podemos desconsiderar os múltiplos discursos e narrativas construídas com fins políticos-jurídicos e econômicos.

¹⁸ POMPA. *Religião como tradução*, p. 22.

processo de alianças com os indígenas. No final do século XVI, um grande contingente de índios já se encontrava associado aos portugueses, reduzidos aos aldeamentos comandados pelos jesuítas. Dentre os principais aldeamentos de que se têm notícia até essa época no Espírito Santo estão: Aldeia Nova (hoje Aracruz), Nossa Senhora da Conceição (hoje Serra), Reis Magos (hoje Nova Almeida), São João, Nossa Senhora da Assunção¹⁹ (hoje Anchieta) e Aldeia dos Índios/Vila dos Jesuítas (hoje Guarapari). Embora esses núcleos tenham conseguido se firmar, muitas vezes como pequenas povoações, nenhum deles estava distante do litoral, deixando o sertão espírito-santense ainda quase que inexplorado.

Mesmo com a ação dos missionários jesuítas, a ocupação do interior do Espírito Santo mostrava-se uma tarefa complexa. Esse quadro atravancava o desenvolvimento econômico da capitania, pois reservas metais e pedras preciosas, madeiras de lei e drogas do sertão, por exemplo, permaneciam praticamente intactas.

A sociedade colonial no Espírito Santo não só não conseguia ampliar seus domínios como também enfrentava muitas dificuldades na manutenção de sua pequena faixa litorânea. Intensificaram-se as pressões ao Norte da capitania pelos deslocamentos dos Aimorés (Botocudos). A essa altura, os indígenas Aimorés não enfrentavam mais a resistência dos Tupiniquins da região de Ilhéus e Porto Seguro, uma vez que estes últimos já estavam muito enfraquecidos pela ação dos portugueses. Os índios Tupiniquins que resistiram às guerras intestinas e ao cativeiro imposto pelos colonos passaram a buscar os aldeamentos jesuíticos como forma de proteção. Enquanto isso, os Goitacás atravancavam qualquer tentativa de avanço da capitania ao Sul²⁰. Novas alianças iam se delineando.

Mesmo diante do quadro supramencionado, com Vasco Fernandes Filho a economia do Espírito Santo começava a ganhar impulso. Registrou-se, então, um aumento da produção agrícola, criação de gado e instalação de engenhos²¹. Neste momento, a cooperação de grupos indígenas foi importante para o avanço das atividades agrícolas e de cunho militar, sobretudo se considerarmos que a população do Espírito Santo – como de toda a América Portuguesa – ainda

¹⁹ A Aldeia de Nossa Senhora da Assunção teve nos anos iniciais de sua ocupação o nome de Iriritiba (ou Reritiba). Quando elevada a vila passou a se chamar Benevende. Em 1887, foi elevada a cidade e recebeu o nome de seu fundador, o padre Anchieta. Ícone da presença jesuítica no Espírito Santo, Anchieta além de fundar missões jesuíticas importantes na capitania e facilitar o trabalho de catequese indígena com a elaboração de uma gramática de “Língua Brasílica” contendo os fundamentos da língua Tupi, também se empenhou em questões políticas. Ver: SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*; POMPA. *Religião como tradução*.

²⁰ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 96-97.

²¹ DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*: sua descoberta, histórica cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879, p. 136-151; Ver também: LEAL, João Eurípedes Franklin. Economia colonial capixaba. *Cuca Cultura Capixaba*, Vitória, s.n, fev. 1977. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/author/joao-euripedes-franklin-leal/>. Acesso em 15 out. 2013.

era bastante escassa. Enquanto a iniciativa da empresa colonial partia dos não-índios, as campanhas militares, não raras vezes, eram engrossadas pelos indígenas aliados.

Os indígenas aliados aos portugueses representavam significativa parcela, quando não a grande maioria, dos responsáveis pela manutenção de pontos habitados, sobretudo daqueles raros que iam se distanciando do litoral.²² No entanto, ao passo que muitos índios livres estavam em “confronto com os brancos e eram arredios à pregação dos jesuítas, [...] os escravizados, embora sensíveis à catequese, eram pouco constantes, voltando frequentemente às práticas pagãs de sua cultura”.²³ Dissuadidos pela escravização, epidemias e maus tratos, muitos indígenas continuavam abandonando os aldeamentos jesuíticos e rumando para os matos.

A partir do final da segunda década do XVII, a ausência de donatários e a péssima administração de seus Capitães-mores levaram a capitania do Espírito Santo a uma nova fase de retrocesso econômico, chegando a ser observada a retração do número de colonos.²⁴ Esta situação só seria revertida com a chegada de Francisco Gil de Araújo, um abastado proprietário da Bahia que comprou a capitania em 1675, incentivando e revitalizando sua economia.

Em carta datada de 06 de julho de 1675, Gil de Araújo “dava conta” ao Rei D. Pedro II

“doestado emque esta a Capitania, qHe omais mizeravel qssepode imaginar, tudo cauzado por alguns Capitaens que agovernarão, Eainda agora oq la esta [...]. Em seguida, o novo donatário do Espírito Santo fala sobre sua intenção de “aumentar” as melhorias na capitania às custas de sua fazenda, “ intenta [em] fazer jornada ao descobrimento das esmeraldas [...].²⁵

Ao assumir a donataria do Espírito Santo, Gil de Araújo escreveu ao Rei clamando contra a jornada em busca das minas que faria Jose Gonçalves de Oliveira, o qual havia sido Capitão-mor da capitania de 1671 a 1675. Gonçalves de Oliveira propunha desempenhar a jornada às suas próprias custas, concedendo-lhe o governo apenas 150 índios das aldeias de Cabo Frio, Rio de

²² “A conservação do Brasil se pode dizer que depende da conservação das aldeias; [...] porque elas assombram os inimigos estrangeiros, fazem face aos aimorés, refocão (sic) aos negros de Guine que não se levantem, e aos salteadores de caminhos e fugitivos [...]. Algumas advertências para a Província do Brasil.” Biblioteca Nazionale Vittorio Emmanuele, *Fondo Gesuitico*, 1255 (38) *Apud CASTELNAU-L'ESTOILE*, Charlotte. *Les ouvriers d'une vigne stérile. Les Jésuites ET La conversion dês Indiens au Brésil. 1580-1620*. Lisboa, Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2000, p. 317.

²³ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 29.

²⁴ LEAL. *Economia colonial capixaba*, 1977.

²⁵ CARTA do Donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 06 de julho de 1675. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 83 (folha 01). Este e os demais documentos utilizados neste texto, oriundos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à capitania do Espírito Santo, fazem parte do fundo: *Documentos avulsos da Capitania do Espírito Santo* e estão disponíveis para consulta na forma de microfilmes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, ou ainda, na forma de CD-ROM. Foi mantida a grafia original neste e nos demais documentos a seguir. O mito da “Serra das esmeraldas”, sustentado pelas informações obtidas por meio de relatos de índios, povoava o imaginário dos primeiros portugueses que se fixavam em terras brasílicas e daqueles que os sucederiam, incitando-os rumo a regiões desconhecidas, a lugares sob o domínio de uma natureza praticamente inexplorada.

Janeiro e Porto Seguro, assim como alguns produtos. Mas Gil de Araújo afirmava que o Espírito Santo “não estava em estado de sem sua presença intentar aquela jornada. Se o regente [o Rei D. Pedro II]²⁶ quisesse ele a custearia de bom grado, pois Jose Gonçalves de Oliveira era incapaz de a levar a cabo”²⁷.

Alguns meses depois, Jose Gonçalves de Oliveira reclamava a D. Pedro II, Rei de Portugal, o fato de ter sido vetada a sua jornada rumo às minas de esmeraldas, expondo que escreveu “o Coronel F.^{co} Gil de Araújo duas Cartas Huma por mar outra por terra dizendo nellas não fizece a jornada por que [Gil de Araújo] avizava a V. A. que a Capp^{ia} era Sua eze não pudia obrar nada Sem Sua ordem”²⁸. Por fim, a Coroa acabou posicionando-se de forma favorável a Gil de Araújo, que então receberia as mesmas condições requeridas por Jose Gonçalves de Oliveira.²⁹

Como podemos notar, as autoridades metropolitanas podiam solicitar aos jesuítas o deslocamento de indígenas aldeados em diversas capitanias a fim de prestar serviços como nas mencionadas expedições. Fica patente que, em tais aldeias, ao lado do discurso de proteção do índio proferido pelos padres, o que se tinha era a tentativa de controle de sua força e o emprego da mesma em atividades, ora alinhadas com interesses dos jesuítas, ora alinhadas com os interesses das autoridades metropolitanas e coloniais. Em alguns momentos, tais interesses se confluíam. Contudo, ao passo que nem sempre as autoridades se entendiam, os indígenas também poderiam “escapar” ao relativo controle dos aldeamentos. Tudo dependia de uma conjuntura onde a mediação dos interesses seria crucial. De qualquer modo, não podemos desconsiderar o fato de que a escravização indígena tenha despertado preocupação entre os padres, ora alinhada com interesses metropolitanos, ora particulares. As relações tensas entre indígenas e colonos deveriam ser habilmente conduzidas. Do contrário, o devassamento e ocupação do território espírito-santense, como aconteceu de fato, poderiam enfrentar sérios problemas.

Ao que parece, Gil de Araújo tinha como principal incentivo para compra da capitania do Espírito Santo a expectativa de encontrar as tão sonhadas esmeraldas. Com esse intuito acusado em sua correspondência, esforçou-se no sentido de impedir que jornadas fora de seu controle adentrassem os sertões em busca das riquezas minerais ocultas, como consta no documento supracitado.

²⁶ Dom Pedro II da Dinastia de Bragança (1640-1710) regente de Portugal entre 1668 e 1706.

²⁷ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 80.

²⁸ CARTA de José Gonçalves de Oliveira, ao Rei [D. Pedro II], Espírito Santo, 15 de março de 1676. CT: AHU-ACL-CU-007, cx.01, doc. 85 (folha 01).

²⁹ SALETTO. *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 81.

O caso de José Gonçalves de Oliveira não era raro. Alguns anos antes, em 1667, Agostinho Barbalho Bezerra também não havia conseguido do então Capitão-mor do Espírito Santo, Diogo Seixas Barraca, o atendimento necessário para prosseguir rumo a Serra das Esmeraldas pelo Rio Doce ou São Mateus.³⁰ Esse controle por parte dos dirigentes da capitania do Espírito Santo, que atendia mais aos seus respectivos interesses pessoais, nos conduz a refletir sobre a sua administração. Sem desconsiderar outras questões de ordem econômica e ecológica, não é improvável que disputas internas dessa natureza e, principalmente, a falta de empenho das autoridades no estabelecimento de relações menos desequilibradas entre indígenas e colonos pudesse dificultar a ampliação de suas fronteiras e, por conseguinte, atravancar o seu florescimento econômico.³¹ Esta interpretação contribui para repensarmos o papel ocupado pelo indígena na história do Espírito Santo, quase sempre relegado à condição de entrave ao desenvolvimento da capitania, um opositor ao “progresso”. Os indígenas não foram meros “inimigos”, mas, antes, estavam em muitos casos inseridos em um jogo de acomodação e resistência no qual a própria sociedade colonial também estava sujeita.

Enquanto a Bahia, Ilhéus, Paraíba do Sul, Itamaracá, entre outras capitâncias foram quase que expurgadas da presença de colonos nos seus primeiros anos da ocupação colonial e, em alguns casos, praticamente arrasadas por investidas indígenas, o mesmo não aconteceu em Pernambuco e São Vicente, já que puderam estabelecer sua empresa açucareira, em grande medida, a partir da resolução de boa parte dos atritos entre indígenas e colonos.³² Ao lado disso, não podemos ignorar, é claro, o fato há muito conhecido da boa adaptação da cultura da cana nestas duas últimas capitâncias.

Sem dúvida era tarefa demasiadamente difícil para os novos colonos e seus governos se instalarem em regiões já densamente ocupadas por populações indígenas, que, na maioria dos casos, eram numericamente superiores aos adventícios. Neste contexto, a mediação dos interesses entre colonos, religiosos, representantes do governo colonial e populações indígenas era importante para melhorar o andamento da capitania espírito-santense.

³⁰ PROPOSTA (traslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus, Espírito Santo, 28 de abril de 1666. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 67.

³¹ A capitania e depois província do Espírito Santo durante muito tempo foi quase que esquecida pelas autoridades metropolitanas e depois do governo Imperial. Luiz Serafim Derenzi assinala que, em meados do século XIX, tanto deputados gerais quanto senadores da Província, em sua maioria, sequer tinham pisado no Espírito Santo. Ainda segundo ele, “Administrativamente a Província não mereceu cuidados do poder central”. DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974, p. 28-29.

³² CONDE, Bruno C. Do açúcar ao ouro: um balanço sobre a economia colonial capixaba. In: FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro; ARTHMAR, Rogério (Org). *Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo*. Vol. 1. Vitória: PPGEco/CORECON - Espírito Santo, 2011, p. 18.

De qualquer forma, é sabido que a referida capitania ocupou um lugar de parca economia até o século XIX, quando o quadro começa a mudar com o cultivo do café e a imigração europeia. Sua atividade açucareira não obteve grandes lucros por muito tempo,³³ enquanto que a mineração nas áreas do Castelo no início do século XVIII foi logo proibida por lei. A própria geografia insular da capital, Vitória, acabou por trazer problemas relativos à viação e abastecimento interno, como assinalou o viajante naturalista Johann Tschudi, já na segunda metade do século XIX.³⁴ Mas boa parte da explicação da escassez dos caminhos observada por Tschudi por ocasião de sua visita se dá em função do papel de “vila fortificada”, delegado à Vitória, no início do XVIII.

Com a descoberta de ouro nos *Sertões dos Cataguases* (depois Minas Gerais) em fins do século XVII, novas determinações da Coroa recaíram sobre o Espírito Santo. A partir da primeira década do século XVIII, as incursões rumo aos sertões que partiam dessa capitania sofreram um grande golpe. Além da resistência de alguns grupos indígenas e de desentendimentos de seus donatários, os espírito-santenses sofreram embargo por parte do governo sobre suas entradas e fixação no interior. Em 1704, restrições ao trânsito dos caminhos que levavam até o litoral atingiram o Espírito Santo.³⁵ Alguns anos depois, mais precisamente em 1710, o Governador-Geral D. Lourenço de Almada confinou a população espírito-santense ao litoral, suspendendo os “trabalhos, explorações e descobertas das minas de ouro da capitania e continuação de estradas para Minas Gerais”, sob pena de confisco dos bens e degredo para Angola e Benguela para aqueles que desrespeitassem tais ordens³⁶. No entanto, mesmo após a determinação metropolitana que pretendia tornar o sertão – pelo menos aquele intermediário a Minas Gerais e Espírito Santo – uma “barreira natural”, algumas entradas foram incentivadas pelas autoridades coloniais. Além disso, alguns aventureiros ávidos em explorar as riquezas minerais partiram do Espírito Santo em expedições não oficiais, desrespeitando as determinações legais e embrenhando-se nas matas.

³³ Oscilações no preço do açúcar e uma produção de alimentos de baixo vulto, incapaz de alcançar vendas em outras capitâncias – atravancadas em parte pela viação e navegação deficiente – limitaram a capitalização espírito-santense e conseguinte expansão de sua produção açucareira.

³⁴ “Em Vitória é extremamente difícil conseguir meios de transporte relativamente úteis, sobretudo mulas e cavalos, o que em parte se explica pelo fato da capital da Província do Espírito Santo estar localizada numa ilha”. TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004, p. 68.

³⁵ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. São Paulo: Editora Univale e Instituto Terra, 2005, p. 29.

³⁶ DAEMON. *Província do Espírito Santo*, 1879, p. 200; Ver também: LANGFUR, Hal. *The “Prohibited Lands”:* conquest, contraband, and indian resistance in Minas Gerais, Brazil, 1760-1808. University of Texas; Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998, p. 6. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Langfur.pdf>. Acesso em 20 mar. 2009.

Embora as expedições, tanto as não oficiais quanto aquelas com respaldo das autoridades coloniais, não resultassem na colonização das áreas exploradas, elas tiveram grande importância – ao menos na ótica dos não-índios, notadamente, das autoridades coloniais e metropolitanas –, no que tange o rol de informações coletadas pelas áreas ainda desconhecidas, resultando em importantes “roteiros sertanistas”. Cartas topográficas, mapas de caminhos primitivos, descrição dos rios e, sobretudo, os contatos e aproximações com grupos indígenas, contribuíram para a composição de um significativo conhecimento sobre os espaços ignotos, o que, por sua vez, foi importante para a posterior dinâmica fronteiriça. Nesse contexto, os aldeamentos jesuítas foram importantes fornecedores de indígenas aliados aos expedicionários e entrantes. Muitos desses indígenas, de certa forma, eram “voluntários”, não sendo, portanto, meros escravos. Contudo, tal voluntariado deve ser entendido dentro do quadro já mencionado de acomodação e resistência, não de mera sujeição.

Diante da dificuldade de rastrear as expedições extraoficiais, valemo-nos apenas das informações contidas nos registros oficiais, ou seja, das expedições sobre controle do governo metropolitano. Como no caso de Brás Esteves Leme, ao qual foi concedido pelo Governador-geral, em trinta de janeiro de 1728, o título de Superintendente de todas as minas que ele descobrisse em suas expedições nas cabeceiras do Rio São Mateus e imediações do Rio Doce.³⁷ Também foram observadas diligências em direção às minas do sertão do mesmo rio e do Arraial de Sant’Ana pelo Sargento-mor da Capitania espírito-santense, Pedro Bueno Cacunda.³⁸

As jornadas de Cacunda aconteceram entre aproximadamente 1710 e 1734, tendo ocorrido, nessa última data, uma solicitação de apoio a uma nova jornada negada pelo Conde de Sabugosa.³⁹ Embora na região de Sant’Ana já se encontrassem padres jesuítas, que ali fundaram a Aldeia dos Montes ou das Minas, ainda em princípios do século XVII, com as incursões de Cacunda é que ocorreram grandes deslocamentos de colonos e outros aventureiros em direção ao local. Em 1754, foi elevada à categoria de matriz tendo sido construída uma capela no Arraial Velho das Minas de Sant’Ana. Com o recuo de grande parte dos mineradores e o

³⁷ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*. Coleção reconquista do Brasil. 3. série; v. 6. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Editora USP, 1989, p. 213; Ver também: OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, p. 191-192.

³⁸ Cf. CARTA do Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, ao Rei [D. João V], a informar da diligência no descobrimento das minas em que anda o [Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo], Pedro Bueno [Cacunda] [...], Vila da Vitória, 12 de julho de 1732. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 183; CARTA de Inácio Álvares da Silva, ao Rei [D. João V], a informar da grandeza do descobrimento das minas do sertão do rio Doce e do Arraial de Santa Ana pelo Sargento-mor da Capitania do Espírito Santo, Pedro Bueno Cacunda, Vila da Vitória, 15 de agosto de 1732. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 02 doc. 189; CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o requerimento de Pedro Bueno Cacunda a respeito de se lhe mandar cumprir a ordem de minerar no sertão da Capitania do Espírito Santo, Lisboa, 16 de dezembro de 1740. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 235.

³⁹ FRANCO. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil*, p. 94.

enfraquecimento dos que restaram por desentendimentos entre eles, a incipiente povoação não pôde resistir aos vários ataques dos Purís, que eram impelidos a essa região por frentes de colonos que partiam das Minas Gerais, sendo abandonada em 1771 e só reerguida em 1845, quando ali se instalou o Aldeamento Afonsino. Com a exploração agrícola iniciada em 1848, surgiu o povoado de Castelo.

Os ataques dos Purís à região da Serra do Castelo devem ser entendidos dentro de um quadro de pressões que esses indígenas passaram a sofrer a partir da sistemática ocupação da Zona da Mata Mineira, em meados do século XVIII. Nessa perspectiva, devemos relativizar a ideia de “ataque indígena” à referida região. Antes, tais indígenas estavam passando por rearranjos migratórios ocasionados pela ação da sociedade colonial. Com a queda da produção aurífera ocorrida desde meados do século XVIII, ondas migratórias engrossadas por ex-mineradores começaram a partir em direção ao Leste de Minas Gerais, chegando ao território do Espírito Santo.

De qualquer modo, com a descoberta das Minas Gerais, ocorreu um grande recuo das entradas espírito-santenses em direção ao interior. Nas palavras de João Eurípedes Franklin Leal, o Espírito Santo foi transformado em:

[...] uma trincheira de defesa do interior mineiro, evitando qualquer medida ou ação progressiva que atraísse a cobiça estrangeira que prejudicasse a mineração nas Minas Gerais ou que facilitasse o contrabando do ouro. [A Coroa] Proibiu qualquer entrada ou penetração para o interior assim como toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral, chegando-se ao cúmulo de embargar o uso do canal construído pelos Jesuítas ligando a baía de Vitória a Araçatiba.⁴⁰

O canal supramencionado, também conhecido como Rio Marinho, “era um canal do [Rio] Jucú, à baía de Vitória, que os próprios padres mandaram abrir para facilitar o escoamento da produção entre Araçatiba e [Vitória]”.⁴¹ Construído em 1740, este canal foi o primeiro de que se tem notícia na América Portuguesa, constituindo a primeira transposição de bacias hidrográficas da história do Brasil. Como apontou Leal, logo foi interditado, pois, às vistas da Coroa, o mesmo poderia oferecer problemas ao fisco.

Medidas dessa natureza, se não conduziam ao esvaziamento de colonos das raras regiões interioranas já asseguradas pela ação jesuítica e pela colaboração de indígenas aliados, pelo menos tolhiam as possibilidades de desenvolvimento econômico, dado o embargo às comunicações e

⁴⁰ LEAL. *Economia colonial capixaba*, 1977. Araçatiba foi uma fazenda administrada pelos jesuítas a partir de 1716, em um local onde existia uma residência inaciana fundada em 1556. Atualmente Araçatiba é um Bairro de Viana-ES.

⁴¹ PACHECO, Renato. Os subterrâneos do colégio dos jesuítas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória-ES, n. 50, 1998, p. 395-397.

rotas comerciais. Uma vez que os caminhos eram restritos, restringia-se, assim, o possível deslocamento de ondas de colonização rumo ao Oeste da sede da capitania espírito-santense.

Alianças Interétnicas, Administração Pombalina e o Diretório dos Índios: para se pensar a dinâmica histórica dos povos indígenas

A aldeia jesuíta de Reritiba, no Espírito Santo, foi palco de desentendimentos entre indígenas e missionários na primeira metade do século XVIII, refletindo, também, discórdias entre as autoridades metropolitanas e coloniais. Em 31 de março de 1744, André de Melo e Castro, Conde de Galveas, então vice-rei e Governador do Estado do Brasil, informava o Rei D. João V por meio de correspondência sobre as ordens que os índios da referida aldeia receberam do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras. Segundo Castro, Veras havia insuflado os indígenas a expulsar os jesuítas que ali se achavam. Insatisfeitos com a administração dos padres, que, aliás, já tinham sido substituídos, os índios invadiram a igreja durante uma cerimônia, dizendo “que tinham ido aos Goitacazes falar ao Ouvi.^{or} daquella Cappn.^a Pascoal Ferreira de Veras que ali se achava em correyção [e] publicarão trazer ordens dod.^{to} Ouv.^{or} para expulsar os [...] padres”⁴².

Castro ainda advertia o Rei D. João V do perigo que os indígenas ao se assenhorearem-se da Aldeia poderiam trazer, dando “exemplo, econtagio dispostos para amesma sublevação os Índios das Aldeyas dos Reys Magos, e Cabo Frio, econsequentemente, os hirão seguindo os mais, e resultarão deste distúrbio gravíssimas consequências”⁴³. Ao que parece, o comando dos aldeamentos pelos jesuítas não estava agradando as autoridades coloniais espírito-santenses nesse momento.

Se, por um lado, o ouvidor da capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, incentivou a sublevação dos índios, por outro, o medo de um grande levante indígena assolou as autoridades coloniais. Ainda de acordo com Castro, mesmo os obedientes índios aldeados pelos jesuítas, “forão esão ainda hoje os anteriores do Gentio Barbaro que antes do seo estabelecimento, infestarão todos aqueles dellatados contornos, com mortes, roubos, einsultos [...]. Se a sublevação continuasse, avisava Castro, os índios antes sob a tutela dos jesuítas poderiam se unir “com aquelles bárbaros”, [e então], “experimentaríamos [os luso-brasileiros] outra guerra ainda mais arriscada do que foi ados Palmares em Pernambuco”⁴⁴.

⁴² CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, André de Melo e Castro], Conde de Galveias, ao Rei [D. João V], a informar [...], Bahia, 31 de março de 1744. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 241.

⁴³ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil]..., doc 241.

⁴⁴ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil]..., doc 241.

A solução apontada por Castro consistia na imediata prisão dos envolvidos, “Cabeças da sublevação **atte seus dos mesmos** e Índios, **edos outros que onão são [...]**”⁴⁵. Como indica o documento, não se tratava de uma sublevação exclusivamente indígena. A existência de portugueses envolvidos não se resumia ao incentivo do ouvidor Ferreira de Veras. Fica evidente que os lusos participaram ativamente quando Castro diz: “atte seus dos mesmos”, – portugueses, como o Rei D. João V, a quem Castro dirigia o apelo. Não obstante, “edos outros que onão são” aponta para a participação de indivíduos de outras “qualidades”, como negros e demais mestiços.

A sublevação na Aldeia de Reritiba ainda se arrastou por muito tempo. Numa consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre um pedido do padre Manoel Siqueira para o devassamento da dita sublevação em 15 de fevereiro de 1746, o padre apelava para o incremento da violência a fim de sufocar o levante. De acordo com o documento, deveriam proceder “exterminando os cabeças do lugar [...]”⁴⁶. Diferente do que exibe a literatura e iconografia romântica sobre a obra jesuíta na América Portuguesa, a violência contra o indígena era um expediente amplamente usado pelos padres no contexto da colonização.

Contudo, o mais interessante no documento é a presença de “[...] hum Mulato por nome José de Passos Soldado desertor da Bahia que vive refugiado na aldea dos Guarulhos da administração dos Padres Capuchos nos Goitacazes [...]”⁴⁷, como um dos cabeças da sublevação, evidenciando alianças de indivíduos de diversas “qualidades” com os índios. Isso nos possibilita repensar a história indígena, não mais limitada aos binômios de oposição, ou aos blocos monolíticos, onde índios geralmente tiveram como “escolhas” resistir ou se submeter aos não-índios.

Em carta ao Rei D. João V, datada de 1750, seis anos depois de Pascoal Ferreira de Veras ter dado ordens aos índios pra expulsar os jesuítas da Aldeia de Reritiba, o então Ouvidor-Geral da capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, descrevia como um índio de nome Manoel Lopes, estabelecido no sítio de Orobo, “há mais de seis annos” exercia uma espécie de direção sobre outros índios, “que separados da Aldeya Reritiba, e administração dos Religiosos da Compania de Jesus, estão vivendo debaixo [do seu] mando e regência [...]. De acordo com o ouvidor, Manoel Lopes não permitia a entrada dos bispos no sítio de Orobo, o que

⁴⁵ CARTA do [Vice-rei e Governador-geral do Estado do Brasil, doc 241. “grifo nosso”.

⁴⁶ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D.João V sobre o pedido do Padre Manuel de Siqueira [...], Lisboa, 15 de fevereiro de 1746. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 253.

⁴⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D.João V..., doc. 253.

fez do local, “ponto de muitos criminosos desta Comarca; sendo estes [os índios sob as ordens de Manoel Lopes] talvez osque lhes persuadem aquela dezobed.”⁴⁸

Provavelmente, Gouveia impregnou sua carta com exagero, sobretudo, ao responsabilizar os indígenas sob o mando de Manoel Lopes pelos atos criminosos de indivíduos anônimos. Contudo, podemos perceber que o dito sítio de Orobo, sob o mando do índio Manuel Lopes, foi uma paragem buscada por alguns homens livres pobres do Espírito Santo em meados do século XVIII. Para as autoridades coloniais, a questão deveria ser resolvida de forma categórica. Necessitava ordenar

V. Mg.^e que desta Com.^{Ca} seja exterminado odito Índio Manoel Lopes, e seus principays cabeças dadita separação, e ruína, eos mais índios obrigados aviver nasua aldeya, ou em outra qualquer das muitas; que há neste estado administradas por pessoas Relligiosas, que lhes sabem alingoa.⁴⁹

Vemos que mesmo os ouvidores mencionados da capitania do Espírito Santo não mantinham posturas sobre a administração dos aldeamentos em acordo. Enquanto Pascoal Ferreira de Veras incitava os indígenas a se sublevarem contra os jesuítas em 1744, Bernardino Falcão de Gouveia clamava ao Rei em 1750, que fossem tomadas medidas enérgicas contra o índio Manoel Lopes e seus aliados. Os indígenas a princípio foram coligidos por Veras para expulsar os jesuítas da aldeia de Reritiba, mas depois, muitos desses mesmos indígenas buscaram apoio de outros índios – e não-índios – no sítio de Orobo. Aumentando sua força, índios e não-índios articularam seus interesses e, como evidencia a correspondência, causaram grande desconforto entre as autoridades locais que, aliás, já tinham sido prevenidas em 1744 pelo Conde de Galveas sobre o possível *contágio* entre os indígenas. De qualquer modo, é bem possível que a capacidade de rearticulação de alianças entre indígenas e entre esses e os não-índios tivesse sido subestimada pelas autoridades coloniais, ávidas, muitas das vezes, em defender seus próprios interesses. Nesse quadro de instabilidade política, os indígenas constantemente tinham sua capacidade de negociação, articulação e rearticulação colocadas à prova.

O documento mencionado permite um novo olhar sobre a mobilização da coletividade indígena. Além de expulsar os jesuítas e impedir o acesso dos bispos à nova aldeia, o índio Manoel Lopes e seus seguidores não reconheceram a autoridade do governo colonial. Tal ação reflete muito mais do que um ato de rebeldia, apontando para um importante aspecto das experiências vivenciadas por estes indígenas. Liderados por Manoel Lopes, indígenas e não-

⁴⁸ CARTA do Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, ao Rei [...], Vila da Vitória, 25 de junho de 1750. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 03 doc. 300.

⁴⁹ CARTA do Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo..., doc. 300.

indígenas associaram-se contra a ordem vigente, apontando para a existência de uma complexa rede de sociabilidades dentro do universo colonial, que visava atender os mais diversos interesses.

A presença dos padres jesuítas nas aldeias indígenas não se alargou para além da década de 1750. Em 07 de junho de 1755, um Decreto Régio criando o “Diretório dos Índios” deitou fim na administração temporal que os padres detinham sobre os indígenas aldeados no Pará e Maranhão. Três anos mais tarde, as mesmas determinações estenderam-se a toda a América Portuguesa. No contexto das Reformas Pombalinas, sucederam-se esforços para colocar os interesses da Coroa acima de possíveis ambições particulares, numa clara tentativa de sanar o longo embate entre colonos e os religiosos.⁵⁰ De acordo com o Decreto,

[fica] sendo prohibido por Direito Canônico a todos os Ecclesiasticos, como Ministros de Deos, e da sua Igreja, misturarem-se no governo secular, que como tal he inteiramente alheio das obrigações do Sacerdócio; e a que ligando essa proibiçao muito mais urgentemente os Parocos das Missões de todas as Ordens Religiosas; e contendo muito maior aperto para inhibirem, assim os Religiosos da Companhia de Jesus.⁵¹

Ocorriam as primeiras interferências do período pombalino nos trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas nas aldeias indígenas. A partir de então, seriam nomeados pelo Governador e Capitão-general de cada capitania os “Diretores” responsáveis pela administração dos índios. Dentre as várias medidas contidas neste Decreto, não se pode deixar de mencionar o esforço do governo no sentido de suprimir a língua indígena, tornando o idioma português exclusivo e obrigatório em todos os aldeamentos. No bojo de uma vasta estratégia “civilizatória” empregada por Pombal, tal medida também afirmava o domínio português sobre os seus súditos pela imposição da língua do colonizador.⁵² Quatro anos depois, em 03 de setembro de 1759, o

⁵⁰ CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2^a Ed. Rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p.133. Embora a ação jesuíta no período colonial esteja ligada ao projeto metropolitano de expansão da fé católica e do Império Português, no qual, a cristianização atribuía ao Império Português a racionalização e, sobretudo, a justificativa ideológica do processo de conquista colonial, não foram incomuns os relatos de desmandos e maus procedimentos desses padres que, em não raras vezes, colocaram suas ambições particulares acima dos interesses metropolitanos e, principalmente, acima de sua “lealdade” diante das populações indígenas.

⁵¹ Decreto Régio de 07 de Junho de 1755 visando a criação do Diretório dos Índios em substituição do ensino jesuítico. Extraído de: Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>. Acesso em 07 fev. 2008. Ver também: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um Projeto de “Civilização” no Brasil do Século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

⁵² Para maior aprofundamento nas questões relativas ao problema da língua indígena ver: POMPA. *Religião como tradução* (especialmente o segundo capítulo em *Linguagens e Traduções*) e CASTELNAU-L'ESTOILE. *Les ouvriers d'une vigne stérile*. Se, por um lado, os jesuítas acreditavam que a evangelização dos indígenas só poderia ser realizada por intermédio da língua nativa, ou ainda, como ocorreu em sua grande parte, por meio de uma língua híbrida (a Língua Geral), por outro, a imposição da língua portuguesa aplicada pela política pombalina em meados do século XVIII, visava alcançar os indígenas, muitas das vezes já evangelizados ou em processo de evangelização dentro dos aldeamentos. Sendo assim, podemos entender o processo “civilizatório” desencadeado sobre os indígenas como um processo de longa duração pelo qual deveria ocorrer, antes, a sua evangelização.

Marquês de Pombal expulsou os jesuítas da metrópole e das colônias, confiscando todos os seus bens.⁵³

O Diretório dos Índios tinha como principais ações: a proibição do uso nos aldeamentos de qualquer língua que não fosse o português; a obrigatoriedade de todo aldeamento possuir uma escola, com um mestre para os meninos e outro para as meninas; a proibição da nudez e das habitações coletivas; a criação de sobrenomes portugueses para os índios; o incentivo ao processo de mestiçagem; a transformação progressiva de muitos aldeamentos em povoações e vilas.⁵⁴ A escravização indígena tornou-se ilegal, embora na prática tenha figurado como letra morta em muitos casos, e os casamentos entre portugueses e índias estimulados. Os índios antes aldeados passaram a ser declarados como *administrados*⁵⁵, e o esforço de assimilação do índio teria, sobretudo, o escopo de fazer dele um agente povoador das regiões interioranas, bem como, adequá-lo à lógica produtiva de então. Não obstante, pretendeu-se atenuar o que os luso-brasileiros erroneamente acreditavam ser uma inferioridade indígena, “misturando-os” aos não-índios. Esse processo de miscigenação dos povos indígenas, acelerado pelo regime dos Aldeamentos Régios, provocou, em certa medida, reflexo negativo para esses povos que passaram a ser entendidos como “caboclos”, não tendo sua ancestralidade indígena reconhecida. Deste modo, estariam desprovidos dos direitos assegurados por lei, sobretudo direitos ligados às suas terras. Soma-se a isso, o constante desrespeito àqueles que tinham a sua etnicidade indígena reconhecida. Se por um lado é importante entendermos processos históricos que culminam com a atual espoliação dos territórios ancestrais indígenas e a negação de seus direitos, por outro, e mais importante, devemos abandonar a ideia de “índio primitivo”, de cultura originária e, no lugar, pensar a capacidade de reformulação identitária indígena.

Considerações finais

O fim dos trabalhos dos jesuítas nos aldeamentos do Espírito Santo causou um novo abalo no já há muito agitado sistema organizacional indígena. Por sua vez, também possibilitou novos rearranjos de acordo com os interesses em jogo. A ação dos novos Diretores também não

⁵³ *Lei de 03 de setembro de 1759, expulsando os Jesuítas e proibindo a comunicação com os mesmos.* Extraído de: Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>. Acesso em: 07 fev. 2008.

⁵⁴ Ver: FREIRE, Jose Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Programa de estudos dos povos indígenas. Departamento de Extensão/SR-3/UERJ, 1997; HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org) *Historia geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tomo I, 1960, p. 4. Sobre a estratégia de supressão das diferenças e o empenho em homogeneizar a sociedade brasileira já na segunda metade do século XIX, ver: MATTOS, Izabel Missaglia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 389-391.

⁵⁵ HOLANDA. *Historia geral da civilização brasileira*, p. 4. No referido texto existe certo exagero quando o autor fala sobre “[...] incentivar o progresso e mesmo a felicidade dos povos subjugados”. O que aconteceu na prática foi a percepção de que os povos indígenas prestariam melhores serviços como aliados e não como escravos.

proporcionou garantia alguma para os índios, visto que muitos colonos eram estimulados a se fixarem entre os indígenas “mansos”. Não demorou muito, passaram a usurpar as terras dos índios e submetê-los a trabalhos forçados. Diante dessa situação, muitos índios revoltaram-se, abandonando os Aldeamentos Régios. Quando o naturalista francês Saint-Hilare esteve no Espírito Santo em 1808, relatou como a sesmaria de Benevende (antiga missão de Reritiba), estava sendo ocupada por luso-brasileiros. Segundo o viajante, os governadores do Espírito Santo, por meio de procedimentos ilegais, desrespeitavam os direitos indígenas sobre a terra.⁵⁶ Talvez isso possa explicar o interesse do ouvidor do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, em incentivar a sublevação indígena na aldeia de Reritiba em 1744. Sem a presença dos jesuítas, ficaria mais fácil expulsar os indígenas, ou ainda, explorar sua mão de obra por meio justificativas que se baseavam na “rebeldia” indígena, numa tentativa de controlar as terras destinadas à referida aldeia, que, aliás, encontrava-se em terrenos férteis.

Podemos notar que, pelo menos até meados do século XIX, conquistar as terras dos índios, expulsando-os simplesmente de seu território, não era um expediente muito eficaz usado pelo governo colonial. Para que as novas áreas deixassem de ser apenas assinaladas pela cartografia, tornando-se ocupações efetivas, era muito importante o apoio dos grupos indígenas, principalmente na defesa e manutenção destes locais.⁵⁷ No contexto colonial, tal defesa, em sua maioria, era contra outros grupos indígenas resistentes à nova lógica apresentada pelos não-índios, para não dizer imposta. Contudo, e muito importante, não se trata de resumirmos essa interpretação à história de índios que ajudaram os não-índios no devassamento de suas próprias paragens. O processo é bem mais complexo. Trata-se de um esforço no sentido de melhor entender a formação do território e, sobretudo, do povo brasileiro no qual os indígenas ocupam um importante papel, como sujeitos ativos e não como meros apêndices do processo histórico.

Ainda hoje estamos perante um complexo jogo de interesses onde direitos e garantias, sobretudo aqueles ligados à questão agrária, podem ser ou não assegurados diante da observação de sinais que remetam a uma ancestralidade indígena. Neste sentido, a identidade étnica adquire grande importância. Novos critérios de reconhecimento da identidade indígena, sobretudo reconhecendo a dinâmica histórica destes povos, devem ser entendidos pelos operadores do direito e agentes do Estado, bem como por pesquisadores e educadores. Contrariando trabalhos que abordavam a história indígena numa perspectiva do extermínio, pautados por dados demográficos pouco confiáveis, a chamada “emergência” indígena (crescimento demográfico

⁵⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 43, p. 153-169, 2002. P. 156.

⁵⁷ A efetiva ocupação do interior espiritosantense só se daria a partir da segunda metade do século XIX, com a progressiva introdução de imigrantes estrangeiros.

indígena) de povos até então entendidos como extintos e o complexo jogo de afirmação política do qual fazem parte tem exigido um novo olhar sobre o papel do índio dentro dos processos históricos. Agora, não mais como um ator “carregado a reboque”, mas como sujeito capaz de estabelecer a história em seus próprios termos.

Recebido em: 25/03/2014

Aceito em: 29/07/2014

O fandango como espaço de sociabilidade em Guarapuava -1850

The fandango's dance like space in sociability of Guarapuava -1850

Angelica Stachuk

Graduada em história

UNICENTRO-Irati-PR

angelicastachuk@hotmail.com

Oséias de Oliveira

Prof. Dr. Programa de Pós-graduação em História

UNICENTRO – PR.

oseias50@yahoo.com.br

RESUMO: Este estudo busca discutir as sociabilidades estabelecidas entre indígenas e os demais integrantes da população de Guarapuava, região do Paraná, na década de 1850. Para o seu desenvolvimento foi utilizada a documentação judiciária, mais precisamente processos criminais da Comarca de Guarapuava. Configura-se como objetivo central a análise das redes de sociabilidade, especialmente os fandangos. A presença indígena pode ser encontrada nesses momentos de sociabilidade, diante dos evidentes indícios fornecidos pelas fontes. Todavia, esse processo de sociabilidade nem sempre era sucedido de forma tranquila, sem embate e conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Fandangos, Processos criminais, Sociabilidades.

ABSTRACT: This research aims at discussing the sociability established between indigenous and other members of the population Guarapuava, decade thousand eight hundred fifty. For the development of the research will be used to more precisely documentation judicial criminal prosecutions of conunty Guarapuava. Set up as central aim of analyzing the social networks, especially the fandango. The indigenous presence can be found in these moments of sociability on the obvious evidence provided by the sources. However, this process of sociability was not always successful smoothly without shock and conflicts.

KEYWORDS: Fandango, Criminal, Sociability.

Os fandangos como foco de análise de sociabilidade

Os estudos mais abrangentes sobre os fandangos no Paraná são em sua grande maioria enfocados por folcloristas e memorialistas. Essa manifestação festiva, geralmente, é tida como elemento do folclore paranaense enfatizada e destacada através de músicas e danças típicas das regiões litorâneas. As danças seguiam dois perfis: as batidas e as bailadas. Os instrumentos que faziam parte desses divertimentos eram a viola, o adufo e a rabeca. É pertinente destacar que poucos

pesquisadores foram além da abordagem folclórica do tema e discutiram aspectos históricos e sociais em torno dos fandangos. No entanto, pode-se dizer que vem ocorrendo uma ampliação de trabalhos científicos historiográficos que tomam tais fenômenos como objeto de estudo.

Entre as abordagens folclóricas, o artigo intitulado *Fandango: Dança, Marca e Som no Paraná*,¹ faz referência as danças e manifestações musicais como princípios unificadores do fandango. Tais danças podiam ser caracterizadas pelas fortes batidas dos pés no chão auxiliados por tamancos de madeira. Outro ponto referenciado é em relação aos perfis que as danças assumiam no fandango: as batidas e as bailadas.

As batidas podiam ser caracterizadas pelo “forte batido dos tamancos usados pelos homens (folgadores) ao marcar o ritmo das “rufadas”.² Nesse aspecto, o tamanco dos dançarinos batidos sobre o chão constituíam em uma importante fonte sonora. Em segundo momento estavam presentes nesse espaço as bailadas ou valseadas:

(...) seguidas pelo arrastar dos pés dos homens, enquanto as folgadeiras se encarregam da coreografia. As marcas bailadas geralmente são dançadas para descanso dos dançarinos, após duas ou três batidas (danças sapateadas), que exigem grande esforço dos folgadeiros ao bater o ritmo.³

Em outra perspectiva indo além das abordagens folcloristas, supracitadas, os fandangos, nesse artigo, serviram de suporte para análise de questões sociais inerentes a sociedade guarapuavana da década de 1850. No campo da história, o artigo intitulado *No Fandango*⁴ caracteriza os participantes desse momento de lazer e revela a existência de determinadas tensões e fronteiras no interior dos fandangos litorâneos da época provincial. Para esse estudo o autor faz uso de processos criminais.

A cultura popular do fandango foi registrada no século XIX e XX em diversas localidades brasileiras, em regiões costeiras ou não, e “adquiriu vários sentidos no Brasil: nos Estados do norte e do nordeste seria identificado como o bailado dos marujos ou marujada; no sul, uma espécie de baile, festa, função em que se bailam várias danças regionais”.⁵ O fandango no Paraná, no período

¹ FREITAS, Solange Costas de. Fandango: dança, marca e som no Paraná. In: IV ENCONTRO DE PESQUISA EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARINGÁ (EPEM), 2009, Maringá. Anais..., p. 5.

² FREITAS, Roberval Ferreira de. *Coisas do meu litoral*. Curitiba: Indústria Gráfica Júlia Ltda, 2002, p. 14.

³ _____. *Coisas do meu litoral*, p.14.

⁴ LEANDRO, José Augusto. No Fandango. *Revista de História Regional*, Londrina, v. 2, n. 5, p. 1-15, nov. 2007.

⁵ _____. *No Fandango*, p. 41.

abordado, adere uma conotação especial e pode ser definido como “baile popular,” mas tal denominação não pode ser pensada de forma restrita e uniforme.

Uma das especificidades do fandango paranaense seria a de não constituir “uma determinada dança, mas um conjunto de danças regionais [“marcas”] que só sobrevivem integradas dentro do fandango”⁶. Já em outras regiões, esse evento festivo acontecia sob forma de autos e dramatizações. Essa manifestação também é identificada como parte constitutiva de um “repertório de músicas típicas dos bailes caipiras paranaenses”.⁷ Além desses aspectos citados como partes constituintes do fandango, este é um espaço de lazer e de sociabilidade.

Nesse artigo, sociabilidade designa-a como capacidade humana de estabelecer laços sociais ou “redes”. É pertinente destacar que essa socialização não funciona como uma unidade de atividade, ou seja, grupos formados para alcançar determinado objetivo. Nesse sentido, os fandangos como forma de sociabilidade são espaços de diversão, descontração, onde se encontram, por opção, atores sociais que tem prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros.

Em outra perspectiva, sociabilidade seria um jogo de produção de vínculos sociais, nem sempre harmoniosos, “um jogo no qual se faz de conta que são todos iguais, ao mesmo tempo que cada um é reverenciado em particular.”⁸ É o que ocorre nos fandangos os indivíduos estão imersos nesse espaço para se divertir, mas os traços identitários pré-existentes no seio da sociedade os distinguem, forjados a partir da cor da pele, da posição na sociedade luso-brasileira, a própria condição econômica dos indivíduos e grupos presentes nos fandangos. A conexão entre sociabilidade e jogo feita anteriormente leva-nos a perceber que a interação e socialização podem ser ponderadas como formas sociais lúdicas.

Processos Criminais e História: Possibilidades de Pesquisa

A utilização de processos judiciais como fonte de análise vem se fortalecendo no cenário historiográfico. Os dados contidos nesses documentos encaminham diversas pesquisas e realçam a existência de ricas informações seja no âmbito cultural, religioso, econômico e político. O estudo com determinada documentação revela a possibilidade efetiva de um conhecimento histórico e a constatação concreta de “retalhos” de determinada realidade.

⁶ RODERJAN, Roselys Vellozo. Folclore no Paraná. In: *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 1.

⁷ _____. *Folclore no Paraná*, p. 55.

⁸ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 56.

Historiadores engajados nessa premissa aventuraram-se em arquivos da área criminal com o intuito de verificar aspectos extremamente valiosos na construção da história. Tal metodologia inclui a análise em um campo amplo, indo além da linguagem e dos discursos jurídicos presentes na documentação. Feita tais considerações acerca do uso de processos-crime como documento histórico, segue um breve balanço de produções historiográficas que tiveram como base de suas pesquisas processos criminais.

A obra *Crime e Cotidiano*⁹ constitui um bom exemplo de método de historiador que utiliza documentos judiciais como fonte de pesquisa histórica. Ao cabo da obra, o autor faz um balanço de crimes de São Paulo no período de 1880 a 1924, cujo fim seria reconhecer “regularidades que permitissem perceber valores, representações e comportamentos sociais”¹⁰. Nessa linha, o estudo da criminalidade abarcaria um nível de conhecimento mais profundo da sociedade, fundamentando-se na “análise de processos penais, uma fonte cheia de peculiaridades”¹¹.

Nessa mesma linha teórica a obra *Trabalho, Lar e Botequim*¹² é outro exemplo significativo da utilização de processos criminais como fonte histórica. Através da utilização dessa documentação o autor tem o intuito de conhecer as práticas e representações sociais no interior da sociedade do Rio de Janeiro.

Chalhoub analisa a sociedade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 a 1920, período este em que a cidade vivencia grandes tensões, destacando uma sociedade onde os membros da classe trabalhadora era constituída por brasileiros, imigrantes europeus e escravos¹³.

Seu trabalho procura compreender o processo de sobrevivência material dos trabalhadores, as relações pessoais e familiares entre os membros desta classe, envolvendo o mundo do lazer popular, das ruas e botequins. Entretanto, salienta que tais fontes não oferecem respostas prontas e acabadas, principalmente tratando-se dos autos criminais. Adverte que "trabalhar com processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas".¹⁴ Deve-se levar em consideração, as contradições existentes no próprio seio da classe trabalhadora, os conflitos de raças e nacionalidades e as relações de poder num grupo ou numa família, que se fazem presentes no processo.

⁹ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, 2.ed. Editora Unicamp, 2001.

¹⁰ _____. *Crime e Cotidiano*, p. 27.

¹¹ _____. *Crime e Cotidiano*, p. 30.

¹² CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

¹³ _____. *Trabalho, Lar e Botequim*, p. 34.

¹⁴ _____. *Trabalho, Lar e Botequim*, p. 35.

A partir da leitura de alguns desses trabalhos que se debruçam sobre os processos crimes surgiu o interesse de investigá-los. Dentre as várias temáticas que podem ser abordadas através dos documentos judiciais, podemos destacar os que privilegiam a sociabilidade.

As considerações traçadas nesse artigo têm intuito de analisar as formas de sociabilidade, especialmente os fandangos registrados em Guarapuava, na década de 1850, assim como as construções identitárias reforçadas dentro desse espaço lúdico, de festa, de descontração. Um dos aspectos norteadores da problemática em questão é o tratamento dos fandangos em uma perspectiva historiográfica para o estudo de questões sociais. Destaca-se a sociabilidade estabelecida entre a sociedade luso-brasileira e os indígenas.

O desenvolvimento desta reflexão fundamenta-se na utilização da documentação judiciária, da área criminal da Comarca de Guarapuava, envolvendo indígenas, em suas tramas. Tais documentos, registrando os momentos festivos chamados de fandangos, são reveladores dos embates e tensões existentes entre os diversos grupos culturais que compunham a sociedade guarapuavana. Esses fandangos aconteciam em pequenas casas comerciais e eram materialmente planejados compreendendo a parte da bebida, comida, dança e música, mas não se restringiam há esses elementos. Assim nesse texto adentramos nessa manifestação como um momento de sociabilidade do século XIX.

A partir da utilização dessas fontes é possível investigar alguns aspectos da sociedade luso-brasileira da década de 1850. Guarapuava nessa época foi palco de constantes conflitos entre indígenas e outros membros da sociedade. Sua população se expandiu vertiginosamente. Os fandangos eram locais onde as pessoas se encontravam e acabava acarretando conflitos, tensões entre seus participantes.

Contexto Histórico de Guarapuava no Século XIX

É pertinente destacar que Guarapuava, durante o período referido – década de 1850 – pertencia à Vila de Castro (PR), como distrito, “o que significa que Guarapuava pertencia à divisão administrativa da Vila de Castro, localizada no 6º Quarteirão dessa Vila, sendo um bairro daquela localidade¹⁵. ”

Guarapuava fazia parte da 5ª comarca tendo como cabeça do termo Castro. Esta povoação teve antigamente o nome de Yapó, por se ter fundado na margem do rio

¹⁵ NETTO, Fernando Franco. *População, Escravidão e Família em Guarapuava no Século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, p. 5.

da mesma denominação. Foi fundada no anno de 1788 e depois erecta em Villa em 1798. O seu districto abarca um extenso território (...) D'ella se formou um só termo em razão do muito terreno que abrange. Comprehende quatro Freguezias, a saber: (...) Jaguaraíba; (...) Ponta Grossa: (...) Tibagi: (...) N. Sr. Do Belém em Guarapuava.¹⁶

O povoamento e a ocupação desta Comarca estiveram relacionados à exploração territorial e à conquista de novas terras, a fim de expandir os domínios portugueses. A fixação de uma população estável nessa área seria de fundamental importância para alcançar esses anseios. Nesse contexto, “a partir da segunda metade do século XVIII, a defesa da fronteira sul do país foi uma preocupação constante do Governo em função das ameaças dos espanhóis¹⁷. ”

Além de proteger as fronteiras, o governo tinha como foco incrementar uma política econômica e social visando o desenvolvimento daquelas áreas relativamente vazias. A partir dessa estratégias e também da expansão das atividades econômicas, a região de Guarapuava sofreu intensa movimentação de indivíduos. Esse povoado apresenta um crescimento populacional significativo no século XIX em decorrência dos movimentos migratórios. Tais deslocamentos podem ser

relacionados com as especificidades de área de fronteira, que ofereciam condições para que a população tivesse novas oportunidades para desenvolver suas atividades e criavam as condições mínimas de infraestrutura, mesmo considerando opacos os recursos do Governo.¹⁸

Nesse processo o governo concedeu sesmarias e, posteriormente, a posse de extensas áreas de terras.

Quanto à esfera econômica, as atividades praticadas pela população de Guarapuava, durante o século XIX, voltavam-se predominantemente para a lavoura de alimentos e a criação e comercialização de animais, “baseada em uma economia interna que promovia o suporte necessário para outras áreas voltadas para o comércio externo¹⁹”.

As características básicas de sua população estavam relacionadas à presença de escravos, agregados, indígenas. No século XIX, parte considerável da população era “composta de condenados à pena de degredo e muitas outras eram pessoas condenadas a pagar suas penas com

¹⁶ MULLER, Daniel Pedro. *“Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo”*. São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838, p. 72.

¹⁷ NETTO, Fernando Franco. População em área de fronteira Guarapuava século XIX. In: *XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 2006, Caxambu - MG. *Anais...*, p. 2.

¹⁸ _____. *População, Escravidão e Família*, p.176.

¹⁹ _____. *População, Escravidão e Família*, p. 188.

trabalhos compulsórios nesses distantes campos”²⁰. Além disso, “Guarapuava funcionou como um ponto de alocação, recebendo populações livres pobres originárias das mais distintas regiões do país.”²¹ Devido a esses fatores os Campos de Guarapuava serviram de palco de inúmeros conflitos, regidos pela sociedade luso-brasileira e os indígenas estabelecidos nessa região.

Perfil dos participantes no espaço fandangueiro

Como as festas são lugares privilegiados ao convívio do diferente, o fandango é um espaço heterogêneo rico no encontro e convivência entre pessoas que não pertencem ao mesmo gênero, que não tem a mesma cor de pele, o mesmo poder econômico. Nos processos criminais analisados da Comarca de Guarapuava, da década de 1850, é possível vislumbrar o lugar que os participantes ocupam no espaço social. Como exemplo, encontramos a figura de comerciantes, carpinteiros, lavradores, pedreiros, sapateiros, soldados, ferreiros, jornaleiros, fazendeiros, domésticas, engomadeiras. Essas eram as profissões declaradas por eles quando eram interrogados, como se pode visualizar melhor na tabela abaixo. Foram analisados alguns processos criminais que narram crimes em fandangos.

Tabela 1 - Distribuição Ocupacional dos Participantes

Profissão	Quantidade
Comerciante	2
Sapateiro	2
Fazendeiro	2
Doméstica	2
Engomadeira	3
Pedreiro	4
Ferreiro	4
Jornaleiro	4
Carpinteiro	5
Soldado	5
Lavradores	10
TOTAL	43

Fonte: UNICENTRO - Processos-criminais-1854 e 1856.

²⁰ LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização*. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava 1808-1878). Tese (Doutorado em história), 2006, p. 134.

²¹ _____. *Nos limites da colonização*, p. 19.

O fandango paranaense do século XIX era especialmente uma festa de lavradores e, devido a esse motivo, verifica-se uma maior quantidade desses indivíduos. No entanto, outras categorias ocupacionais faziam-se presentes no momento de diversão.

Com relação a idade dos participantes, há predominância das faixas etárias que vão de 31 a 40 anos, seguidas pelas que reúnem os indivíduos entre 21 e 30 anos e, depois, seguem outras idades que podem ser visualizadas melhor na tabela abaixo.

Tabela 2 - Distribuição por Faixa Etária dos Participantes

Faixa etária	Quantidade
10-20 anos	8
21-30anos	10
31-40 anos	15
41-50 anos	4
51-60 anos ou mais	3
Idade desconhecida ou ignorada	3
TOTAL	43

Fonte: UNICENTRO - Processos-crimeais-1854 e 1856.

Quanto ao estado civil dos participantes no espaço fandangueiro, observa-se um maior número de solteiros. Isso é explicado “pelo fato que a festa era propícia para se arranjar uma parceira ou um parceiro”.²² Como se verifica na tabela abaixo:

Tabela 3 - Distribuição por Estado Civil dos Participantes

Estado Civil	Quantidade
Nada consta	4
Viúvos	6
Solteiros	33
TOTAL	43

Fonte: UNICENTRO- Processos-crimeais-1854 e 1856.

Em relação ao gênero encontramos a figura do homem em maior quantidade, seguida pelas mulheres e crianças, como mostra a tabela abaixo:

²² LEANDRO. *No Fandango*, p. 15.

Tabela 4 - Distribuição por Gênero dos Participantes

Gênero	Quantidade
Criança	2
Mulher	14
Homem	27
TOTAL	43

Fonte: UNICENTRO- Processos-criminais-1854 e 1856.

Nesses divertimentos, homens e mulheres não-indígenas dançavam e bebiam ao lado de indígenas. Mas, essa união nem sempre era sucedida sem confrontos. Esses momentos de lazer ainda serviam como espaço de reafirmação de identidades de determinado grupo. No caso dos fandangos, a imposição da diferença, seja pela cor da pele ou pelo poder econômico, significava a reafirmação de sua identidade. Nesse caso, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural²³.

A afirmação de identidade se “elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato²⁴”, ou seja, a identidade existe sempre em relação a uma outra. Identidade e alteridade estabelecem vínculos e estão interligadas.

Nesse cenário, o final da festa ou do fandango podia ser trágico e terminar em crime. A partir desse momento, tinha-se início a abertura do processo criminal. Desta forma, é nesse contexto, que se insere este estudo, a partir dos fatos ocorridos em fandangos presentes em processos criminais.

Um primeiro apontamento a ser considerado, ao entrar em contato com as fontes, é que os indígenas são portadores de uma categoria distinta dos demais, um grupo étnico específico carregando em sua identificação ou com seu nome a expressão “índio”, como, por exemplo, “Lourença índia” ou “Nicolau índio”. Partindo da concepção de Fredrik Barth, que concebe a definição de grupo étnico como “a designação de uma população que tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem.²⁵”, ainda se verifica uma nítida diferenciação entre os próprios indígenas entre “civilizados” e “índios”. Além de suas designações específicas

²³ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 175.

²⁴ _____. *A noção de cultura*, p. 182.

²⁵ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. & STREIFFERNART, J. *Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998 [1969], p. 36.

relacionadas com o seu envolvimento étnico, eles também utilizavam a identificação atribuída de Índio, como “Lourença Índia” ou “Nicolau Índio”.

Fandangos e processos criminais: uma possibilidade de análise

Alguns autores, ao discutirem os fandangos litorâneos na época provincial, em uma perspectiva historiográfica, percebem a existência de conflitos e tensões no interior dessa festividade. Na documentação analisada, encontram-se registros de crimes e desentendimentos no interior dos fandangos. Em 1856, um processo registra a morte de uma indígena chamada Lourença, “assassinada na noite do dia tres para quatro do corrente anno em um hum fandango feito em casa de Valentim Perreira dentro desta mesma Villa²⁶. ”

O crime teria sido perpetrado por Manoel Maria Plácida “soldado de primeira linha natural da Cidade da Bahia.²⁷” Segundo consta o processo e o depoimento de Valentim Perreira de Oliveira, proprietário da casa onde aconteceu o fandango e por conseguinte o crime, relata que:

na noite de quatro de maio houve um divertimento em casa dele testemunha, e em huma briga de soldados, sendo um deles de nome Manoel Maria e Manoel João e huma mulher de nome Deovirgem [...] A briga logo se acalmou [...] No entanto [...] se achava faqueada a índia Lourença com uma canivetada no estomago, contra o peito direito ou esquerdo que não se lembrava, tudo sido na ocasião deste delito apagando-se a vela ou por alguma pessoa ou pelo motivo da briga. Depois, com as luzes acesas novamente, viram a índia ferida e perguntaram a ela quem lhe ofendeu; ela respondeu que foi o soldado Manoel Maria.²⁸

No entanto, não é possível alegar que o soldado Manoel Maria apresentava alguma intriga ou conflito pessoal com a indígena chamada Lourença. Os registros e enredos existentes nos processos criminais não oferecem pistas visíveis e concretas para fazer essa afirmação.

Dentre todos os conflitos analisados no espaço do fandango, neste processo de 1856, as narrativas constituintes do depoimento de Manoel Lemes Guerra “de trinta annos mais ou menos, solteiro, lavrador, natural da Villa de Santo Amaro e morador na Guarapuava.²⁹” nos chama atenção pois o mesmo salienta que “vio Edeovirgem dar huma tamancada na cabessa da India Lourença.³⁰”

²⁶ UNICENTRO. Vara Criminal. Processo-crime nº 857.2.19, 1856, p. 2-3.

²⁷ _____. Processo-crime nº 857.2.19, p. 20.

²⁸ _____. Processo-crime nº 857.2.19, p. 9-10.

²⁹ _____. Processo-crime nº 857.2.19, p. 16.

³⁰ _____. Processo-crime nº 857.2.19, p. 17.

Essa versão também é expressada no interrogatório do réu Manoel Maria que “houve um barulho entre uma índia de nome Lourença e uma mulher de nome Edeovirgem³¹. ”

Nesse processo, Edeovirgem é referenciada como “mulata” e sua identificação revela a existência de uma fronteira identitária. No caso específico, uma barreira é acionada na convivência de indígenas e a sociedade luso-brasileira e sentida pelos presentes nesse momento lúdico e capaz de criar conflitos.

Fandangueiros “quentes de cachaça”

Um elemento que podia estimular conflitos no espaço fandangueiro era a bebida alcoólica, elemento comum nesses divertimentos. Nesse contexto, a leitura de um processo criminal registrado em 1854 nos permite entrever que o consumo de álcool pelos participantes potencializou um desentendimento.

O processo de 1854 registra que “às cinco horas da manhã em frente da casa de Edeuvirgem foi assassinado em um fandango o índio Nicolau por Cypriano de tal, sapateiro³²”. O exame do corpo de delito determinou como causa mortis que “a vítima foi ferida mortalmente com huma facada no peito³³”.

As narrativas constituintes dos depoimentos das testemunhas não revelam um motivo concreto para a desavença entre ambos, mas apenas indicam que estavam embriagados e, em uma expressão empregada no processo, “quentes de cachaça”. O início do conflito começou com agressões verbais e terminou tragicamente com a morte do indígena chamado Nicolau. No interrogatório do réu Cypriano Baiano, natural da Província de Minas, em seu discurso verifica-se a inexistência de um conflito pessoal com o indígena. Ainda em seu depoimento, colocou que “o índio armado com a faca tentou agredi-lo; ele tentando evitar começou a recuar até que dando encontro a hum carro caiu sobre ele a própria faca”³⁴.

A análise desses processos criminais nos permite entrever que a aproximação entre indígenas e a sociedade luso-brasileira nem sempre acontecia sem traumas. A presença indígena pode ser encontrada nesses momentos de sociabilidade, como as fontes indicam, mas a união desses grupos

³¹ _____. Processo-crime nº 857.2.19, p. 30.

³² _____. Processo-crime nº 856.2.18. 1854, p. 15.

³³ _____. Processo-crime nº 856.2.18, p. 17.

³⁴ _____. Processo-crime nº 856.2.18, p. 36.

sociais nem sempre ocorria de forma pacífica, mas em muitas situações essa socialização resultava em brigas, desavenças e até mesmo acabava em mortes.

Esses divertimentos traziam em suas raízes elementos que unificavam seus membros, os participantes imersos nesse espaço estavam nesse local para se divertir. Mas também havia aspectos que os diferenciavam, como a cor da pele, o poder econômico dos grupos envolvidos. Nesse espaço os traços identitários eram reafirmados.

Apontamentos finais

A festa como realidade social expressa espontaneamente uma determinada realidade. Pode-se, assim, destacar que os fandangos registrados nos processos criminais oferecem suporte para conhecer as relações estabelecidas entre sociedade luso-brasileira e os indígenas em Guarapuava na década de 1850.

A partir da análise dos processos criminais, foi possível vislumbrar o panorama social da sociedade guarapuavana da década de 1850, revelando que as sociabilidades estabelecidas entre indígenas e a sociedade luso-brasileira nem sempre ocorriam formidavelmente. O encontro com o “outro” acarretou o embate que, muitas vezes, transformou-se juridicamente em crime. Os fandangos são fatos concretos que revelam tensões entre os grupos culturais da região.

Os crimes aconteciam nos fandangos, mas os conflitos e as tensões precediam a esses momentos festivos e, certamente, continuavam após o final da festa. Logo, não era ali que as fronteiras identitárias eram definidas. Nesse momento, elas apenas se reafirmavam devido a convivência próxima por algumas horas, ao uso do álcool ou ao calor das emoções mais animadas. Neste texto, analisamos as formas de sociabilidade tecidas e vivenciadas entre negros, indígenas e brancos em Guarapuava. Os documentos utilizados apontam para a existência de relações conflituosas entre os membros dessa sociedade.

Recebido em: 10/04/2014

Aprovado em: 03/06/2014

Considerações sobre a historiografia dos retábulos luso-brasileiros: autores clássicos e contemporâneos

Considerations on the historiography of luso-brazilian retables: classic and contemporary authors

João Henrique Grossi Sad Jr.

Bacharel em Desenho/ Licenciado em Desenho e Plástica

Universidade Federal de Minas Gerais

joao.sad@gmail.com

RESUMO: O artigo a seguir aborda a historiografia dos retábulos luso-brasileiros, do ponto de vista da contribuição de alguns autores pioneiros e suas obras; o artigo também comenta a produção historiográfica contemporânea, a qual, devedora dos clássicos, completa e renova as informações neles contidas, através de novas abordagens daquela matéria. Algumas descrições dos diferentes tipos de retábulos aparecem ao longo do texto, porém o objetivo principal é demonstrar que o campo das pesquisas continua aberto.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Retábulo, Barroco.

ABSTRACT: The following article addresses the historiography of colonial brazilian woodcarving, according to its first authors and their writings; it also comments on contemporary historiography which, whilst owing to the classics, completes and renovates their information through new approaches of their subject. The text brings some descriptions of the different kinds of retables, but its main concern is to demonstrate that the field of study is still open.

KEYWORDS: Historiography, Retable, Baroque.

Introdução

A historiadora Myriam Ribeiro, ao escrever sobre os retábulos das igrejas coloniais de Minas Gerais¹, lança mão de uma imagem para ilustrar a função daquelas estruturas. Ela diz que o conjunto de elementos internos das igrejas - a decoração em talha de suas naves e capelas-mores, as pinturas nas paredes e nos tetos, os efeitos de iluminação, tudo em suma que foi posto lá para impressionar o expectador - pode ser comparado a uma orquestra, cujo maestro seria o retábulo-mor².

Elementos essenciais da cultura arquitetônica portuguesa e luso-brasileira e expressão máxima de sua talha, os retábulos são as estruturas que ornamentam a extremidade final do percurso (literal e simbólico) a ser cumprido pelo fiel que entra na igreja. Estruturas semelhantes,

¹ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e rococó na arquitetura religiosa da capitania de Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org). *História de Minas Gerais – as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 2, 2007, p. 365-382.

² _____, *Barroco e rococó na arquitetura religiosa*, p. 372.

porém menores, estão distribuídas ao longo das naves. Os artistas naturalmente aproveitaram-se da oportunidade, criando ao longo dos séculos uma brilhante sucessão de estilos retablisticos. Nesta produção, Portugal teve papel de destaque.

A compreensão geral dos estilos portugueses é pré-requisito para o estudo dos retábulos luso-brasileiros, já que estes refletiram, em maior ou menor grau, as criações da metrópole. O artigo a seguir fala sobre alguns dos estudos dedicados a esse conteúdo. Veremos que a classificação estilística, tal como a conhecemos hoje, é relativamente recente. Datam do início da década de cinquenta do século passado os primórdios de uma síntese da produção retablista portuguesa que viria a tornar-se a principal referência para pesquisas posteriores. Por esta razão, seus autores serão chamados aqui de *clássicos*. Outro a quem podemos considerar clássico é o brasileiro Lúcio Costa, que no corpo de seu artigo *A arquitetura dos jesuítas no Brasil* (1941) apresentou pela primeira vez um esboço geral da produção luso-brasileira de retábulos.

Autores posteriores, de posse da base lançada pelos clássicos, enriqueceram aquele conteúdo com visões complementares e novas descobertas factuais. Alguns deles serão citados aqui. Neste ponto, surge a necessidade de explicar as razões pelas quais certa ênfase foi dada a Minas Gerais, no que se refere aos exemplos brasileiros. Uma das características intrínsecas a esse tipo de pesquisa é a necessidade de estarmos em presença física das obras - dentro das igrejas, ao pé dos retábulos - para percebermos a complexidade desses aparatos e sua atuação conjunta com os outros elementos decorativos. Nesse sentido, o estado de Minas Gerais é privilegiado, devido à abundância de sua produção artística colonial, gerada no rastro da produção aurífera - aqui surgiram algumas das soluções mais originais da arte retablista luso-brasileira. O fato de estar próximo a esse patrimônio, como é o meu caso, facilitou para mim os trabalhos de campo e o contato com outros estudiosos, e foi natural que meu conhecimento se formasse em torno dessa base de dados. Reconheço que esse conhecimento é ainda parcial. Espero que as informações geradas pelas circunstâncias locais sejam apresentadas nesse artigo por seu valor universal, capaz de tocar até mesmo a um leitor distante, interessado pelos retábulos.

Os textos

Em 1941, Lúcio Costa publicou pela Revista do SPHAN um artigo que se tornaria famoso: *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*³. Naquele texto, as principais edificações jesuíticas luso-brasileiras surgem dentro de um quadro que, considerando o contexto histórico e o programa da

³ COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5, p. 09-104, 1941. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3181>.

Companhia, apresenta os partidos arquitetônicos usados pelos padres, sua adequação ao tecido urbano, as técnicas e os materiais de construção.

Depois de descrever as construções em seus aspectos externos, o autor parte para a ornamentação interna das igrejas, e neste momento os retábulos ganham a primazia. Pela primeira vez o público brasileiro pôde contar com uma visão abrangente do tema, com muitas fotografias e desenhos esquemáticos. Nas palavras de Lúcio Costa, “o valor dessas peças como raridade e o seu interesse histórico e artístico são de tal ordem, que é muito de se estranhar [...] não tivessem elas ainda despertado a atenção dos nossos entendidos em arte colonial⁴”.

À época, os estilos da produção retablística portuguesa e luso-brasileira ainda não haviam sido nitidamente delineados, e os historiadores da arte não contavam com uma nomenclatura sistematizada. Lúcio Costa restringiu-se, na maior parte do tempo, às obras que pertenceram aos jesuítas. Mesmo assim, podemos imaginar suas dificuldades em distinguir e classificar mudanças formais ocorridas em um período de quase dois séculos (entre a segunda metade do séc. XVI - data dos mais antigos retábulos - até a metade do séc. XVIII, quando os jesuítas foram expulsos do país). Porém, se deixarmos de lado certas idiossincrasias conceituais, veremos que sua percepção estava basicamente correta, como afirmou Augusto Carlos da Silva Telles vinte e sete anos depois:

O arquiteto Lúcio Costa, em 1941, no artigo *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*, apresentou uma classificação para os retábulos brasileiros que continua a ser fundamental; classificação que vem sendo repetida por muitos, quase sempre, sem citarem a fonte original⁵.

Esta classificação é apresentada logo ao começo da análise da talha, “delimitando desta forma o terreno”, segundo o autor. Considerando o período da presença dos jesuítas no país, Lúcio Costa reconhece, em linhas gerais, quatro estilos sucessivos, aos quais chamou de “classicismo”, “romanicismo”, “goticismo” e “renascentismo”. Ao “classicismo” [Imagen 1] pertencem os primeiros retábulos, de fins do séc. XVI até a primeira metade do séc. XVII, alguns deles construídos por portugueses. São considerados *post-renascentistas* ou *proto-barrocos*, já que, segundo o autor, situam-se estilisticamente em “uma espécie de ‘terra de ninguém’”, entre o renascimento e o barroco. O estilo “romanicista” [Imagen 2], que surgiu ainda na primeira metade do séc. XVII e perdurou até o começo do séc. XVIII, foi assim chamado por lembrar a forma das antigas portadas das igrejas românicas portuguesas. O estilo posterior, o “goticismo” [Imagen 3] - que prevaleceu nas igrejas da primeira metade do séc. XVIII - ganhou seu nome

⁴ COSTA. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*, p. 47.

⁵ TELLES, Augusto Carlos da Silva. A obra de talha em Minas Gerais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo - USP, n. 5, 1968, p. 9.

graças ao adjetivo usado por Joaquim José da Silva, o vereador de Mariana, em sua famosa *Memória*⁶. E chegamos finalmente ao “renascentismo barroco” da segunda metade do séc. XVIII [Imagen 4], no qual o excesso decorativo do estilo anterior é substituído por uma composição mais leve e graciosa, vindo daí a comparação com a Renascença.

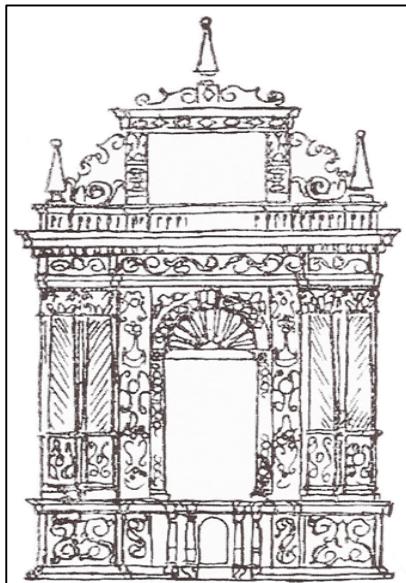


Imagen 1 – Classicismo. *Revista do SPHAN*, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.

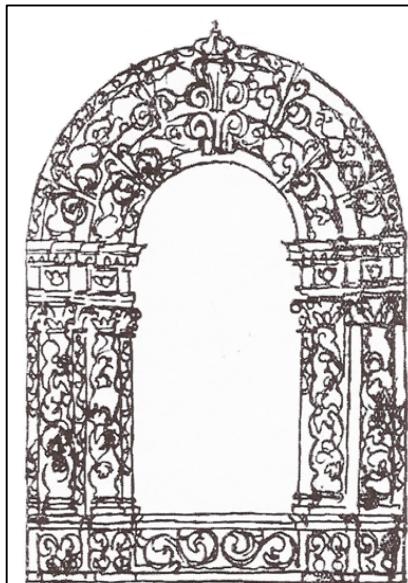


Imagen 2 – Romanicismo. *Revista do SPHAN*, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.

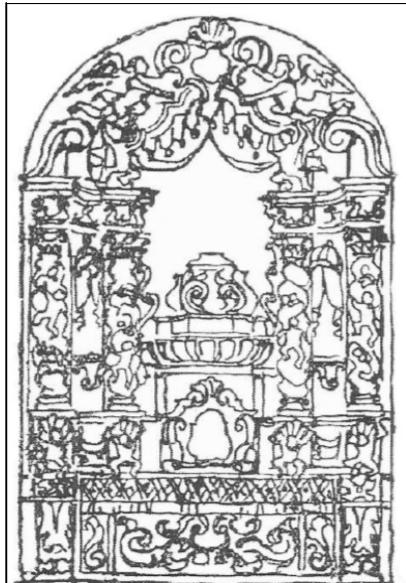


Imagen 3 – Goticismo. *Revista do SPHAN*, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.

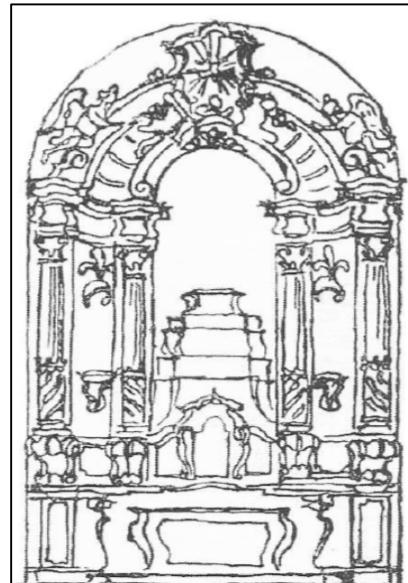


Imagen 4 – Renascentismo. *Revista do SPHAN*, p. 44. Desenho de Lúcio Costa.

⁶ SILVA, José Joaquim da. Memória. In: BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983, v. 1, p. 381-382.

A essa altura, qualquer leitor ligeiramente familiarizado com os retábulos luso-brasileiros já fez a analogia entre a classificação de Lúcio Costa e a atual. Basta consultar o glossário *Barroco mineiro*, coordenado por Affonso Ávila⁷. Ali veremos, sob o verbete RETÁBULO⁸, as descrições dos estilos chamados hoje em dia de *nacional-português*, *joanino* e *rococó*. Podemos dizer com segurança que correspondem aos estilos das Imagens 2, 3 e 4 da página anterior, já que os próprios desenhos de Lúcio Costa, com uns poucos acréscimos, foram usados para ilustrar o verbete. Quanto aos retábulos do tipo da Imagem 1, estes praticamente inexistem em Minas, pois são anteriores ao período inicial de povoamento do território.

Devemos notar que Lúcio Costa classificou como *barrocos* a todos os seus estilos de retábulo⁹. Essa classificação, posteriormente, veio a ser considerada ultrapassada. Acontece que de lá para cá, muitos historiadores trataram de apontar autonomias formais e estilísticas em alguns daqueles retábulos, e reivindicaram outros termos. Vejamos o caso do “renascentismo barroco” de Lúcio Costa, cuja obra-prima, segundo ele, é a capela-mor de São Francisco de Assis em Ouro Preto. Hoje em dia dizemos que aquela capela e seu retábulo pertencem ao estilo rococó e não ao barroco. Myriam Ribeiro explica que o aprofundamento e a divulgação internacional das pesquisas sobre o rococó se deram apenas a partir da década de 40 do século passado¹⁰. Tais pesquisas apontaram tendências opostas entre o rococó e o barroco:

Nos ambientes do rococó, incluindo a decoração religiosa, a inquietação dramática própria do barroco cede lugar à distensão de formas mais contidas, com uso restrito de imagens narrativas pintadas em tonalidades suaves. Essas ambientações pressupõem iluminação uniforme com luz natural, o oposto das decorações barrocas, feitas para a luz artificial, que enfatizam contrastes de luz e sombra¹¹.

É claro que Lúcio Costa percebia a diferença entre as igrejas barrocas e as que viriam posteriormente a ser chamadas de rococó, pois escreveu: “[...] as igrejas claras, de aparência alegre – quase feliz – dos últimos decênios do século XVIII em Minas Gerais [...]”¹². Porém, não podendo ainda contar com as pesquisas sobre o rococó, cunhou o termo *barroco renascentista*, unindo assim dois conceitos contraditórios (e demonstrando que a questão tem um aspecto semântico). E, aqui, chamamos a atenção para a vitalidade do texto daquele autor. Como

⁷ ÁVILA, Affonso (coord.); GONTIJO, João & MACHADO, Reinaldo. *Barroco Mineiro. Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

⁸ _____. *Barroco Mineiro*, p.171-173.

⁹ COSTA. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*, p. 47.

¹⁰ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 17.

¹¹ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010, v. 1, p. 92.

¹² _____. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*, p. 83.

exemplo, citamos um trecho no qual, com seu estilo seco e sem hesitações, Lúcio Costa descreve a metamorfose que levou o estilo *romanticista* a tornar-se *goticista*:

Já para fins do século, porém, a trama regular que serve de fundo à opulenta ornamentação desses retábulos vai perdendo a sua concisão. As colunas se afastam para dar lugar às imagens, os arcos se abrem para receber o dossel sobre o trono; multiplicam-se os anjos, as volutas, os florões, e as linhas mestras do desenho quasi que se perdem, levadas pelo ímpeto e pela profusão de formas que irrompem, a uma, por toda a parte¹³.

O artigo de Lúcio Costa, centrado nas obras dos jesuítas, deixou uma lacuna referente ao estudo dos retábulos das outras ordens e irmandades. Decisivos períodos e conjuntos de talha por todo o país deveriam ainda esperar alguns anos para serem contemplados de maneira abrangente e detalhada.

Na década de 50 do século passado, surgiram na revista portuguesa *Belas-Artes* dois artigos que abordavam de maneira global a produção de retábulos no país. Foram eles *The portuguese woodcarved retable. 1600 – 1750* (1950), do americano Robert Smith, e *Morphologie du retable portugais* (1953), do francês Germain Bazin. O primeiro desses estudos foi sucedido por um livro monumental chamado *A talha em Portugal*¹⁴, lançado em 1962. O segundo, com alguns acréscimos, ressurgiu como capítulo de introdução à seção sobre a talha luso-brasileira em outra obra monumental, lançada na França entre 1956 e 1958 e publicada aqui como *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, em 1983.¹⁵ Ao percorrermos os dois livros, percebemos que os estilos portugueses de retábulos, dos quais a produção luso-brasileira era um reflexo ligeiramente tardio, ao menos até meados do séc. XVIII, foram ali apresentados segundo um método bem mais minucioso que aquele usado por Lúcio Costa. Especialmente *A talha em Portugal*, com suas centenas de retábulos citados, descrições dos estilos, exemplos de transições entre eles, trechos de transcrições arquivísticas e nomes de artífices, tudo isso numa análise ampla e inovadora abordando desde o período gótico da produção portuguesa até o final do rococó e a chegada do neoclássico, tornou-se desde então uma das mais frequentes, senão a principal, base de pesquisas do retábulo lusitano. Para termos uma ideia de sua importância citamos um trecho de Myriam Ribeiro¹⁶:

Apesar de desde meados do século XX o estilo [rococó] ter sido identificado como expressão artística autônoma no mundo luso por especialistas do calibre de Germain Bazin, John Bury e, especialmente, Robert Smith, se excluirmos o texto pioneiro do último sobre as escolas portuguesas de talha rococó, [...] os

¹³ COSTA. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*, p. 45.

¹⁴ SMITH, Robert. *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

¹⁵ BAZIN, Germain. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. Paris: Plon, 1956-1958; _____. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2v.

¹⁶ OLIVEIRA. *O rococó religioso no Brasil*.

conhecimentos sobre as manifestações do estilo em Portugal pouco avançaram nos últimos trinta anos.¹⁷

O livro de Robert Smith tem sobre o de Bazin a vantagem de apresentar, em relação à talha barroca, uma nomenclatura simples e de fácil apreensão. As denominações propagadas por Smith, *nacional* e *joanino*, tornaram-se de uso corrente na historiografia desde então. Têm o mérito de remeterem-se às características estilísticas genuinamente lusitanas; talvez isso explique seu sucesso.

Para os que estudam os retábulos luso-brasileiros, *L'architecture religieuse baroque au Brésil* e sua tradução brasileira ainda são as principais referências. Seu autor, cuja erudição era digna dos grandes humanistas, realizou muitas viagens de pesquisa pelo país e contou com o apoio de Rodrigo Melo Franco de Andrade e dos principais nomes do SPHAN à época, tendo assim facilitado o acesso à documentação arquivística disponível. Os capítulos dedicados à talha não se dirigem apenas ao século XVIII, como poderíamos supor pelo título do livro. A produção anterior também é mencionada e, em seguida, temos os capítulos sobre a talha setecentista, dividida por regiões. Agora podemos conhecer em detalhes as feições dos três últimos estilos de Lúcio Costa, apenas mencionados em *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Citando um grande número de igrejas e retábulos, Bazin descreve com sensibilidade o desenvolvimento das formas trazidas para a colônia no século XVIII:

A capelinha de N. S^a. do Ó, em Sabará, é uma das criações mais requintadas da arte barroca [...] As pinturas da nave ilustram os acontecimentos do Evangelho nos quais Maria aparece. As pinturas do teto mostram os símbolos das litanias. Sobre o gracioso soco em forma de cântaro simbólico, do altar-mor “românico”, ergue-se uma das virgens mais delicadas que Portugal produziu no século XVIII. Tudo, nesse pequeno espaço que tem elementos tão bem proporcionados, louva a glória da Rainha do Céu. A luz suave, penetrando somente pela fachada, confere aos dourados um brilho interior. N. S^a. Do Ó é a rosa mística do Brasil.¹⁸

A apresentação da talha colonial é acompanhada muitas vezes por menções à matriz portuguesa:

[...] a arte da talha portuguesa contém uma contradição interna, entre a riqueza necessária para atingir os sentidos do fiel e a dignidade arquitetônica que deve ser a de um organismo monumental. Essa contradição fora resolvida no estilo criado sob o império de Pedro II, mas logo foi ultrapassada pela tendência à proliferação indefinida, própria do barroco. O estilo rococó de Minas conclui a evolução da talha por meio de uma síntese magnífica desses dados contraditórios, conseguindo a unidade no luxo.¹⁹

¹⁷ OLIVEIRA. *O rococó religioso no Brasil*, p. 101.

¹⁸ BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, p. 340, v.1.

¹⁹ _____. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, p. 353, v.1.

Encontramos no segundo volume de *A arquitetura religiosa barroca no Brasil* uma seção muito útil chamada de *Repertório monumental*, com uma enorme lista de igrejas de todo o Brasil, separadas por estado. Na medida do possível, sempre que as obras forneceram as informações, são apresentados os passos construtivos e os nomes dos artífices, acompanhados por comentários do autor. As fontes, incluindo algumas transcrições arquivísticas, são citadas, e para cada monumento temos uma lista das monografias disponíveis. Finalmente, surge uma grande seção de fotografias que inclui também obras portuguesas.

Nesse livro admirável, os momentos de concisão, como na citação acima sobre o rococó, alternam-se com uma sucessão atordoante de exemplos de obras, detalhes formais e descrições de processos evolutivos da talha. O mesmo acontece em *A talha em Portugal*, de Robert Smith. Quem se aproxima do estudo dos retábulos através de um desses dois livros logo é levado a uma conclusão óbvia, depois de ler algumas páginas: para avançarmos na apreensão do caráter geral dos estilos e das mudanças nas formas, e também na contextualização histórica dessa produção (na fixação das primeiras peças do quebra-cabeças, diríamos), é imprescindível que nossa leitura seja acompanhada, ou mesmo precedida, pelo contato com as fontes primárias desse conhecimento, ou seja, os retábulos. Tais aparatos perdem muito de sua força expressiva se apenas lemos sobre eles, ou se os conhecemos apenas através de fotografias. Eis um conselho dado pelo professor Marcos Hill, durante uma aula na Escola de Belas-Artes (UFMG): “O conhecimento livresco não é suficiente; é preciso ir às igrejas para aprender a *ver* os retábulos”. Isso significa que a riqueza da informação contida em uma frase como a seguinte, por exemplo, deixa de atingir seu alvo se não for interrogada *in loco*:

Aqui, cada vez mais geometrizados, os elementos decorativos são conjugados com superfícies lisas [...] A presença de curvas associadas a contra-curvas, de conchas com superfícies intensamente onduladas, assim como a utilização de elementos assimétricos atestam as influências francesa e alemã na arte portuguesa da última década joanina.²⁰

Por esses motivos, talvez interesse mais ao iniciante a leitura do extenso capítulo de Benedito Lima de Toledo, *Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó*²¹. Aqui, os conteúdos de Lúcio Costa, Robert Smith e Germain Bazin reaparecem sintetizados e inseridos em um contexto muito mais amplo, que retrata a arte portuguesa e luso-brasileira em um mosaico de temas interligados. Entre esses temas estão: as teorias do barroco; as influências geográficas e culturais que moldaram o espírito da civilização e da arte ibérica; os tratados maneiristas e as

²⁰ HILL, Marcos C. de Senna. Francisco Xavier de Brito: Um artista desconhecido no Brasil e em Portugal. *Revista do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura*, Ouro Preto, n. 3, dez. 1996, p. 50.

²¹ TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: Zanini, Walter et al. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, Fundação Djalma Guimarães, 1983, v. 1, p. 89-319.

obras que precederam ao barroco; a arquitetura dos jesuítas e de outras ordens, na Europa e no Brasil. A produção da talha é descrita de forma mais concisa que nas obras de Smith e Bazin, e as referências são muitas vezes evocativas:

O mar é sentido ou pressentido em todo o território português. Se o perdemos de vista, são os monumentos manuelinos com suas colunas e tramas estruturais em forma de cordoalha que nos trazem o mar à mente. Portugal cedo se deu conta que seu futuro estava no Atlântico²².

Em sua proposta de abarcar a produção colonial de um país tão grande e complexo como o Brasil, *A arquitetura religiosa barroca no Brasil* apresenta lacunas que deixam margem para muitas pesquisas. No caso de Minas Gerais, por exemplo, uma omissão importante diz respeito à rica região de Diamantina e Serro, onde as condições históricas favoreceram o surgimento de formas peculiares, e vários monumentos em localidades pequenas e isoladas que não foram mencionados. Acredito que tais omissões se estendam para as outras regiões do país. Tal crença é confirmada por um trecho da historiadora Myriam Ribeiro no final de seu livro, *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus* (2002), quando ela conclui uma pesquisa de quase três décadas, reconhecendo que:

[...] se o rococó religioso de Minas Gerais, em virtude de sua excepcionalidade, recebeu neste livro tratamento mais exaustivo, as escolas de Pernambuco e Rio de Janeiro necessitam ainda de pesquisas complementares para a definição de tipologias, filiações e autorias [...] ainda estão por estudar as zonas periféricas de expansão do estilo, tanto nas regiões estudadas no livro como em vastas áreas do Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país [...].²³

Isso nos sugere a hipótese da existência de escolas ou oficinas regionais de talha, cuja atuação ainda não foi percebida; também pensamos nas possíveis informações contidas em arquivos que ainda não foram descobertos pelos historiadores.

Para avaliarmos o papel dos autores clássicos como Lúcio Costa, Robert Smith e Germain Bazin é importante compararmos suas sínteses pioneiras e amplas com as pesquisas mais recentes. Assim, perceberemos que esses clássicos propiciaram uma compreensão geral inicial e indicaram direções para estudos complementares. Podemos tomar como exemplo de pesquisa recente o texto dos portugueses Francisco Lameira e Vítor Serrão sobre o retábulo-mor do palácio real de Salvaterra de Magos²⁴. É o que se chama *estudo de caso*, ou tratamento em

²² TOLEDO. *Do século XVI ao início do século XIX*, p.106.

²³ OLIVEIRA. *O rococó religioso no Brasil*, p. 299.

²⁴ LAMEIRA, Francisco; SERRÃO, Vítor. O retábulo proto-barroco da capela do antigo Paço Real de Salvaterra de Magos (c. 1666) e os seus autores. In: ATAS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL. Porto: Universidade do Porto, 2003, p. 215-226. (disponível *online*)

profundidade de um retábulo específico. O retábulo em questão foi mencionado sumariamente na obra de Robert Smith²⁵ e Bazin escreveu um pouco mais sobre ele, dizendo:

Conheço um altar, ainda inédito, que me parece bem ser um dos ancestrais do tipo românico: é o altar-mor da capela do palácio real de Salvaterra de Magos, na Extremadura; altar com três molduras de arquivoltas cortadas por cinco aduelas salientes. Sua decoração revela que é anterior a todos os outros do tipo românico com arquivolta. As colunas retas e as molduras de arquivolta são recobertas por ramicelos em forma de arabesco, mas esses ramicelos já começam a tomar uma forma vegetal. A existência desse altar é suficiente para provar que a forma do tipo [românico com arquivolta] foi elaborada independentemente do *devor* fitomorfo barroco que em seguida veio revesti-la.²⁶

Em seu artigo, Lameira e Serrão falam demoradamente sobre o criador do risco, o entalhador, os comitentes da obra, o contexto social da época, entre outros fatores, abrindo uma janela para a compreensão do período histórico no qual se definiu o estilo barroco em Portugal. É como se algumas solicitações tácitas de Smith e Bazin fossem finalmente atendidas depois de quatro décadas. Em seu esforço por traçar uma configuração geral da situação, aqueles autores não puderam escrever em profundidade sobre cada um dos retábulos citados em seus livros.

Percebemos que o conteúdo apresentado pelos clássicos, ao ser considerado em profundidade por novos autores, propicia uma revisão de conceitos e traz novas informações. Em outro artigo, chamado *O retábulo em Portugal: o barroco pleno (1668-1713)*²⁷, Lameira e Serrão apresentam sob um novo ângulo a questão da nomenclatura dos estilos. Aqui, eles tratam justamente do período que produziu a tipologia chamada por Lúcio Costa de “romanicista”. Lameira e Serrão explicam que Reynaldo dos Santos e Robert Smith popularizaram o conceito de estilo *nacional* (*nacional-português* no Brasil, como vimos em Affonso Ávila) para os retábulos do período em questão, consagrando um termo que desde então tem sido usado. Porém, na obra dos dois autores contemporâneos, aquele conceito foi reelaborado e o termo *barroco pleno*²⁸ foi proposto.²⁹

Os autores comentados até agora têm em comum (com a possível exceção de Benedito Lima de Toledo) o fato de, em maior ou menor grau, centrarem suas atenções sobre o desenvolvimento das formas dos retábulos, daí serem considerados *formalistas*. Acontece que um assunto como esse possibilita as abordagens interdisciplinares; isso significa que interessa aos que estudam a cultura de maneira geral, e não apenas em seus aspectos artísticos. Em Minas Gerais

²⁵ SMITH. *A talha em Portugal*, p.69.

²⁶ BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, p. 266.

²⁷ LAMEIRA, Francisco; SERRÃO, Vítor. *O retábulo em Portugal: o barroco pleno (1668-1713)*. *Promontoria*, Faro, n. 2, p. 251-264, 2003.

²⁸ _____. *O retábulo em Portugal*, p. 252-253.

²⁹ Lembramos que não é nossa intenção refletir aqui sobre o mérito de cada classificação, mas sobre sua transitoriedade.

podemos citar alguns exemplos referentes à célebre Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, uma igreja bastante visada pelos pesquisadores, mas que ainda se mostra capaz de revelar informações surpreendentes.

Na tese de doutorado de Rodrigo Bastos,³⁰ encontramos um capítulo dedicado à capela-mor da Matriz, cuja talha é uma das mais emblemáticas do estado. Seus documentos foram relativamente bem preservados - boa parte das datas e dos nomes dos artífices consta em Bazin, que cita trechos de arquivos e a evolução dos passos da construção. Rodrigo Bastos, a certa altura, concentra-se no caso do zimbório, espécie de torre com janelas, no extradorso da capela-mor. O zimbório e a talha restante da capela-mor, incluindo o retábulo, foram encomendados a Francisco Xavier de Brito, à época, o artífice mais talentoso da capitania. Devido à infiltração causada pelas chuvas, o zimbório teve que ser demolido alguns anos depois de sua construção. Uma minuciosa análise comparativa entre os documentos da capela-mor e a historiografia referente aos construtores coevos sugeriu finalmente a Rodrigo Bastos um nome para o autor do projeto da capela-mor: José Fernandes Pinto Alpoim, diferente do nome sugerido por Bazin. O português Alpoim era conhecido em sua época como um dos principais engenheiros da colônia e fora responsável pelo risco do Palácio dos Governadores de Vila Rica. Tendo chegado a este nome, Bastos foi ao local de origem da família Alpoim no norte de Portugal e descobriu que, bem próximo à mansão da família, existe uma igreja setecentista cujo risco se deve ao avô do engenheiro. Nessa igreja, que José Fernandes Pinto Alpoim conheceu enquanto morava em Portugal, foi construído um zimbório que se mantém até hoje e cujas características são as mesmas que constam do primeiro projeto para o zimbório da igreja do Pilar. Bem fundamentado em suas conjecturas e de posse de uma imagem próxima, talvez, do zimbório do Pilar, Rodrigo Bastos nos descreve em sua tese os passos dessa investigação digna de um detetive e finaliza com a apresentação de uma imagem fictícia da capela-mor [Imagem 5], na época em que o zimbório ainda estava lá. Podemos imaginar o quanto a capela ganhava em beleza e atmosfera mística, sob a luz natural vinda de cima - o que nos lembra do uso que os artistas barrocos faziam dos efeitos de claro-escuro.

³⁰ BASTOS, Rodrigo Almeida. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. 437 f. Tese (doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, programa de pós-graduação em Arquitetura. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-08092010-160646/pt-br.php>.



Imagen 5 – Simulação da capela-mor da Matriz de Nossa senhora do Pilar de Ouro Preto, com o zimbório. Computação gráfica de Robson Godinho, sobre foto de Rodrigo Bastos, in BASTOS. *A maravilhosa fábrica de virtudes*, p. 184.

Ao falar da capela-mor do Pilar, Rodrigo Bastos lança mão dos estudos de outros dois pesquisadores contemporâneos, o já citado Marcos Hill (UFMG) e José Manuel Tedim (*Universidade Portucalense*). Ambos, como Bastos, acrescentaram aos levantamentos de Bazin novas informações a respeito dos construtores da capela-mor do Pilar e sobre a iconografia contida em suas imagens. O português Tedim descobriu na Biblioteca Nacional de Lisboa o documento descriptivo de uma das várias solenidades oficiais feitas à memória do falecido D. João V³¹. Trata-se das exéquias fúnebres em Vila Rica, realizadas na Matriz do Pilar e coordenadas por Francisco Xavier de Brito, que na ocasião teve que interromper seu trabalho na capela-mor da Matriz para ocupar-se dos monumentos fúnebres. O conteúdo do texto do documento, ao tratar da encenação ritualística da morte no século XVIII, adquire grande valor para os historiadores da cultura barroca. Sua menção às figuras antropomórficas usadas por Xavier de Brito nas exéquias gerou entre os historiadores da arte novas especulações a respeito da origem das alegorias das virtudes, colocadas sobre a cimalha das ilhargas da capela-mor.

É grande o número de pesquisadores que, hoje em dia, enfatizam os elos entre as obras de arte e o contexto sociocultural no qual elas foram criadas. Como exemplo, citamos a

³¹ TEDIM, José Manuel. Teatro da Morte e da Glória: Francisco Xavier de Brito e as exéquias de D. João V em Ouro Preto. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n. 17, p. 241-250, 1996.

professora Adalgisa Arantes Campos (UFMG) e sua recente publicação, *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*³². Aqui, a talha já não é mais o ponto de partida, pois ela aparece de forma esporádica, na medida em que se relaciona com o processo histórico da devoção estudada. Vejamos o trecho a seguir, no qual Adalgisa fala sobre mudanças sofridas pela iconografia dos retábulos mineiros dedicados a São Miguel e Almas, ao longo do século XVIII:

As obras com a representação da balança vazia superam numericamente aquelas dotadas de almas [do purgatório], porque são mais recentes, correspondendo a um redirecionamento da mentalidade religiosa no sentido de uma racionalização. As criaturas do além vão se retirando da representação, para serem veneradas sob uma forma mais interiorizada e até mais racionalizada, doravante sem a mediação da imagem.³³

Logo em seguida, aprendemos que essa mudança na mentalidade religiosa ocorreu no período em que a talha sofria uma transformação estilística paralela:

Em meados do XVIII mineiro, as transformações no âmbito da talha joanina restringiram seus elementos simbólicos em proveito do conjunto estético – enxuto, estrutural, grandioso. Essa tendência em despojar a ornamentação do seu significado religioso e desbastar o excesso decorativo atinge o gosto das agremiações laicas, e, notadamente, os altares de almas feitos nesse período.³⁴

Percebemos que o estudo das interações socioculturais e artísticas abre perspectivas capazes de mesclar a história, a estética, a religião e o mito. Voltando à tese de Rodrigo Bastos, seu ponto de partida é o estudo da adequação das obras de arquitetura e das artes decorativas aos conceitos religiosos da sociedade colonial setecentista. Colocando-se no papel de um observador do século XVIII, ele procurou compreender o significado dos elementos de determinadas igrejas, elaborados segundo as exigências do receituário pós-reformista. De maneira complementar, a professora Sabrina Mara Sant'Anna (UFRB) também amplia nossa compreensão das relações históricas entre arte e religiosidade, ao pesquisar os sentidos da iconografia do conjunto de sacrários dos retábulos da igreja do Pilar³⁵. Demonstrando as relações entre os comitentes das obras, os significados das imagens representadas e os oragos de cada retábulo, o trabalho de Sabrina, assim como o de Bastos, põe em evidência uma das facetas mais importantes do espírito barroco: o uso da retórica como meio de persuasão. Especialmente o sacrário do retábulo-mor do Pilar torna-se mais significativo para nós, pois agora sabemos que, de acordo com um

³² CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

³³ _____. *As Irmandades de São Miguel*, p. 201.

³⁴ _____. *As Irmandades de São Miguel*, p. 201.

³⁵ SANT'ANNA, Sabrina Mara. A igreja de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, matriz do bairro Ouro Preto: Mecenato confrarial e a ornamentação dos sacrários. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org.). *De Vila Rica à imperial Ouro Preto*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 31-54.

simbolismo intencional, “a figura do sacrário em ‘seistavo’ [hexagonal] deveria corresponder à figura sextavada do zimbório”³⁶. Somos levados a pensar na imagem do sacrário ao pé do retábulo, iluminado pela luz que vinha do zimbório acima dele. Neste ponto, não é necessário que tenhamos lido sobre a importância das *correspondências* no pensamento estético setecentista para admirarmos a habilidade da metáfora. Assim como não deve ter sido difícil, para o privilegiado fiel que viu a capela-mor com seu zimbório, pensar na mensagem da oração: “assim na terra como no céu”.

Conclusão

Embora as características dos retábulos tenham sido mencionadas algumas vezes ao longo do texto, esse artigo não foi escrito com a intenção de descrevê-los e sim de apresentar alguns dos historiadores e livros que os descreveram. As tendências da historiografia mudaram muito desde que Joaquim José da Silva, o vereador de Mariana, escreveu sua exaltada *Memória*. Se os autores aqui chamados de clássicos preocuparam-se inicialmente em fazer a síntese da “extraordinária confusão de formas”³⁷ criadas pela talha portuguesa e luso-brasileira, outros historiadores trataram de estudar essa produção a partir de novos ângulos.

Como vimos, a situação atual das pesquisas está longe de esgotar o assunto. A pouco mais de uma década, a talha rococó luso-brasileira ganhou uma extensa abordagem através do já citado *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*, que acrescentou às informações de Bazin um cabedal coletado em dois continentes. Ao final, a própria autora fornece as indicações para futuras pesquisas complementares. Já os dois estilos de talha colonial barroca, nacional-português e joanino, antecessores do rococó -, ainda carecem de tratamento semelhante. Atualmente, o especialista Alex Bohrer, professor do IFMG, prepara um grande estudo sobre os retábulos do nacional-português no estado de Minas Gerais.

Quanto aos estudos interdisciplinares, acho natural que estes continuem a ser inspirados pelos retábulos. Em minha opinião, tais estruturas guardam uma dimensão histórica e simbólica muito rica. Repito o que afirmei na introdução: podemos compreender o retábulo-mor barroco como o termo desta grande alegoria do caminho humano que é o corredor central da igreja. Percorrer este corredor significa transcender o profano e alcançar o sagrado (atributo da capela-mor). Bazin ensina que a cúpula é a imagem do céu³⁸; os responsáveis pela Matriz do Pilar de Ouro Preto provavelmente pensaram o mesmo ao encomendar o zimbório. Com sua iconografia

³⁶ BASTOS. *A maravilhosa fábrica de virtudes*, p. 198.

³⁷ BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, p.258.

³⁸ _____. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, p.12.

de santos e da redenção, com suas colunas e pilastras que nos conduzem do chão à esfera dos anjos e da Trindade, o retábulo-mor representa a passagem entre a terra e o céu.

O pesquisador que se interessar pelos retábulos terá, talvez, como primeiro desafio encontrar os livros sobre o assunto. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, de Germain Bazin, e *História Geral da Arte no Brasil*, com o artigo de Benedito Lima de Toledo, podem ser encontrados em bibliotecas especializadas, como as de faculdades de História, Belas-Artes e Arquitetura. Também podem ser encontrados em sebos, onde não são tão baratos quando se espera. Já *A talha em Portugal*, de Robert Smith, é mais difícil de encontrar e, possivelmente, os professores que trabalhem com tais temáticas tenham uma cópia disponível para empréstimo. Alguns textos de Robert Smith, não tão específicos sobre talha, e outros artigos de Lúcio Costa podem ser achados em edições anteriores da revista do IPHAN.³⁹ Já o glossário de Affonso Ávila e os livros de Myriam Ribeiro e Adalgisa Campos são relativamente mais acessíveis. O excelente *Barroco e rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana*, nas duas últimas versões com muitas ilustrações, também pode ser encontrado através da página virtual do IPHAN.⁴⁰ Com alguma paciência e dedicação, muitas outras leituras podem ser feitas *online*, que poderão contribuir para novas pesquisas sobre os retábulos.

Recebido em: 20/01/2014

Aceito em: 11/09/2014

³⁹Que pode ser acessada pelo link: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17881&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>.

⁴⁰Através do endereço: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3109>.



Foto: Acervo Fiocruz.²

Entrevista com a Professora Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes¹

Polyana Valente Vareto

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

polyvalente2007@yahoo.com.br

Rute Guimarães Torres

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

rutetorres@gmail.com

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes

Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutora pela Faculdade de Educação da mesma Universidade. Tem doutorado em História pela UFMG , na linha de pesquisa Ciência e Cultura na História, com estágio de doutorado sanduíche no CERMES-EHESS, em Paris. Concluiu o mestrado em Ciências do Esporte e graduação em Educação Física, ambas na mesma instituição. É pesquisadora do Centro de Memória em Educação Física (CEMEF) da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Atua nas áreas de História das Ciências, com ênfase em História das Ciências Biomédicas, da Saúde e História da Educação Física.³

Revista Temporalidades: O dossiê desta edição apresenta o tema sobre a circulação do conhecimento na ciência moderna, no qual seus estudos de doutorado na área da Ciência e Cultura na História, que resultou na publicação de um livro, podem ser inseridos nas discussões. Assim sendo, nossas perguntas estarão diretamente relacionadas ao seu mais recente livro, *Uma Ciência Moderna e Imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*, lançado em 2013.⁴

Nas primeiras páginas, a professora explica que o cerne do livro são as tensões entre as práticas locais e os anseios por uma validade universal de uma ciência que se desenvolvia no

¹ Entrevista concedida em 25 de setembro de 2014.

² Registro feito no lançamento do livro. Extraída da página da Fiocruz: <http://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/audiovisualImagem/dsc01212.jpg>

³ Informações profissionais retiradas do currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2559560831199977>. Acessado em 25 set. 2014, às 10h15min.

⁴ VIMIEIRO-GOMES, A. C. *Uma Ciência Moderna e Imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013. v. 1. 166p.

Brasil. A senhora poderia contar-nos um pouco sobre essa problemática e como surgiu o interesse por pesquisar tais tensões?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: Esta problemática sobre as tensões entre teorias e práticas científicas locais e a validação universal dos saberes se fundamenta numa concepção de estudos históricos das ciências, pós anos 1960, que pensam a ciência, sobretudo, como uma atividade e crença coletiva e, assim, uma prática cultural. Isso implicou em interpretações da ciência que perspectivam não só o conteúdo e a estrutura lógica do conhecimento científico, mas os fazeres, as ações, as negociações e embates dos cientistas para validar um conhecimento. Desse modo, a ciência é vista como uma forma de conhecimento local, delineada e construída a partir de uma subcultura científica e não mais como modo de saber, homogêneo, auto-evidente e *a priori* universalmente aceito como o mais verdadeiro. A validade universal de um conhecimento é processual. Daí decorre o raciocínio, conforme sintetizado por Dominique Pestre⁵, de que é justamente porque circula que a ciência se torna universal e não porque universal é que ela circula. Diante dessas questões é que surgiu o interesse de se compreender os esforços de cientistas no Brasil tornarem os conhecimentos da fisiologia produzidos localmente, segundo uma sub-cultura científica brasileira, validados internacionalmente.

Revista Temporalidades: No terceiro capítulo são discutidas as tensões entre diferentes modalidades na afirmação de um novo conhecimento da “ciência moderna e imperial”. Poderia contar um pouco para nossos leitores quais eram essas modalidades que afirmavam que a ciência de laboratório realizada no Brasil era o modelo mais moderno?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: A ciência de laboratório era tida como mais moderna porque era experimental. Isso tem relação com o ideário das ciências biomédicas no contexto europeu do século XIX, sobretudo de fundamento positivista, em que se procurou afirmar um status ideal de científicidade e, assim, de objetividade para a medicina em conformidade com os modos de fazer das ciências naturais tais como a física, química e mecânica, que tinham o laboratório como *locus* e a experimentação como meio de produção de conhecimento. A fisiologia e a bacteriologia são campos de conhecimento que ao longo do XIX se configuraram em torno desse ideário. O meu estudo tenta mostrar os esforços por parte de cientistas brasileiros e das autoridades imperiais, principalmente na figura do imperador Pedro II,

⁵ PESTRE, D. Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. *Annales HSS*, n. 3, p. 487-522, 1995.

para se firmar esse modelo de cientificidade no Brasil, como símbolo do desejado progresso e civilização.

Revista Temporalidades: A senhora apontou a ampla circulação, nacional e internacional, dos conhecimentos produzidos pelos cientistas como um fator que contribuiu para representar a fisiologia como um ideal de ciência que se almejava para o país. De que forma tais conhecimentos circularam, por meio de quais suportes, personalidades ou instituições?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: A circulação se dá pelo trânsito multiespacial dos saberes, num movimento de vindia e ida dos saberes e práticas, então reappropriados localmente. No segundo capítulo do livro procurei mostrar três eixos centrais no processo de afirmação da fisiologia brasileira por meio da circulação de saberes: o Museu Nacional, como zona de contato entre os conhecimentos; o Imperador Pedro II e o cientista Louis Couty, como agentes de intermediação e atuantes nessa circulação. Isso porque a circulação de saberes não se dá de forma desencarnada e sem a condução por atores ou alijada de um espaço de referência, a partir do qual a circulação deve se dar. Tratar o Museu como zona de contato implicou pensá-lo como espaço de circulações que se cruzam, ou de encontros, nem sempre pacíficos, sempre datados, em que os conhecimentos são apropriados e transformados localmente, para na sequência, ao circularem novamente, serem validados. A atuação de Pedro II se deu pela sua relação com as comunidades científicas europeias, sobretudo na França. O Imperador era membro do *Institute de France/Academie de Science de Paris* e se correspondia com vários cientistas franceses, como Pasteur e alguns fisiologistas como Alfred de Vulpian, por exemplo. Pedro II foi fundamental na instalação do laboratório do Museu: interveio na liberação de verbas do Ministério da Agricultura para equipar o laboratório e articulou, pessoalmente, a contratação do fisiologista francês Louis Couty. Sua influência como Imperador “ilustrado” auxiliou na publicação dos trabalhos brasileiros na França, sempre possível em função da mediação de cientistas franceses. Suas frequentes visitas ao laboratório garantiam a visibilidade das pesquisas lá realizadas no âmbito nacional. Já a ação de Louis Couty se deu no trânsito dos modelos e práticas da fisiologia francesa para o Brasil e do Brasil para a França. Foi ele o responsável por equipar o laboratório com os instrumentos vindos da Europa e seu capital científico permitiu que os trabalhos feitos no laboratório do Museu Nacional, por ele e seu grupo de trabalho, pudessem ser apresentados e publicados na *Academie de Science de Paris* e na *Société de Biologie*, além das publicações em vários periódicos específicos da área.

Revista Temporalidades: De que maneira o Museu Nacional conseguiu chamar a atenção de institutos e cientistas internacionais para o conhecimento que estava sendo produzido em suas dependências?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: O Museu Nacional foi uma das mais importantes instituições científicas brasileiras do XIX, gerido pelo Ministério da Agricultura, conforme já muito discutido na bibliografia da História das ciências no Brasil (Lopes, 1997)⁶. No último quartel daquele século suas atividades foram ampliadas, cientistas estrangeiros foram contratados e se tornaram membros correspondentes do museu (Charles Darwin, por exemplo, figurava como um deles), foram criadas novas sessões, ministrados cursos e conferências, além de ter sido criada sua revista, os *Archivos do Museu Nacional*. A revista era enviada para vários países como meio de divulgação das pesquisas brasileiras. Como podemos ver nos relatório e nos *Archivos*, no Museu Nacional eram debatidas as principais teorias dos vários ramos da História Natural em voga naquele contexto, como as várias perspectivas de evolucionismo, as formas de classificações das espécies, as origens do homem em termos monogenista e poligenista, etc. Ao mesmo tempo em que era uma instituição sintonizada com os modelos da história Natural em destaque naquele momento, era lá privilegiada uma ênfase nas pesquisas sobre recursos naturais e questões científicas de interesse para o país, também em termos econômicos, comerciais e políticos.

Revista Temporalidades: Ao falar das influências da abordagem pós-colonial nos *Science Studies*, a professora explicou que estas orientam formas de se estudar a ciência fora do eixo ocidental e trazer outras culturas para a ciência moderna. No caso específico brasileiro, poderia nos apontar, brevemente, como esse diálogo ou interação com outras culturas científicas tem sido analisado pelos historiadores das ciências?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: Uma parte significativa da historiografia das ciências brasileira, sobretudo após anos 1990, tratou de se opor, dentre outras abordagens, à tese da difusãoista da ciência, conforme proposto por George Basalla na revista *Science*⁷, em 1967, em que os países ocidentais, europeus, são tidos como a origem e o centro irradiador da ciência e que os países fora desse eixo seriam dependentes e receberiam de maneira passiva os conhecimentos produzidos na Europa, até que saíssem dessa fase colonial, pré-científica, atingindo a sua maturidade e independência científica e institucional. Tal raciocínio foi utilizado no famoso livro

⁶ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. 369p.

⁷ BASALLA, G. The spread of modern science (a 3-stage model describes the introduction of modern science into any European nation). *Science*, n. 156, p. 611-22, 1967.

da pesquisadora norte-americana Nancy Stepan, *Gênese e evolução da ciência brasileira*⁸, de 1976, no qual a autora buscou demonstrar as origens da pesquisa científica brasileira, a partir da análise dos Institutos Butantan e Instituto Manguinhos. O marco de uma ciência nacional bem-sucedida foi então estabelecido nas pesquisas de Oswaldo Cruz no início do século XX. Numa crítica a esse modelo interpretativo, foram produzidos vários estudos, fundamentados em ampla pesquisa empírica e novas reflexões, sobre as ciências no Brasil durante o século XIX, por exemplo. Isso ofereceu uma nova visão sobre a institucionalização e produção científica brasileira, demonstrando não a difusão, imitação e apropriação passiva dos conhecimentos e modelos institucionais estrangeiros, mas encontro entre culturas científicas e as interações, as reapropriações, as respostas e demandas locais a uma ciência que circula. Tomemos como exemplo a história da eugenia no Brasil dos anos 1920. Os estudos demonstram como os debates sobre identidade nacional, imigração, moral religiosa católica do período e a própria realidade étnica mestiça da população foram fundamentais na configuração dos discursos e práticas eugênicas no país. Fundamentados, sobretudo, no determinismo biológico do neo-lamarckismo, as práticas eram dirigidas para as intervenções no meio ambiente – daí a importância da higiene e educação – e, com elas, mesmo que racistas, mas de forma otimista, as apostas, os discursos, eram na possibilidade de regeneração e aprimoramento da população brasileira.

⁸ STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira* (Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica). Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1976, 188 p.

Resenha: SOARES, Ana Caroline Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: Relações de Gênero e História em José de Alencar.* Bauru, SP: Edusc, 2012.

Ana Caroline Campagnolo Bellei

Mestranda na Linha de Pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidade

Programa de Pós-Graduação em História UDESC

anacampagnolo@hotmail.com

Publicada originalmente no Brasil em 2012, a obra expõe, em seus 4 capítulos, as representações femininas presentes nas obras literárias do século XIX, mais especificamente, da autoria de José de Alencar, lançadas no Rio de Janeiro. Os romances *Lucíola*, *Diva* e *Senhora* demonstram os elementos que Soares pretende analisar, dos quais se ressalta o papel do amor e da felicidade conjugal como atribuições da mulher necessárias para a solidez do casamento. A autora analisa também o papel que a mulher desempenhava na sociedade no período em que a obra foi escrita e o caráter pedagógico dessas obras. Cumprindo esses objetivos, a autora relaciona a literatura com o "espírito da época" e a transformação do conceito "civilização" desde aquele momento histórico.

O momento histórico Brasil Império, especificamente a partir de 1860, data da primeira publicação de José Alencar analisada nesse trabalho, é marcado por homens da "elite dominante" que absorveram, refletindo no país, hábitos e costumes europeus. Deste modo, a elite imperial acabou por criar uma série de pontos de semelhança que ficarão marcados na literatura: educação, vida profissional, indumentária, regras de etiqueta e bens. Essa homogeneização será relacionada com a construção e modificação do conceito de "civilização", e será cobrada da mulher que pretender ser civilizada como pré-requisito para tornar-se uma mulher feliz através do casamento.

Antes de entrar no primeiro capítulo encontramos os referenciais teóricos para esse trabalho. Para pensar a história da escrita, da leitura e dos livros, Roger Chartier e Michel de Certeau; para pensar o processo civilizador e a trajetória do conceito de civilização, Norbert Elias; para utilizar a categoria de análise de gênero, Joan Scott. Os autores Humberto Fernandes Machado e Lúcia Maria Bastos das Neves serviram como referência para a análise dos aspectos sociais e culturais do Brasil no século XIX, bem como Adolfo Morales de Los Rios Filho, que sinalizou as características geográficas e Capistrano de Abreu, as políticas. Embora considere os aspectos políticos do período, a autora esclarece que

não é intuito desse trabalho analisar [...] viés nacionalista dos romances propostos como objeto de estudo, mas as relações de poder e força que se estabelecem nas tramas, apresentadas como naturais entre os gêneros e que

reforçam a lógica dos espaços sociais definidos como "lugar de homem" e "lugar de mulher" na sociedade.¹

No primeiro capítulo, intitulado "Falando um pouco de Alencar..." encontramos a trajetória da vida profissional, intelectual e privada de José de Alencar e a demonstração de como as sociabilidades estabelecidas na época tinham reflexo na sua obra.

Tema central desse trabalho, as relações de gênero e naturalização das características nas obras literárias se evidenciam até mesmo na personalidade de Alencar e em como ele descrevia seus dons. Dizia que herdara a sensibilidade feminina da literatura de sua mãe e a virilidade masculina do pai para a política. Essas questões transpassam sua obra através da relação de civilidade com boas maneiras e do tom educador e moralizador de seus textos:

Em Lucília encontrava-se a maioria das citações de lugares e bairros da Corte, o que ocorreu também, em termos de referências, no romance Diva. É em Senhora que se encontra uma peculiaridade interessante: a Corte aparece principalmente ao se fazerem referências à localização dos logradouros, mas Aurélia não circula por ela. O lugar da esposa ideal é dentro de casa, não distante dos divertimentos, uma vez que pode e deve oferecer jantares e bailes, mas seu espaço de circulação se restringe ao âmbito privado, onde se passa a maior parte do desenrolar da obra centrada nas questões psicológicas e comportamentais do casal.²

No segundo e no terceiro capítulo, Soares irá analisar o enredo e construção das personagens principais das obras *Lucília*, *Diva* e *Senhora*, respectivamente, Lúcia/Maria – pois a personagem possuía pseudônimos -, Emília e Aurélia e, como Alencar fazia de suas obras uma pedagogia do casamento, pretendendo direcionar os leitores e leitoras a um estilo de vida louvável pela inspiração das protagonistas exemplares. “Ou seja, na elaboração de suas obras, a intencionalidade do discurso fazia parte de [...] disseminar um padrão de comportamento e de atitudes considerados 'civilizados', criando nos próprios indivíduos a noção de bons costumes”.³

A história de Lúcia foi primeiramente pensada para o teatro na peça "As asas de um anjo", onde uma jovem, Carolina, que foi induzida a prostituição, encontra a redenção para sua vida imoral apenas na maternidade. Esse primeiro enredo evidencia como Alencar percebia o evento do casamento na vida da mulher e o instigou a manter e aprofundar a história num semelhante desfecho na literatura publicada em 1962, *Lucília*. O subtítulo de *Lucília*, "As brancas asas de Lúcifer" fazia referência ao nome, Lúcia – o feminino de Lúcifer – e a condição de pureza das asas brancas em um anjo corrompido pela prostituição, deixando clara sua ligação com a peça teatral vetada anos antes. A personagem principal, com apenas 19 anos de idade, é uma das cortesãs mais ricas do Rio de Janeiro. É bela e refinada, sendo cobiçada pelos homens e invejada

¹ SOARES. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 41.

² _____. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 51.

³ _____. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 43.

pelas mulheres. Conhece o protagonista, Paulo, um jovem ingênuo e virtuoso de 25 anos, recém-chegado ao Rio de Janeiro, através do amigo Sá, que os apresenta. Mesmo na condição de prostituta, Alencar faz questão de ressaltar a pureza de alma de Luciola, que apenas no final da sua vida conta para Paulo que ingressou na vida de meretriz por um mais nobre objetivo: ajudar a família pobre e enferma, desvendando também seu verdadeiro e sugestivo nome: Maria.

O enredo faz questão de deixar bem definidos os papéis da mulher e do homem dentro da relação. Como prostituta, e sendo tão bela, Lúcia se tornou uma mulher poderosa e com muito dinheiro. Paulo era rapaz pobre e simples e acabou por aceitar uma condição de subordinação inicialmente. Porém, o amor da mulher faz com que aos poucos cada um assuma seu "devido lugar". Nesse romance, Soares identifica o princípio moralizador da obra: "Apenas as mulheres decentes e civilizadas poderiam amar e ser felizes, por também serem amadas e, principalmente, casadas."⁴ e o papel heróico do homem, pois "foi a superioridade do coração masculino que permitiu a sobrevivência desse anjo decaído",

Em outros termos, mostra Alencar que a mulher decente e civilizada não deve apenas ser virtuosa, mas também e sobretudo, aparentar toda ou mais virtuosidade que possua, através de um conjunto de regras de conduta que ressaltem suas qualidades. Assim, até Lúcia, o anjo enlameado, poderia almejar os méritos de supremos da fêmea bem comportada, quais seja a pureza feminina que se realiza pelo matrimônio: ser esposa e mãe. O homem, por sua vez, seria digno demonstrando sua honestidade e retidão. [...] Paulo era homem justo, honesto, capaz de redimir Lúcia e emparar-lhe.⁵

Dois anos depois, em 1964, Alencar publica *Diva*. A personagem principal é a encarnação das virtudes. Mesmo lindíssima e recebendo sempre os galanteios de todos ao redor, era recatada e civilizada. Emilia deixa evidente seu completo estado de pureza ao rejeitar Augusto ao mesmo tempo que o amava, por motivo de pudor. O jovem médico havia visto a moça em trajes íntimos quando esta era ainda uma criança, pois foi acometida de uma enfermidade crônica. No desfecho, finalmente casam-se, afinal, é o casamento a glória máxima do amor, principalmente quando celebrado por jovens virtuosos.

Passados mais de dez anos, entre suas últimas publicações, está *Senhora*, lançada em 1975. Embora distancie-se em outros termos das personagens de Lucília e Diva, Aurélia Camargo aproxima-se da primeira ao viver na prática a máxima "dinheiro não compra felicidade". Nesta última trama, *Senhora*, Aurélia precisa aprender como viver dentro de um casamento já iniciado. O turbilhão de sentimentos que as moças abarcavam não deveria ser vivido sem limites, é preciso o cumprimento dos comportamentos civilizados. No caso dessa terceira obra analisada, "o importante para a leitora era aprender como se portar dentro do matrimônio, espaço este

⁴ SOARES. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 66.

⁵ _____. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 73.

primordialmente íntimo, mesmo que frequentando e oferecendo festas e bailes. A Senhora é uma mulher de casa e não da rua".⁶

O quarto capítulo dedica-se a analisar dois periódicos que circulavam no período dos romances analisados: o *Jornal das Famílias* e o *Jornal das Senhoras*. Nesses periódicos analisados, percebe, mesmo no *Jornal das Senhoras*, onde a edição é feminina, propaganda que reafirma os papéis naturais dos sexos e a dominação masculina. Identifica o objetivo de tais escritos com a "educação moral" e demonstra isso pelo papel que as leitoras desempenhavam naquela época. Assim como nos romances de José de Alencar, a escrita dos periódicos era repleta de mulheres exemplares, inspiração para a moça educada, mulher civilizada e esposa feliz, confirmando e reafirmando os papéis sociais de cada gênero:

Dessa maneira o leitor era informado de que o homem deveria trabalhar, ler jornais, conhecer livros e obras clássicas, saber sobre política e economia, e a mulher deveria saber organizar uma casa, suas refeições e comemorações, igualmente saber ler e conversar sobre o assunto, tocar piano e dançar. Sobretudo, essa ordem deveria ser mantida pela felicidade sentida por cada um que a exercia e, dessa forma, o amor poderia prevalecer.⁷

As Considerações Finais iniciam a pagina 149, e nela a autora reapresenta sinteticamente suas principais conclusões. Tanto as obras analisadas quanto os periódicos homogeneamente demonstram quais eram os aspectos culturais da época e como eles eram reforçados e reproduzidos. Reconhecendo que o mais vulgar dos anseios humanos passa pela felicidade, Alencar aproveita-se disso para aplicar a "pedagogia do casamento".

Dentro da concepção de felicidade dos romances de José de Alencar, a mulher que desejasse ser feliz e seguisse a trilha ensinada por Lucília, mulher civilizada; Emilia, moça educada e Aurélia, a esposa feliz, não teria certamente dificuldade em ser bem sucedida em seu intuito.⁸

O casamento ideal deveria sempre ser almejado e conquistado, na medida do possível. Nele, o homem exerce sua natural característica de poder viril, e a mulher, sua submissão condescendente. Sem o casamento, glória máximo do amor, e posteriormente a prole, era impossível uma mulher decente ser feliz. "Se Lúcia é o anjo que toda mulher deve ser e Emilia é a rainha dos salões, altaiva porém humilde e concordata a seu esposo e marido, Aurélia é o exemplo da esposa perfeita."⁹. Enfim, para Alencar o caminho para se tornar uma esposa feliz passa necessariamente pela educação e civilidade.

Recebido em: 24/03/2014

Aceito em: 06/05/2014

⁶ SOARES. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p.110.

⁷ _____. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 118.

⁸ _____. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 29.

⁹ SOARES. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*, p. 109.

Incredulidade e tolerância religiosa no processo inquisitorial contra o padre João Pedro de Lemos Montes (1779)

Igor Tadeu Camilo Rocha

Mestrando História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais – Bolsa FAPEMIG
igortcr@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, Tolerância religiosa, Ateísmo

KEYWORDS: Inquisition, Religious tolerance, Atheism

O processo do padre João Pedro de Lemos Montes levanta uma série de questões importantes sobre o pensamento religioso das Luzes, e pode também nos oferecer indícios de como e sob quais influências circulava em Portugal, no último quartel dos setecentos, defesas da tolerância religiosa, do ceticismo em matéria de religião, de concepções deístas e sobre leituras de obras proibidas. No seu processo¹, disponível para consulta online no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, notamos diversos indícios de sociabilidades ilustradas, críticas ao pensamento católico e à sua ortodoxia, bem como uma série de pontos que alinhavam suas proposições à crítica iluminista. Pode-se dizer que foi produzido em um contexto em que a preocupação do Santo Ofício português se dirigia de forma mais contundente a esse tipo de indivíduo, ao contrário do longo histórico de perseguição aos cristãos-novos que predominou até as Reformas Pombalinas². Sob esse prisma se segue o comentário sobre o documento. O mesmo se divide em duas partes, sendo a primeira uma contextualização geral sobre a questão da tolerância religiosa, incredulidade e crise no pensamento europeu no setecentos, seguida por uma discussão sobre o documento em si. Logo a seguir, sua transcrição.

Pensar na incredulidade no Antigo Regime não é uma tarefa simples ao historiador. Não é fácil fugir de anacronismos, muitas vezes por “cair na tentação” de encontrar no documento alguma forma de ateísmo nos termos contemporâneos, absolutamente estranho ao pensamento dos envolvidos em sua produção. Tal problema que já foi discutido por Lucien

¹ Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo-Inquisição de Lisboa, Processo nº028/06661. *Processo do padre João Pedro de Lemos Montes*. Daqui em diante, usaremos a abreviatura ANTT-IL ao referenciar o documento.

² RAMOS, Luís A. de Oliveira. A Irreligião Filosófica na Província Vista do Santo Ofício nos fins do século XVIII: uma tentativa de exemplificação. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2ª série, v. 5, 1988, p. 176; Ver também em: NEVES, Lúcia Bastos Pereira. Revolução: em busca de um conceito no Império Luso-Brasileiro (1789-1822). In: JUNIOR, João Ferez e JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: 2002, p. 131-132.

Febvre a respeito da incredulidade em Rabellais. A palavra “ateu” possuía, segundo ele, no século XVI, sentido muito diferente do utilizado na contemporaneidade. “Ateu” era um termo mobilizado por teólogos, controversistas e outros pensadores que definia mais precisamente atitudes heterodoxas ou ímpias em relação à fé do que a descrença, propriamente. Essa atitude, segundo o autor, seria improvável num mundo em que religião permeava todas as instâncias da vida social e intelectual³.

Esse quadro sofre algumas mudanças no século XVIII, no quadro das vicissitudes que marcaram a “crise no pensamento europeu”, característica das Luzes. O dogmatismo e o providencialismo tornaram-se cada vez mais objetos de crítica. Pensadores como Pierre Bayle, o “inimigo dos religiosos”, contribuíram para a difusão de uma nova atitude que colocava a crítica acima da autoridade e das verdades reveladas. Nesse ponto de vista, a religião tornara-se cada vez mais inconciliável com a verdade, essa não pensada em termos absolutos, mas construída a partir da experimentação. A fé se reduziria ao recurso ao absurdo diante de algo para o qual não se conhece a explicação, devia ser separada da moral e por isso mesmo uma república poderia ser virtuosa ainda que formada por ateus⁴. Mas de acordo com Cassirer, essa “incredulidade” iluminista não se ergue contra a religião ou contra Deus propriamente, mas contra o dogma, a fé revelada e os males que elas trazem que são a superstição e o fanatismo. Assim, a verdadeira religião, tal como a ciência, têm um inimigo em comum, que era o dogma, “que não é a ignorância em si, mas a ignorância que devora a verdade, que quer se impor sobre a verdade”⁵.

Essa postura crítica diante da religião tem uma implicação importante nas discussões em torno da tolerância religiosa, que se nota mesmo em contextos anteriores. Alan Levine diz, por exemplo, pensando no século XVI, que fatos como a conquista da América, as irrupções na cristandade, bem como descobertas científicas feitas por Copérnico, Kepler, Galileu, Giordano Bruno, entre outros, abalaram algumas certezas existentes no pensamento europeu e, nesse contexto, se difundiu um espírito mais crítico, cético e um tanto relativista em matéria religiosa que impactou diretamente em ideias sobre a tolerância religiosa⁶. Sebastian Castellio, Erasmo de Roterdã, Jean Bodin e outros pensadores foram responsáveis pela

³ FEBRVE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 141-144 e 386-394.

⁴ HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne au XVIII e siècle*: de Montesquieu à Lessing. 1^e édition: Boivin et Cie. Paris, 1946. Édition complétée le 15 août 2005. Chicoutimi, Québec. Une collection développée en collaboration avec la Bibliothèque Paul-Émile Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi, p. 42-43. Site web : <http://bibliotheque.uqac.ca/>.

⁵ CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral. 2^a edição. Campinas: Editora Unicamp, 1994, p. 220-221.

⁶ LEVINE, Alan (ed.). *Early modern skepticism and the origin of toleration. Application of Political theory* (series editor). New York: Oxford, Lanham, Boulder: Lexington Books, 1999, p.10

produção e difusão de ideias em que relacionam a tolerância a princípios éticos e morais, mas também como alternativa política para se contornar as guerras de religião e como mecanismo para que ocorra futuramente uma reunião das dissidências religiosas⁷. Sob o pensamento ilustrado, embora o debate em torno da tolerância religiosa não fosse despolitizado – muito pelo contrário- tolerar outros credos não aparecia como mais tanto como instrumento político, mas como um bem em si. Em Baruch Espinosa, Pierre Bayle, John Locke e alguns outros, esse tema aparece como virtude moral, trazendo noções de que toda religião seria válida, uma vez que pela razão natural não seria possível determinar qual delas seria a verdadeira⁸.

Considerando também a tolerância religiosa iluminista como parte de um processo de desmistificação do mundo, com a crítica às religiões reveladas e seus dogmas, devemos levar em conta também a produção historiográfica que destaca as descobertas científicas do período como influências. Alphonse Dupront é um nome importante nesse ponto. Segundo ele, descobertas como as da eletricidade estática, várias descobertas e avanços da astronomia, como o cálculo que permitiu prever a passagem do cometa Halley em 1759, conduziram o pensamento europeu a uma espécie de movimento duplo de desmistificação da natureza concomitante a um crescente destaque do protagonismo humano. A relação do homem com a natureza, quando passa a medir o universo e prever fenômenos por meio do cálculo, passa a ser intermediada pela ciência, não pela revelação ou superstição. Processo de desencantamento que conduz à crença humana no progresso contínuo e na potência do homem em controlar a natureza, libertando-o do pensamento mítico. Uma autonomia com claras implicações, por exemplo, na vida religiosa e na política⁹. Se a matéria, as coisas ou a sociedade não são mais regidas por forças sobrenaturais, ordem revelada ou mítica, o movimento natural do pensamento se altera. Já não é mais o de procurar por leis ou princípios que ordenem a realidade. A crença no progresso contínuo permite o desenvolvimento de certo otimismo em relação ao domínio da natureza pelo homem e na potência deste em relação à possibilidade de realizações concretas na vida coletiva¹⁰. Seria como que as descobertas científicas, e não só os filósofos, fossem o ponto de partida da emancipação humana da tutela das autoridades, religiosas ou não. Jonathan Israel também concorda que a crise no

⁷ Sobre essas discussões: Cf. KAMEN, Henry. *O amanhecer da tolerância*. Trad. Alexandre Pinheiro Torres. Título original: *The rise of toleration* (1968). World University Library. Porto: Editorial Inova Ltda., 1968, p. 9 e 26-31; TURCHETTI, Mario. Une question mal posée: Érasme et la tolérance. L'idée de Sykabasis. In: *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, Tomo 53, n. 2, 1991, p. 379-95; SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.517-522.

⁸ AMARAL, Catarina Costa da. *A invenção da tolerância: política e guerras de religião na França do século XVI*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p.27-30.

⁹ DUPONT, Alphonse. *Qu'est-ce que les Lumières ?* Paris: Edition Infolio-Editora Gallimard, 1996, p. 50-51.

¹⁰ _____. *Qu'est-ce que les Lumières ?* p. 53-55.

pensamento europeu está ligada ao surgimento de novos sistemas filosóficos mais ou menos enraizados nos avanços científicos do século XVII, em especial a visão mecanicista de Galileu. Essa nova filosofia divergia de forma fundamental de formas de pensamento tradicionais as quais eram subordinadas à teologia e à autoridade da Igreja. Essa crise intelectual, segundo o autor, subverteu hierarquia dos estudos. A filosofia e demais ciências se emanciparam da teologia e tornaram-se poderosas, influenciando diversas áreas do saber e da vida pública. É um período entre as décadas de 1650 e 1680 que, segundo Israel, corresponde a uma fase transitória entre as formas mais tradicionais do pensamento europeu e o Iluminismo¹¹.

Rogelio Blanco Martinez concorda que a influência da ciência moderna no pensamento das Luzes teve peso considerável no que tange o surgimento de posturas mais críticas e tolerantes em matéria religiosa. Para ele, a Ilustração se caracterizou em grande parte pela tentativa de uma “ilustração” das origens dos dogmas e leis religiosas e morais. Nas esferas moral e religiosa buscaram-se as origens e sentidos das verdades dogmáticas e assim se chegou a um deísmo, o qual não negava a Deus, mas o relegava ao papel de um “primeiro motor da existência”. Concepção sintetizada na metáfora do “relojoeiro”, atribuída por Blanco Martinez a Isaac Newton, em que o papel da divindade seria nada além de criar as leis da natureza como peças de um relógio e somente zelar pelo seu funcionamento harmônico, sem constantes interferências marcantes de um pensamento providencialista¹². Da crítica ao providencialismo e às religiões reveladas, os dogmas, preceitos obrigatórios da religião, foram aos poucos sendo entendidos cada vez mais como meras superstições ou fanatismos que oprimiam a racionalidade. Essas críticas acompanharam muitas vezes ataques cada vez mais agudos à instituição papal, às Inquisições, à moral e aos ritos cristãos e também contra a aceitação da atuação das religiões instituídas na vida pública¹³. Dessa forma, as perspectivas deístas ou ateístas no pensamento das Luzes, desde as que buscavam rechaçar de forma mais radical as religiões reveladas até as que procuraram estabelecer uma espécie de ponte entre elas e a religião natural, todas tendiam a convergir na luta contra todas as formas de fanatismo e superstição, buscando-se racionalizar a religião. Assim, o conceito de tolerância religiosa chega ao pensamento ilustrado com um caráter predominantemente positivo, em que se exalta

¹¹ ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical: A Filosofia e a Construção da Modernidade (1650-1750)*. Trad. Cláudio Blanc. Ed. Masdras. 2009, p. 38-42

¹² BLANCO MARTINEZ, Rogelio. *La Ilustración en Europa y en España*. Madrid: Ensayo Ediciones Endymion, 1999, p. 93.

¹³ BLANCO MARTINEZ. *La Ilustración en Europa y en España*, p. 92.

uma atitude capaz de acolher as diversas manifestações de religião coexistindo, ao invés de excluírem-se¹⁴.

Ceticismo, crítica religiosa e tolerância são temas que aparecem e se entrecruzam nas diversas proposições heréticas confessadas pelo presbítero secular João Pedro de Lemos Montes, apresentado à mesa do Santo Ofício de Lisboa em 8 de maio de 1779. Nascido em Portugal, mais precisamente em Vila Flor, comarca de Moncorvo, arcebispado de Braga, formou-se nos sagrados cânones em Coimbra. Lá teria conhecido o “jacobino” Manoel Felix de Negreiros, notório libertino condenado pelo Santo Ofício português, nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, por ser um heterodoxo leitor de Voltaire e adepto de ideias republicanas e materialistas, as quais lhe valeram diversos cárceres ao longo de uma conturbada vida¹⁵. Lemos Montes confessa ter incorrido por impulso de sua juventude em diversas práticas heterodoxas. A começar pela leitura de autores proibidos, entre os quais o já mencionado Voltaire, além de Jean Jacques Rousseau, o Baron d’Holbach e du Mersais¹⁶. A partir daí, conta, teria desenvolvido uma série de dúvidas heréticas sobre os diversos dogmas da fé católica. Duvidava, por exemplo, da Santíssima Trindade, na qual não via sentido, pois um Deus não poderia ser ao mesmo tempo três; ridicularizava esse dogma ao se referir à mesma divindade como “um Deus de três cabeças encastoados num pedaço de pão”. Também duvidava da Graça de Deus e da Divina Providência, já que se elas existissem e o Espírito Santo tocasse mesmo às pessoas criadas por Deus, elas não incorreriam no mal ou seriam condenadas¹⁷. Também duvidava do Inferno e do Purgatório, por considerar que a existência dos mesmos fosse contraditória com a misericórdia divina. E tudo isso o conduzia a uma espécie de pensamento tolerantista: afirmava “que todo e qualquer culto cristão é uma invenção da política humana, e que se pode dar o mesmo culto que os chineses e japoneses dão a Deus como cada um bem quiser”, um ponto heterodoxo que o fizeram ser acusado de deísmo e ateísmo pelos inquisidores¹⁸.

¹⁴ _____. *La Ilustración en Europa y en España*, p. 94-96.

¹⁵ Luís Antônio de Oliveira Ramos comenta o processo contra Manoel Félix de Negreiros discutindo a trajetória desse libertino português entre o final dos anos 70 e início dos 90 do século XVIII em Portugal e suas prisões pelo Santo Ofício e Intendência Geral de Polícia. Segundo o autor, Negreiros fazia parte de um grupo relativamente numeroso de maçons e outros indivíduos considerados libertinos, dentre os quais se destaca o Marquês de Marialva, de quem seria protegido e amigo. Foi acusado, entre outros delitos, de ser entusiasta do que se chamava de *La Grande Nation*, que seria a expansão da Revolução Francesa às demais nações europeias, assim como seus ideais, o que suscitava preocupações graves às autoridades lusitanas. C.f. RAMOS, Luís Antônio de Oliveira. Um marginal do século XVIII: o jacobino Manuel Negreiros. In: *Estudos de história contemporânea portuguesa: homenagem ao professor Víctor de Sá*. Porto: Universidade do Porto, 1991, p.83-91.

¹⁶ ANTT-IL. Processo 028/06661. *Processo do padre João Pedro de Lemos Montes*. Fls. 9, 9v e 10.

¹⁷ ANTT-IL. *Processo do padre João Pedro de Lemos Montes*, Fls.12, 12v e 13.

¹⁸ _____. *Processo do padre João Pedro de Lemos Montes*, Fl. 12v.

O destino de Lemos Montes foi bem menos conturbado do que o de seu amigo Manuel Félix de Negreiros, a quem atribuiu influência por sua adesão à heresia formal, juntamente com os livros, uns dos quais, emprestados por Negreiros¹⁹: foi sentenciado num auto-de-fé privado em 13 de setembro de 1779 a abjuração em forma, instrução na fé católica, a penitências espirituais e ao pagamento de custas. Depois disso fora promovido na hierarquia eclesiástica, passando de diácono para presbítero²⁰.

Concluindo, temos a dizer que as proposições heterodoxas, bem como as leituras de livros proibidos e essa sociabilidade existente entre esses indivíduos considerados libertinos, indicada por sua amizade com Manoel Félix de Negreiros, mostra possibilidades de se pensar sobre mudanças no contexto luso-brasileiro em matérias de religião na segunda metade do século XVIII. Em partes por um declínio gradual e definitivo que caracterizou a Inquisição de Portugal ao longo de todo o século²¹. Com isso, os meios heterodoxos se tornam espaços prolíficos para a difusão de ideias mais tolerantes e críticas sobre a religião.

Processo contra João Pedro de Lemos Montes²²

O P.^e João Pedro de Lemos Montês

[margem direita superior] Rep.^{do} a fs. 132

¹1779

¹⁹ Acusados de libertinagem, heresia, francesias, entre outros “desvios de fé” no final do século XVIII, nos processos, baseados no conhecimento que tinham dos procedimentos do Santo Ofício, sabiam que a delação de outros acusados poderia diminuir suas penas. Bem como, a fim de não serem responsáveis pela condenação de pessoas próximas, sejam familiares ou amigos, sabiam que poderiam denunciar pessoas que conheciam por crimes pelos quais elas já foram condenadas ou já confessaram à Inquisição. Um documento que descreve bem esse procedimento, bem como o conhecimento dos indivíduos que se consideravam potenciais réus do Santo Ofício se encontra no documento *Denominação e Christão-Velho e Christão Novo em Portugal*, documento escrito por volta de 1748, quando o ilustrado Antônio Nunes Ribeiro Sanches se encontrava em Paris devido às sanções e riscos que corria em Portugal devido à sua condição de cristão-novo. Além disso, o procedimento desses indivíduos em “colar” suas culpas à leitura de livros proibidos ou à influência de libertinos e heréticos perseguidos pelo Santo Ofício já foi discutido por Anita Novinsky, quando a autora analisa a trajetória dos estudantes brasileiros afrancesados denunciados à Inquisição em Coimbra, em 1778. No caso, considero, assim como a autora, que o conhecimento dos procedimentos e do funcionamento dos tribunais funcionou como uma forma de se pensar formas de autodefesa. Talvez tenha sido isso que motivou o padre João Pedro de Lemos Montes a se apresentar em mesa ao inquisidor e atribuir à influência de Manoel Félix de Negreiros e à leitura de obras e autores defesos seus desvios de fé. Caso tenha sido mesmo essa a intenção, ela logrou êxito, já que o padre além de receber uma pena leve ainda se manteve em um alto cargo eclesiástico. Sobre isso: C.f. SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. Origem da Denominação e Christão-Velho e Christão Novo em Portugal. Transcrição e prefácio de Raul Rêgo (1913-2002). Lisboa: Ed. Sá da Costa, Coleção Clássicos, 2010; NOVINSKY, Anita. Estudantes brasileiros “afrancesados” na Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Moraes e Silva. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1990.

²⁰ ANTT-IL. *Processo do padre João Pedro de Lemos Montes*, Fls. 8 v, 9,10v, 12 v e 13 v.

²¹ MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. 1^a edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 301-304.

²² Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Inquisição de Lisboa. Processo 028/06661. Processo do padre João Pedro de Lemos Montes. Disponível em <<http://digitarq.dgarrq.gov.pt/details?id=2306721>>. Acessado em 09/09/2012. Transcrição minha, conforme as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. Podem ser consultadas em <http://www.arquivonacional.gov.br/_Media/Transcreve.pdf> Acesso em 09/12/2013

²Processo do Padre João Pedro de Le

²mos Montez, Presbítero secular, ba

³charel formado nos Sagrados Canones,

⁴e natural de Villa Flor.

⁵Apprez.^{do} em 23 de Dez.^o de 1778.

[Folha I]

[Fl. Iv] Em branco

[margem superior esquerda] ¹passei [...] a Coimbra²/ vejo respon.^{da}

¹João Pedro de Lemos Montes – deismo, atheismo

²M.^{el} Felix de Negreiros – idem.

³João Pedro de Lemos Montez, f. de Diogo Mon

⁴tez de Lemos, e D. Iz.^{el} Roz.^s de Olivr.^a, de V.^a Flor, co-

⁵m.^{ca} de Moncr.^{vo}, Arcebispo de Braga de id.^e de 28 an.^s em Junho de 1775, sendo antão subdiacono, principiou a

⁶ler livros prohibidos de Voltr²³. ; RoSs²⁴ e alguns manus-

⁷critos do Phyloz.^{os} Mil.^{ar25}, a dizer varias herezias, q' ata

⁸cavão quazi todos os dogmas da N.^a S.^a R.^{âo} e deixando in-

⁹terver os seus sentim.^{os}; q' se inclinavão p.^a a p.^e d'^r hum

¹⁰puro deismo; sup.^o q.^m alg.^{as} vezes com hum Manoel

¹¹Felix de Negr.^{os}. | a q.^m só manifestava francam.^{te} a Sua r.^{ao}

¹²e com.^{ca}| por força dos argum.^{os} deduzidos da matéria, ca

¹³minhava p.^a o atheismo, hezitando na exist.^a de D.^s; pe

¹⁴la confuzão; q' se lhe reprezentava no mundo moral,

¹⁵cond.^a oposta a sabedr.^a inf.^a, q' se nos persuade do

¹⁶ser supremo. Em fim o cultos religiozos es

¹⁷tabelecidos em o Univ.^o, se lhe reprezentavão todos

¹⁸p.^a elle indiff.^{es}, e obras da política dos homens.

¹⁹Com estes erros continuou a viver em

²⁰socego, recebendo no S. Matheus do anno prox.^o passado

²¹de 77 a ordem de Diacono, e logo na S.^a Luzia im

²³ Voltaire.

²⁴ Rousseau.

²⁵ *Le militair philosophe ou difficultés sur la religion proposées ..*" de R. P. Malebranche.

²²mediata a do Presbytero. A assist.^a de 6 mezes na
²³tão em Braga, e o recolhim.^{to} no siminr.^o infrentarão
²⁴no seu espr.^o sentim.^{os} de verdr.^a pied.^e, e desde esse op.^o (?)

[Fl. 2]

¹ principiou a formar os santos proj.^{os} de extrahir se
³ a esta vida tão cheia de remorsos. E recolhendo-se em
⁴ Janr.^º do prez.^e anno de 78 á sua pátria, expoz em bre-
⁵ ves dias as Par.^{o²⁶} o estado da sua com.^{ca²⁷}, e precizão; q' ti-
⁶ nha de fazer logo huma conf.^{ão} geral; p.^a cujo fim Dan
⁷ do o m.^{mo} conf.^{or} conta ao Tribunal da Inq.^{ão} de Coimbra,
⁸ reprezentando-lhe q' o pen.^e hera novo Presbytero, e q' se acha-
⁹ va nas precizas circunstancias de celebrar a sua pr.^a Missa,
¹⁰ em 2 de Fevr.^º, e q' nestes tr.^{os} attendendo á inf.^a, e mais daños (?),
¹¹ q' se seguião ao d'^r pen.^e; (?) q.^{do} as herezias q' tinha proferido
¹² herão occultas a todo o povo, elle o absolia, e fazia logo
¹³ compar.^{er} pela conta, q' dava.

¹⁴ Rezultou d'aqui deter
¹⁵ minar o Tribunal, q' o pen.^e compareceSse, e não podem
¹⁶ do em própria pessoa, o fizesse por hum escr.^o da sua mam.

¹⁷Como nesse tempo formava tenção de vir a Lx.^a em
¹⁸2, ou 3 mezes; em boa fé deferiu a d.^a dilig.^a p.^a o mencio-
¹⁹nado tempo: Mas vendosse na Corte a favor da libd.^c

²⁰q' dá a multidão, esqueceu os santos propoz.^{os}; com q' tinha
²¹sahido de caza; e continuou a ler livros prohibidos, como
²²forão a Analyse da R.^{ão} Catholica, o Exame empor.^{te}
²³da R.^{ão}²⁸, e o Sermão dos 50 Philozofos, cujos papeis lhe
²⁴emprestou o mesmo sobred.^o Manoel Felix de Negr.^{os}

28 Porem não podendo mais rezestir aos

[Fl.2v]

¹ aux. os²⁹ e graças superiores, q' há m.^{to} tp.^o o estavão chaman-

26 Pároco.

27 Consciência.

²⁸ Trata-se, provavelmente, de *Examen des prophéties que servent de fondement à la Religion Chrétienne. Avis [sic] um essai de critique sur les prophètes & les prophéties em...traduit de l'anglois*, de Baron D'Holbach, ou *Examen de la religion*, de du Mersais.

²do p.^a melhor vida, se rezolveo a abandonar de huma
³vez sim.^{es} procedm.^{os}; e a procurar com eff.^o conf.^{as} na Com-
⁴gr.^{ão} de Rilhafoles p.^a ahy lançar os fundam.^{tos} da no-
⁵va vida Christão [sic]; q' pertende fazer daqui em dia-
⁶te, sendo pr.^o absolvido das cenças, e irregularidades
⁷q' o d.^o pen.^e per tão enormes delitos, tem incorrido.

⁸ Declara o mesmo pen.^e; protesta (?),
⁹ e jura sendo nr.^o; q' em boa fé deixou de comp.^{er} por
¹⁰escr.^o; e ainda em própria pessoa á Inq.^{ão} de Coimbra
¹¹no seu tranz.^o p.^a a Corte, persuadindo-se o podia fa-
¹²zer neste Tribunal. E declara ultimam.^{te}
¹³q'. o m.^{mo} pen.^e q.' m.^{to} espontaneam.^{te} delata os seus erros,
¹⁴e desvarios a este S. Tribunal, sem estar denunciado
¹⁵por 3^a pessoa, sem se temer disso. L.^{xa} 23 de Dez.^{bro} de 1778.

[assinatura] João Pedro de Lemos Montes³⁰

[Fl.3]

[Fl.3v] Em branco

¹III.^{mos} Reverendíssimos Senhores
²que compareca per si ou por outrem
³Recebi á Carta de V. Senhorias de 22 do mez
⁴de Mayo de 1776 registrada á ff. 226; em
⁵que se me faculta por virtude da mesma,
⁶licença p.^a absolver á certa pessoas de cul-
⁷pas de herezia mixta, no caso desta ser ocul-
⁸ta per accidens; porem duvido absolver a dita
⁹pessoa, porque de novo me informa mani-
¹⁰festará o seu erro diante de hum seu
¹¹amigo; e suposto foi só diante de hua só
¹²pessoa, sempre foi manifesta soltem p.^a
¹³o melhor acerto: tambem del.^o saber se foi
¹⁴entregue á V. Senhorias hua resposta, que

²⁹ Auxílios.

³⁰ Daqui por diante, todas as assinaturas serão sublinhadas, sem a sinalização entre colchetes, conforme as normas técnicas de transcrição de manuscritos. <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf> acesso em 08/12/2013

¹⁶Nos Repositórios desta Inquiz.^m se não acha delata, nem

¹⁷apresentada a pessoa assim confrontada, que talvez

¹⁸seja aquella, p.^a cuja absolvicão se pedio licença na

¹⁹carta junta. Coimbra no Secreto do S.^{to} Off.^o 1 de

²⁰Fevr.^o de 1779.

²¹ O Prom.^{or} Manoel de Almd.^a de Azd.^o

[Fl. 7]

¹Nos repositorios desta Inquicão nad[a] há mais

²culpas contra esse apresentado; nem nos de

³Evora, de onde vejo Villa na couza alguma cõ-

⁴tra elle: Lx.^a no Secreto do S.^{to} Off.^o 31 de

⁵Agosto de 1779.

⁶ O Prom.^{or} Alexandre Jansen Moller

[Fl. 7v]

¹ Apprezentação

²Ao outto dias do mês de Mayo de mil

³settecentos settenta e nove annos, em Lisboa,

⁴em Caza primeira das audiências da Santa In-

⁵quicão, estando ahi de manhã o Excellen-

⁶tissimo Senhor Arcebisco Inquizidor, man=

⁷dou vir perante si a hum clérigo, que da

⁸salla pedio audiêncie: e sendo prezente

⁹lhe foi dado o juramento dos Santos Evange

¹⁰lhos, em que poz sua mão e sob cargo do qual

¹¹lhe foi mandado dizer verdade, e ter segredo,

¹²o que elle prometeo cumprir: E logo diSe cha-

¹³marsse João Pedro de Lemos Montez, Ser

¹⁴Presbitero Secular, bacharel Formado nos

¹⁵Sagrado Canones pela Universidade de Co-

¹⁶imbra, natural de Villa Flor, commarca de

¹⁷Moncorvo, Arcebispado de Braga, e morador

¹⁸ao prezente nesta Corte em Caza do Excellen-

¹⁹tissimo Bispo de Miranda, de idade de vinte

²⁰e outto annos, e filho de Diogo Montez de Le

²¹mos, e de Dona Izabel Rodrigues de Oliveira.

²²E sendo perguntado o para que pedio audi-

[Fl.8]

¹audiênciā.

²DiSse, que para se appresentar, e denun-

³ciarse pessoalmente, e ratificar a appre-

⁴zentaçāo, que por escripto havia dirigi-

⁵do a esta Meza de Culpas, que tem com-

⁶metitdo, cujo conhecimento pertence ao

⁷Santo Officio, as quaes erāo

⁸Que³¹ em mez de Junho do anno de mil set-

⁹tecentos settenta e sinco, tempo em que se

¹⁰achava ordenado de subdiácono, preoccu

¹¹pandose de curiozidade, e menos advertido

¹²da ruína, em que podia precipitarse, entra

¹³ra a³² ler algumas obras ímpias, e prohi-

¹⁴bidas de Voltaire, e Rossau, e bem assim

¹⁵mais alguns manuscriptos do Philoso=

¹⁴pho Militar; e por força desta licção', e

¹⁵das persuasoens, a que ella o havia incli-

¹⁶nado, proferira varias propoziçōens he-

¹⁷reticas, que atacavāo quase todos os Dog

¹⁸mas da Religião Catholica Romana;

¹⁹deixandose possuir tanto destes erros, e

²⁰sugeitando a elles de tal forma o seu dis-

²¹curso, que cahio na disgrāça de conhecer-

²²se Deista³³, e não pouco inclinado ao A

²³theismo por força dos argumentos que

²⁴lhe propunha hum amigo seu, com quem

[Fl.8v]

³¹ Tpº. [margem esquerda , altura da linha 8]. Abreviatura que significa “tempo”

³²“los [livros?] proibidos e ímpios” [margem esquerda, altura da linha 13]

³³ “Deísta 2/inclinado ao atheismo” [margem esquerda, altura da linha 22].

¹com quem livremente tratava estes pontos, e a quem tinha

²declarado o estado de sua Religião, e Consciencia,

³chamado³⁴ Manoel Felix de Negreiros, minoris-

⁴ta, morador na Cidade do Porto, e hoje nesta de

⁵Lisboa em Caza do Ex.^{mo} Marquez de Marialva,

⁶com os quaes argumentos, por serem deduzidos

⁷da matéria,o fazia duvidar da existência do mes-

⁸mo Deos, por cuja cauza vindo a assentar com

⁹sigo, que os cultos da mesma Religião Catholica

¹⁰estabelecidos, e observados pela Igreja Romana

¹¹em o Mundo Christão, erão obras, e inventos da

¹²política dos homens, para todos os mesmos cul

¹³tos³⁵ elle olhava com indifferença, e sem a menor

¹⁴credulidade e respeito.

¹⁵Que possuído destes erros vivera alguns tempos

¹⁶em socego, e paSSara no mez de setembro do

¹⁷anno de mil settecentos settenta e sette, e Tem-

¹⁸poras³⁶ de São Mateus, a receber a Ordem de Di-

¹⁹acono, e nas de Santa Luzia do mesmo anno

²⁰a de Presbitero, achandose ligado com as cen-

²¹suras eclesiásticas, em que havia incorrido pe-

²²la sua formal heresia³⁷, e sem preparo, ou

²³disposição alguma da sua consciência:

²⁴Mas porque a assistênciā, que por esta occaſião

²⁵fez algum tempo na Cidade de Braga, ao Reco

²⁶lhimento em que esteve no Seminario della para

[Fl.9]

¹a Recepção das mesmas Ordens, principi-

³⁴ “¹Comunicou²/os erros a³/M^{el}. Felix⁴/de Negreiros”.[margem esquerda, altura da linha 3].

³⁵ “¹Naõ cria²/nos cultos³/da Religião”[margem esquerda, altura da linha 13]

³⁶ Temporas. De acordo com o dicionário de Bluteau da língua portuguesa, Temporas seriam 4 datas de jejuns católicos distribuídos entre quartas-feiras, sextas-feiras e sábados ao longo do ano, para marcar o início das 4 estações. É provável que o documento esteja se referindo à terceira do ano, localizada por volta do fim do mês de setembro, antecedendo a quarta, próxima ao dia dedicado à Santa Luzia. Agradeço o colega Douglas Lima de Jesus, da Oficina de Paleografia da UFMG, pela referência. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Vol 8. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/temporas>>. Acesso em 09/12/2013

³⁷ “¹incorreto²/na heresia³/formal.” [margem esquerda, na altura da linha 22]

²arão a produzir no seu espírito sen-
³timentos de verdadeira piedade, e na cons
⁴ciencia os mais vivos remorsos pela im-
⁵piedade que havia abraçado, desde es
⁶se tempo principiara tambem a formar
⁷propozitos de mudar de vida; e de voltar
⁸para o gremio da Igreja, de que se ha-
⁹via apartado; e com effeito recolhendo-
¹⁰se em Janeiro do Seguinte anno de mil
¹¹settecentos settenta e oitto á Sua Patria,
¹²pozera em exercicio a sua vocação, pro-
¹³curando logo, e sem demora ao Seu
¹⁴Paroco; a quem expondo sinceramente
¹⁵o mizeravel estado a que tinha reduzi-
¹⁶do a sua Alma, supplicara o quizese
¹⁷consolar espiritualmente, ouvido o
¹⁸de confissão geral.
¹⁹Que ponderando o dito seu Paroco a
²⁰situação forte; em que elle Apprezen-
²¹tado se achava, para não dever diffe-
²²rir a elle celebrar a Sua primeira
²³Missa, sem se expor a grave damno,
²⁴e infâmia; e que as herezias, que tinha
²⁵proferira erão occultas, se rezolvera a
²⁶absolvelo da Excomunhão Mayor, em que

[Fl. 9v]

¹estava incuso, e dera deste facto parte ao Tri-
²bunal do Santo Officio de Coimbra, declarando
³pela³⁸ mesma conta ao Appresentado Comparen-
⁴te no dito Tribunal; e o aconselhara a que ce-
⁵lebrase a sua primeira Missa, o que com effei-
⁶to executara, e continuara a fazer por algum

³⁸ “¹Apresentouse.²/ pelo seu Par-³/oco ao S^{to}. Off.³/ de Coimbra.”[margem esquerda, altura da linha 3].

⁷tempo. Mas que daquelle conta resultara
⁸mandar o mesmo Tribunal, que elle Appre-
⁹zentado³⁹ comparecese em pessoa na Meza da
¹⁰mesma Inquizição, e quando aSSim máo podes-
¹¹se satistazer, o excecutasse por escripto.
¹²Que determinandose elle Apprezentado neSse
¹³tempo, e dentro em dois ou tres mezes vir a esta
¹⁴Corte⁴⁰, differia aquella satisfação para de Ca-
¹⁵minho a praticar nesta Inquizição de Lisboa,
¹⁶persudido, de que sendo Tribunal erecto pa-
¹⁷ra o mesmo fim, e o primeiro entre elles do Reino,
¹⁸obedecia ao mandatto, que se lhe havia inti-
¹⁹mado, quando nesta Meza se apprezentase:
²⁰Mas porem, que demorandose nella, uzan-
²¹do da Liberdade, para que ordinariamente
²²costumão convidar os influxos da mocidade
²³incondicionada, s esquecera dos Santos pro-
²⁴positos, que havia formado, e com que sahira
²⁵da Sua Caza⁴¹, reincidira nas culpas passa-
²⁶das, continuando a Ler Livros prohibidos, co=/

[Fl. 10]

¹como forão a Analyse da Religião Ca-
²tholica= o Exame importante da Re-
³ligião= e o Sermão dos Sincoenta Fi-
⁴losofos, cujos papeis lhe emprestara
⁵o mencionado⁴² Manoel Felix de Ne-
⁶greiros.

⁷Que achandose involto nesttes novos, e
⁸indisculpavis delírios, interadamente
⁹se reconhegra illustrado com repeti-
¹⁰dos⁴³ auxílios da Divina graça, e não

³⁹ “¹que compa-²/resesse per³/si, ou por es-⁴/critto”. [margem direita, altura da linha 10]

⁴⁰ “¹diferio p^a.q^{do}.²/viese a L^{xa}.³” [margem direita, altura da linha 14]

⁴¹ “¹Naõ compare-²/ceo, e em L^{xa}.³/continuou a ler⁴/os los^s. prohibidos”. [margem direita, altura das linhas 24 e 25]

⁴² “¹Me^l.Felix de Negros.lhe²/emprestou os los^s.im³.pios.” [margem direita, altura da linha 5]

¹¹podendo rezitirse a elles, se rezolve-
¹²ra de huma vez, e constantemente
¹³emendar os seus erros, para cujo effei-
¹⁴to viera a esta Meza, e nella se appre-
¹⁵zentara, e denunciara delles por es
¹⁶cripto em vinte e tres do mez de De-
¹⁷zembro do anno passado de mil set
¹⁸tecentos settenta e oitto, e agora o re-
¹⁹pette em pessoa, e espontaneamente,
²⁰de sua própria e Livre vontade tor-
²¹na a delatalos muito arrependido de
²²os haver cometido, publicando a
²³formal e mais efficaz retratação
²⁴de todas as propoziçoes, que proferi-
²⁵ra, e acreditara, promettendo a mais
²⁶constante emenda dos seus impios

[Fl. 10v]

¹dezatinos, Sugeitandose a todo o castigo, que
²esta Meza julgar conforme a elles, e pedindo
³que com elle se uze de uze de Mizericórdia.
⁴Foi lhe ditto que tomou muito bom con-
⁵selho, em se vir apprezentar a esta Meza
⁶e nella confessar as suas culpas: que cuide
⁷muito em examinar a sua consciênciā, pa-
⁸ra de todas ellas fazer huma inteira, e ver-
⁹dadeira confiçāo, não impondo a si, nem
¹⁰a outrem testemunho falso, porque o confes-
¹¹sar inteiramente toda a verdade he o que
¹²lhe convem para descargo de sua conscien-
¹³cia, e conseguir a mizericordia que a San-
¹⁴ta Igreja concete aos bons, e sinceros confi-
¹⁵tentes; e por dizer tinha ditto a verdade, e não

⁴³ “¹incorrido dos auxilios²/se apresenta,e quer³/emendar-se de seus erros.”[margem direita, altura da linha 10]

¹⁶era demais lembrado lhe foi lido o seu
¹⁷depoimento e Apprezação, que sendo por
¹⁸elle ouvidas e entendidas disse estava escrip
¹⁹ta na verdade e que nella se affirma e
²⁰ratefica, e torna a dizer de novo, e sendo neces-
²¹sario; que nella não tem que mudar, alterar
²²diminuir, ou acrecentar, nem que dizer ao
²³costume debaixo do juramento dos Santos E-
²⁴vangelhos, ao que estiverão por honestas e Reli-
²⁵giozas pessoas, e presentes, que tudo virão, ouvirão,
²⁶e prometerão dizer verdade no que fossem per-

[Fl. II]

¹perguntados debaixo do juramento dos
²Santos Evangelhos, que tambem lhes
³foi dados [sic] os Padres Menores Frei Ma-
⁴noel Batista Dourado, e Frei Fran
⁵cisco Xavier de Lemos, que assistirão a
⁶esta ratificação, e asignarão com o Ap-
⁷presentado, e com o dito Excellentissimo
⁸Senhor Arcebispo Inquisidor Clemen
⁹te José da Cunha o escrevi.

¹⁰[rubrica]

¹¹O P.º João P.º de Lemos M.º tes

¹²Fr. Manoel Bap.º Dourado

¹³Fr. Fran.º X.º de Lemos

¹⁴ M.º es

¹⁵E hida a pessoa apprezentada para
¹⁶fora forão perguntados os Padres ratefican
¹⁷tes, se lhes parecia que ella falava verdade,
¹⁸e merecia credito, e por elles foi dito, que lhes
¹⁹parecia falava verdade, e merecia credito,e
²⁰tornarão a asignar com o Excellentissimo Senhor
²¹Inquisidor Clemente Jozé da Cunha o escrevi.

²²Arceb^o, da Lacedem^a 44

²³Fr. Manoel Bap.^{ta} Dourado-

²⁴Fr. Fran^{co} X^{er} de Lemos

25

Mes

[Fl. 11v]

Confissão

²Aos dezoito dias do mez de Junho de mil sette-
³centos settenta e nove annos em Lisboa, e ca-

⁴za primeira das audiências da Santa In-

⁵quizicão estando ahi na de manhã o excellen-

⁶tíssimo Senhor Arcebispo Inquisidor man-

⁷dou vir perante si ao Padre João Pedro de

⁸Jemos Montez, Reo apresentado e constan-

⁹do nestes Auttos; e sendo presente lhe foi da

¹⁰do o juramento dos Santos Evangelhos, em

¹¹que vez sua mãe, a sob cargo do qual lhe

¹²fui mandado dizer verdade a ter segredo.

¹³ que tudo prometeu cumprir.

¹⁴ B. 1. 1. 1. 1.

¹⁵ Perguntado se cuidou das suas culpas, co-

¹⁶ *o que aí se fala é de um* (1990).

mas algumas, que confessai, porque o di-

¹⁸ *Idem*, *op. cit.* p. 116. Ainda que o autor não o mencione, é provável que se trate da mesma pessoa.

¹² go da sua consciência, salvação da sua

ma, e prompto despacho de sua causa

²¹ Disse, que sim cuidade, e que por força d

- exame, que seriamente tem feito das suas

--culpas, se julga obrigado a especificar, e

[Fl.12]

'os erros, que em geral confessou nesta

⁴⁴ Esse título, "Arcebispo de Lacedemônia", era apenas honorífico. "Lacedemónia (Laconia) é uma parte do sul da Grécia na qual se inclui a cidade de Esparta. Ora, foi frequente - e ainda é - a atribuição de títulos de sedes extintas ou de igrejas dos primeiros séculos a Bispos e outros Eclesiásticos como honra pessoal, sem poder efetivo. Lacedemônia foi uma atribuição frequente a portugueses - tal como Mitilene. Estes cargos não significavam assim funções apostólicas. No caso específico desse documento, deve-se tratar de um inquisidor que tivesse esse cargo honorífico. Cf. GeneAll.net. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=204454>. Acessado em 09/12/2013.

²Meza, e em que cahio por força da li-
³ção dos Livros prohibidos a que se en-
⁴tregou de Voltaire, Rossau, e do Filozo-
⁵fo Militar, e communicação com
⁶Manoel Felix de Negreiros, que
⁷com elle tratava; e por esta razão
⁸declara primeiramente
⁹Que elle duvidara de Misterio da⁴⁵
¹⁰Santissima Trindade, não podendo
¹¹crer que hum Deos tivese tres Pesso-
¹²as distinctas, e por isso proferira al-⁴⁶
¹³gumas vezes, que o nosso Deos era o
¹⁴Deos das tres cabeças encastoado⁴⁷ em⁴⁸
¹⁵pão
¹⁶Que igualmente duvidara do Miste-⁴⁹
¹⁷rio da Encarnação, não podendo crer
¹⁸que hum Deos immenso, que não ca-⁵⁰
¹⁹be em todo o Mundo, se uniu hippo=
²⁰taticamente á natureza humana, e
²¹se reduzise a caber no ventre de Ma-
²²ria Santissima.

²³Da mesma sorte duvidara do San-⁵¹
²⁴tissimo Sacramento da Eucaristia pe-
²⁵la mesma razão de que sendo hum⁵²
²⁶Deos Immenso, se reduzisse a estar no

[Fl. 12v]

¹no mesmo Sacramento de baixo das especies⁵³

⁴⁵ “¹duvidava do Misterio²/da S^{ssma}.Trind^e.”. [margem direita, altura da linha 9]

⁴⁶ “rez[pondeu]”: por q”. [margem direita, altura da linha 12]

⁴⁷ Sinônimo de “embutido”. C. f. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999.

⁴⁸ “¹ o nosso D^s era de trez²/cabeças encastoado em o³/paô.” [margem direita, altura da linha 14]

⁴⁹ “¹duvidava do Misterio²/da Encarnação”. [margem direita, altura da linha 16]

⁵⁰ “rez[pondeu]”: por q”. [margem direita, altura da linha 18]

⁵¹ “¹duvidava do Santíssimo²/Sacram^{to}. da Eucaristia” [margem direita, altura da linha 23]

⁵² “rez[pondeu]”: por q”. [margem direita, altura da linha 25]

⁵³ No século XVIII, o termo “espécie” poderia ter conotações variadas, desde categoria de lógica até significar “imagem que se pinta na fantasia, ideia”. Nesse documento, acredito que pelo contexto o “espécies” pode ter as duas

²de Pão e Vinho somente, e não estar em toda
³a parte
³Da mesma sorte duvidava de todo o culto⁵⁴
⁴veneração com que os christãos addorão a
⁵Deos, parecendo lhe tudo huma invenção dos
⁶homens, e que se lhe pode dar o mesmo culto
⁷com que o addorão os sacerdotes chineses e
⁸japoneses, e o que cada hum quizesse.
⁹Da mesma sorte, duvidava da Providencia⁵⁵
¹⁰de Deos, parecendo-lhe, que se a houvera⁵⁶
¹¹havia de haver igualmente huma união
¹²de Religião, e huma uniformidade de cul-
¹³to, com que devia ser addorado, inferindo
¹⁴daqui, que não havia tal Providencia
¹⁵e que todas as Couzas succedião no mundo⁵⁷
¹⁶por hum mero mecanismo, e casual evolução da matéria.
¹⁷Da mesma sorte duvidava da existência⁵⁸
¹⁸do Purgatorio, do Inferno, e da infelicidade
¹⁹dos homens depois desta vida, parecendo lhe⁵⁹
²⁰que era incompatível com a mesma Prov-
²¹dencia Divina, e com a sua mizericordia,
²²crear os homens para serem eternamente
²³infelices depois desta vida.

[Fl. 13]

¹Da mesma sorte duvidara da graça⁶⁰

conotações mencionadas: pode ser como sinônimo de “tipos”, se referindo a pão e ao vinho, mas também faz sentido se considerar sua dúvida herética considerar o termo como que se referindo a algum tipo de fantasia, mentira, falsidade, ect. C.f. SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliiana.usp.br/en/dicionario/edicao/2>. Acessado em: 10 jun. 2014.

⁵⁴ “¹duvidava do culto e ve-²/neração q’ os christãos³/dão a D⁴” [margem direita, altura da linha 3]

⁵⁵ “duvidava da Provid¹a/²divina”. [margem direita, altura da linha 9]

⁵⁶ “rez[pondeu]”: por q”. [margem direita, altura da linha 10]

⁵⁷ “¹que tudo sucedia no²/mundo, por causal³/reoluçāõ da ma-³/teria.” [margem direita, altura da linha 15]

⁵⁸ “¹duvidava do Purgatorio, ²/Inferno, e infelicid³/do homem depois dessa⁴/vida [margem direita, altura da linha 17]

⁵⁹ “rez[pondeu]”: por q”. [margem direita, altura da linha 19]

⁶⁰ ¹“duvidava da grassa, e²/auxílios de D³”. [margem direita, altura da linha 1]

²de Deos, e dos seus Auxilios, parecen⁶¹
³do lhe, que se o homem não podia sal-
⁴varse por si só, e sim que Deos lhe des-
⁵se os auxílios necessários da sua graça
⁶se com effeito, não visse a salvarse
⁷não era por culpa sua, mas sim do
⁸mesmo Deos, por lhe não ter dado os di-⁶²
⁹tos auxílios necessários, e finalmente des-
¹⁰tes erros deduzia por consequencias ou-
¹¹etros muitos, que lhe parecia se seguião
¹²necessariamente delles, formando mui-
¹³tos argumentos, que lhe hé impossível
¹⁴poder agora especificar, mas que são
¹⁵fáceis de entender, e colligir do que dei-
¹⁶xa refferido.
¹⁷DiSse mais, que supposto o que tem
¹⁸declarado, e a adhesão, em que se acha-
¹⁹va aquellas erradas, e impias doutri-
²⁰nas, que tinha aprendido, dos reff-
²¹eridos livros, e abraçado por elle parecessem
²²ao seu modo de pensar convincentes
²³elle se tinha inteiramente aparta-⁶³
²⁴do da Religião Catholica Romana,
²⁵e de todos os dogmas della, e artigos/
²⁶de fé, que professara seguir, e defen-
²⁷der, do que de achava muito arpen-

[Fl. 13v]

¹arrependido; pedia perdão das suas culpas,e
²que com elle se uzasse de mizericordia.
³Foi lhe dito que tem tomado muito bom conse=
⁴lho em rezolverse a confessar as suas culpas

⁶¹ “rez[pondeu]”: por q”. [margem direita, altura da linha 2]

⁶² ^{1”}de todos os sobredtos²/deduzia por conseqas³/outros m^{tos}.”[margem direita, altura da linha 8]

⁶³ ^{1”}Apartou-se entr^a.m^{te}.da²/Religião Catholica Romana³/de todos os seus Dogmas⁴/e Artigos da Fe”. [margem direita, altura da linha 23]

⁵especificando o verdadeiro sentido, com que as com-

⁶meteo; que porem examine mais a sua consci-

⁷encia para de todas fazer huma inteira e sin-

⁸cera confissão, por ser o que só lhe convem pa-

⁹ra discargo da sua mesma consciencia, sal-

¹⁰vacão de sua alma e prompto despacho da

¹¹sua cauza; e por dizer, que por agora não

¹²he lembrado de mais couza alguma, que deva

¹³confessar, foi outra vez admoestado em forma

¹⁴e mandado para fora, e que cumpra o que tem

¹⁵promettido. E sendo lhe primeiro lida esta sua

¹⁶sessão, e por ella ouvida e entendida, diSse esta-

¹⁷va escripta na verdade, e assignou com o dito

¹⁸Excellentissimo Senhor Arcebispo Inquisidor:

¹⁹Clemente Joze da Cunha o escrevi.

²⁰Arcebº da Lacedem^a.

²¹O P.º João Pedro de Lemos Montez

[Fl.14]

Recebido em: 11/06/2014

Aprovado em: 07/07/2014